



Universidade Federal de São Carlos
Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Educação



Claudio Oliveira Fernandes

**BLOCO EURECA - EU RECONHEÇO O ESTATUTO DA CRIANÇA E
DO ADOLESCENTE: referência de educação em direitos humanos e
participação social infanto-juvenil**

São Carlos

2023

Universidade Federal de São Carlos
Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Educação

**BLOCO EURECA - EU RECONHEÇO O ESTATUTO DA CRIANÇA E
DO ADOLESCENTE: referência de educação em direitos humanos e
participação social infanto-juvenil**

Tese apresentada à Banca avaliadora do
Programa de Pós-Graduação em Educação da
Universidade Federal de São Carlos, como
requisito parcial para obtenção do título de
Doutor em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Ilza Zenker Leme Joly

Linha de Pesquisa: Práticas Sociais e Processos
Educativos.

São Carlos

2023

Fernandes, Claudio Oliveira

BLOCO EURECA - Eu Reconheço o Estatuto da Criança e do Adolescente: referência de educação em direitos humanos e participação social infanto-juvenil / Claudio Oliveira Fernandes -- 2023.
214f.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de São Carlos, campus São Carlos, São Carlos
Orientador (a): Ilza Zenker Leme Joly
Banca Examinadora: Aline Maria de Medeiros Rodrigues Reali, Valéria Oliveira de Vasconcelos, Kimi Aparecida Tomizaki, Murilo Ferreira Velho de Arruda
Bibliografia

1. Bloco EURECA. 2. Estatuto da Criança e do Adolescente. 3. Direitos Humanos Infanto-Juvenis. I. Fernandes, Claudio Oliveira. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática
(SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Arildo Martins - CRB/8 7180



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Educação

Folha de Aprovação

Defesa de Tese de Doutorado do candidato Claudio Oliveira Fernandes, realizada em 10/02/2023.

Comissão Julgadora:

Profa. Dra. Ilza Zenker Leme Joly (UFSCar)

Profa. Dra. Aline Maria de Medeiros Rodrigues Reali (UFSCar)

Profa. Dra. Valéria Oliveira de Vasconcelos (UFSCar)

Profa. Dra. Kimi Aparecida Tomizaki (USP)

Prof. Dr. Murilo Ferreira Velho de Arruda (FAMES)

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação.

À família Oliveira Fernandes - minha mãe Carmelita Oliveira Fernandes, meu pai Osvaldo
Justino Fernandes.

Às minhas tias Maria de Lourdes Costa, Maria José Ramos e Maria da Guia (*in memoria*).
Aos meus irmãos e irmãs consanguíneos e do coração, Zuleide, Claudia, Renato, Ênio Fábio,
Renata, Ruanne, Isabel Cristina e Ruan.

Aos meus sobrinhos e sobrinhas, Yasmim, Deyvid, Lucas e Ísis.

Que de forma bem presente e paciente, à distância ou perto, com magnificência, solidariedade,
humanidade, abnegação, boniteza e dedicação têm me dado apoio incondicional no percurso que
representa, não apenas mais uma etapa do processo de construção do meu conhecimento, mas um ato
subversivo, rebelde e insurgente frente aos privilégios desumanizantes, às catracas, aos muros e às
barreiras invisíveis.

AGRADECIMENTOS

À Vida em seus múltiplos significados: organismo vivo, história, biografia, modo de viver, trabalho, vigor, motivo de existência ou a razão de estar sendo.

À Profa. Dra. Ilza Zenker Leme Joly, que de forma generosa, paciente, respeitosa, e acolhedora empenhou-se na orientação e construção desta pesquisa. Por todos os momentos, nestes quatro anos de jornada árdua, porém, é indiscutivelmente, um desafio atravessado pelo amadurecimento e construção do conhecimento que se funda na criatividade e estimula a reflexão.

Minha gratidão aos professores e professoras, funcionários e funcionárias do Centro de Educação e Ciências Humanas e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), pelo acolhimento, estímulo, compreensão, orientações, auxílio e diálogo travado sobre a importância da gramática dos direitos humanos infanto-juvenis e a produção conceitual sobre a temática.

Aos discentes do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), especialmente, a colegas e os colegas da linha de pesquisa Práticas Sociais e Processos Educativos, que compartilharam suas experiências, anseios e expectativas, direta ou indiretamente, e bravamente resistiram na elaboração e desenvolvimento de suas pesquisas, frente ao desmonte das políticas públicas na educação brasileira, sobretudo na área das Ciências Humanas e Sociais.

À Profa. Dra. Elenice Maria Cammarosano Onofre, pela sua contribuição que perpassa minha trajetória no doutoramento em diferentes momentos, na banca de arguição, nas disciplinas, na banca do seminário de teses e dissertações e na banca de qualificação, sempre amorosa e solidária.

À Profa. Dra. Aline Maria de Medeiros Rodrigues Reali, pelo carinho com que me recebeu na Reveduc e suas contribuições na ocasião da banca de qualificação, abrilhantando a minha pesquisa.

Ao Prof. Dr. Murilo Ferreira Velho de Arruda, a sensibilidade, a satisfação e o cuidado com que se põe face a minha pesquisa desde a banca de seminários de teses e dissertações representa para mim o conceito de solidariedade pedagógica.

À Profa. Dra. Kimi Aparecida Tomizaki, do Departamento de Filosofia e Ciências da Educação, na área de Sociologia da Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP), que gentilmente me acolheu na disciplina Pesquisa em Educação e Ciências Sociais: Métodos e Técnicas, com contribuições importantes para o desenvolvimento da metodologia no campo de pesquisa.

Aos professores e professoras, Aida Victória Garcia Montore, Luiz Goncalves Junior, Maria Waldenez de Oliveira e Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, que generosamente se disponibilizaram a compartilhar saberes acadêmicos e não acadêmicos.

À Secretária de Pós-Graduação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Campus São Carlos, notadamente na pessoa de Silvana Félix, pela orientação administrativa durante a minha trajetória no doutorado.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo papel desempenhado na expansão e consolidação dos programas de pós-graduação stricto sensu, mestrado e doutorado, nas universidades públicas do Brasil.

Aos amigos e amigas sempre presentes nos debates, fundamentais para a construção/desconstrução/reconstrução da minha trajetória no âmbito acadêmico, e na luta por uma sociedade mais justa e democrática, a tônica da produção conceitual e da promoção de conhecimentos, sobretudo, do protagonismo, da gramática e da garantia dos direitos humanos infanto-juvenis.

Aos educadores e educadoras sociais do Bloco e da Rede EURECA, especialmente às coordenadoras e coordenadores do Projeto Meninos e Meninas de Rua, CEDECA Sapopemba, Instituto Camará Calunga e do Centro Comunitário Joilson de Jesus pela insistente militância na área da infância, da educação social, dos direitos humanos e da diversidade, entre outros.

Às crianças, adolescentes, jovens, familiares e comunidade participantes da atividade/ação do Bloco e da Rede EURECA, em especial, as entrevistadas e o entrevistado da pesquisa, que com sabedoria enorme, experiências, vivências e conhecimento compartilharam suas experiências de vida com este pesquisador. Que aqui serão representados pelos nomes de deusas e deus de diferentes mitologias, tais como: Aurora, Luna, Diane, Irene, Flora e Acácio

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho ao II Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua, realizado em setembro de 1989, em Brasília, capital Federal do Brasil, que durante quatro dias reuniu cerca de 750 crianças e adolescentes, 150 educadores e educadoras sociais, 50 colaboradores e colaboradoras em serviço de apoio, oriundos dos 26 estados brasileiros e do Distrito Federal, bem como 15 crianças vindas de outros Países da América Latina. De forma organizada, consciente e responsável, lutaram pelo reconhecimento da sociedade brasileira à importância da proteção integral para crianças, adolescentes e jovens dos direitos constitucionais expressos no artigo 227 da Constituição Federal do Brasil de 1988.

Dedico também a crianças, adolescentes, jovens, educadores e educadoras, familiares, organizações e instituições parceiras e comunidade, que de forma irreverente e alegre, com músicas e danças, oficinas pedagógicas e denúncias contra as violações aos direitos das crianças, adolescentes e jovens resistem com o Bloco EURECA, ao ocupar as ruas das cidades por onde passa no período do Carnaval, para difundir seus direitos e conscientizar sobre os direitos humanos infanto-juvenis, ao mesmo tempo em que exigem as garantias dos direitos com leveza e cultura.

À Rede EURECA, por tornar possível a ampliação da atividade/ação do Bloco EURECA, ao acreditar, sonhar e esperar uma sociedade mais justa, mesmo diante de uma série de adversidades, e reconhece a magnitude do Estatuto da Criança e do Adolescente, possibilitando a construção de uma pauta contra o apagamento da história, a preservação da memória e em favor da construção da cultura e dos direitos sociais, da verdade, da diversidade, respeito, igualdade e a visibilidade dos direitos humanos infanto-juvenis, em que crianças e adolescentes despontam como prioridade absoluta.

Temos o direito a ser iguais quando nossa diferença nos inferioriza; temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza (SANTOS, 2003).

Resumo

O objetivo central desta tese é analisar e compreender como se dá o processo de educação para a cidadania e a luta pela disseminação dos direitos humanos de crianças e jovens com e para o coletivo, na prática social desse grupo, presente na atividade/ação (entendida aqui como um ato educativo contínuo de criar, recriar, significar e ressignificar) do Bloco EURECA. O Bloco adota o conceito de seu próprio nome: EURECA – Eu Reconheço o Estatuto da Criança e do Adolescente, e foi criado em 1991 pelo Projeto Meninos e Meninas de Rua (PMMR) em São Bernardo do Campo, na região metropolitana de São Paulo, conhecida como ABCDMRR (que inclui as cidades de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra). Igualmente, a proposta do bloco traz a crítica social de forma lúdica, afetiva, dançante e alegre, partindo da premissa de que os direitos sociais, enquanto políticas sociais ou setoriais, são instrumentos ou mecanismos que sustentam a concepção da "gramática" dos direitos humanos. Esta pesquisa trata dessa proposta e apresenta uma reflexão sobre o projeto político pedagógico, a metodologia e as contribuições da atividade/ação e das políticas desse Bloco, que, naturalmente, se percebe, define-se, classifica-se e posiciona-se como um movimento insurgente em torno da esperança e da adoção de um novo olhar e tratamento para as crianças brasileiras, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade, risco e sofrimento. Os sujeitos da pesquisa são crianças, adolescentes, jovens, educadores sociais, que se concebem a partir da compreensão de que a democracia se constitui onde os direitos humanos são princípios fundantes na construção do desenvolvimento educacional, considerando outras gramáticas e linguagens alternativas à narrativa da tipificação da dignidade humana elaborada no Norte Global. Os sambas-enredo do EURECA, elaborados de forma coletiva, trazem essa dimensão de pensamento (direitos humanos) e dos gestos (as políticas públicas). O contexto em que essa atividade/ação é organizada e desenvolvida é resultado da demanda de diferentes organizações civis, projetos, movimentos sociais e outros setores sociais localizados em diferentes áreas geográficas do Estado de São Paulo. A metodologia adotada pelo Bloco EURECA baseia-se nos conceitos freireanos em diálogo com o quadro teórico das Epistemologias do Sul. Esta pesquisa é um estudo de caso qualitativo. A metodologia de estudo de caso, adotada nesta pesquisa, está em consonância com a pesquisa-ação participante, dada à necessidade de ampliar a compreensão do fenômeno estudado que se configura nas experiências de violação vivenciadas no cotidiano dos participantes do Bloco. Isso perpassa as categorias de protagonismo individual, de grupo, de movimento social e político, possibilitando mudanças na forma pela qual as crianças são vistas e tratadas, bem como na elaboração e desenvolvimento de seus projetos de vida. Para o estudo detalhado da atividade/ação coletiva do Bloco EURECA, desenvolvida há mais de três décadas, fez-se uma coleta de dados por meio de observações, anotações no diário de campo, entrevistas e as próprias letras dos sambas-enredo construídas coletivamente. O desenvolvimento do processo teórico-metodológico deste trabalho tem o mesmo fio condutor presente na atividade/ação do Bloco EURECA: o arcabouço teórico-metodológico das Epistemologias do Sul e freiriano. A pesquisa abordou conceitos teórico-metodológicos e críticos a partir de temas, tais como a Doutrina da Situação Irregular; Doutrina da Proteção Integral; Estatuto da Criança e do Adolescente/ECA; Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes; Educação em e para os Direitos Humanos; Participação Social; Cidadania Infanto-Juvenil e Carnaval e Samba, considerando que a mudança de paradigma na legislação brasileira, a partir de 1988, em relação à construção, assimilação e concepção de criança, adolescente e jovem, é um dos fatores fundamentais para a criação do EURECA. Os resultados apontam para uma trajetória do Bloco fundamentada no princípio da participação social e cidadã que, dialeticamente, perpassa o vivido no cotidiano e o mundo das ideias. O processo de trabalho coletivo resultou na criação e recriação coletiva de mais de trinta sambas-enredo, num processo de ação-reflexão-ação sobre as diferentes formas de violação e violências sofridas pela infância e adolescência na sociedade brasileira e a garantia de seus direitos humanos. A possibilidade de definir o EURECA como um movimento insurgente em torno da adoção de uma nova forma de ver e tratar as crianças brasileiras em situação de vulnerabilidade, risco e sofrimento amplia-se e configura-se como uma forma de construir consciência político-crítica entre seus participantes, a partir da relação entre a intenção (a ideia de direitos humanos para crianças e adolescentes) e o gesto (a materialização do direito).

Palavras-chave: Estatuto da Criança e do Adolescente. Bloco EURECA. Direitos Humanos Infanto-Juvenis. Protagonismo Infanto-Juvenil. Participação Social.

Abstract

The central objective of this thesis is to analyze and understand how the process of education for citizenship and the struggle for the dissemination of human rights for children and young people takes place with and for the collective in the social practice of this group present in the Bloco EURECA's activity/action (understood here as a continuous educational act of creating, recreating, signifying, and re-signifying). The Bloco EURECA adopts the concept of its own name: EURECA - Eu Reconheço o Estatuto da Criança e do Adolescente, and the group was created in 1991 by the Projeto Meninos e Meninas de Rua/PMMR (Street Boys and Girls Project) in São Bernardo do Campo, in the São Paulo metropolitan area, known as ABCDMRR (which includes the cities: Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires and Rio Grande da Serra). Likewise, the Bloco's proposal brings social criticism in a playful, affectionate, dancing, and joyful way, based on the premise that social rights, as social or sectoral policies, are instruments or mechanisms that support the conception of the human rights "grammar". This research deals with this proposal and presents a reflection on the pedagogical political project, the methodology and the contributions of the activity/action and policies of this Bloco, which naturally perceives, defines, classifies, and positions itself as an insurgent movement around hope and the adoption of a new look and treatment for Brazilian children, especially those in situations of vulnerability, risk, and suffering. The subjects of the research are children, adolescents, young people, social educators, who conceive themselves from the understanding that democracy is constituted where human rights are founding principles in the construction of educational development, considering other grammars and alternative languages to the narrative of the typification of human dignity elaborated in the Global North. EURECA's sambas-enredo (samba songs), produced collectively, bring this dimension to thinking (human rights) and gestures (public policies). The context in which this activity is organized and developed is the result of the demand made by different civil organizations, projects, social movements, and other social sectors located in different geographical areas of the State of São Paulo. The methodology adopted by Bloco EURECA is based on Freirean concepts in dialogue with the theoretical framework of the Epistemologies of the South. This research is a qualitative case study. The case study methodology adopted in this research is in line with participant-action research, given the need to broaden the understanding of the phenomenon studied, which is configured in the experiences of violation lived in the daily lives of the Bloco participants. This crosses the categories of individual, group, social movement, social and political protagonism, allowing changes in the way children are seen and treated, as well as in the elaboration and development of their life projects. Data were collected through observations, field diaries, interviews, and the lyrics of the sambas-enredo (samba songs), which were collectively constructed, to study, in detail, the collective activity/action of Bloco EURECA, which has been going on for more than three decades. The development of the theoretical-methodological process of this work has the same guiding thread present in the activity/action of the EURECA Block: the theoretical-methodological framework of the Epistemologies of the South and Freirianism. The research addressed theoretical-methodological and critical concepts based on themes, such as the Irregular Situation Doctrine; the Integral Protection Doctrine; Estatuto da criança e do adolescente/ECA (Child and Adolescent Statute); Human Rights for Children and Adolescents; Education in and for Human Rights; Social Participation; Citizenship for Children and Young People and Carnival and Samba, considering that the paradigm shift in Brazilian legislation, since 1988, in relation to the construction, assimilation and conception of children, adolescents and young people, is one of the key factors in the creation of EURECA. The results show that the Bloco's trajectory is based on the principle of social and citizen participation, which dialectically permeates everyday life and the world of ideas. The collective work process resulted in the collective creation and re-creation of more than thirty sambas-enredo (samba songs), in a process of action-reflection-action on the different forms of violation and violence suffered by children and adolescents in Brazilian society and the guarantee of their human rights. The possibility of defining EURECA as an insurgent movement around the adoption of a new way of seeing and treating Brazilian children in situations of vulnerability, risk and suffering is expanded and configured as a way of building political-critical awareness among its participants, starting from the relationship between the intention (the idea of human rights for children and adolescents) and the gesture (the materialization of the right).

Keywords: Estatuto da criança e do adolescente/ECA (Child and Adolescent Statute). Bloco EURECA. Human rights for children and adolescents. Child and Youth Protagonism. Social Participation.

LISTA DE SIGLAS

ABCDM -	Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema e Mauá
ABCDMRR -	Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema e Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra
BDB -	Biblioteca Digital Brasileira
BDTD -	Banco de Teses e Dissertações
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CDHS	Centro de Defesa dos Direitos Humanos
CEDECA -	Centro de Defesa da Criança e do Adolescente
CEP -	Comitê de Ética e Pesquisa
CF -	Constituição Federal
CIDC -	Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança
CRAS -	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS -	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CT -	Conselho Tutelar
DUDH -	Declaração Universal dos Direitos Humanos
DDHV -	Declaração dos Direitos Humanos de Viena
DH -	Direitos Humanos
ECA -	Estatuto da Criança e do Adolescente
ENEM -	Exame Nacional do Ensino Médio
EURECA -	Eu Reconheço o Estatuto da Criança e Adolescente
FEBEM -	Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor
FEUSP -	Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo
FINEP -	Financiadora de Estudos e Pesquisas
IBGE -	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBICT -	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IDHM -	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IES -	Instituição de Ensino Superior
MEC -	Ministério da Educação
MNMMR -	Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua
OIT -	Organização Internacional do Trabalho
ONG -	Organização Não Governamental
OS -	Organização Social
OSC -	Organização da Sociedade Civil
OSCIP -	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PMMR -	Projeto Meninos e Meninas de Rua
PPGE -	Programa de Pós-Graduação em Educação
PROUNI -	Programa Universidade para Todos
SARS-CoV-2 -	Síndrome Respiratória Aguda Grave
SGDCA -	Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente
RDC	Registro em diário de campo
TALE -	Termo de Assentimento Livre e Esclarecido
TCC -	Trabalho de Conclusão de Curso
TCLE -	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UBS	Unidade Básica de Saúde
UFSCar -	Universidade Federal de São Carlos
UNIAN	Universidade Bandeirantes de São Paulo/Anhanguera
UNICEF -	Fundo das Nações Unidas para a Infância
OEA -	Organização dos Estados Americanos

ONU - Organização das Nações Unidas

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 -	Representação a cidade de Itapetim, localizada geograficamente no semiárido nordestino, no estado de Pernambuco, terra natal deste pesquisador.	21
Figura 02 -	Convite para participação e composição das comissões de trabalho e formação da atividade/ação do Bloco EURECA. Adaptado do original.	78
Figura 03 -	Mapeamento dos equipamentos públicos na Comunidade Montanhão, em São Bernardo do Campo, São Paulo – Brasil.	93
Figura 04 -	Planta baixa do espaço ocupado pelo Projeto Meninos e Meninas de Rua (PMMR) em São Bernardo do Campo – São Paulo.	94
Figura 05 -	Mapeamento dos equipamentos públicos na Comunidade Vila Margarida, em São Vicente, São Paulo – Brasil.	95
Figura 06 -	Mapeamento dos equipamentos públicos na Comunidade Parque Santa Madalena, no bairro de Sapopemba, São Paulo/São Paulo – Brasil.	96
Figura 07 -	Planta baixa dos pavimentos térreo e superior do Centro Comunitário de Joilson de Jesus em Sapopemba.	99
Figura 08 -	Planta baixa dos pavimentos térreo e superior do Centro Comunitário de Joilson de Jesus em Sapopemba.	99

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 -	Representa o número de descritores levantados, com base nos títulos e letras dos sambas-enredo do Bloco EURECA, considerando o aspecto da categoria universal, de cada um e com o recorte temporal entre 1990-2019.	117
Tabela 02 -	Representa o número de descritores levantados, com base nos títulos e letras dos sambas-enredos do Bloco EURECA, considerando o aspecto da categoria Criança e Adolescente, com o recorte temporal entre 1990-2019.	126
Tabela 03 -	Representa o número de descritores levantados, com base nos títulos e letras dos sambas-enredos do Bloco EURECA, considerando o aspecto da categoria infanto-juvenil com o recorte temporal entre 1990-2019.	127

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 -	Letras dos sambas-enredo, elaboração e construção coletiva, com participação de educadores e educadoras sociais, bem como crianças, adolescentes e jovens, e outros participantes do Bloco EURECA (1992-2022)	112
Quadro 02 -	Descritores utilizados nas primeira e segunda fases das buscas no banco de dados BDTD, teve como parâmetro a “busca avançada” e “operadores de busca” (Booleanos)	114
Quadro 03 -	Representa o número de descritores levantados, com base nos títulos e letras dos sambas-enredos do Bloco EURECA, considerando o aspecto da categoria infanto-juvenil com o recorte temporal entre 1990-2019.	128
Quadro 04 -	Construção da linha do tempo dos direitos humanos (Global e local).	137

Sumário

APRESENTAÇÃO	20
INTRODUÇÃO.....	37
1. EURECA: EU RECONHEÇO O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.....	55
1.1 EURECA: UM CHAMAMENTO PARA O RECONHECIMENTO DOS DIREITOS HUMANOS INFANTO-JUVENIS	56
1.2 EURECA: CARNAVAL DA CRIATIVIDADE, “SOBRE NÓS, E COM NÓS”	59
1.3 EURECA: PROTAGONISMO INFANTIL-JUVENIL; CRIANÇA ORGANIZADA COM ESTATUTO NA MÃO	62
1.4 EURECA: CARNAVAL E SAMBA; COREOGRAFANDO A METODOLOGIA DO BLOCO CARNAVALESCO INFANTO-JUVENIL 65	
1.5 EURECA: A DESAGRADÁVEL HISTÓRIA CONSTRUÍDA A MUITAS MÃOS; PRESENTE NA MEMÓRIA DA QUEBRADA .	69
1.6 EURECA: SAMBA DA DIVERSIDADE, RESPEITO E IGUALDADE; O RETRATO DA MISTURA DA PERIFA, DA CULTURA, DO TERREIRO E DO ALTAR.....	79
1.7 EURECA: MIL HISTÓRIAS PARA CONTAR; A PÁTRIA QUE EU SONHO, TEM VÁRIAS INFÂNCIAS	83
2. DESCRIÇÃO DO CONTEXTO DA PESQUISA	88
2.1 DESCRIÇÃO DO LÓCUS DA PESQUISA E DAS CONDIÇÕES DE COLETA DE DADOS	90
2.2 TERRITÓRIO EURECA EM SÃO BERNARDO DO CAMPO.....	91
2.3 TERRITÓRIO EURECA EM SÃO VICENTE	94
2.4 TERRITÓRIO EURECA EM SAPOEMBA	96
3. CAMINHO METODOLÓGICO: PERSPECTIVA TEÓRICA	100
3.1 REVISÃO DE LITERATURA	101
3.2 REVISÃO DE LITERATURA NA PERSPECTIVA DO SUL GLOBAL	103
3.3 METODOLOGIA	104
3.4 PROPOSTA METODOLÓGICA E COLETA DE DADOS	105
3.5 LEVANTAMENTO BIBLIOMÉTRICO E BIBLIOGRÁFICO	111
3.6 SISTEMATIZAÇÃO DO LEVANTAMENTO BIBLIOMÉTRICO E BIBLIOGRÁFICO.....	115
3.7 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS.....	127
4. DIREITOS HUMANOS: ASPECTOS CONCEITUAIS E CONSTRUÇÃO HISTÓRICA.....	135
5. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO	144
5.1 MATRICIAL DA CATEGORIA “REIVINDICAÇÃO DO SER INACABADO”	145
5.2 MATRICIAL DA CATEGORIA “PEDAGOGIA COLETIVA, NA OCUPAÇÃO DOS ESPAÇOS”	151
5.3 MATRICIAL DA CATEGORIA “ATIVIDADES FORMATIVAS PARA O EMPODERAMENTO”	156
5.4 MATRICIAL DA CATEGORIA “CONSCIÊNCIA DE SI COMO FUNDAMENTO DA DIGNIDADE HUMANA” .	162
5.5 MATRICIAL DA CATEGORIA “DEMOCRATIZAÇÃO DA VOZ E EMANCIPAÇÃO”	166
6. DIÁRIO DE CAMPO: O OUTRO COMO REFLEXÃO	171

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	174
8. REFERÊNCIAS	180
APÊNDICE A: TERMOS DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	185
APÊNDICE B: TERMOS DE AUTORIZAÇÃO DE USO IMAGEM E VOZ	193
APÊNDICE C: ROTEIRO DE ENTREVISTA DO BLOCO EURECA – PESQUISA DE PERCEPÇÃO	199
APÊNDICE D: ROTEIRO DE ENTREVISTA – PARTE II	203
APÊNDICE E: AUTORIZAÇÕES PARA PESQUISA NOS PROJETOS/INSTITUIÇÕES	208
ANEXO A: DOCUMENTO DE APROVAÇÃO NO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA.	211
ANEXO B: CARTA ABERTA À COMUNIDADE.....	212

Apresentação

O texto aqui apresentado resulta de reflexões sobre o percurso acadêmico deste pesquisador a partir do ano 2011. Com o retorno aos espaços da educação escolarizada, após mais de uma década de distanciamento dos bancos escolares, inicia-se uma trajetória pensada e esperançada e, portanto, contemplada no escopo do projeto de vida desde a tenra idade. Foi a materialização de um sonho, traçado desde a conclusão da modalidade do Ensino Médio, na segunda metade da década de 1990, quando aos 16 anos de idade finalizava o ciclo da Educação Básica no espaço escolar. Esse retorno representou a importância da concretude de um projeto de vida, adiado devido à necessidade de partir de seu lar para outras terras em busca de trabalho remunerado que garantisse a sobrevivência e a dignidade da pessoa humana em desenvolvimento, prefigurada em um adolescente.

Portanto, nascer e viver no semiárido nordestino¹, na cidade de Itapetim, no estado de Pernambuco, conforme é possível observar a localização geográfica na figura 01, teve um papel fundamental no meu processo de desenvolvimento como pessoa humana. Inspirado em um bioma que, de formas múltiplas e interdisciplinares, ensina sobre a possibilidade e o sentido de se renovar, reinventar e brotar o verde do esperar ao toque das primeiras gotículas de chuva, é usufruir de experiências extraordinárias de resiliência que ratifica o sentido de cidadania e, sobretudo, da vida no cotidiano. Mesmo, e, apesar de anos sob os tórridos raios solares, em uma terra que chora a opressão da ação humana, a chuva representa a mudança de paradigma na interlocução entre a destruição e o renascimento, a degradação e proteção. Nesse sentido, de forma gentil e solidária, a natureza presenteia com o colorido exuberante de sua flora um território antes devastado, trazendo assim, a possibilidade de reflexão sobre a construção e reconstrução de novos caminhos, mesmo que, em outros territórios cheios de barreiras, obstáculos e armadilhas, num percurso sem as redes de proteção familiar, de amizade e comunitária, a qual já estava habituado desde a infância.

¹ De acordo com as Resoluções do Conselho Deliberativo da Sudene de nº 107, de 27/07/2017 e de nº 115, de 23/11/2017, que estabelece os critérios para a delimitação do Semiárido, três características devem ser observadas para compreender a composição deste bioma. São elas: os níveis de precipitação pluviométrica média anual igual ou inferior a 800 mm; o Índice de Aridez de Thornthwaite igual ou inferior a 0,50 e Percentual diário de déficit hídrico igual ou superior a 60%, considerando todos os dias do ano. Considerando os últimos dados do levantamento, a extensão do Semiárido Brasileiro se estende por cerca de 1.262 municípios das regiões Nordeste e Sudeste, nos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Minas Gerais. Disponível em: <https://www.gov.br/sudene/pt-br/assuntos/projetos-e-iniciativas/delimitacao-do-semiarido>. Acesso em 04 de dez. de 2022.

Figura 01: Representação a cidade de Itapetim, localizada geograficamente no semiárido nordestino, no estado de Pernambuco, terra natal deste pesquisador.



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Regional e Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE (2017).

Considerando que, se distanciar de forma indesejada, da terra natal, das raízes, das experiências e da história de vida construída até então, para recomeçar em outro território e/ou espaço geográfico do Brasil, tendo em vista a incipiência de políticas públicas na garantia da subsistência da pessoa humana no semiárido, que compõe quase toda a extensão territorial dos estados do Nordeste brasileiro, é, sobretudo, uma violência e violação dos direitos humanos, que marca o desenvolvimento da crianças, adolescentes e jovens de forma profunda. Luiz Gonzaga narrou de forma poética essa experiência na canção “Asa Branca²”, que considero uma das narrativas mais significativas e emblemáticas para se contar o êxodo nordestino para outros territórios do Brasil. Os versos da canção representam, em sua forma mais sublime, as dores e alegria da experiência migratória, parte da essência e da complexidade humana no ordenamento e reordenamento de sua identidade.

Ocupar novamente os bancos da academia no início da década de 2010, considerando o longo período distante dos espaços escolares, foi um resgate da memória afetiva, da infância

² A Música Asa Branca, remete à infância do pesquisador, ao bioma do semiárido nordestino. Dentre outras aves migratórias, a pomba de cor acinzentada tem em parte de suas asas a coloração branca. A revoada dessa espécie, em direção a outros biomas, simboliza para o sertanejo um ano “ruim de inverno”, ou seja, que o período e a intensidade das chuvas na caatinga nordestina não serão abundantes.

e adolescência vividas no semiárido pernambucano. As gotículas de chuva que, no contexto aqui trabalhado, assumem analogicamente a referência de um outro saber, começavam a cair sobre a terra arrasada, bem como na flora com seus galhos secos, fundamentais para o aparecimento e crescimento de novas folhagens, representam o esperar em uma sociedade estruturalmente desigual e com indicadores que apontam para a distância na intenção e no gesto da efetivação de políticas públicas para garantir o acesso e permanência aos espaços de saberes institucionalizados. Entretanto, cabe ressaltar que o desabrochar de uma nova cor do saber tem a intencionalidade de juntar-se à diversidade de cores, aos saberes adquiridos nas experiências cotidianas em outros espaços educativos e não à sua sobreposição.

Voar como a Asa Branca simbolizou, não só uma ruptura, mas o desafio da construção de novos saberes, que se deram em diversos espaços educativos e em diferentes contextos geográficos. Habitar em outros biomas é também ressignificar sua história e a relação com o outro. O primeiro pouso foi no litoral paulista na cidade de Ubatuba, onde parte da família materna que, também alçou voo das “terras ardentes” abandonando as “fogueiras de São João”, já não tracejava os passos da dança de quadrilha³.

A vivência de mais de meia década com os povos caiçaras da cidade de Ubatuba constituiu-se como construção de outras formas de aprendizado, possibilitando o reconhecimento da diversidade e pluralidade existentes nas formas de experienciar socialmente a vida em suas diferentes dimensões, especialmente na infância, quando meu progenitor me ensinou a dialogar e interagir com a natureza, observando sua dinâmica, sobretudo, quando esse processo traduzia os sinais que precedem o período de chuvas, seja no semiárido ou na Mata Atlântica. O orvalho na vegetação no dia seis de janeiro, considerado “dia de Reis” na profissão de fê cristã, simbolizava um ano com chuvas abundantes no semiárido nordestino, que traria o verde do esperar para um solo tão castigado pelo sol e pela ação humana. Entretanto, e, partindo da mesma perspectiva de observação da natureza, os ensinamentos dos povos caiçaras, permitiram perceber que é possível dialogar e entender os sinais da natureza a partir da leitura do vento e da linguagem do mar, considerando que essa comunicação se organiza de formas diversificadas; a exemplo de se sentir o vento quente, o chamado vento noroeste, anunciando a chegada da chuva na Mata Atlântica num curto período.

Nesse sentido, o ato de me encantar com o outro, sempre esteve presente nas minhas relações com os diversos espaços de saberes, como no conceito freiriano em que o resultado dessas interações no processo de aprendizagem na minha formação como sujeito não aconteceu

³ Dança popular brasileira, própria das festas juninas

no campo da abstração, mas no processo de adesão, a partir da necessidade de refazer as percepções e a compreensão, bem como a autocompreensão do mundo, com o mundo e para o mundo (Freire, 2011; 2014; 2018; 2019; 2019a; 2019b; 2019c). Mediante o contato e vivência com o pensamento do educador pernambucano, já no espaço acadêmico, compreendi que o conhecimento nunca resulta da unicidade, pois “uma coisa só nunca é bastante para nada [...] A experiência tem que ver com o modo como você está sendo na vida, a forma como você come, ri, brinca, acredita ou não nas pessoas, e isso tem que ver com a experiência que temos na classe social a que pertencemos” (Freire, 2016, p. 159). Essa definição no meu processo de construção de saberes, sentidos e percepções, organizou-se de forma mais objetiva e reflexiva da realidade.

A reflexão a partir da realidade social e da minha construção como ser humano dialoga com processos educativos e práticas sociais que experienciei no percurso longitudinal da minha vivência com diferentes povos e culturas. Percorrer novamente o caminho da minha história de vida, mesmo que na esfera da memória afetiva, é um processo de comunicação interativa do fazer e refazer a própria história e, ao mesmo tempo está nos faz e refaz. Nesse sentido, me oportunizou entender que “a história começou a nos refazer e foi exatamente isso que, durante um processo bastante longo, gestou a possibilidade de termos uma consciência do mundo e uma consciência de nós” (Freire, 2016, p. 301), provocando e desafiando a assumir um compromisso com essa realidade de forma intersubjetiva.

Portanto, fundamentado no pensamento freiriano (2011; 2014; 2018; 2018a; 2019), cabe aqui, rememorar a vivência de quase meia década na cidade de Paraty, no estado do Rio de Janeiro. Para além do trabalho profissional, motivo que me levou a essa região geográfica do país, a possibilidade de ampliar os meus conhecimentos sobre a História do Brasil também convergiu para a decisão de permanecer por um período de quase cinco anos na cidade, considerando que este território carrega consigo um importante recorte da história do país. Essa experiência foi, sem dúvida, o desabrochar de um novo e colorido rebento em uma terra seca marcada pela ignorância. O estabelecimento de relação pessoal com membros da comunidade remanescente de quilombolas se deu com e a partir dessa conjectura, que tem o papel importante como fio condutor para que a aproximação com os quilombolas do Quilombo do Campinho da Independência⁴ acontecesse.

⁴ O Quilombo do Campinho da Independência tem sua origem temporal no século XIX, no ano de 1888, data do fim da escravidão, quando três mulheres: Antônia, Marcelina e Luiza, escravas na antiga Fazenda Independência, receberam do seu senhor uma fatia de terra (já desgastada pelo plantio quase secular do café), onde constituíram famílias e os seus descendentes continuaram vivendo até hoje. Praticamente todos os moradores da comunidade são descendentes de uma dessas três mulheres [...] O Quilombo possui um território com 287,9461 hectares está

Participar dessa experiência com e entre esses sujeitos que historicamente carregam consigo a marca da resistência para a existência, num contexto de opressão, instigou-me a repensar a epistemologia experienciada no processo de aquisição do conhecimento no espaço escolar, sobretudo, da História do Brasil e a contribuição da cultura dos povos africanos para nossa formação cultural e social. A partir dessa experiência de vivenciar e dialogar com comunidades (caiçaras e quilombolas), provocou-me a reflexão sobre as consequências nocivas da narrativa construída nos últimos cinco séculos da História Oficial do Brasil, naturalizando o que Boaventura de Sousa Santos (2010) conceitua como “epistemicídio”, em que “a negação de uma parte da humanidade é sacrificial, na medida em que se constitui a condição para outra parte da humanidade se afirmar enquanto universal” (Santos, 2010, p. 39), sem considerar as possibilidades desperdiçadas ao não dialogar com a riqueza de conhecimentos advinda dessas experiências.

Seguindo essa perspectiva de que o processo de elaboração e construção da história e da cultura está diretamente ligado ao que se vive no cotidiano, daquilo que se concretiza nas práticas diárias de forma concreta, compreendi que “nosso papel não é falar ao povo sobre nossa visão de mundo, ou tentar impô-la a ele, mas dialogar com ele sobre a sua e a nossa. Temos de estar convencidos de que a sua visão de mundo, que se manifesta nas várias formas de sua ação, reflete sua situação no mundo, em que se constitui” (Freire, 2019, p. 120). Portanto, a partir do lugar em que me percebo no mundo, compreendi que, como ressalta Lorossa Bondía (2002) a experiência se constitui de uma junção de acontecimentos que se passa no âmbito da individualidade, convergindo para elaboração e reelaboração do aprendizado para além daquilo que se passa, num processo de conexão mais profunda com o que nos passa, nos acontece e nos toca, permitindo a construção da memória sem a tergiversação da novidade pontual e fragmentada das vivências instantâneas.

Retomando o contexto das experiências vivenciadas no espaço territorial brasileiro, o processo de migração levou-me para o conglomerado urbano mais populoso do Brasil, a cidade de São Paulo, capital paulista. Na mala, em um pequeno compartimento, ainda era possível perceber que se guardava algo precioso, um projeto de vida aguardando sua concretude, cuja complexidade, profundidade e amplitude se dá na “compreensão da história como possibilidade e não determinismo, a que fiz referência neste ensaio, seria ininteligível sem o sonho, assim

localizado no município de Paraty, ao sul do litoral do estado do Rio de Janeiro, em uma área de muita beleza natural: mata atlântica, rios, cachoeiras e mar (Miranda; Bianchin, 2015, p. 126).
MIRANDA, Maria Geralda de. BIANCHIN, Sady. Quilombo do Campinho da Independência: patrimônio cultural do Brasil. In Comum 38 - Rio de Janeiro - v. 17 n° 38 – jul./dez. 2015. p. 125-136

como a concepção determinista se sente incompatível com ele e, por isso, o nega” (Freire, 2011, p. 127). Sem utilizar explicitamente, a escrita ou a oralidade, mas comprometido com sua missão e sua história, em um ato generoso, trouxe consigo no fundo daquela mala a postura esperançosa, que se constitui a partir do verbo esperar.

Diante das condições de trabalho e do modo de vida impostas pelo novo cenário, em que as belezas naturais das praias e das matas de verde exuberante são substituídas pelo concreto, pelo asfalto e pelo transporte público e trânsito intenso. A partir da realidade envolta pelas estruturas de concreto que, ao mesmo tempo em que se projetam imponentes, rompem com a boniteza dos cenários anteriores, lembrando que, no processo, na articulação e na construção como sujeito histórico, bem como a forma de sobrepujar as barreiras que se impõem diante de nós, perpassa pela luta consciente e crítica. Exatamente ali, “nas situações-limite” emergentes das interações sociais do ambiente, demandou meu engajamento pela emancipação e pela busca do “inédito viável” (Freire, 2011, p. 15), do lado interno dos altos muros de proteção que circuncidam as residências e os arranha-céus, nos bairros considerados nobres, habitados por uma parte da população que detém privilégios econômicos, foi o espaço onde, a partir daquele momento passei a exercer a função de empregado doméstico.

Esse ato político iniciou-se com a leitura dos livros esquecidos pelos patrões, nas prateleiras das estantes, bem como a realização do vestibular, para o acesso ao curso de licenciatura em História, ofertado pela Universidade Bandeirantes de São Paulo (privada), tendo em vista a impossibilidade de acessar o curso de Administração em outra Universidade (também do setor privado), pois conflitava com o horário do trabalho. Cabe ressaltar que, o acesso ao curso de Administração, com bolsa de 100%, se daria por meio da política pública que criou e instituiu o Programa Universidade para Todos (Prouni) a partir do processo de participação no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), que tem, como finalidade, possibilitar o acesso da população proveniente das denominadas classes populares a ocupar os bancos universitários e contribuir na construção do conhecimento e do saber científico.

Em contraposição, a complexidade que atravessava a prática e o discurso dos empregadores, a resiliência antológica do semiárido revelou-se com mais um rebento que desabrochou e espalhou o verde do esperar. O projeto de vida e o sonho foram retomados com a inicialização do Curso de Licenciatura em História no ano de 2011. Conservar o entusiasmo de ocupar mais um espaço de construção de saberes, não se revelou tarefa fácil. Nas idas e vindas do trabalho, estudos e estágios, por vezes, o desesperar tornou-se experiência cotidiana.

Os estágios, que aconteciam durante as férias do trabalho, nas escolas da periferia da capital paulista, gradualmente me fizeram compreender, na práxis, o conceito de exclusão e pressão social, teorizados na academia, fundamentados nas concepções de estudiosos franceses, bem como estudiosos localizados ao Sul Global, tais como, Henri Lefebvre (1901-1991) e Pierre Bourdieu (1930-2002), que têm, como abordagem e corrente sociológica, os estudos sobre o Marxismo e Estruturalismo Construtivista; Michel Foucault (1926-1984), que apresenta em seus textos a Arqueologia do Saber, Genealogia do Poder e a Ética; Aníbal Quijano (1930-2018), humanista peruano, que desenvolveu o conceito de “*Colonialidade do Poder*”, baseado na realidade da América Latina; Enrique Dussel (1934-), argentino de Mendoza, que tem como expoente do seu pensamento a filosofia da libertação, a partir do pensamento latino-americano; Nelson Maldonado-Torres, porto-riquenho, que faz uma análise a partir da perspectiva pós-colonial, com uma proposta radical de geopolítica decolonial e Paulo Freire (1926-1997), educador brasileiro que liderou um movimento mundial da chamada pedagogia crítica.

A interação com os estudantes e as estudantes, professores e professoras da Educação Básica nas escolas públicas, primordialmente a participação nos projetos desenvolvidos pela comunidade escolar, proporcionou-me a partir da prática, a possibilidade de ressignificar os conceitos historiográficos que explicam a contribuição dos povos africanos e dos povos originários na construção social do Brasil. Nesse caso, a abordagem da professora de História sobre a cultura e as religiões de Matriz africana, fundamentada na Lei 10.639/03⁵, trouxe a reflexão sobre o que diz Freire (2014) ao tratar da ética e da prática formadora no trabalho docente como uma condição da natureza humana, simbolizou para mim a evidência de que a centralidade na promoção de uma reflexão numa perspectiva libertadora, de como a história é concebida dialeticamente, possibilitou que conceitos como utopia, sonho e esperar pudessem se constituir como um caminho auxiliar no progresso do conhecimento e da compreensão do lugar, que a história da condição humana coerentemente e de forma dialética intervém profundamente no mundo.

Tal entendimento e mudança paradigmática no olhar e trato para a historiografia brasileira convergiu e caracterizou-se como tema-problema do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado de: “Carnaval e Samba na afirmação da identidade negra nas primeiras

⁵ Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências (Brasil, 2003).

décadas da República Brasileira”. O fio condutor do trabalho foi o Samba denominado “Voz do Morro”, composição do sambista José Flores de Jesus, o Zé Kéti⁶.

A temática versa sobre os processos educativos e as interações sociais nos espaços de acolhimento dos negros libertos vindos da Bahia após a assinatura da Lei Áurea no final do século XIX. O trabalho faz um resgate da transição do Entrudo⁷ e as brincadeiras com os limões de cheiro, da organização dos cordões carnavalescos e da formação das agremiações carnavalescas que eram organizadas, majoritariamente na Praça Onze ou Pequena África⁸, como também era conhecida essa região da antiga capital do Brasil, o Rio de Janeiro.

Ao tomar como fio condutor o Samba ‘Voz do Morro’, tem-se, como pressuposto, trazer ao debate o processo de marginalização da cultura, música e religião de matriz africana, impactada pela reforma de Pereira Passos, Prefeito da então capital do país no início do século XX, e a subida da população pobre e negra que habitava a região central da cidade para os morros. Corroborando o referencial teórico, foram realizadas três entrevistas com representantes de diferentes espaços do mundo do samba, sendo eles, a representante da diretoria de uma Escola de Samba com sede na região central da capital paulista; a sambista carioca, que, à época, era residente na cidade de São Paulo e ocupante de uma cadeira na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo; o membro da presidência da Liga Independente das Escolas de Samba de São Paulo.

A partir das inquietações que o Trabalho de Conclusão de Curso trouxe, por sugestão da orientadora Irandi Pereira, elaborei o projeto de pesquisa que possibilitou a participação no edital do processo seletivo para ingresso no Mestrado Profissional ofertado pela mesma universidade, a Universidade Bandeirantes de São Paulo (UNIAN-ANHANGUERA). Tendo em vista que a defesa do TCC da Licenciatura em História aconteceu na sexta-feira, dia 05 de

⁶ A carreira de Zé Kéti como compositor começou mesmo no final da década de 1930, quando ingressou na Ala de Compositores da Portela [...] Zé Kéti bandeou-se para a Escola de Samba União de Vaz Lobo e lá compôs o seu mais longínquo sucesso, “A Voz do Morro”, cantado até hoje nas rodas de sambas e em programas ou shows que fazem referência ao Samba. Portanto, há mais de 60 anos se ouve este samba, que foi composto em defesa da nossa cultura, já que a música estrangeira começava a invadir o Brasil” (Meirelles, 2020, p. 51-52)

⁷ *Entrudo* significava durante muito tempo (e, para boa parte da população carioca, ainda mantinha esse sentido no final do século XIX) o mesmo que *Carnaval*: um conjunto de brincadeiras e folguedos realizados quarenta dias antes da Páscoa [...] com sentido oposto ao da palavra *Carnaval*, que designava sobretudo préstimos, bailes, batalhas de confete e outras práticas mais recentes, às quais se atribuía superioridade em face aos folguedos rudes e incultos do entrudo [...] a palavra entrudo é muito mais que uma malhadeira generalizada, incorporando também uma série de folguedos de sentidos sociais muito definidos (Cunha, 2001, pp, 17-25).

⁸ Expressão usada pelo escritor Roberto Moura, baseado numa afirmação de Heitor dos Prazeres [...] para designar a base territorial da comunidade baiana do Rio de Janeiro, estabelecida, a partir dos anos de 1870, na região que se estendia dos arredores da antiga da Praça Onze até as proximidades da atual Praça Mauá. Compreendendo as antigas localidades e freguesias da Cidade Nova, de Santana, do Santo Cristo, da Saúde e da Gamboa, e constituindo-se em importante polo concentrador de múltiplas expressões da cultura afro-brasileira, da música à religião, a Pequena África foi o berço onde nasceu o samba em sua forma urbana (Lopes; Simas, 2021, p. 220).

dezembro de 2013, por volta das 21h, e o processo seletivo para ingresso no Mestrado Profissional se daria às 09h da manhã, dia seis do mesmo mês, a ausência de documentos não me permitiu avançar para a segunda fase do processo seletivo para ingresso no programa. Entretanto, cabe ressaltar que a primeira etapa foi realizada com resultado considerado satisfatório, a aprovação na prova da fase inicial.

O episódio que parecia erguer-se como uma barreira ou um obstáculo, remeteu-me novamente às memórias do semiárido nordestino sobre a resiliência, rememorando momentos em que caminhava no sol escaldante e encontrava uma árvore frondosa permanecendo ali por alguns instantes com o intuito de refrescar-me, recuperar as energias e prosseguir na caminhada. Nesse sentido, realizei, então, a inscrição como aluno especial em uma das disciplinas do Mestrado Profissional Adolescentes em Conflito com a Lei, do programa de Pós-Graduação da Universidade Bandeirantes de São Paulo (UNIAN-ANHANGUERA), possibilitando o amadurecimento sobre a temática e o delineamento do projeto de pesquisa que, em sua primeira versão, trazia, como objetivo central, entender os processos educativos nos espaços das quadras e barracões das escolas de samba da cidade de São Paulo e sua relação com os pressupostos da educação social e/ou educação popular.

A vivência com os colegas e as colegas, professores e professoras do programa de Pós-Graduação da Universidade, especialmente a professora que me orientou no TCC e posteriormente no Mestrado, bem como a fundamentação teórica que embasava a ementa das disciplinas, contribuíram de forma significativa para construção, desenvolvimento e delineamento do projeto de pesquisa, agora com recorte para a área da infância, a cultura carnavalesca e a educação.

Nesse caso, a nova versão do projeto de pesquisa, foi apresentada com o objetivo de compreender a relação entre carnaval e samba e a educação, sobretudo, os conceitos de educação social e/ou educação popular na práxis. Essa mudança no projeto de pesquisa para o Mestrado, tinha como premissa a possibilidade de entender os pressupostos que fundamentam a educação em espaços não escolares, especialmente, os que adotam em suas atividades referências da cultura de matriz africana e afro-brasileira e suas representações no contexto histórico. A percepção de que essas características estão presentes no repertório da educação musical, nos instrumentos, na forma de organização e em outros elementos utilizados pelo grupo tem relação intrínseca com a tradição africana e afro-brasileira, foi de fundamental importância para o recorte da pesquisa.

Partindo desse contexto e do diálogo com diferentes sujeitos e grupos que trabalham a educação social e/ou popular em espaços marcados pelas desigualdades sociais e culturais, mas

que coletivamente pensam a construção identitária e cultural, sem, contudo, esquecer a diversidade presente no cotidiano das classes populares frente a uma cultura dominante, e por intermédio da minha orientadora no Mestrado, Irandi Pereira, foi que se deu o encontro com os educadores e as educadoras sociais e a atividade/ação desenvolvida no Bloco EURECA. Assentada no trabalho pedagógico com teor político e sociocultural, a partir da percepção de que aquilo que se entende como dimensão educativa da Cultura Popular “compreende-se como a prática de uma relação de compromissos entre movimentos de cultura popular e movimentos populares através da cultura” e, portanto, nesse sentido “define-se como projeto de realização coletiva” (Brandão, 2019, p. 127). A atividade/ação desenvolvida pelo Bloco EURECA toma, como base, os conceitos e fundamentações do modelo de educação defendida por pensadores e estudiosos como Paulo Freire (2011; 2014; 2018; 2019) e Antônio Carlos Gomes da Costa (1991; 2000), que, ao reinventarem as palavras e alargarem seus significados em suas obras, atribuíram aos conceitos de educação social e educação popular e protagonismo infanto-juvenil sentidos profundos e singulares.

Fundamentado na mudança de paradigma da legislação no Brasil, como a Constituição da República Federativa do Brasil em 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, o processo de conscientização para o exercício da cidadania desenvolvido na e, a partir da atividade/ação do Bloco EURECA, ecoa em favor das garantias dos direitos humanos e dos direitos humanos infanto-juvenis, e tem, em sua definição e dimensão, os pressupostos de uma ação coletiva e popular que, ao ser efetivada na prática do cotidiano, está impregnada da mesma dimensão educativa da cultura popular, na denúncia e no enfrentamento as diversas formas de violência e violação à vida e à dignidade humana de crianças, adolescentes, jovens e seus familiares, sobretudo, dos que se encontram sujeitos à situação de/nas ruas.

A partir dessa perspectiva histórica, nesse caso, tanto das demarcações presentes nos movimentos de cultura popular, especialmente do carnaval e samba, tal como dos movimentos que militam em defesa dos direitos humanos infanto-juvenis, que emergiu o projeto de pesquisa, intitulado de “Bloco EURECA: uma marca para educação social”, resultando na dissertação para defesa do título de Mestre Profissional em Adolescente e Conflito com a Lei (Fernandes, 2016).

Consequentemente, os escritos sobre as práticas sociais e os processos educativos presentes na atividade/ação do Bloco EURECA constituem, necessariamente, o desejo de conduzir o processo de investigação da temática no olhar e trato a essas diferentes categorias. “O que acontece é que a luta é uma categoria histórica e social. Tem, portanto, historicidade. Muda de tempo-espaço a tempo-espaço” (Freire, 2011, p. 59). Portanto, partindo desse

pressuposto, participei do processo seletivo para ingresso no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP) e, assim, pleitear o título de Doutor em Educação. Entretanto, decorridas todas as etapas do processo, já na fase de análise do projeto de pesquisa, que compreendia a fase final, a pontuação necessária não foi obtida.

Com o projeto já elaborado e, após alguns ajustes e modificações, apresentei ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), o projeto de pesquisa que vem a delinear, ou seja, desenhar os traços gerais desta Tese de doutorado, e tem como objetivo analisar e compreender como se dá o processo de formação para cidadania e a luta pela disseminação dos direitos humanos infanto-juvenis que acontecem com e para o coletivo na prática social desse grupo presentes na atividade/ação (ato educativo contínuo de criar, recriar, significar e ressignificar) do Bloco EURECA.

Nesse sentido, delinear o projeto pesquisa intitulado de “Bloco EURECA - Eu Reconheço o Estatuto da Criança e do Adolescente: Referência de Educação em Direitos Humanos e Participação Social Infanto-Juvenil” é propor reflexões sobre as práticas sociais presentes na atividade/ação desenvolvida pelos participantes do EURECA, que, ao denunciarem as diversas formas de violência e violação à vida e à dignidade humana de crianças, adolescentes, jovens e seus familiares, também anunciam alternativas frentes às propostas oficiais do Estado brasileiro, com efeito político e mudanças de atitudes na prática e ação social mobilizadora, organizada, participativa e libertadora.

A atividade/ação desenvolvida pelos integrantes do EURECA articula-se com a “luta histórica dos grupos sociais que, por serem excluídos ou discriminados enquanto grupos, não podiam ser adequadamente protegidos por direitos humanos individuais” (Santos, 2013, p. 63); portanto, a participação coletiva de crianças, adolescentes e jovens adquire outros contornos e um novo olhar e trato frente às demandas decorrentes das estruturas desiguais traduzidas nas relações sociais nos âmbitos local, regional, nacional e global, bem como a compreensão da importância da participação popular na defesa dos direitos humanos e dos direitos humanos infanto-juvenis de forma ampla, nas demissões do campo histórico e territorial.

Sendo assim, o desenvolvimento da proposta pedagógica do Bloco EURECA, ao assumir tal crítica, no sentido de chamar para si, responsabilizar-se, busca apresentar para a sociedade o conceito de emancipação a partir e por meio de uma formação fundamentada no diálogo, na amorosidade, na solidariedade, na autonomia, no protagonismo, na alteridade e, sobretudo, na ação libertadora, tão presentes no pensamento freiriano, sua posição também

contesta o pensamento abissal⁹ numa postura de rejeição ao conhecimento epistemológico que se constituiu na gramática dos direitos humanos elaborada do Norte Global. Fundado nessa tensão, o Bloco EURECA, de forma gradual, politizada, consciente e reflexiva, decodifica, significa e ressignifica a realidade nas letras dos sambas-enredos, à medida que compreende as premissas da educação social e/ou educação popular como um importante método indispensável para entender o mundo e, assim, intervir no mundo.

Nesse contexto, nas mais de três décadas de atividade/ação, mesmo que indiretamente, o Bloco EURECA se associa ao pensamento pós-abissal ao trazer em seus sambas-enredo temáticas que versam sobre os direitos coletivos, diversidade e a pluralidade na centralidade do debate com pautas sobre “as lutas das mulheres, dos povos indígenas, dos povos afrodescendentes, dos grupos vitimizados pelo racismo, dos gays e das lésbicas” (Santos, 2013, p. 63), dialogicidade que se percebe no refrão do samba-enredo do 2018, intitulado de: “EURECA - Lutando pela diversidade, respeito e igualdade”, ao ocupar as ruas anunciando o Brasil



EURECA 2018

Terra da diversidade, das cores do sincretismo
E de quem mais quiser somar
O próprio samba é o retrato da mistura
Da perifa, da cultura, do terreiro e do altar
A violência a quem ama diferente fere e mata muita gente
Isso tem que acabar
Não tem remédio para o que não é doença
E viva a diversidade Bloco EURECA vem cantar
(EURECA, 2018).

Historicamente, crianças, adolescentes e jovens participantes da atividade/ação do EURECA representam a parcela da população que conceitualmente é categorizada como vulnerável, excluída ou desrespeitada nos direitos e garantias constitucionais. Por isso, houve a efetivação do Sistema de Garantia de Direitos (SGD), compreendido, do aspecto geral, como a junção de diferentes sujeitos instrucionais atravessados por diferentes políticas públicas e sistemas tais como, o Poder Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública, que compõem o Sistema de Justiça; o Sistema Único de Assistência Social, o Sistema Único de Saúde, o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo e os Sistemas Nacional, Estadual e

⁹ O pensamento abissal ou pensamento moderno ocidental se constitui e está estruturado “num sistema de distinções visíveis e invisíveis, sendo que as invisíveis fundamentam as visíveis. As definições são estabelecidas através de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos: o universo ‘deste lado da linha, e o universo ‘do outro lado da linha’ [...] A característica fundamental do pensamento abissal é a impossibilidade da copresença dos dois lados da linha. Este lado da linha só prevalece na medida em que esgota o campo da realidade relevante. Para além dela há apenas inexistência, invisibilidade e ausência não dialética” (Santos, 2010, p. 31-32).

Municipal de Educação, o qual, no aspecto formal, não é reconhecido como sistema, porém, aqui é entendido como estrutura que organiza a educação escolar.

Ao trabalhar essas especificidades em relação a essa parcela da população, justifica-se a necessidade de continuar e ampliar a pesquisa a partir desse contexto, especialmente e com o recorte nos participantes do EURECA, que, majoritariamente, são oriundos das periferias das cidades onde as vias e outros espaços públicos são ocupados nos desfiles carnavalescos do Bloco, sob égide dos sambas-enredo construídos coletivamente, aprofundando a análise crítica do vivido no cotidiano e o expresso na lei, sobretudo nos aspectos que caracteriza a garantia dos direitos fundamentais, do ponto de vista jurídico-político-institucional.

Cabe ressaltar que minha relação mais aprofundada como pesquisador junto aos participantes e às participantes do Bloco EURECA se constitui num processo de amadurecimento de cerca de sete anos, a partir de 2015, ora mediada pela pesquisa nos espaços dos projetos que desenvolvem a atividade/ação do EURECA, ora mediada pela militância em defesa da infância em espaços externos ao projeto, tais como, câmaras municipais, Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, manifestações públicas em favor da infância em diferentes contextos e territórios entre outros.

No período que compreendeu o desenvolvimento da pesquisa de Mestrado no biênio 2015-2016, a interação ficou restrita a alguns educadores e educadoras sociais, considerando especialmente os momentos das entrevistas ou em encontros nas ruas em São Bernardo do Campo, São Vicente e no bairro de Sapopemba, na capital paulista, onde o Bloco ocupa as ruas, logradouros e praças há quase três décadas.

Reconhecendo a importância da temática e a posição politizada, não possibilitando que a atividade/ação do EURECA acontecesse de forma neutra, a proposição apresentada no projeto de pesquisa que delineou a construção desta tese no quadriênio de 2019-2023, como condição indispensável para realização da tarefa proposta, se destacou a necessidade de escuta de adolescentes e jovens participantes do Bloco. Entretanto, no período que compreende o segundo bimestre de 2020 e o metade do terceiro bimestre de 2021, esse contato e interação se deu com o uso da tecnologia. A urgência sanitária que se instalou, a partir da infecção causada pelo vírus SARS-CoV-2 e manifesta na Covid-19, resultou no afastamento social, requerendo uma reorganização no campo da comunicação e das relações sociais, que majoritariamente passaram a ser mediadas pelas plataformas de comunicação digital, o que impossibilitou o contato no modelo presencial com os participantes e as participantes do EURECA.

O restabelecimento do contato, no modelo presencial, com os participantes e as participantes do Bloco EURECA, foi retomado a partir da segunda metade do mês de setembro

de 2021. No primeiro momento, de forma tímida, tendo em vista as restrições impostas pelas autoridades sanitárias para a realização de atividades presenciais, sobretudo em locais fechados. A retomada aconteceu de forma gradual, com limitação em relação à quantidade de participantes. Nas primeiras visitas para o desenvolvimento do trabalho de campo, que se deu no segundo semestre de 2021, a realização das atividades com o grupo de percussão do Bloco se limitava a um número reduzido de cerca de dez participantes, compreendendo os educadores e as educadoras sociais, crianças, adolescentes e jovens.

Para além de todo esse contexto provocado pela pandemia, no caso do Projeto Meninos e Meninas de Rua (PMMR), localizado na cidade de São Bernardo do Campo, na Região Metropolitana de São Paulo, denominada de ABCDMRR¹⁰ (Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra), o projeto enfrentava um processo de ação de despejo, pois a administração municipal acionou os coordenadores e as coordenadoras do PMMR para a devolução do espaço público que ocupa, em regime de concessão, para o desenvolvimento de suas atividades desde de 1983. O Projeto em São Bernardo do Campo se mobilizou, com apoio de diversos movimentos sociais, para manter-se no espaço. A atividade/ação do Bloco EURECA ficou a cargo do CEDECA Sapopemba (Centro de Defesa de Direitos da Criança e do Adolescente “Mônica Paião Trevisan”), com localização no extremo leste da capital paulista.

Com as dificuldades enfrentadas pelo PMMR, ameaçado de despejo pelo poder executivo da cidade de São Bernardo do Campo/SP, houve uma mobilização para impedir que o espaço ocupado pelo projeto por mais de três décadas fosse retomado pelo poder executivo local. Iniciou-se uma ação para construção de resistência do Projeto, com a participação de diferentes entidades e projetos parceiros do PMMR e do Bloco EURECA. Nesse sentido, a atividade ação do Bloco foi direcionada para o espaço de uma das instituições parceiras, CEDECA Sapopemba. A descentralização da dinâmica de organização do EURECA, sinaliza para o fortalecimento do mosaico de instituições que lutam em defesa dos direitos humanos infanto-juvenil e que constitui a Rede EURECA.

¹⁰ A região é formada pelos municípios de Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul. Localizado na parte Sudoeste da Região Metropolitana de São Paulo que está representada por 39 municípios. Sua criação se deu em 1973, entretanto, a Lei Complementar nº 1.139 de 2011, reorganizou a região metropolitana em sub-regiões instaurando o Conselho de Desenvolvimento. Disponível em: < <https://www.emplasa.sp.gov.br/RMSP>>. Acesso 28 de jun. de 2019.

Nos dados oficiais a sigla é utilizada é o ABDCM, porém, os movimentos sociais, organizações da sociedade civil entre outros, tem como referência a sigla ABCDMRR, sempre nas manifestações da região.

Tendo como premissa o pensamento do educador Paulo Freire (2014), que o processo de libertação é semelhante à experiência do ato de conceber uma criança, um ato doloroso, a partir do ano de 2019, os educadores e as educadoras sociais dos PMMR, CEDECA Sapopemba, Instituto Camará e outras entidades com capilaridade local, nacional e na América Latina, passaram a definir a atividade/ação do Bloco EURECA como resultado de um trabalho desenvolvido em rede. Nesse sentido, tanto nas reuniões e formações quanto na divulgação da atividade/ação do EURECA, adotaram a ideia de Rede EURECA, sobretudo, nos campos da comunicação e divulgação do Bloco. Essa organização em Rede surge a partir da necessidade de fortalecer a ação coletiva já existente nos espaços das instituições que participam diretamente da atividade/ação do Bloco EURECA, bem como facilitar a busca e captação de financiamento para o desenvolvimento da atividade/ação do Bloco.

Para Freire (2018) a luta contra a opressão se faz com mobilização e a partir da “solidariedade entre aqueles que são diferentes, mas têm, de alguma forma, o mesmo tipo de sonho, implica admitir diferentes do perfil do sonho [...] a questão da solidariedade é, portanto, uma questão política e é também uma questão metodológica” (Freire, 2018a, p. 109). Essa conjuntura implicou a mudança de roteiro para o trabalho de campo, que passou a ser realizado de forma concomitante no PMMR e no CEDECA Sapopemba, nas dependências do Centro Comunitário Joílson de Jesus.

Entre os meses de setembro e outubro, das duas visitas mensais de acompanhamento da atividade/ação do Bloco EURECA, uma era destinada ao núcleo em Sapopemba. A partir da segunda metade do mês de outubro até o final do mês de dezembro, entre idas e vindas, a participação nos eventos culturais que passaram a fazer parte da ocupação do PMMR tornou-se uma constante, ampliando-se o número de duas para quatro durante o mês, sendo duas destinadas ao CEDECA em Sapopemba e duas ao PMMR em São Bernardo do Campo. Enquanto prática, a participação mais assídua no Projeto possibilitou experienciar a solidariedade coletiva que se apresentou para mim, enquanto pesquisador e, a partir da intensificação dessas relações, na medida em que essa interação me levou a dormir com os educadores e educadoras sociais em barracas distribuídas nas dependências da instituição. Portanto, se “restaurar e reinventar o poder local significa criar possibilidades diferentes que tornem possível a experiência da solidariedade” (Freire, 2018a, p.82), conforme teoriza o educador pernambucano em seus discursos, na minha práxis, como pesquisador, o significado passou do sentido abstrato para o concreto.

A experiência desse momento, para além da categorização, conceituação ou significado com base no processo de estruturação, configurou-se como mudança de paradigma na relação

pesquisador e pesquisados. Essa mudança, enquanto transformação real de chamamento para assumirmos um compromisso em defesa dos direitos humanos infanto-juvenis, é enfatizada pelo convite, por parte das coordenações do Bloco e da Rede EURECA, para que eu como pesquisador, desempenhasse o papel de formador nos encontros preparatórios e de formação dos educadores e educadoras, assim como na formação com as crianças, adolescentes e jovens participantes do Bloco. Nesse sentido, assumi o papel de formador durante o processo desde o levantamento da conjuntura, o direcionamento das temáticas, a concepção, desenvolvimento e finalização do samba-enredo do ano de 2022. Para além do acompanhamento como formador, fiz parte da composição da Comissão de Samba-enredo e da Comissão de Organização como membro.

A minha participação como pesquisador/formador se deu da seguinte forma: o encontro inicial, realizado com os educadores e educadoras, crianças, adolescentes e jovens dos projetos e instituições parceiras do Bloco EURECA e da Rede EURECA, foi reservado para o levantamento dos temas; no segundo momento, a formação com os educadores e educadoras sociais, visando ampliar e amadurecer o debate em torno das temáticas que tiveram incidência no primeiro encontro, bem como a definição da metodologia que seria adotada para o trabalho de formação com as crianças, adolescentes e jovens, etapa prevista e realizada no terceiro momento.

A etapa foi denominada de barracão, onde são realizadas oficinas para elaboração das alegorias, das faixas, dos cartazes, dos adereços, para afinação dos instrumentos e ensaio geral dos componentes da bateria do Bloco, já que são provenientes das diferentes instituições e parceiros da Rede EURECA. A culminância desse processo é o desfile que ocupa as ruas, avenidas e outro logradouros públicos que, especialmente no ano de 2022, ganhou as ruas no dia 13 de julho. A data não foi escolhida de forma aleatória, mas pela particularidade, repleta de significados para o EURECA e seus participantes, já que está relacionada à promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e, fundamentalmente, configura-se como evento central para idealização e existência do Bloco EURECA.

A dimensão que assume essa vivência do pesquisador com as temáticas, conceitos e experiências dos sujeitos do campo pesquisado pode ser entendida como a ideia da necessidade de respirar para além do processo biológico, o respirar em outros âmbitos como algo inerente ao ser humano. Nesse caso, compartilha totalmente da ideia, de que “ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando, sem aprender a refazer, a retocar o sonho por causa do qual a gente se pôs a caminhar” (Freire, 2011, p. 213). Dessa maneira, falar do Bloco EURECA é, do ponto de vista do processo educativo, apontar a

possibilidade dos direitos basilares e fundamentais à vida humana, como a própria necessidade de respirar.

A opção de trazer uma breve descrição do pesquisador, como parte inicial desta tese, tem como perspectiva apresentar um fragmento do processo dos acontecimentos, abordando de forma ética, a boniteza que emerge de processo educativo num diálogo que perpassa pelo contexto de inventar-se e reinventar-se na luta pela formação humana com dignidade e rigorosidade.

Introdução



EURECA 2022

Eu preciso respirar!
Entre pandemias e desgoverno
A luta é nosso oxigênio!
 Eu vou pra rua pra cantar
 Bloco EURECA é meu ar
 É mobilização
 31 anos de existência
 Nosso bloco é resistência
 Denunciando pandemias de montão
 Eu respiro, criatividade
 No Bloco EURECA vou brincar o Carnaval
 Sem fome, com saúde, eu quero estudar
 Ser vacinado e ter um teto para morar
 Não fale que é frescura
 Se a dor não é a tua
 Me escuta...
 Que agora eu vou falar [...]
 (EURECA, 2022).

O objetivo desta tese reside em analisar e compreender como se dá o processo de formação para cidadania e a luta pela disseminação dos direitos humanos infanto-juvenis que acontecem com e para o coletivo na prática social desse grupo presentes na atividade/ação (ato educativo contínuo de criar, recriar, significar e ressignificar) do Bloco EURECA. A construção dos direitos humanos de crianças e adolescentes ou infanto-juvenil¹¹ perpassa pelo processo de construção da própria infância, da infantilização e proteção dessa faixa etária da população mundial e brasileira. Temos, como marco referencial, a promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos – DUDH (1948), com ratificação em 1993, quando passam a ser observados aspectos da Declaração dos Direitos Humanos de Viena (DDHV). São esses aspectos conceituais que perpassam a “gramática” dos direitos humanos em contexto internacional e, na mudança de paradigmas, que estabelece a proteção humana como universal e indivisível.

Tanto no âmbito internacional quanto no aspecto interno dos países signatários da DUDH, como é o caso do Brasil, a compreensão dos conceitos e das teorias a construção do pensamento que perpassa a efetivação desses direitos, são significadas a partir do entendimento a respeito da postura e atuação dos Estados Nações nas denominadas garantias individuais e igualdade.

¹¹ Para composição desta tese, usaremos o conceito de direitos humanos infanto-juvenil, por entendermos que, nesse aspecto há uma abrangência maior no sentido de garantia de direitos, tendo em vista a confluência do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e o Estatuto da Juventude (2013). Compreendendo que quanto mais ampla a desigualdade em uma sociedade, maior o fatiamento das políticas públicas e ou setoriais que visem atender as prioridades de cada grupo etário.

Nesse sentido, é preciso considerar alguns marcos históricos no contexto global e local dos direitos humanos, com recorte para os direitos humanos infanto-juvenis. Tomando como base a linha do tempo dos marcos legais que categoriza crianças e adolescentes a partir dos aspectos conceituais dos direitos humanos como proteção e provisão na idade contemporânea, ainda no século XIX, a Lei das Fábricas (1833), a Lei das Minas (1842) e a Lei das 10 horas na Grã-Bretanha com sua regulamentação do trabalho de crianças e mulheres na parte superior do subsolo buscam, em síntese, abrir caminho para estabelecer uma relação entre reconhecimento dos direitos de crianças e adolescentes, com extensão às mulheres, direitos do indivíduo e o mundo do trabalho como direitos coletivos e, portanto, reconhecidos e representados na figura do Estado.

A fim de entender a composição dos documentos e preâmbulos presentes nos marcos legais que embasam a concepção dos direitos humanos, desde as Leis na Grã-Bretanha no século XIX, buscou-se auxílio nos textos freirianos que apresentam de forma ontológica o trabalho humano como vocação que se estende para além do entendimento e dos aspectos de produção e reprodução dos bens de consumo aventados pelo modelo de sociedade capitalista, pois deve ser compreendido a partir do conceito mais amplo, intrínseco à própria *práxis* humana, por meio do qual se constitui a concepção do próprio modo de existir do ser humano num processo de dialogicidade da produção material e não material da humanidade, e, portanto, não é possível a compreensão do trabalho sem se atentar para essas dimensões, segundo propõe Freire (2011; 2019).

Ao tratar da dimensão e das condições que permeiam o processo de reconhecimento dos direitos humanos e das tensões que circundam os direitos no âmbito da individualidade e da coletividade, a Liga ou Sociedade das Nações, em sua Declaração sobre os Direitos da Criança, em 1924, partiu da prerrogativa de que alguns princípios fossem reconhecidos para garantir o desenvolvimento e a segurança das crianças em diferentes aspectos. Entretanto, cabe ressaltar que, ao longo da história, é possível perceber a ausência do conceito de direitos coletivos nos princípios fundantes dos direitos humanos, tendo em vista que determinados grupos sociais, “por serem excluídos ou discriminados enquanto grupos, não podiam ser adequadamente protegidos por direitos humanos individuais” (Santos, 2013, p. 62). Portanto, com a perspectiva de universalização dos direitos humanos, se tornou imprescindível que a proteção se estendesse a todos os grupos sociais, entre eles crianças e adolescentes.

Considerando a contextualização da linha do tempo dos marcos legais dos direitos humanos na idade contemporânea, vale destacar que “a vida em comunidade, na era pré-industrial, era pública, e a função das famílias era primariamente garantir a transmissão da

propriedade e do nome. A posição do indivíduo, da família ou da comunidade era inseparável na experiência pré-industrial” (Aitken, 2019, p. 35). Com essa noção de delineamento na interpretação das estruturas sociais, o campo da Sociologia e da História busca apoio nos registros de Ariès (1986) para irradiar a dimensão que a compreensão dos direitos infanto-juvenis traz a partir da explicitação de três conceitos claramente definidos: a definição de infância como uma invenção que se constitui ao longo da história; a definição de infância que vai se construindo nos contextos sociais; e, por último, como a sociedade ocidental, historicamente, produziu nos âmbitos social e espacial uma clara divisão entre adultos e crianças. As dimensões históricas de uma dada realidade da infância global e local são constituídas pelo viés social e pressupõem uma invenção histórica em que a ideia de reconhecimento da ocupação dos espaços está consolidada entre crianças e adultos, sustentada na forma de como são constituídas e se divide nas representações sociais das diferentes sociedades.

A Carta do Trabalho de 1919, elaborada pela Organização Internacional do Trabalho, foi o primeiro documento a apresentar, de forma efetiva, mecanismos direcionados diretamente à infância, como também o faz o Decreto 17.943-A de 12 de outubro de 1927, denominado Código de Menores de 1927 ou Código Mello Mattos apresentava em sua estrutura a consolidação de leis com o sentido de proteção aos menores. No Brasil, a consolidação das leis adota como premissa a assistência e a proteção aos menores, faixa etária que se estende até os 18 anos. Do ponto de vista teórico, no campo da infância, é necessário entendermos a sua profundidade, sobretudo, acerca da figura do juiz de menores, compreendido como algo inovador frente às mudanças da concepção da infância no tempo/espaço da sociedade brasileira.

No caso brasileiro, a forma como se delinearam as concepções sobre a infância e os direitos humanos infanto-juvenis requer uma profunda e cuidadosa análise, a partir do pressuposto que “em dada formação social, cada uma das estruturas sociais repercute internamente, na sua constituição e na sua vigência” (Santos, 2014, p. 78). Portanto, os processos analíticos que buscam interpretar as estruturas da sociedade brasileira ainda são considerados frágeis e/ou inadequados para uma interpretação mais aprofundada dos aspectos que permeiam as estruturas em seus diferentes processos, entre eles, o papel que o Código de Menores de 1927 delega à família, deixando-a à margem do processo de desenvolvimento do então chamado menor.

Nesse mesmo bojo, em 1959, o Fundo de Emergências das Nações Unidas para a Infância, atualmente o Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF), promulga a Declaração dos Direitos da Criança e marca o surgimento de uma agenda que impulsiona o

compromisso na elaboração de declarações, resoluções e tratados a nível internacional e articula a adoção de mecanismos de proteção da dignidade humana de crianças e adolescentes no âmbito global, com documentos que traçam diretrizes e orientações aos países membros, dos quais o Brasil é signatário.

Pensar do ponto de vista, da dimensão interna, a sistematização e a normatização do ordenamento jurídico brasileiro, sobretudo, na área dos direitos infanto-juvenis, perpassa pela representação do trabalho desenvolvido por intelectuais e pelos movimentos sociais na área da infância em uma sociedade com estruturas sociais tão diversas. Considerando a história recente do Brasil, a produção teórica, tanto no campo dos direitos humanos quanto da infância, está intrinsicamente ligada às lutas políticas. Nesse contexto, Paulo Freire (2019) aparece como expoente, considerando que sua história de vida está atravessada pela luta em favor dos direitos humanos. Em seu livro **Pedagogia do Oprimido**, vai construindo a narrativa sobre os contornos da sociedade brasileira, ao mesmo tempo em que suas experiências perpassam os textos. A obra de Freire (2011; 2014; 2018; 2019), em sua própria dialética com as palavras que são criadas e recriadas, significadas e ressignificadas gradualmente denunciam a exploração, a incompletude da emancipação das classes dominadas, sem, contudo, deixar de trabalhar a perspectiva da esperança.

Nessa ótica, os movimentos sociais que têm relação estreita com os direitos humanos infanto-juvenis e a defesa da infância, a exemplo do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR), bem como o Projeto Meninos e Meninas de Rua (PMMR) de São Bernardo do Campo, na Região Metropolitana de São Paulo, têm, como fio condutor de seus projetos pedagógicos, o referencial teórico que gradualmente assume o diálogo com a pedagogia crítica, sobretudo a partir das contribuições freirianas.

O que estamos querendo dizer, em relação aos elementos constitutivos das concepções modernas sobre a infância enquanto investigação e teoria, é que eles se constituem em um campo amplo e em construção. O movimento que ganha novos contornos, na segunda metade do século XX e tem sua continuidade no século XXI, tem trabalhado intensamente no sentido de se expandir na narrativa para responder ao leque de questões que fecundam nesse campo, adquirindo habilidades que auxiliem no debate sobre a dicotomia existente entre o que se produz e como se distribui o conhecimento nos diferentes espaços da sociedade (Santos, 2014) no âmbito dos direitos humanos, com vistas à implementação de medidas de monitoramento e acompanhamento aos princípios fundantes dos direitos humanos vigentes na contemporaneidade.

Apesar dos progressos e potencialidades circunscritos no campo jurídico-político-institucional nos contextos internacional e nacional, as medidas especiais, previstas na legislação brasileira, que se apresentam como ideia, intenção em favor da infância, como é o caso do Código de Menores elaborado pela Lei nº 6.697 de 10 de outubro de 1979, mas que, em sua fundamentação, conserva pontos, viés e aspectos assistencialista, protecionista e de vigilância, delineando-se nos preâmbulos da Doutrina da Situação Irregular, que não reconhece a criança e o adolescente como sujeito de direitos, devendo ser tutelados de forma jurisdicional pelo Estado Brasileiro.

No mesmo ano, a Organização das Nações Unidas (ONU) estabelecia a celebração do Ano Internacional da Criança, que, em sua essência, continua sob a égide dos ideais universalistas do mercado, provoca tensão no campo conceitual e prático da agenda internacional dos direitos humanos ao não observar as diferenças territoriais, “colocam incertezas sobre os ombros dos trabalhadores, e responsabilidades com o cuidado e a educação das crianças sobre os ombros dos pais, fica cada vez mais difícil separar os direitos civis dos econômicos” (Aitken, 2019, p.65), ideias que reverberam internamente, na legislação brasileira.

Consequentemente, duas questões aparecem como fundamentais na mudança de paradigma entre o conceito de Doutrina da Situação Irregular presente nos Código de Menores de 1927 e 1979 e o conceito de Doutrina da Proteção Integral que fundamenta o ordenamento jurídico brasileiro em atenção a crianças e adolescente a partir da Constituição Federal de 1988. Isso porque estes passam a ser percebidos como sujeitos de direitos, portanto, indissociáveis da concepção de cidadania e dos direitos humanos.

O papel de crianças e adolescentes no processo de luta por emancipação tem um caráter progressivo nas agendas dos chamados grupos vulneráveis. Na perspectiva de construir um projeto com elas e não para elas, emerge o Projeto Alternativas de atendimento de Meninos e Meninas de Rua em 1981, considerado o marco inicial da criação do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua – MNMMR (criado posteriormente no ano de 1985), partindo da ideia de uma educação de troca e de um espaço de escuta em que a solidariedade é o caminho a ser percorrido, quando se deseja mudar uma sociedade. Nesse sentido, a solidariedade proposta pelo movimento é aquela ativa e mútua, fundamentada na educação coletivizada e universal, não mais na filantrópica assistencialista e na caridade cristã organizadas a partir dos anos de 1930 e com atuação tanto na esfera pública quanto particular.

Na ótica de Marcílio, *in* Freitas *et al.* (2011, p.78), as instituições filantrópicas assistencialistas são instrumentos de transformação fundados na estrutura que se reordenam gradualmente no espaço de produção e reprodução da sociedade para assimilar os processos

endógenos com base nas normativas do ponto de vista da constituição da própria individualidade e da coletividade. Isso significa que a assistência prestada à infância se constituía a partir das ordens religiosas com base na ação caritativa de viés cristão, mas que, em última instância, “A caridade, confrontada com uma realidade econômica e social, foi absorvendo objetivos e táticas da filantropia, como a prevenção das desordens por exemplo; a filantropia, por sua vez, não abandonou inteiramente os preceitos religiosos” (78). As novas e complexas exigências sociais estão considerando a filantropia como uma acepção da ciência frente a tais demandas no campo político, social e econômico.

Em termos de articulação em defesa dos direitos da criança e do adolescente, o MNMMR configura entre as primeiras redes em nível nacional juntamente com a Frente de Defesa dos Direitos das Crianças e do Adolescente. A organização desses grupos em prol, com e a partir da infância, provocou na sociedade brasileira o debate sobre “como as vozes dos jovens poderiam ser incorporadas às decisões políticas, mas também levantou questões maiores sobre o que, precisamente, constituía a criança e a infância, o jovem e a adolescência, e o que o direito poderia acrescentar aos diferentes estágios da vida” (Aitken, 2019, p. 85).

No tocante a organização e mobilização desses grupos que tem a criança e adolescente como sujeitos ativos no contexto histórico em que “a mobilização implica a luta com o povo, não pelo povo, nem para ele, visando à recuperação da humanidade roubada” (Streck; Redin; Zitkoski, 2019, p. 320), são realizadas campanhas em consonância com o Primeiro Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua (1986), com participação conjunta do Ministério da Educação (MEC), do UNICEF, de outros ministérios, bem como entidades da sociedade civil e movimentos sociais ligados à área da infância com diferentes denominações, tais, como, “Criança e Constituinte” e “Criança, Prioridade Nacional”.

Como produto de um debate coletivo, a busca pela transformação da realidade de crianças, adolescentes e jovens brasileiros, perpassada por descontinuidade, a partir da Assembleia Constituinte Nacional de 1987, propõe um novo caminho a percorrer. Ao mesmo tempo, cidadãos e cidadãs autônomos, apresentam na Constituinte uma abaixo-assinado contendo 250 mil assinaturas de eleitores e mais de 01 (um) milhão de assinaturas da população em geral, em sua maioria de crianças e adolescentes, contendo uma emenda popular contestando as normas sociais e jurídicas em vigência, apresentando alternativa à doutrina adotada nos códigos e legislações anteriores.

Para Freire (2019, p. 195), “as lutas sociais, os avanços e os recuos que se dão na história, mas, também, se fazem força atuante de mudança do mundo. Há uma relação dialética entre o material que gera as ideias que pode interferir no mundo que a gera”. A preparação no

mundo das ideias que, de modo prático, se organiza na mobilização de corações e mentes, resultou na concretização das ações quando dada a promulgação da Constituição Federal de 1988, também denominada de “Constituição Cidadã”, considerando que a emenda “Criança, Prioridade Nacional” é inclusa na sua totalidade nos artigos 227 e 228. Para além da inclusão da emenda, essa articulação traz outras importantes contribuições na construção da estrutura com a qual a sociedade brasileira é conclamada a assumir um compromisso com a infância.

Consequentemente, duas questões aparecem como fundamentais na mudança de paradigma em que a criança e o adolescente passam a ser percebidos como sujeitos de direitos, portanto, indissociáveis da concepção de Doutrina da Proteção Integral, ultrapassando o conceito da Doutrina da Situação Irregular presente no Código de Menores de 1927 e 1979. Para Liberati (2006), que discute as questões do processo penal no contexto infanto-juvenil, conceitualmente, a Doutrina da Situação Irregular surge das configurações expressas no movimento ideológico já prenunciado nos marcos legais com inspiração no Código Mello Matos, que privava a infância dos direitos basilares da pessoa humana em desenvolvimento, dentro de uma compreensão radical na política de regulamentação e apagamento dos direitos da infância.

A abertura na Constituição Federal (CF) de 1988, ao assumir a categoria “Constituição das Crianças e dos Adolescentes do Brasil”, aparece como um dos elementos principais na reestruturação do pensamento, da concepção e da legislação em prol da infância. Dado o contexto político vivido pelo país, a partir do processo de redemocratização e a exigência democrática viabilizada pela participação e liberdade, a Institucionalização do Fórum dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fórum DCA), enquanto composição e representação da sociedade, desempenhará um importante papel na discussão e elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), atualmente, com atuação nas diferentes esferas dos entes federados (nacional, estadual e municipal).

O contexto em que crianças e adolescentes brasileiras viviam até a penúltima década do século XX era ocupar os espaços à margem da sociedade, serem estigmatizadas nas questões de classe, raça e gênero e, desse modo, afastadas dos seus direitos, das políticas públicas, e objetificadas no campo jurídico. A atual legislação, idealizada pela Organização das Nações Unidas (ONU), reconhece que a infância tem o direito a cuidados especiais, fundamentalmente junto à família e à comunidade. O documento requer dos Estados signatários adotar, em seu ordenamento jurídico, a premissa da Doutrina da Proteção Integral, com ações que potencializem a elaboração de políticas públicas voltadas para proteção e cuidados especiais, bem como a proteção no âmbito dos direitos humanos, na promoção de cidadania e participação,

concedendo o status de sujeito de direitos sem qualquer traço discricionário com chamamento à responsabilidade compartilhada entre família, sociedade e estado.

Partindo da perspectiva da história universal dos direitos humanos infanto-juvenis e a contribuição do Brasil nas discussões sobre a infância no âmbito internacional, tendo em vista que, após aprovação unânime na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), instalou-se a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança (CIDC)¹². Considerado um dos mais importantes tratados em termos de promoção e proteção da infância, a Convenção, como instrumento legal, tem como intuito a garantia, a proteção e os cuidados especiais à criança e ao adolescente, sobretudo, quando esse recorte se der no campo jurídico. Essa relação de reciprocidade no aprimoramento da garantia dos direitos humanos ao grupo etário que compreende o ser humano em fase peculiar de desenvolvimento, o Brasil, na esteira dos acontecimentos internacionais e configurando-se como país signatário, reconhece e implementa em território, por meio do Decreto nº 99.710, de novembro de 1990, o conceito adotado na CIDC, ao entender o direito a partir da dimensão de indivisibilidade.

Ao trabalhar a ideia de localização dos direitos dos jovens, Aitken (2019, p. 79) observa que: “o fato de que a CDC fornece uma plataforma ampla para discussão dos direitos das crianças e é adotada por quase todos os países deixa clara sua importância global”. Porém, se considerarmos leituras não dogmáticas desses processos, atentando para o papel da subjetividade na metodologia de emancipação, é possível perceber que “enquanto discurso de emancipação, os direitos humanos foram historicamente concebidos para vigorar apenas do lado de cá, da linha abissal, nas sociedades metropolitanas (Santos, 2013, p. 44).

A categoria que concebe os direitos das crianças como concepção de âmbito global, corrobora a análise de estudiosos e intelectuais que, em suas interpretações e argumentações a respeito dos principais entraves da CIDC, parte da teoria de que o documento “continua uma longa tradição de discurso colonial e imperial com foco específico em definições e compreensões da infância provindas da Europa” (Aitken, 2019, p. 79), possibilitando que prevaleça, do outro lado da linha, o esvaziamento da garantia básica dos direitos humanos infanto-juvenis nas Constituições nacionais, com traços discricionários, a perda e negação dos direitos e da cidadania dos grupos mais fragilizados socialmente, apesar de defenderem a Convenção e ratificarem o documento como estados-membros das Nações Unidas.

¹² Cabe ressaltar que a sigla para representar a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança aparece com grafia diferente em alguns documentos. É possível encontrar nas seguintes versões (CDC) e (CIDC). Para compor a dissertação desta Tese, utilizaremos a versão dois.

Inserido no contexto dos debates e discussões internacionais sobre a infância, o Brasil em 13 de julho de 1990, promulga a Lei Federal nº 8.069. Em contestação aos Códigos de 1927 e 1979, o novo ordenamento jurídico, voltado para a defesa dos direitos humanos infanto-juvenis, adota o paradigma da proteção integral de crianças e adolescentes. Do ponto de vista do alinhamento das legislações dos países membros, elaboradas em consonância com a Convenção, o Brasil configura entre os primeiros. É nessa conjuntura que emerge o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O documento, fundamentado em resoluções e tratados internacionais, sobretudo da Convenção, tem como especificidade a busca da efetivação dos instrumentos e mecanismos que dão sustentação à concepção da “gramática” dos direitos humanos, bem como no ordenamento jurídico, com recorte para a área da infância.

O direito que emerge das ruas, EURECA, canta o reconhecimento dos direitos infanto-juvenis. Nesse sentido, ao apresentar uma reflexão sobre as contribuições da atividade/ação do Bloco carnavalesco infanto-juvenil criado em 1991 pelo Projeto Meninos e Meninas de Rua (PMMR), na cidade de São Bernardo do Campo, no ABCDMRR, Região Metropolitana da capital paulista, ao adotar o nome EURECA – Eu Reconheço o Estatuto da Criança e do Adolescente, o bloco traz a ideia da intenção e gesto, ao mesmo tempo, em que se percebe, define-se, classifica-se e posiciona-se naturalmente como movimento insurgente em torno de um esperar e da adoção de um novo olhar e trato à infância brasileira, sobretudo, em situação de vulnerabilidade, risco e sofrimento.

Esse pacto pela infância, que atravessa diferentes setores da sociedade civil, tem, em sua principal competência, o compromisso de guardar, proteger e olhar para que, a partir do concreto abstrato (Lei), chegue ao concreto real (políticas públicas). Os idealizadores do bloco carnavalesco infanto-juvenil, com atuação na área da infância e na educação social, têm o intuito de divulgar a mudança de paradigma na legislação e na “gramática” dos direitos humanos infanto-juvenil.

O entendimento de que os direitos sociais, como políticas sociais ou setoriais, são instrumentos ou mecanismos que dão sustentação à concepção da “gramática” dos direitos humanos é partilhado pelos sujeitos da pesquisa, crianças, adolescentes, jovens, educadores e educadoras sociais, no reconhecimento de que a diversidade sociocultural e plural, quando bem consolidadas por uma relação entre ideias e propostas alternativas, podem levantar questões que gradualmente vão ocupando os espaços das decisões políticas, estabelecendo-se como políticas públicas, como instrumentos capaz de promover os princípios dos direitos fundamentais e dos direitos humanos na memória coletiva, que se constituem nas dinâmicas do cotidiano.

Compreende-se que, “a partir das relações do homem com a realidade, resultante de estar com ela e de estar nela, pelos atos de criação, recriação e decisão, vai ele dinamizando o seu mundo” (Freire, 2019c, p. 60). Pelas mesmas razões, o fio condutor, para o desenvolvimento do diálogo e interação com a comunidade sobre o debate do novo ordenamento jurídico da área da infância como prioridade absoluta, reconhece que, organicamente, seria carnaval e o samba que acomodam em si significações da consciência crítica de grupos que historicamente trabalham em prol de uma sociedade regida por condição de igualdade e justiça.

Para Gachot (2014), com sua diversidade e representação do cotidiano, o conceito que perpassa o carnaval e o samba, espacialmente no caso do samba, resulta da forma como se adapta ao hábito cotidiano, característico da sociedade moderna, representada em aspectos comportamentais e na estratificação das classes ou camadas sociais.

O conceito apresentado por Gachot (2014) encontra fundamentação na historiografia quando analisamos as transformações das tradições brasileiras desde o século XVII, herdadas dos colonizadores europeus e, nomeadamente, da influência da teatralização dos festejos natalinos que se desenvolveram nos espaços religiosos desde os tempos da Igreja Medieval europeia. Esses eventos despontam como processo originário e simbólico da junção de festivais e manifestações culturais denominadas de arcaicas e profanas, atravessando e determinando o processo de organização do calendário festivo do Brasil sob a égide da Igreja Católica (Neto, 2017; Tinhorão, 1998).

Simbolicamente, os sambas-enredo do EURECA trazem essa dimensão de pensamento (direitos humanos) e dos gestos (as políticas públicas), a exemplo do samba-enredo do ano de 2022 que traz essa intenção (ideia de direitos humanos) e o gesto (materialização do direito). Ao apresentar em seu título a expressão “Eu preciso respirar”, configura-se como uma crítica à ideia dos direitos humanos no sentido de pensamento que, apesar de concreto no sistema jurídico internacional e nacional, ainda é abstrato para alguns grupos, considerados vulneráveis, sobretudo para essa faixa etária da população, ou seja, para eles, essa dimensão dos direitos humanos se configura, se organiza e existe no âmbito do pensamento, no campo intelectual e acadêmico, permanecendo no imaginário, e aqui atribuiremos como significado a ideia de concreto abstrato.

Enquanto o próprio Bloco EURECA, ao se configurar como o propulsor do debate e das reflexões do respirar como direito que está para além da vida em sua essência, se constitui como um espaço em que, factualmente, há a experiência da coisa real, do vivido, do verificável no cotidiano dos seus participantes e das suas participantes, e, por isso, aqui é entendido como o concreto real e representa o que está expresso na lei e o vivido no cotidiano.

A partir desse contexto, que busca unificar as ações com diferentes setores da sociedade com configuração estratégicas que se distribuem notadamente nos segmentos religiosos, intelectuais (grupos de estudos, pesquisadores, professores e estudantes da academia), movimentos sociais (luta por moradia, LGBTQIA+, feministas, igualdade racial, direitos humanos entre outros), movimentos sindicais e dos trabalhadores e das trabalhadoras e, notadamente, com a presença em ato de educadores(as) sociais, para fazer eco em favor das garantias dos direitos humanos infanto-juvenis, é que é organizada e desenvolvida a atividade/ação do Bloco EURECA.

O enfrentamento das diversas formas de violência e violação à vida e à dignidade humana, sobretudo, dos que se encontram sujeitos à situação de/nas ruas resulta da demanda dessas várias organizações da sociedade civil, projetos e movimentos sociais em diferentes espaços geográficos do estado de São Paulo, configurando a Rede EURECA. Diante dos questionamentos de que, historicamente, o desenvolvimento das dimensões dos direitos humanos, pensamento, gesto e intenção “sempre parece haver pessoas excluídas ou cujos direitos são sobrepostos pelos direitos de outros” (Aitken, 2019, p.128), o referencial metodológico adotado e assumido na organização e desenvolvimento da atividade/ação do EURECA, está intrinsicamente relacionado com as concepções freirianas de educação popular arcabouço teórico das Epistemologias do Sul (Santos, 2010).

A atividade/ação coletiva do EURECA, frente à multiplicidade de temáticas trabalhadas na elaboração e desenvolvimento dos sambas-enredo, nas mais de três décadas de ocupação das ruas e de outros espaços públicos, cantando pelo sonho, humanização, dignidade, inclusão, saúde, educação, moradia, educação, alimentação, lazer, trabalho, respeito às diversidades, preservação ambiental, pelo não apagamento da história, pelo reconhecimento dos grupos sociais menos favorecidos nas políticas públicas traz consigo a representatividade das experiências do cotidiano dos e das participantes do Bloco, sobretudo, do público infanto-juvenil.

Portanto, para a investigação aqui proposta, foi adotada a metodologia do estudo de caso, pois se trata de um estudo intenso e complexo, em que as estrutura do fenômeno pesquisado pode ser percebida por diferentes perspectivas ao permitir “que os investigadores retenham as características holísticas e significativas dos eventos da vida real – como os ciclos individuais da vida, o comportamento de pequenos grupos, os processos organizacionais e administrativos [...]” (Yin, 2010, p. 24). As letras dos sambas-enredo, construídas de forma coletiva, tratam de questões sociais, relacionando os processos de caráter globalizado, regionalizado e do próprio território, como observa Fernandes (2016).

Para tanto, a coleta e produção de dados não está resumida a uma única estratégia ou metodologia, em particular as de caráter qualitativo, ao possibilitar o uso de diferentes ferramentas, tais como, as entrevistas, especialmente aquelas em profundidade; histórias de vidas, com exame de material e sentimentos; observações, com anotações em diários de campo e a pesquisa participante, que consiste fundamentalmente no método “em que o pesquisador, para realizar a observação dos fenômenos, compartilha a vivência dos sujeitos pesquisados, participando de forma sistemática e permanente, ao longo do tempo da pesquisa, das suas atividades” (Severino, 2016, p. 126) e, assim, demandando o exercício de elaboração do conhecimento por uma linguagem marcada politicamente pelo engajamento dos sujeitos pesquisados.

Compreendendo os particularismos e as diferenças do objeto pesquisado, a escolha do método perpassa pelo conceito e reflexão sobre as possibilidades de se desenvolverem estudos com caráter único ou múltiplo sobre o objeto de pesquisa e, nesse sentido, a pesquisa participante possibilita que, na relação do pesquisador com os sujeitos pesquisados, a partir da inserção no espaço-tempo de criação e recriação, o surgimento de uma identificação entre eles.

Dessa forma, procuramos compreender e ampliar nosso conhecimento desse fenômeno que atravessa as categorias indivíduo e sua realidade nos diferentes segmentos e instituições sociais, na cultura, na realidade cotidiana, no estilo de vida e experiências, no movimento social e na esfera da política, tendo em vista o respaldo da modalidade de abordagem qualitativa.

Nesse sentido, o processo metodológico foi organizado em diferentes etapas. O levantamento bibliométrico consiste em analisar a produção de conhecimento científico que são mantidos em um determinado banco de dados ou repositório a partir da observação do todo. “A bibliometria pode auxiliar na identificação de tendências de crescimento do conhecimento em determinada disciplina, dispersão e obsolescências de campos científicos, autores e instituições mais produtivos, e periódicos mais utilizados na divulgação de pesquisas” (Soares *et al*, 2016). Conforme aponta Severino (2016, p. 144), “a bibliografia como técnica tem por objetivo a descrição e a classificação dos livros e documentos similares, segundo critérios, tais como autor, gênero literário, conteúdo temático”. Nesse sentido, em termos de investigação, apresenta-se como orientação fundamental na construção do referencial teórico.

As inserções no campo de pesquisa constaram em dois momentos, a saber, o levantamento (participação em reuniões, pré-teste com questionário *on-line*, questionários, entrevistas, anotações em diário de campo) e o desenvolvimento (participação nas formações, apresentações, encontros, passeios, construção do samba-enredo, elaboração de carta aberta a comunidade, participação nos desfiles do Bloco), com base na atividade/ação do EURECA.

Na construção e assimilação dos conceitos teóricos e críticos, configuram-se, como primordiais na pesquisa, protagonismo, direitos humanos, cidadania, infância e adolescência, entre outros. O levantamento de dados do contexto sócio-histórico, na pesquisa de campo, teve como prerrogativa a coleta de dados sobre a correlação entre as práticas sociais presentes nas atividades/ações do Bloco EURECA e a relação simbólica da formação para cidadania e defesa dos direitos humanos infanto-juvenil.

A coleta de dados se deu por meio de observações, anotações no diário de campo, entrevistas e as próprias letras dos sambas-enredo. A análise tem como base os documentos oficiais e a legislação que fundamentam as pautas defendidas pelos e pelas participantes do Bloco, tanto a nível nacional quanto a internacional, com recorte para as legislações da área da infância que contribuíram para que o Estado brasileiro reorganizasse seu ordenamento jurídico correspondente a essa faixa etária da população. Para além da coleta de dados por meio da documentação, a observação participante proporcionou ao pesquisador acompanhar *in loco* nos diferentes espaços e tempos em que se desenvolve a atividade/ação o Bloco EURECA com intuito de compreender as particularidades dos aspectos do espaço e dos seus participantes (Brandão, 2014).

Desde sua concepção, a pesquisa sinalizava no sentido de promover a escuta de adolescentes e jovens participantes da atividade/ação do EURECA pelo pesquisador, adotando-se, para isso, diferentes estratégias (acompanhamento dos encontros e aulas de percussão, entrevistas, passeios, oficinas lúdicas e formações), por entendermos que a participação na pesquisa de adolescentes e jovens, onde os projetos sociais estão situados, e suas contribuições possibilitarão ao pesquisador colher dados sobre o processo de difusão e defesa da cidadania e dos direitos humanos infanto-juvenis na trajetória dos participantes do Bloco EURECA, seus familiares e as comunidades adjacentes.

Cabe dizer que a proposta inicial de usar como estratégia de escuta associada a encontros, entrevistas, passeios e oficinas lúdicas, foi revisada para se adequar à questão sanitária provocada a partir da infecção causada pelo vírus SARS-CoV-2 e manifesta na Covid-19, o que mudou o comportamento social, provocando o distanciamento nas relações interpessoais. A etapa de leitura e análise dos documentos primários, aqui consideramos também como documentos primários os próprios sambas, bem como os registros no diário de campo sobre os participantes dos Projetos I e III subsidiou a elaboração do roteiro de entrevista, culminando com a sua realização.

Os critérios de inclusão e exclusão dos e das adolescentes, dos e das jovens participantes da entrevista, observaram as seguintes características: frequentar atualmente a atividade/ação

do Bloco EURECA; compor a bateria do Bloco por um período superior a 05 (cinco) anos; e, compreender faixa etária entre 12 e 29 anos. Por se tratar de um projeto de pesquisa com recorte na faixa etária infanto-juvenil, cabe ressaltar que, do ponto de vista da legislação brasileira, a definição de criança, adolescentes e jovens tem recortes etários que vai de 0 a 11 anos e 11 meses, de 12 a 17 anos e 11 meses e de 15 a 29 anos, considerando que o Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013) define jovem todos os sujeitos classificados no último caso.

Nesse caso, o uso de roteiro de entrevista, no contexto de adolescentes e jovens participantes da atividade/ação do Bloco, tem a finalidade de compreender de modo mais amplo e global os significados dessas relações na construção dos projetos de vida, da formação cidadã, na luta e na defesa dos direitos humanos infanto-juvenil, por meio dos processos de socialização, assim, como a concretização dos projetos de vida elaborados a partir dessa interação com as práticas sociais do EURECA.

O desenvolvimento do processo metodológico tem com fio condutor o arcabouço teórico das Epistemologias do Sul (Santos, 2007; 2010; 2013) e a metodologia presente na atividade/ação do Bloco EURECA, com inspiração nas concepções e conceitos de cunho freiriano (2011; 2014; 2016; 2018; 2019). A pesquisa no aspecto teórico e crítico preserva a lógica de discutir crianças, adolescentes e jovens sem negá-las no presente. Portanto, torna-se de fundamental importância assimilar as concepções e construção do estudo sobre a infância com base no ordenamento jurídico-político-institucional adotado pela Constituição Federal de 1988 e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990. Os descritores que se configuram no escopo das humanidades permitem conhecer um breve panorama da perspectiva histórica dos direitos humanos, que envolvem as temáticas infanto-juvenis, educação, educação popular, educação musical, movimentos e participação sociais, protagonismo, cidadania e os aspectos culturais do carnaval e samba e da percussão popular.

Uma trajetória fundamentada no princípio da participação social e cidadã, que dialeticamente atravessa o vivido no cotidiano e o mundo das ideias, resultou na criação e recriação coletiva de mais de trinta sambas-enredos, num processo de ação-reflexão-ação sobre as diferentes formas de violação e violências sofridas e a garantia dos direitos infanto-juvenis na sociedade brasileira.

Sobre a estrutura da tese, ela está organizada a partir da apresentação da história de vida e trajetória acadêmica do pesquisador, contextualizando sua relação com a temática e o campo pesquisado, que perpassa por vivências e experiências no âmbito da vida pessoal, profissional e acadêmica situada no espaço/tempo longitudinal de sua vida, observando os

avanços, limites e possibilidades. Na sequência, o texto introdutório da pesquisa, de forma breve, apresenta o objeto de pesquisa, o Bloco EURECA e seus participantes, alguns aspectos da construção do referencial teórico, da revisão de literatura, dos caminhos metodológicos e os procedimentos para coleta de dados, trabalho de campo, entrevista, transcrição, sistematização e análise dos dados, bem como a estrutura e organização das seções que compõem esta tese.

A primeira seção desvela o processo de inserção na atividade/ação do EURECA, que, de forma descritiva, apresenta a metodologia do Bloco e está circunscrita na estrutura que permeia a luta em defesa dos direitos humanos infanto-juvenis, o protagonismo social e a formação para cidadania nas suas mais de três décadas de atuação. Tendo em vista que o Bloco EURECA apresenta características multidisciplinar, interdisciplinar, transdisciplinar, intersetorial e interinstitucional, as subseções estão divididas de forma a descrever a atividade/ação do EURECA, que resulta do esforço coletivo e, em rede, dos Projetos Meninos e Meninas de Rua, CEDECA Sapopemba, Instituto Camará Calunga, dos movimentos sociais da área da infância e juventude, da população em situação de rua, da luta por moradia, da luta antirracista, dos movimentos negros, dos movimentos LGBTQIA+, de organizações da sociedade civil, dos sindicatos, dos coletivos de mulheres e organizações não-governamentais da área da infância e do direito, que o apoiam e dele participam.

Partiu-se do pressuposto que há, nesse sentido, uma difusão de descritores que orbitam no seu entorno das práticas sociais desenvolvidas na atividade/ação do Bloco, no chamamento ao reconhecimento dos direitos humanos infanto-juvenis e o protagonismo social de crianças, adolescentes, jovens, familiares e a comunidade adjacente, que dele participa. A seção ainda apresenta a influência cultural do carnaval e samba na construção metodológica da atividade/ação do Bloco EURECA, construída coletivamente com eles e para eles, sem, contudo, esquecer o enredo da diversidade, respeito, igualdade nas mil histórias embaladas de sonhos e do esperar.

A segunda seção destina-se ao processo de mapeamento dos territórios onde os projetos que abrigam o Bloco EURECA estão inseridos. Considerando que o tripé de sustentação do EURECA está organizado no Projeto Meninos e Meninas de Rua, Instituto Camará Calunga e CEDECA Sapopemba, a descrição do *lócus* do campo de pesquisa e as condições de coleta de dados trazem os aspectos dos territórios em São Bernardo do Campo e São Vicente, na região metropolitana da capital paulista e da Baixada Santista, respectivamente, bem como do bairro de Sapopemba, no extremo leste da capital paulista.

A seção ainda destaca alguns aspectos em relação aos equipamentos públicos em uma circunferência de 10km² no entorno dos espaços onde os participantes do EURECA estão

domiciliados. Para tanto, apresenta alguns dados sobre a infraestrutura urbana, acesso a serviços públicos fundamentais, acesso aos equipamentos de atendimento básico de saúde e educação, a incipiência de equipamentos da rede de proteção à infância nesses territórios, bem como renda e distribuição das responsabilidades domiciliares, com atenção ao recorte de gênero e faixa etária.

Na terceira seção, optou-se por trabalhar os caminhos metodológicos da pesquisa, organizados a partir da revisão de literatura na perspectiva global, metodologia, proposta metodológica e coleta de dados, levantamento bibliométrico e bibliográfico, sistematização dos levantamentos bibliométricos e bibliográficos e os instrumentos de coleta de dados. A fundamentação do referencial teórico, para se possibilita a discussão e uma melhor compreensão sobre as práticas sociais presentes na atividade/ação do Bloco EURECA e a participação social infanto-juvenil, se dá nas Epistemologias do Sul em Santos (2010; 2013), sobretudo, em conceitos que se articulam com a práxis educativa e propõe reflexões sobre os processos educativos e práticas sociais que perpassam a formação humana e são reescritos por meio da dialogicidade e conscientização do sujeito, bem como as subseções que compreendem a revisão de literatura, conforme defende Freire (2011; 2014; 2016; 2018; 2019).

Para tanto, foi necessária uma revisão literária, atentando para o aprofundamento da compreensão do objeto de pesquisa e os conceitos que o circundam, fundamentada nos autores e autoras, sobretudo, os latino-americanos que trazem a possibilidade de pensar, elaborar e ressignificar o olhar e a reflexão para análise dos processos educativos em práticas sociais.

Os estudos e vivências dos diferentes autores Dussel (2003), Fiori (2019), Freire (2011; 2014; 2016; 2018; 2019; 2020), Lévinas (2005), Maldonado-Torres (2010), Menezes (2010), Quijano (2010) e Santos (2010; 2013; 2014), entre outros, contribuem para as produções acadêmicas da linha de pesquisa práticas sociais e processos educativos. O referencial apresentado, na linha de pesquisa, corrobora a construção de um novo olhar e trato para as questões teóricas e metodológicas que embasam as pesquisas no campo na área da educação e, ao mesmo tempo, torna possível experienciar, por meio da práxis, a construção de novos saberes nos diferentes espaços da formação humana, tais como, escolas, sindicatos, movimentos sociais, coletivos, organizações da sociedade civil e nos espaços institucionalizados ou não institucionalizados.

A seção também apresenta, como objetivo, a descrição do percurso metodológico adotado no desenvolvimento da pesquisa e o caminho utilizado para pesquisar, compreendendo as escolhas dos descritores, que serviram como base para o levantamento bibliométrico e bibliográfico. Nesse sentido, apresenta os critérios para a escolha do Banco de Digital de Teses

e Dissertações (BDTD), em que se organizam as produções acadêmicas de teses e dissertações de cerca de 133 universidades federais, estaduais, privadas e/ou filantrópicas.

Na quarta seção, predomina a análise sobre os direitos humanos nos seus aspectos conceituais e a construção histórica em que está estruturada a “gramática” dos direitos humanos. Portanto, para tal compreensão sobre a normatização e formatação dos direitos humanos no Ocidente enquanto normativa internacional, adotou-se a perspectiva da historiografia e da natureza histórica que permitem perceber a construção desses aspectos no sentido linear em que se organiza o fragmento da linha do tempo dos direitos humanos, considerando marcos históricos nos âmbitos, global e local.

Essas concepções transitam por alguns pontos específicos, tais como, historicidade, inalienabilidade, imprescritibilidade, inviolabilidade, irrenunciabilidade, universalidade, limitabilidade e complementariedade, considerando essa construção histórica decorrente das estruturas que implica a concepção da “gramática” dos direitos humanos, suas significações e configurações.

O objetivo da quinta seção é apresentar a análise das concepções e a configuração do Bloco EURECA na defesa da “gramática” dos direitos humanos, partindo do pressuposto de que o carnaval e o samba representam um período ou momento festivo que se firma a partir das características e dos elementos das danças de origem africana, bem como de sua diversidade coreográfica e a dramaticidade que envolve esse estilo de dança.

A compreensão de que essa construção perpassa a representatividade do intercâmbio cultural nos diversos espaços da vida social brasileira é indispensável para explicar a confusão que rigorosamente passou a acompanhar o aspecto cultural e civilizacional representado, especialmente, nas composições de sambas e marchinhas de carnaval.

Os resultados e discussão da pesquisa são apresentados com base nos registros sistematizados a partir da percepção dos discursos presentes nas falas dos e das participantes, as anotações no diário de campo, bem como as letras dos sambas-enredo procedentes do

trabalho coletivo do Bloco EURECA. A definição e a construção das categorias de análise se estruturam numa lógica de preservação da fala dos participantes, sem esvaziar o seu raciocínio, nem descaracterizar ou mesmo desconsiderar sua integralidade.

Preponderantemente, o processo de categorização é operacionalizado em dois momentos, embasado nos conceitos e concepções diretamente vinculados ao referencial teórico e, sobretudo, do resultado do material produzido da interação e articulação no campo de pesquisa, por intermédio dos instrumentos de coleta de dados. As demais seções são destinadas às considerações finais, referências, apêndice e anexo.



EURECA 1998

EURECA: CRIANÇA PRIORIDADE ABSOLUTA

Eu vou, vou renovar cantando em
lealdade
Ainda resta uma esperança, temos
que ter confiança
Eureca vai alegar toda a cidade
Vamos aprender esta lição
Lutar com garra e muita
determinação
Eu vou pra avenida, eu vou fazer
meu carnaval
Junto com o Eureca desfilar na
Marechal.

Coro
Raio a liberdade, e hoje eu quero
comemorar
Não estou mais passando fome
Dignidade e respeito eu vou, e
quero mostrar (Bis).

Alcançar saúde, educação/
Cultura no esporte e no lazer
Eu não sei, vamos vencer/
Com a comunidade vamos
aprender
Eu vou pra avenida, eu vou fazer
meu carnaval
Junto com o Eureca desfilar na
Marechal.

(EURECA,1998)

1. EURECA: Eu Reconheço o Estatuto da Criança e do Adolescente

EURECA: 10 Anos. Contra a violência, pense com consciência (construção coletiva).

Com arte vou vencer a violência
Com arte vou mostrar o meu valor
No samba, no gingado e no batuque
Mostrando na avenida quem eu sou
Eu sou criança e adolescente
Eu sou comunidade organizada
Que nessa avenida eu canto a paz, eu canto amor
E canto alegria a minha dor
(Bis).

São dez anos de história, e eu vou ressaltar
Desrespeito à criança e ao adolescente não dar pra aguentar
Eureca aí de novo, veio pra abalar

Declarando guerra contra as leis que destroem nosso lar
E a família [...] E a família é amor, é força e união
Ela é a base desse povo e de toda essa nação (Bis).

Diga não à violência, pense com a consciência

Diga não à opressão e a discriminação (Bis).

E as escolas [...] muitas escolas não são esperança mais não
Os poderosos traficantes tomaram conta da educação
E a FEBEM, não preciso nem comentar

Não há diabo nem santo, mas o inferno ali está

Não quero mais exploração
Quero saúde e educação

A liberdade é o ideal

Não quero sistema prisional
(Bis).

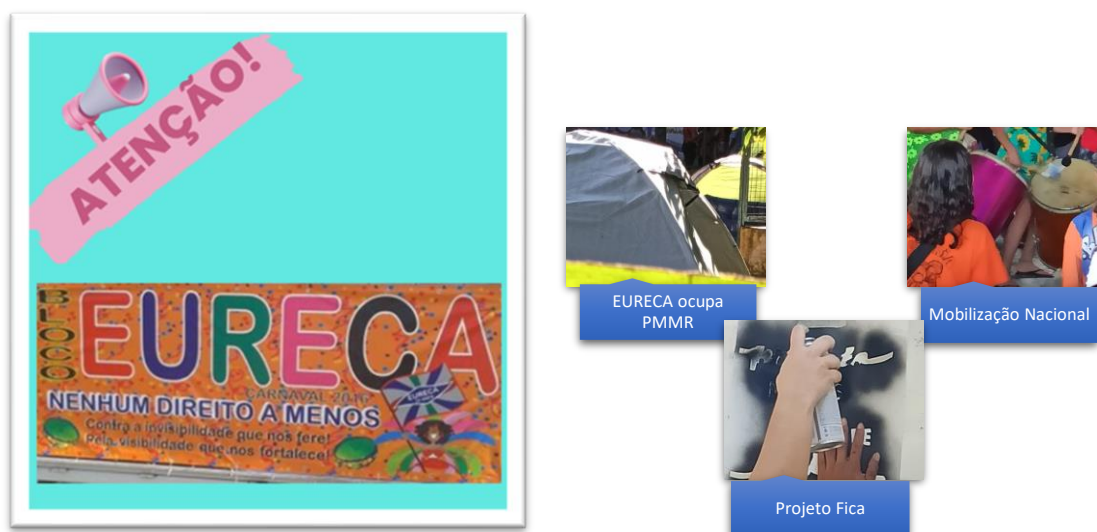
(EURECA, 2001)

A idealização do Bloco EURECA, em reconhecimento da mudança de paradigma na legislação brasileira, está orientada em conceituações e referências que tecem a “gramática” dos direitos humanos e dos direitos humanos infanto-juvenis, fundamentada na práxis. Assim, como um conceito orientador das práticas da educação popular, a atividade/ação (ato educativo contínuo de criar, recriar, significar e ressignificar) está em processo de sistematização mesmo após mais de três décadas de atuação e ocupação das ruas e de outros espaços públicos.

O bloco tem, como fio condutor, a vigência da legislação, a partir da Constituição da República Federativa do Brasil (1988) e do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), bem como a Convenção Internacional Sobre os Direitos da Criança (1989). Com prevalência para o diálogo com a “gramática” dos direitos humanos, junta-se a essa construção a matriz teórica referenciada no campo dos direitos humanos, a saber: Plano Nacional dos Direitos Humanos I, II e III (1996; 2002; 2009), Programa Nacional dos Direitos Humanos (2009), Plano Nacional da Educação em Direitos Humanos (2006; 2007; 2012; 2018; 2021) e o Plano Nacional Decenal dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente (2014-2024).



EURECA 2001



Fonte: Elaborada pelo autor

1.1 EURECA: Um chamamento para o reconhecimento dos direitos humanos infanto-juvenis



EURECA, EURECA, EURECA
 quem não sabe do estatuto
 Tá na hora de saber. (ôô Sabeeeer)
 EURECA, EURECA, EURECA
 a criança e o adolescente tá rua pra dizer
 [...] hoje nosso grito é para sorrir/
 No chamado ao compromisso,
 o Estatuto assumir
 Então nosso Bloco assim se move/
 8.069 é a lei pra se cumprir (Bis)
 Ôôhh, EURECA
 (Eureca, 1992)

A conquista do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), promulgado pela Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, adota o paradigma e/ou doutrina da proteção integral. Idealizada pela Organização das Nações Unidas (ONU), a chamada doutrina da proteção integral reconhece um conjunto de direitos para todas as crianças e adolescentes, a partir do entendimento de que a infância tem o direito de proteção e cuidados especiais sem qualquer traço discricionário.

Considerando a necessidade de se avançar real e concretamente sobre a proteção, promoção e reparação dos direitos humanos para esse grupo etário da população, o Brasil, não apenas nesse, mas noutros momentos, perpassa pelo processo de adoção de um novo ordenamento jurídico-político-institucional com a elaboração da nova carta magna, a Constituição da República Federativa do Brasil (1988) e do próprio Estatuto da Criança e do Adolescente (1990).

Como Estado membro da Organização das Nações Unidas (ONU) e, portanto, signatário dos seus documentos, a discussão, formulação e homologação de uma lei que potencialize a elaboração de políticas públicas voltadas para proteção e cuidados especiais, bem como a proteção no âmbito dos direitos humanos, na promoção de cidadania e participação, acontece no âmbito da política interna do Brasil ao mesmo tempo em que no contexto internacional. A Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança (CDIC) chega aos momentos finais, influenciando diretamente no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

O chamamento à responsabilidade compartilhada entre família, sociedade e estado estabelece como parte dos princípios e inovação da proteção integral, direitos específicos a crianças e adolescentes, reconhecendo-os titulares de direitos sem qualquer traço discricionário. A consciência da sociedade brasileira da importância desse conjunto de direitos como possibilidade de enfrentamento das profundas injustiças sofridas por esse grupo etário da população transformou o cotidiano de meninos e meninas brasileiros.

Com seus direitos no centro do debate público, a conquista do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei Federal nº 8.069/1990, crianças e adolescentes chamam a sociedade ao compromisso de transformar em luta a indignação de todos e de cada um cidadão e cidadã brasileiros, frente às desigualdades que ainda assolam a vida de crianças e adolescentes. Nesse sentido, o primeiro sonho dos educadores e educadoras sociais do Projeto Meninos e Meninas de Rua (PMMR) de São Bernardo do Campo, localizado na Região Metropolitana de São Paulo, é buscar caminhos para tratar mais amplamente a importância desse conjunto de direitos com os demais setores da sociedade.

Para tanto, a inspiração que fundamenta esse sonho, no desenvolvimento de uma atividade/ação que espalhe em múltiplas direções os princípios e inovações que compõem o novo ordenamento jurídico-político-institucional brasileiro, como instrumentos de luta em defesa dos direitos humanos infanto-juvenis, ampara-se em Freire (2016) que, ao tratar da perspectiva do exercício como o direito e dever de desprezar as injustiças e a exclusão cometidos contra milhões de crianças e adolescentes brasileiras, nos apresenta que devemos, com alegria, certos e convictos, com atitude mobilizadora e revolucionária, significar o sentido da nossa raiva.

No intuito de ter a oportunidade de influenciar nos debates local, regional e nacional, sobre a concepção dos direitos humanos infanto-juvenis, já conquistados, não dados de presente, mas uma conquista de toda sociedade brasileira, educadores e educadoras sociais do PMMR, num ato inventivo e inovador, tomaram como referência das maiores manifestações da cultura brasileira, o carnaval, com suas escolas de samba, bailes e blocos carnavalescos. A uma festa popular traduz os hábitos e formas do cotidiano dos trabalhadores, tanto na configuração

do espaço rural quanto no espaço urbano, sendo definida por Gachot (2014) como uma festa marcada pela forma com que se adapta ao cotidiano, ou seja, ao hábito cotidiano. Portanto, é característico da sociedade moderna em que os aspectos comportamentais representam a estratificação das classes ou camadas sociais. O carnaval teve grande significância na idealização e criação do EURECA.

A sigla EURECA – Eu Reconheço o Estatuto da Criança e do Adolescente – tem, como prerrogativa, comemorar, festejar e trabalhar de forma lúdica, dançante e criativa os direitos humanos infanto-juvenis, a partir de um novo olhar e trato para a infância e adolescência no sentido de mobilizar a sociedade no reconhecimento ao direito de todas as crianças e adolescentes. Transformar esse “descobrimento” ou “achamento” sobre a nova legislação para infância brasileira em algo que se pode materializar no cotidiano, incorporar o exposto nos princípios fundantes dos novos marcos legais e institucionais na formulação de políticas públicas, de acordo com os educadores e educadoras sociais do PMMR, seria uma tarefa a ser cumprida pelo ato político de conscientização, coerente com a prática educativa pela qual a verdadeira educação é precedida do diálogo, conforme aponta Freire (2019).

Criado em 1983, na cidade de São Bernardo do Campo, o Projeto Meninos e Meninas de Rua (PMMR), ao longo de sua história, mantém articulação como o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMRR). O ponto de partida para iniciar a organização do projeto se deu a partir da relação de pessoas com objetivos e finalidades definidas, notadamente, advindos de diferentes setores da sociedade, tais como, movimentos sociais, universidades e igrejas. A participação de outros movimentos, grupos, segmentos e profissionais, grupos de estudos da academia, movimento sindical de trabalhadores, segmentos religiosos, educadores e educadoras sociais, numa época de transformação e ampliação do discurso e da gramática dos direitos humanos infanto-juvenis, sobretudo, dos que se encontram sujeitos à situação de/nas ruas, o eco em favor das garantias dos direitos, adquiriu outras formas no

**EURECA: Pela
Verdade Antes Que o
Mundo Acabe.**

EURECA, pra não
deixar a memória
esquecida
Dos assassinos de
sonho e de vida
Por isso vamos cantar
na avenida
Denunciando o
genocídio da nação
[...]

Da lei do Ventre Livre
até o quatorze de maio
Mil Novecentos e
vinte e sete
Com a criação do
código de Menores
Crianças e
Adolescentes

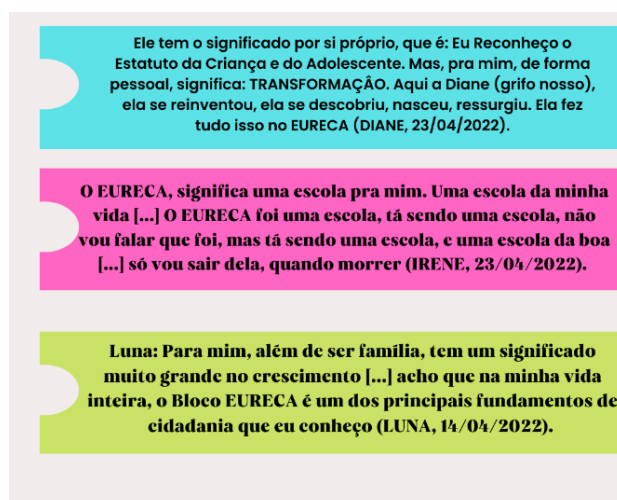
São cuidados por
torturadores
Setenta e Nove vem
outra legislação
E continua a violência
e a opressão [...] (EURECA, 2013)



EURECA 2013

chamamento à atenção para o enfrentamento das diversas formas de violência e violação à vida e à dignidade humana com a criação do bloco carnavalesco infanto-juvenil EURECA.

O reconhecimento da garantia de todos os direitos inerentes à condição humana de crianças adolescentes, com dignidade e prioridade absoluta, está baseado no próprio direito constitucional de 1988 que atribui o dever ou obrigação de cuidados com a infância, pela família, a sociedade e o Estado, conforme expresso no artigo 227 da Constituição Federal do Brasil e do artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente. Portanto, a doutrina da proteção integral adotada pelo Brasil com a lei infraconstitucional do ECA possibilita o exercício da tese do protagonismo social infanto-juvenil a partir da ação que distingue crianças e adolescentes, dentre os demais, como sujeitos com direito “a vez e a voz” em favor dos seus interesses na vida cotidiana.



Fonte: Elaborado pelo autor

1.2 EURECA: carnaval da criatividade, “sobre nós, e com nós”

Eu respiro, criatividade
No Bloco EURECA vou brincar o Carnaval
Sem fome, com saúde, eu quero estudar
Ser vacinado e ter um teto pra morar
(Eureca, 2021/2022)

Ao brincar o carnaval de forma lúdica, há mais de três décadas, o Bloco EURECA vem contribuindo para a construção de investigações sobre o tema da criança e adolescente pois, eles são chamados para falar de seus próprios contextos. “Por isto mesmo é que reconhece como seres que *estão sendo*, como seres inacabados, inconclusos *em* e *com* uma realidade que, sendo

histórica também, é igualmente inacabada” (Freire, 2019, p. 101-102). Deve-se, portanto, seguir, como regra de conduta, a ideia de “nada sobre nós, sem nós”, expressão constante no diálogo de crianças, adolescentes e jovens que fazem o debate e a reflexão sobre o direito de contribuir para o desenho de políticas sociais, de projetos, programas e serviços sociais de atendimento, bem como de violências sofridas e conclamar o engajamento de toda a sociedade em prol dessa luta.

A atividade/ação do Bloco EURECA, como trabalho coletivo, “é o encontro em que se solidarizam o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado” (Freire, 2019, p. 109). No entendimento dos(as) educadores(as) sociais, das crianças, adolescentes, jovens, dos familiares e das comunidades participantes da atividade/ação do EURECA, sua existência insurgiu e continua insurgindo das/nas ruas e, por isso, “não pode reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples trocas de ideias a serem consumidas pelos permutantes” (Freire, 2019, p. 109). Instigar a continuidade do processo de superação da lógica das legislações anteriores, assumindo o compromisso ético-político com o paradigma/doutrina da proteção integral da infância brasileira tem exigido muita capacidade de resistência da sociedade brasileira, sobretudo, dos movimentos sociais da área da infância, para que a lei siga em direção inversa em relação, em especial, a do Código de Menores de 1979.

Em termos formais, o Código de Menores elaborado pela Lei nº 6.697 de 10 de outubro de 1979, pela estrutura e conteúdo, versava a tutela de crianças e adolescentes pelo Estado brasileiro de forma jurisdicional, não os reconhecendo como sujeitos de direito. Com viés e aspectos assistencialista, protecionista e de vigilância, sua fundamentação conservava pontos da legislação anterior, delineando-se nos preâmbulos da Doutrina da Situação Irregular.

O Bloco EURECA propõe a conscientização pelo caminho da humanização, autonomia e libertação, com significados e conceitos que promovam o debate sobre a compreensão das relações existentes na dualidade opressor-oprimido, dominante-dominado e na regulação-



EURECA 1997



emancipação, conforme aponta Freire (2019). Essa articulação possibilita a dialogicidade da atividade/ação do EURECA com a práxis socioeducativa ao propor reflexões a partir de/e pelo viés dos processos e das práticas sociais que mediam a formação humana.

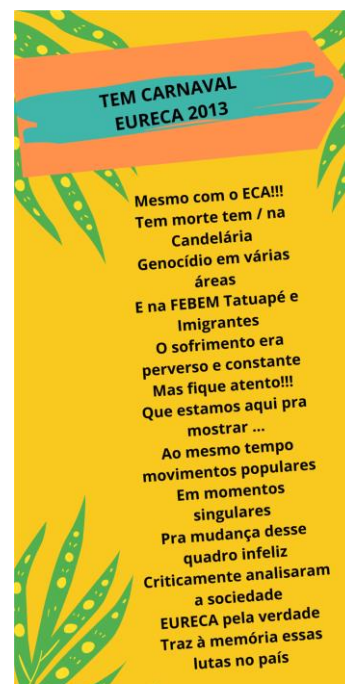
Na perspectiva de construir um projeto com elas e não para elas – crianças e adolescentes –, o Bloco assume uma posição de profundo respeito pela luta por emancipação dessa faixa etária da população, defendendo, assim, que esse processo de caráter progressivo tenha a ver com um esforço comum expresso nas agendas dos chamados grupos vulneráveis.

Esse movimento em prol da infância, que reconhece crianças, adolescentes e jovens como sujeitos ativos, participantes e protagonistas, envolveu-se de forma ampla e buscou participação na construção das lutas, pelo viés do reconhecimento do protagonismo social, dos direitos humanos e da cidadania infanto-juvenis. Foi vitorioso, distinguindo-se como movimento que impôs a necessidade de superar o ordenamento jurídico-político-institucional expresso na Lei nº 6.697 de 10 de outubro de 1979, que instituiu o Código de Menores de 1979, e romper com a então doutrina da situação irregular.

A luta vitoriosa do movimento provocou alterações na vida de crianças e adolescentes, bem como das famílias brasileiras, ao alterar um ordenamento que consequentemente continuava a alimentar experiências, que, não emergindo da consciência popular nem da solidariedade social, mecanismos do estado democrático de direito, parecia desprezar totalmente a infância.

O grande desafio, agora, seria convencer a população da posição que crianças e adolescentes ocupavam no âmbito das políticas públicas. Para tanto, na visão dos participantes e das participantes do Bloco EURECA, mesmo com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a situação concreta da realidade social da infância brasileira ainda é a busca pela implementação de políticas públicas que superem a ausência de condições à subsistência voltados aos menores de idade nas legislações anteriores. O modelo de proteção integral da pessoa em condição especial de desenvolvimento, bem como as medidas protetivas para crianças e adolescentes estabelecido pelo ECA, ainda enfrenta dificuldades na sua implementação.

A distorcida visão, na qual a ausência de direitos fundamentais e o acesso à saúde, à educação, ao lazer, à habitação, à dignidade, à convivência familiar e comunitária entres outros,



reforça no imaginário da sociedade a impressão de que os autores de ato infracional são pessoas a quem é imputado desvio de conduta em virtude de inadaptação familiar ou social e entendida como consequência da falta ou omissão da instituição familiar (pais ou responsáveis) em provê-los, numa lógica perversa de justificar o modelo punitivista do Código de Menores, em que a defesa técnica facultativa e a figura juiz de menores representam estratégias de cuidados à infância. Porém, a mudança da naturalização, frente a violação de direitos e do sofrimento perverso, se dará pelo viés da conscientização da sociedade, em que crianças, adolescentes e jovens como sujeitos de direitos e ativos, podem e devem ser protagonistas dessa construção.

*Ouçá o que eu vou lhe dizer
Agora preste atenção
Sou criança e adolescente
Com o Estatuto na mão*

*Minha vida é verdadeira
Luto com os pés no chão
Sou criança brasileira
O orgulho dessa nação
(EURECA, 2010)*

1.3 EURECA: Protagonismo infantil-juvenil; criança organizada com Estatuto na mão

As questões originalmente levantadas, as limitações e as potencialidades resultam de um complexo processo. A principal dificuldade, como efeito aos interessados e envolvidos nessa disputa, é a elaboração da estratégia conceitual, dos conteúdos e das estruturas que, consequentemente, estipule as questões normativas e funcionais desse direito reorganizado e ressignificado nas lutas pelo reconhecimento dos direitos humanos infanto-juvenis.

A partir da Constituição Federal do Brasil de 1988, aparecem algumas questões fundamentais. Crianças, adolescentes e jovens “são ativos na construção e reimaginação de seus territórios, de forma que são vistos e sentidos nas famílias, sociedade e políticas de maneiras que não eram antes” (Aitken, 2019, p 44). Das noções de direitos e da construção de políticas de direitos que fundamentam a atenção a infância no ordenamento jurídico brasileiro, a mudança de paradigma entre o conceito de Doutrina da Situação Irregular presente nos Códigos de Menores de 1927 e 1979 e o conceito de Doutrina da Proteção Integral são entendidas como as questões mais básicas para que a elaboração e construção de novas concepções sobre a infância, como sujeitos de direitos, seja possível.

Isso posto, a concepção de cidadania passa a ser entendida como a garantia mínima de dignidade em que crianças, adolescentes e jovens são percebidos como sujeitos de direitos e coaduna com a forma de incorporação dos direitos humanos “nas constituições e nas práticas

jurídico-políticas de muitos países e foram reconceptualizados como direitos de cidadania, diretamente garantidos pelo Estado [...] direitos cívicos, políticos, sociais, econômicos e culturais” (Santos, 2013, p. 50), que, portanto, configuram-se como concepções indissociáveis.

O debate presente nas mais de três décadas de atividade/ação do Bloco EURECA comprova a necessidade de ampliar e reforçar esses conceitos em outros espaços da sociedade brasileira na atualidade, tendo em vista a adoção da Doutrina da Proteção Integral adotada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente desde 1990. Trabalhar na perspectiva de reconhecimento de crianças, adolescente e jovens, como sujeitos atuantes e detentores do direito, bem como a possibilidade do exercício da vida cotidiana, em que a “vez e a voz” figuram como principal apoio à tese do protagonismo social infanto-juvenil, dialoga com o reconhecimento previsto no próprio direito constitucional de 1988.

A articulação de movimentos e organizações sociais junto a Rede EURECA propõe reflexões a respeito do desenvolvimento contínuo que a luta histórica de crianças e adolescentes brasileiras desempenha em favor de seus interesses, sobretudo nas últimas quatro décadas. As condições históricas dessa luta residem em um campo amplo para o debate da tese do protagonismo social infanto-juvenil e consistem em trabalhar novos conceitos sobre direitos e direitos

humanos infanto-juvenis baseados na ação criativa de crianças, adolescentes e jovens, teoria e práxis.

Nesse sentido, “as ações dos jovens nas sociedades e suas contextualizações nas formas de governança elaboram espaços a partir dos quais os direitos de crianças emergem” (Aitken, 2019, p. 49) e resultam em conquistas, como a aprovação do artigo 227 da Constituição Federal de 1988, reconhecidamente fruto da luta de crianças e adolescentes, em sua maioria, provenientes do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMRR).

Os conceitos presentes na atividade/ação Bloco EURECA, ao reafirmar o Estado, a família e a sociedade como garantidores dos direitos fundamentais e inerentes à condição da dignidade da pessoa humana, se articulam com a práxis socioeducativa e as reflexões sobre o papel que os processos e



EURECA 1993

EURECA: São outros 500

Êee ôoo, êee ah o EURECA
vai passar/
Dois anos de cobrança e
denúncia/
Êee ôoo, êee ôoo na batida
do tambor/
A Marechal vai gritar, chega
de violência [...]
Lá vem, lá vem a bandeira
do movimento/
Meninos e meninas com
estatuto na mão
Lá vem, lá vem quinhentos
anos depois/
Escutem meus argumentos,
EURECA são outros
quinhentos.
(EURECA, 2013).

práticas sociais exercem como mediação para a formação humana.

A dialogicidade é ampliada a partir da atuação com outros equipamentos e espaços comunitários, que, de forma aberta, configura-se como espaço acolhedor e facilitador do protagonismo social infanto-juvenil. Nesse caso, representa a metodologia adotada pelo Bloco EURECA, no Projeto Meninos e Meninas de Rua de São Bernardo do Campo, região metropolitana da capital paulista.

Para os participantes e as participantes do EURECA, a atividade/ação desenvolvida a partir de/e pelo viés do debate sobre a compreensão das relações de um sistema social com implicações que se apresenta num movimento de visibilização e invisibilização, marcado por um conjunto de características em que a primeira se encontra substancialmente sobre os fundamentos da segunda, contribuindo para romper com distâncias abissais, conforme Santos (2020).

As bases desse novo modo de olhar e tratar crianças e adolescentes, desde que construídas cotidianamente com eles e para eles, independente das diferenças que perpassam as questões de origem, origem social, valores, cultura, cor, sexo, opiniões e religião, configuram-se como luta diária que marca a trajetória do Bloco EURECA, e, por isso, acontecem historicamente no espaço-tempo em que a atividade/ação do Bloco *está sendo*. As características e a participação nas lutas em busca da garantia dos direitos humanos e da cidadania, são demarcadas e contextualizadas considerando a políticas territoriais seja na Argentina, no Brasil, no Chile, no Uruguai ou em qualquer outro lugar do planeta, Freire (2019).

As participações, as articulações, as representações, os movimentos e as realizações se dão na luta diária, são históricas e estão intrinsicamente articuladas e constituídas por um conjunto de movimentos, projetos, organizações, educadores e educadoras sociais em um diálogo intergeracional construído com e para crianças, adolescentes, jovens, familiares e comunidade no plano individual e coletivo.

No caso do Bloco EURECA, as intervenções no real, naquilo que representa o cotidiano dos seus e suas participantes, contribuem para as reflexões sobre a necessidade de rompimento com as distâncias abissais existentes na dualidade opressor-oprimido, dominante-dominado e na regulação-emancipação bem como sobre o significado da

Navegando pelo mar/
Choro desespero e
solidão/
Traz a mente uma
cultura e a saudade da
nação/
É uma ama de leite,
violentada pelo
patrão/
Na lavoura, no
garimpo começou a
exploração.
Coro
Na África eu fui (eu
fui) /
Sonhando delirei, que
pisei na terra mãe/
E a liberdade eu
conquistei/
Salve o Luther King/
Salve o rei Zumbi
Salve Bob Marley,
Acotirene e Malcolm
X
(EURECA, 1995).



EURECA 1995

conscientização pelo caminho da humanização, autonomia e libertação.

Nesse sentido, pode-se dizer que o reconhecimento do ECA (1990), propagado e defendido pelo Bloco EURECA, configura-se como uma das principais ferramentas, com linguagem popular e um conhecimento não construído nos bancos da academia, porém, com valorização do rigor metodológico da produção de conhecimento e maior participação dos diferentes grupos sociais envolvidos e comprometidos com uma sociedade garantidora de direitos de crianças, adolescentes e jovens, Freire (2018; 2019).

1.4 EURECA: carnaval e samba; coreografando a metodologia do bloco carnavalesco infanto-juvenil

Numa prática que parte da perspectiva da construção dos saberes por meio das relações horizontais, em que a constituição dos sujeitos se faz e refaz no âmbito individual e coletivo, os sambas-enredo do Bloco EURECA que, de forma alegre, cantante e festiva tem mobilizado e embalado corações e mentes nas mais de três décadas de ocupação dos diferentes espaços públicos, trazem em suas letras protestos, denúncias e reflexão sobre o enfrentamento da violência e violação dos direitos humanos infanto-juvenis e a dignidade da pessoa humana.

Os anos de denúncia e reivindicação apresentam um leque de questões em face às constatações das violações físicas e psíquicas sofridas por crianças, adolescente e jovens, por parte das forças coercitivas do Estado e das instituições públicas e da sociedade civil. O processo de luta que se constituiu das relações estabelecidas na compreensão e na consciência do mundo, que ocorre por meio de uma formação aberta, participativa, coletiva e comunitária, encontra-se expresso nos sambas-enredo do EURECA (1992-2022).

As formações estão subscritas num “vasto campo de tensões em que se confrontam filosofias e interesses políticos, direito internacional e direito nacional, pactos políticos e lutas sociais, normalidade democrática e Estado de emergência” (Santos, 2013, p. 71). O comprometimento

Ocupar para não retroceder

Na luta fazemos história
Trazemos memórias
Díficeis momentos
Eventos de golpes,
batalhas, ditaduras
falhas nos
procedimentos.
Atentos ao que nos
maltrata
Passeata da ordem e
progresso
E as milícias do
mercado de notícias
Vendendo mentira e
retrocesso
(EURECA, 2017).



EURECA 2017

do Bloco EURECA no reconhecimento do expresse na legislação infanto-juvenil e sua interpretação no concreto, na vivência do cotidiano tem papel preponderante na definição das temáticas trabalhadas nas letras dos sambas-enredo.

Para tanto, a perspectiva de uma metodologia que alcança uma dimensão colaborativa, participativa e aberta se estabelece de forma clara nos limites impostos pela correlação entre o modelo de comportamento que rege o contexto da vida pessoal e o contexto da vida coletiva, traduzindo-se, assim, em processos que perpassam pela acomodação, ajustamentos, separação abrupta, nomeadamente a distinção do vivido na esfera pública e na esfera privada.

É importante salientar que esse processo de inserção crítica na realidade torna possível a argumentação e implica, concreta e objetivamente, as questões originalmente levantadas. Em termos gerais, essa formulação impõe critérios e permite uma definição relevante sobre

a necessidade e a conveniência da educação em direitos humanos, como processo sistemático que orienta a formação de sujeitos de direitos, a ampliação da capacidade de indivíduos e grupos historicamente excluídos de poder na sociedade decidir sobre questões que lhe dizem respeito, bem como os processos de transformação para a construção de sociedades democráticas e humanizadas. Dessas assertivas, pode-se concluir que a educação em direitos humanos, tomada como eixo articulador de um processo de gestão educacional, vai muito além de pincelar uma aula tradicional com conteúdos temáticos afetos aos direitos humanos. A noção da dignidade humana presente em todos os seres humanos constitui-se ideia fulcral da organização de todo o processo pedagógico. Mais que uma educação para os direitos humanos, a educação em direitos humanos propicia, já no processo educativo, experiências em que se possam vivenciar os direitos humanos e o respeito incondicional à dignidade humana e à riqueza de suas diversidades (Freire, 2019b, p. 25-26).

Essa construção é permeada por uma complexa trama de fios que compõem a produção cultural humana pode ser vista como resultado da mobilização social, impulsionada pela transformação daquilo que orbita o mundo das ideias, que se dá no campo teórico, frente às disparidades das condições vividas no cotidiano dos diversos segmentos sociais excluídos, sobretudo a infância, na adoção de políticas que se traduzam em objetividade e concretude das ações garantidoras de direitos.

A abordagem metodológica que sustenta a atividade/ação do Bloco EURECA reside na concepção teórico-conceitual de que o ato educativo e a subjetividade se constituem nas conexões existentes na formação humana do sujeito e circunda o pessoal e o social, especificamente, na dinamização do próprio mundo situado dentro do limite do seu espaço. Educadores e educadoras sociais, juntamente com crianças, adolescentes, jovens, familiares, comunidade e outros segmentos da sociedade, partilham do desenvolvimento da atividade/ação do Bloco EURECA a partir de várias contribuições, notadamente, a freiriana (2011; 2014; 2016; 2018; 2019) e as Epistemologias do Sul, conforme Santos (2010; 2013; 2014).

Ancorado no pensamento crítico de que “existir, humanamente, é pronunciar o mundo, é modificá-lo”, ao articular questões teóricas e práticas, “o mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles novo pronunciar” (Freire, 2019, p. 108). Diante de tal constatação, os sambas-enredo são planejados e desenvolvidos por meio da atividade/ação do Bloco EURECA, de modo irreverente, crítico e com o rigor que requer a produção de conhecimento, seja nos espaços educativos institucionais e extrainstitucionais, pelos participantes e as participantes do Bloco que, anualmente, ocupam as ruas e outros espaços públicos por ocasião dos festejos do carnaval brasileiro e/ou datas predominantemente marcadas simbolicamente pelas conquistas e avanços da política emancipatória de crianças, adolescentes e jovens.

O constante processo de criação, recriação e renovação a partir da valoração que emerge de diferentes espaços e de uma dada realidade, permite que educadores e educadoras sociais, crianças, adolescentes, jovens e demais grupos ou segmentos da sociedade, de forma individual ou coletiva mobilize corações e mentes ao ocupar as ruas e outros espaços públicos com um Bloco carnavalesco infanto-juvenil.



Vou ficar na Marechal o EURECA vai passar/
Cinco anos de cobrança e consciência eu vou formar/
Contra o trabalho infantil, preconceito racial/
EURECA São Bernardo é comissão local
(EURECA, 1997)



Para pensar a construção da atividade/ação do Bloco EURECA, como significações que decorrem do processo de mediação presente nas relações humanas como ato político, em que a pessoa vai se transformando em sujeito, um sujeito “fazedor” das interações, das disputas e das mudanças da realidade, pessoal e social, na dialogicidade “de estar com ela e de estar nela, pelos atos de criação, recriação e decisão” (Freire, 2019c, p. 60), requer a adoção de uma metodologia que combine participação comunitária com a predisposição para constituição de outras formas de conhecimento.

Tendo em vista as profundas diferenças entre saberes, a interlocução da atividade/ação do EURECA, com a práxis da educação popular, o processo metodológico foi se construindo a partir do diálogo com a educação social, pedagogia social, a tese do protagonismo e as Epistemologias do Sul, e, para além disso, a criação de uma relação horizontal e a coexistência de

diferentes práticas de conhecimento, suas temporalidades e durações. Pode-se dizer que, passadas mais de três décadas, nos tempos de hoje, ainda se faz necessário dialogar com a sociedade brasileira na qual resistem ainda versões negativas ou uma porção que permanece no imaginário da população a respeito da gramática dos direitos humanos infanto-juvenis. A novidade expressa no ordenamento jurídico-político-institucional brasileiro, desde as duas últimas décadas do século XX, está baseada no reconhecimento da pluralidade.

Como a lei por si só não muda o contexto do cotidiano e a realidade dos fatos de crianças, adolescentes e jovens em situação de invisibilidade, vulnerabilidade, risco e sofrimento, o método de mobilização do EURECA foca na atuação comunitária, participativa e aberta. Para construir a ideia da atividade/ação do Bloco, é necessário estudo, articulação, parcerias, conectividade e apoio de, e com, outros projetos e serviços sociais de atendimento à população infanto-juvenil, no intuito de provocar o poder público e a sociedade brasileira sobre a necessidade de debater a construção de uma agenda com destaque para a “importância da criação de condições políticas e legais para corroborar a noção de cidadania social/afetiva que expressa novas relações” (Aitken, 2019, p. 247) nos territórios e urbanos e rurais. Assim, como no campo da política e nos diferentes segmentos da sociedade, constitui-se enquanto discurso de emancipação, educação em direitos humanos e na genuína tese em ato do protagonismo social infanto-juvenil brasileiro, conforme observa Fernandes (2016).

Se essa rua fosse minha
O sonho de Betinho e Paulo Freire ia
florir
Educação pro oprimido
A busca de um cidadão
Brasil belo e bonito sem crime e
corrupção.
(EURECA, 1999)



EURECA 1999

1.5 EURECA: A desagradável história construída a muitas mãos; presente na memória da quebrada

Alô, somos os desagradáveis
 Favelados invisíveis
 Alvo a ser exterminado
 Para o Estado descartáveis
 Pretos, pobres, os matáveis
 (Refrão) 2 x
 Como vocês se atrevem?
 Apagar a minha história
 Limitar minha memória
 Massacrar nossa nação
 Escuta, a pirralhada aqui resiste
 É brincante, não só triste
 Aqui tem luta e imaginação
 (Eureca, 2020)

O processo organizativo da atividade/ação do Bloco EURECA está fundado na reciprocidade e, conseqüentemente, na coordenação de ideias e das múltiplas intervenções que se dá em diferentes territórios, compreendendo que a ocupação dos espaços por crianças, adolescentes e jovens contribui para mudança da aparência, da harmonia, das formas e ressignifica o conceito de beleza do lugar ocupado, traduzindo em respostas coletivas à reclamação pelo direito de sair da invisibilidade para a visibilidade, conforme observa Aitken (2019).

A atividade/ação do Bloco EURECA se configura como uma prática social por meio da qual crianças, adolescentes, jovens, educadores e educadoras sociais se articulam de forma colaborativa e em concordância sobre seus direitos de participação na elaboração, desenvolvimento, implementação e monitoramento de políticas públicas voltadas à atenção da infância, adolescência e juventude e culminou na constituição da Rede EURECA.

A união com várias organizações e movimentos sociais para composição dessa rede perpassa por similitudes e distinções próprias da metodologia de trabalho e do esforço na busca de transformação das estruturas sociais e políticas, cuja dimensão da argumentação e reivindicação é o reconhecimento dos direitos básicos para a infância, que lutam contra a injustiça social e por uma sociedade mais ética e justa, na construção de caminhos e instrumentos que possibilitem o cuidado comunitário e a dignidade da pessoa humana, considerando a natureza plural de cada território, das diferentes regiões do estado de São Paulo e, por conseguinte os demais espaços territoriais do Brasil, segundo Santos (2013) e Freire (2016).

Nas mais de três décadas de atuação e ocupação das ruas e de outros espaços públicos, o Bloco EURECA foi conquistando o reconhecimento e construindo relações com diferentes segmentos da sociedade, especialmente com os movimentos e organizações sociais que atuam

na área da infância. Tal reconhecimento implica atos de reflexão-ação-reflexão, a *práxis* cotidiana. Aqui é importante salientar que as similitudes e as distinções perpassam pelo conjunto de ações coletivas voltadas a elaboração, implementação, desenvolvimento e monitoramento das políticas sociais, tendo em vista que implicam a atitude de se reconhecer em cada uma delas e no coletivo. Esse fortalecimento e estímulo proporcionam mutuamente a leitura sobre as visões de mundo.

Merecem destaque e ênfase o papel preponderante e a formação que percorre de modo itinerante os projetos – Meninos e Meninas de Rua, Instituto Camará Calunga e CEDECA Sapopemba (tripé de sustentação da Rede EURECA) –, com objetivo de promover maior interação e possibilitar a participação comunitária de forma aberta, considerando os aspectos que estão imbricados no princípio da igualdade e do reconhecimento de crianças, adolescentes e jovens como protagonistas de suas próprias histórias e como sujeitos de direitos.

Fundamentada no pressuposto de que “a mudança do mundo implica a dialetização, entre a denúncia da situação desumanizante e o anúncio de sua superação, no fundo, o nosso sonho” (Freire, 2014, p. 77), bem como na reflexão sobre a conjuntura e os contextos político, social e econômico da atualidade, sem, contudo, deixar de analisar outros aspectos que “favorecem o reconhecimento da diversidade e pluralidade epistemológica como uma das suas dimensões” (Santos, 2010, p. 55), a formação desenvolvida na atividade/ação do EURECA é resultante da construção e da interação social entre grupos, instituições, indivíduos e diferentes segmentos sociais.

A trajetória organizacional da construção coletiva dos sambas-enredo do Bloco EURECA se dá com a participação de crianças, adolescentes, jovens, educadores e educadoras sociais, familiares, comunidade, entre outros e outras integrantes de diferentes segmentos da sociedade civil. A título de exemplo, a figura 02, tem por objetivo uma proposta de chamamento e mobilização dos e das participantes da atividade/ação do EURECA, bem como da comunidade no entorno e de outros segmentos sociais. O cronograma das comissões de trabalho referente à formação de 2014 e a organização para o processo formativo, se dividem em três categorias: comissões de trabalho, tarefas e responsáveis pelo trabalho de cada comissão (integrantes).

Brasil terra da diversidade, das
cores do sincretismo
E de quem mais quiser somar
O próprio Samba é o retrato da
mistura
Da perifa, da cultura, do terreiro
e do altar
A violência a quem ama
diferente fere e mata muita
gente
Isso tem que acabar
Não tem remédio para o que
não é doença
E viva a diversidade bloco
EURECA vem cantar
(EURECA, 2018)

O papel central da categoria comissões e/ou grupo de trabalhos, como indicam claramente os dados expressos no documento, trata basicamente da articulação e organização dos trabalhos e das tarefas que serão desempenhadas por cada integrante. Nesse sentido, ela é organizada por áreas, que seguem os critérios pré-estabelecidos na primeira reunião de alinhamento. O processo de formação inicia-se, geralmente, no mês de novembro do ano anterior, considerando a necessidade de mobilização de todos e todas dos projetos, entidades, movimentos sociais, colaboradores, crianças, adolescentes, jovens, familiares e a comunidade.

Na preparação para o desfile de carnaval do Bloco EURECA 2014, é preciso destacar os trabalhos foram desenvolvidos por sete comissões. Distribuídas da seguinte forma:

- I. Grupo de comunicação, responsável pela divulgação, contato, convites, carta aberta à população¹³, entre outros. A coordenação foi dividida entre quatro integrantes com representação dos educadores e educadoras do estado de São Paulo (educação), do Projeto Meninos e Meninas de Rua da cidade de São Bernardo do Campo (SBC)/SP (movimento social), do Conselho Tutelar de SBC, equipamento da rede de proteção à infância (direito) e de um Centro Cultural Afro-brasileiro, entidade parceira do Bloco (cultura);
- II. Grupo de mobilização, que tem como função a articulação com as demais entidades parceiras, bem como as militâncias dos movimentos sociais, sobretudo, os movimentos da área da infância, comunidade e equipamentos públicos que compõem a rede de proteção da infância (Conselho Tutelar, Centros de Referência e Assistência Social, Unidades Básicas de Saúde, Serviço de Proteção Social às Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, Centros de Defesa da Criança e do Adolescente, Centro de Defesa dos Direitos Humanos), segurança pública (Guarda Civil Metropolitana e Polícia Militar), sindicatos (metalúrgicos, professores, servidores públicos entre outros), administração pública (prefeitura e secretarias), legislativo (câmaras de vereadores e Assembleia Legislativa), poder judiciário (promotorias e Ministério Público da Infância e Juventude), educação básica (escolas municipais e estaduais), educação superior (universidades públicas e privadas), comércio (comerciantes do entorno), entre outros; trabalho coordenado por um educador e uma educadora do PMMR,

¹³ Em anexo encontra-se o modelo da carta aberta distribuída a população em razão dos desfiles do Bloco EURECA do ano de 2022.

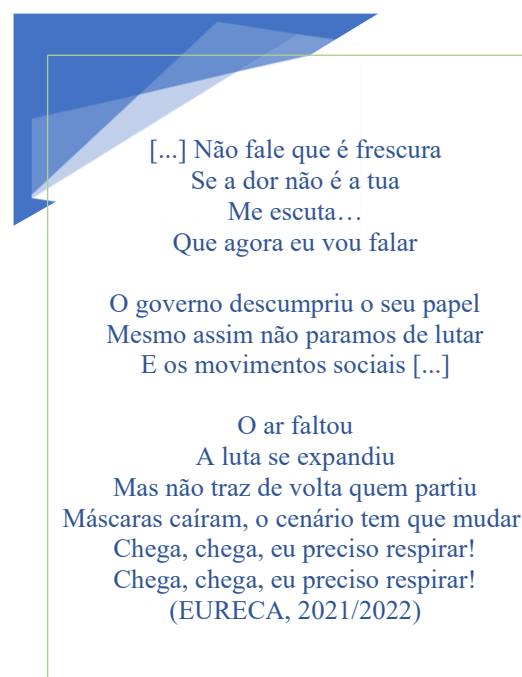
- uma representante Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDHS) e um representante do Conselho Tutelar (CT);
- III. Grupo de infraestrutura, que tem como finalidade a captação e viabilização dos recursos para o processo de formação, especialmente, para o dia do desfile. Essa demanda geralmente fica sob a responsabilidade de parceiros do projeto do local onde o Bloco EURECA ocupará as ruas no dia do desfile, tendo em vista a realização da ação acontecer na comunidade local. A coordenação dos trabalhos de captação de recursos (água, equipamentos de som, camisetas, alimentação, material para oficinas, formação, barracão, transporte e equipes de trabalhos no dia do desfile – trânsito/segurança/fornecimento de água e alimento), divide-se entre integrante do projeto e entidades locais, nesse caso, um educador e uma educadora do PMMR e um representante do CT de São Bernardo do Campo/SP;
 - IV. Grupo de metodologia e formação, particularmente é considerado o grupo central do processo de formação. Sua missão é captar as questões teóricas, as temáticas, a conjuntura e as percepções levantadas junto aos participantes e às participantes na reunião inicial e, portanto, elaborar o texto-guia dos temas geradores (geralmente são discutidos três temas de maior relevância para a conjuntura atual) e organizar os encontros de formação, bem como a elaboração da carta aberta a população, entregue pelo grupo de comunicação no dia anterior ao desfile, ou no próprio dia do desfile. O trabalho desenvolvido por esse grupo é essencial para elaboração do samba-enredo. A coordenação é composta por um educador ou educadora social do projeto do local onde acontecerá o desfile e mais dois ou duas integrantes das entidades e/ou projetos parceiros;
 - V. Grupo de registro, geralmente coordenado por integrantes do projeto do território onde ocorrerá o desfile, juntamente com integrantes de uma das entidades parceira, presentes na reunião de alinhamento, totalizando três coordenadores e/ou coordenadoras. A tarefa designada para esse grupo de trabalho é o registro diversificado das atividades que envolvem todo o percurso formativo e o dia do desfile, por meio da fotografia, do audiovisual, das atas e outros documentos;
 - VI. Grupo de samba-enredo, figura-se como a mais simbólica das comissões. Responsáveis pelo principal produto, advindo de todo o processo de formação, a equipe de composição do samba-enredo é composta por uma coordenação mais

ampla. Sua demanda perpassa pela composição, gravação e divulgação do samba-enredo entre as entidades parceiras, militantes, movimentos sociais e os demais colaboradores do Bloco EURECA. Sua coordenação é formada com maior diversidade de representação, observando sempre a presença e um educador ou educadora social com conhecimento em música;

- VII. Grupo da alegoria, considerado por todos e todas o momento lúdico-pedagógico, a comissão de alegoria tem como finalidade a elaboração e o desenvolvimento de propostas, bem como subsidiar os educadores e educadoras sociais das entidades parceiras na confecção dos objetos que artisticamente irão representar a ideia abstrata contida no samba-enredo. A coordenação conta com integrantes já alocados em outras comissões, sendo de responsabilidade do grupo a organização do barracão para o desenvolvimento das oficinas de produção das alegorias na semana ou dias que antecedem o desfile.

Cabe ressaltar que todo o processo formativo da atividade/ação do Bloco EURECA garante a participação de crianças, adolescentes, jovens, familiares, colaboradores e outros grupos sociais, e de qualquer cidadão ou cidadã. A depender da conjuntura política, social, econômica, sanitária, entre outras, o calendário de formação pode ser alterado. O calendário ao qual nos referimos anteriormente é um recorte da formação que culminou com o desfile do EURECA no ano de 2014, portanto, com início em novembro de 2013.

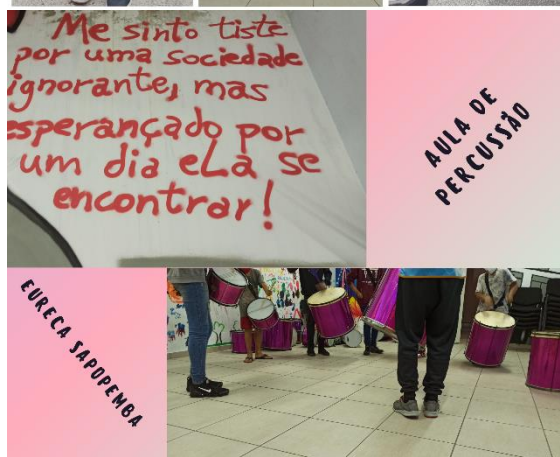
Para o ano 2021, com a urgência sanitária que se instalou devido à infecção causada pelo vírus SARS-CoV-2 e manifesta na Covid-19, resultando no afastamento social, não houve possibilidade de formação no modelo presencial e no período realizado nos anos anteriores. Houve a substituição por atividades e oficinas mediadas pela tecnologia, que tinham, como fio condutor, o resgate da memória do Bloco EURECA. A título de exemplo, o calendário de formação do EURECA 2022, com finalização na composição do samba-enredo denominado “Eu preciso respirar”, está representado no recorte do diário de campo a seguir:



Hoje é dia onze de maio de dois mil e vinte e dois, estou no trem, em trânsito para a sede do Projeto Meninos e Meninas de Rua na cidade de São Bernardo do Campo/SP. Depois de mais de dois anos, os integrantes das várias entidades e colaboradores que

apoiam a atividade/ação do Bloco EURECA, oriundos da cidade de São Bernardo do Campo, São Vicente e dos bairros de Sapopemba, Interlagos e Heliópolis na capital paulista, realizarão a primeira reunião de alinhamento para a formação coletiva no modelo presencial, pós-pandemia (RDC-XXV, 11/05/2022, p. 66).

Durante a atividade de oficina, o educador social foi explicando algumas questões sobre os instrumentos que estavam em reparo: são antigos e por isso há uma certa dificuldade de encontrar peças de reposição (as últimas compradas, encontramos na região central da capital paulista (rua Santa Efigênia), em um comércio especializado em instrumentos musicais. Durante o bate-papo disse que: nos anos anteriores ele desenvolvia esse trabalho sozinho, porém, ao analisar o contexto, percebeu que todos os participantes do Bloco Eureka (que fazem aulas de percussão) precisavam aprender sobre os cuidados com os instrumentos que tocam. Nesse sentido, fez a proposta para que todos e todas participassem das oficinas de reparo e, assim, pudessem entender a dinâmica do instrumento que utiliza na avenida (RDC-XV, 25/11/2021, p. 44).



Fonte: Arquivo pessoal do pesquisador

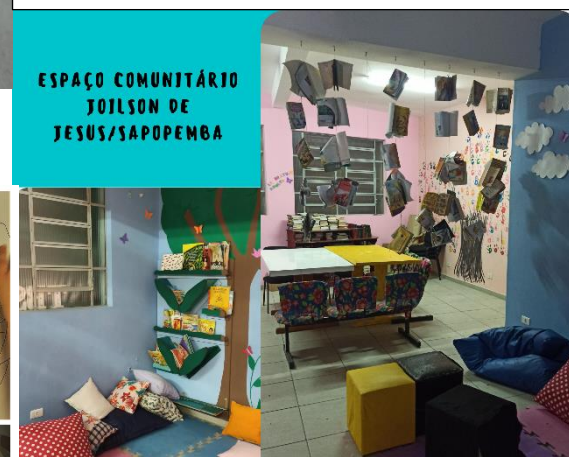
A mesa está funcionando como base de apoio para alguns dos instrumentos que passaram por reparo, especialmente as caixas. No caso dos surdos, o espaço localizado na frente do piano, parece mais adequado para a atividade, tendo em vista o tamanho do instrumento (RDC-XV, 25/11/2021, p. 43).



Oficina de formação Eureka Sapopemba

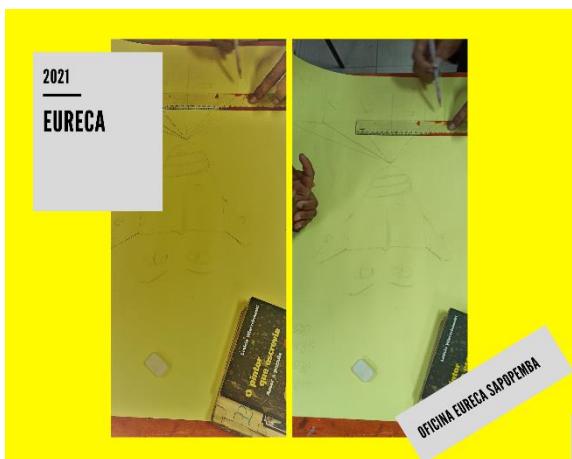


Pintura de grafite que faz parte do cenário da sala onde são realizadas as aulas de percussão no Centro Comunitário, parceiro do CEDECA, localizado em Sapopemba, região do extremo leste da capital paulista (RDC-XVI, 08/12/2021, p. 47).



Oficina de formação Eureka Sapopemba

Fonte: Arquivo pessoal do pesquisador



CO79: O pesquisador participou da oficina com instrumentos junto aos adolescentes - essa oficina com instrumentos, contou com a participação apenas de adolescentes do gênero masculino, tendo em vista que as adolescentes do gênero feminino, estavam nas atividades de confecção dos cartazes, ensaios de voz e de outras demandas para a mostra cultural do Bloco EURECA - (RDC-XVI, 08/12/2021, p. 49).



Hoje é dia de barracão. O Eureka se prepara para ocupar as ruas. Oficinas de reparo de instrumentos, elaboração de cartazes e material para a apresentação cultural que ganhará as ruas do bairro onde está localizado o CEDECA Sapopemba, para celebrar a luta pelos direitos humanos. Cheguei ao espaço comunitário por volta das 17h10min (RDC-XVI, 08/12/2021, p. 46).



Fonte: Arquivo pessoal do pesquisador

Figura 02: Convite para participação e composição das comissões de trabalho e formação da atividade/ação do Bloco EURECA. Adaptado do original.



CARNAVAL
Chegou o

2014

Comissão	Tarefas	Integrantes
Comunicação	divulgação, contato, convites etc	
Mobilização	Fazer contatos com entidades e comunidades	
Infraestrutura	viabilizar todos os recursos necessários para o dia do desfile: carro de som, água, camisetas, trânsito...	
Metodologia e Formação	preparação texto-guia, organizar encontros de formação e elaborar a carta aberta para o dia do desfile	
Registro	Atas, fotos e vídeos	
Samba Enredo	Compor, gravar e divulgar o enredo de 2014	
Alegoria	Subsidiar as entidades com idéias e propostas. Fazer levantamento de materias.	

Agenda EURECA 2014
Reuniões:
06 e 22 de Novembro de 2013
06 e 20 de Dezembro de 2013
10 e 24 de Janeiro de 2014
07 e 21 de Fevereiro de 2014

Desfile do Bloco EURECA em São Bernardo do Campo
28/02/2014.

As comissões de trabalho serão compostas por integrantes das entidades e militantes, colaboradores do Bloco. Se você também quiser participar de alguma comissão, é só comparecer

Fonte: Adaptado do arquivo digital do Bloco EURECA

1.6 EURECA: Samba da diversidade, respeito e igualdade; o retrato da mistura da perifa, da cultura, do terreiro e do altar

Ao discorrer sobre a “História social da música popular brasileira”, Tinhorão (1998) descreve o samba como expressão musical e cultural no Brasil que está presente nas tipificações da denominada música popular brasileira e organiza-se, desde o período colonial, sobretudo, no aspecto que predominava as trocas culturais na relação entre o espaço rural e o espaço urbano.

O estilo musical se estabeleceu nas comunidades fundadas por diferentes grupos que ocupavam o território urbano do Recôncavo Baiano, especialmente, dos que desenvolviam atividades no âmbito do trabalho escravo ou exerciam funções como lavradores em plantações “de beira-mar, artesões e empregados do complexo de pequena cabotagem regional viriam a construir em Salvador, pelo correr de Setecentos, o exemplo inicial do que se poderia chamar de camadas populares urbanas no Brasil” (Tinhorão, 1998, p. 82). As representações expressas nos versos cantados do samba traduziam os hábitos e formas do cotidiano dos trabalhadores, tanto na configuração do espaço rural quanto no espaço urbano, considerando o contexto histórico.

Compreendendo o objeto de pesquisa que referencia o processo de elaboração e desenvolvimento desta pesquisa, o Bloco EURECA adota, como estratégia, as experiências do intercâmbio entre o carnaval e o samba, bem como o cotidiano dos trabalhadores e das classes populares urbanas das cidades onde o Bloco desenvolve sua atividade/ação. Portanto, o conceito de camadas populares aqui apresentado emerge da perspectiva das condições e da realidade socioeconômica e heterogênea vivenciada por determinados grupos sociais, com recortes estabelecidos pela moderna sociedade de classes. São condições que se assemelham às encontradas nos espaços e territórios para onde crianças, adolescentes, jovens, familiares e as comunidades participantes da atividade/ação do Bloco EURECA foram alocados, seja pela ausência de políticas públicas ou na busca por sobrevivência.

Com sua diversidade e representação do cotidiano, na ótica de Gachot (2014), o conceito que perpassa o carnaval e samba, especialmente na significação e representação social deste, pela forma com que se adapta ao hábito cotidiano, é característico da sociedade moderna em que está inserido, por meio da narrativa dos aspectos comportamentais e da representação da estratificação das classes ou camadas sociais.

Dessa forma, é possível perceber o aprofundamento da temática que contextualiza a música popular brasileira, notadamente, no que tange à profissão somatória de culturas e nas

configurações especiais, nas experiências do Rio de Janeiro e de Pernambuco, com o surgimento dos ritmos do maxixe e do frevo, decorrentes das ações colaborativas das bandas formadas por agentes advindos dos quartéis militares (Tinhorão, 1998).

Essa construção que perpassa a representatividade do intercâmbio cultural nos diversos espaços da vida social brasileira é indispensável para explicar a confusão que rigorosamente passou a acompanhar o aspecto cultural e civilizacional representados, especialmente nas composições de sambas e nas marchinhas de carnaval. Esses ritmos estão presentes nas festas natalinas, folias de reis, fados, lundus, congadas, marchinhas carnavalescas, em que pese a origem portuguesa do fado, considerado como avô do samba.

Recompilar esse processo historiográfico que compõe as diferentes interpretações presentes na construção do saber musical do samba, pressupõe a análise dos saberes que envolvem a questão sociocultural existente para além das origens da etimologia lexical e gramatical da palavra samba. As características intrínsecas que organizam o sistema de relações socioculturais, as dinâmicas e as influências no funcionamento interno da sociedade brasileira representam a configuração da mistura étnica e diversificada dos povos originários e africanos, bem como suas contribuições para a formação da sociedade e cultura brasileiras.

Nesse sentido, “florescida no contexto da opressão escravista e desenvolvendo-se em condições absolutamente adversas, a história do samba pode ser vista como uma sucessão de episódios de resistência” (Lopes; Simas, 2021, p. 242), em que as regras e os costumes que permeiam a sociedade e suas instituições se revestem das indumentárias imbuídas dos costumes europeus introduzidos pelos colonizadores.

Desde o início da colonização portuguesa no espaço territorial que compreende o Brasil, especificamente nos períodos Colonial e Imperial, a presença de grupos negros, de diferentes grupos étnicos, são episódios disseminados de forma contínua na história da literatura, cultura e música popular brasileiras. Os relatos e narrativas sobre a presença de negros, nas celebrações, nos festejos e nas diferentes manifestações festivas ou culturais promovidas nos espaços públicos, são usados para legitimar historicamente os mecanismos de discriminação do povo afro-brasileiro.

Partindo desse pressuposto, o samba representa um período ou momento festivo e se firma a partir das características e dos elementos das danças de origem africana, bem como sua diversidade coreográfica e a dramaticidade que as envolvem, especificamente nos espaços públicos Rio de Janeiro e, sobretudo, no período que se compreendem como primeiras décadas da República do Brasil (1889-1930). Cabe ressaltar que as origens e etimologia da palavra têm

como representação essa diversidade dos grupos étnicos que ocupam as ruas e outros espaços públicos.

Há uma variedade de hipóteses levantadas para designar a palavra samba. Entre elas, há a concepção, que permeava as discursões e debates no final da segunda metade do século XIX e início do século XX, de que a definição de samba se traduz como espetáculo, festejo e não se limita à especificação relacionada a um determinado gênero musical. A lexicografia do termo tem raízes nos povos Bantos, nos povos Quioco e nos povos cujo idioma é o quicongo, conforme pode-se observar em Lopes e Simas (2021).

Com base na lexicografia e na semântica da palavra samba, as significações, interpretações e narrativas da própria construção do conceito perpassam pela configuração social do povo brasileiro, sobretudo, e, especialmente da população afro-brasileira, que, ao longo de mais de 400 anos de escravidão e dominação, estruturou seus saberes nas bases da cultura oral.

Os saberes construídos, predominantemente nos rudimentos do saber oral, são perceptíveis nas características da realidade cultural e cotidiana das classes populares narradas pelos sambistas. Uma construção que, mesmo enfrentando muitos obstáculos a partir da sua nova realidade no espaço urbano, não se distancia, ou seja, não se torna mais real que as narrativas trabalhadas nos espaços rurais e/ou em terras dos povos tradicionais no interior do Brasil.

Ao focar como parte significativa do seu discurso a realidade do cotidiano, o samba emerge como interpretação da expressão do canto popular. Como parte do processo de exclusão e tentativa de desafricanizar a música popular brasileira, as classes pertencentes às camadas sociais mais elevadas, em termos econômicos, traduziam a musicalidade oriunda dos negros, pertencentes a nossa sociedade, como válida, considerando seu aspecto excêntrico e à margem das leis que definiam a civilidade, característica reforçada pelos estigmas herdados do regime de escravidão que perdurou até o fim da penúltima década do século XIX (Tinhorão, 1998).

Entender e interpretar a postura de contexto ideológico específico das conexões e fusões que deram “origem a um gênero afro-brasileiro de música e dança que herdou a característica umbigada dos batuques angolanos, combinada com o estalar dos dedos, os braços elevados e as mãos à cintura, típicos de bailados ibéricos como o fandango espanhol” (Neto, 2017, p. 39), demonstra a singular capacidade polissêmica que o samba tem mensurado com a possibilidade de poder ser escrito por vários personagens, tais como, historiadores, antropólogos, sociólogos, musicistas, carnavalescos, linguistas, educadores e educadoras sociais, crianças, adolescentes, jovens entre outros.

No âmbito da cultura e seu diálogo com a metodologia, o saber escrito socializa a tradição oral, trazendo a escuta da fonte primária, o próprio samba. Os fundamentos que dão base a essa construção carregam, em sua essência, que, para entender naturalmente o repertório desse tipo de canção popular, a fonte primária da música é o ouvir e não o ler. O processo de aceitação social do samba está intrinsecamente ligado à contradição de se estudar a história escrita de um país, especialmente, quando há mais de quatro séculos, na conjuntura instaurada e constituída, está expressamente ligada à oralidade, sobretudo, nos grupos de indivíduos oriundos dos territórios e comunidades negras.

Eureca, pra não deixar a memória esquecida
 Dos assassinos de sonho e de vida
 Por isso vamos cantar na avenida
 Denunciando o genocídio da nação

Na “guerra dos meninos”, nas
 “vidas em risco”
 Nas “infâncias roubadas”, famílias
 dilaceradas
 Na chacina dos Vianas, estrada do
 Montanhão
 Crianças e adolescentes, vítimas de
 um esquadrão ...

Alô sociedade tamo aí...
 Em prol da vida e da dignidade
 Eureca dois mil e treze!
 Pela verdade antes que o mundo
 acabe
 Desde a colonização
 E a escravidão de nativos e
 africanos
 Pro rico mercado europeu, filho
 meu
 E filho teu, tem assim o seu ensaio
 De danos ao longo dos anos
 (Eureca, 2013)

Nesse sentido, a música, no contexto macro, exerce o papel histórico voltado para os processos educativos e as práticas sociais. Tomando esse conceito para entender o samba e suas múltiplas variáveis, compreende-se que, mesmo ocupando uma posição marginal em relação a outros ritmos musicais, guardadas as proporções, e o intercâmbio com os signos, simbologias religiosas e seu conjunto de representações, é possível dar-se conta da existência de conexões presentes nos territórios e nas categorias referenciais do mundo do samba, como “as danças e cantos estruturados pelas ruas, praças ou terreiros a partir da mistura de elementos rítmicos, melódicos e coreográficos negro-africanos” (Tinhorão, 1998, p. 87), vinda do movimento interno da própria cultura, num processo incessante de aprender e ensinar.

1.7 EURECA: Mil histórias para contar; a pátria que eu sonho, tem várias infâncias

EURECA: Várias Infâncias.

Composição coletiva

Tem engraxate meu povo, com o sorriso no rosto
 Mil história pra contar
 Com Paulo Freire no peito, lutando por seus direitos
 O Sem Terrinha vem marchar e protestar ôôô
 Universo e fantasia, boto fê no coração
 As crianças do Eureka são encanto da nação (2X)
 Refrão:
 Ciranda, cirandinha vou levar esta bandeira
 Com vídeo game naveguei na brincadeira
 Pega-pegas, mãe da rua, cai no povo eu vou pular
 Com a capoeira nessa roda eu vou entrar
 No picadeiro cambalhotas eu vou dar
 A escola que não tive
 Olha a creche que não chega
 Não existe habitação, tudo isso é brincadeira
 Tem meninas pele negra, meninos “Tupi Guarani”
 Várias infâncias na minha pátria verdadeira
 (Eureca, 2007).

Na historiografia brasileira, deliberadamente, o conceito e definição da infância tem se desenvolvido num ambiente que perpassa os campos da academia, da política, da legislação, das relações sociais e do imaginário da sociedade. As preocupações que fundamentam os estudos no entorno da infância brasileira apresentam uma variação quanto a predominância, dimensão e profundidade dessa temática. Os problemas de sofrimento aprofundados pela indiferença e a insensibilidade de mais de cinco séculos acaba por invisibilizar crianças, adolescentes e jovens que ocupam diferentes espaços da vida social. Nesse sentido, há muitos desafios e limitações que ainda persistem no campo de estudo da infância e, que, portanto, implicam a formulação, desenvolvimento e implementação de políticas públicas para essa faixa etária da população (Lajolo *In* Freitas, 2011).

A História do Brasil mostra que, há mais de cinco séculos, crianças sofrem dos mesmos problemas e têm enfrentado “o menosprezo político em relação a essa população posiciona as crianças como agentes subalternos na ordem política das diferentes sociedades, apesar das contribuições das crianças [...] para a riqueza coletiva (Castro *In* Castro, 2021, p. 41)

EURECA: Acorda Brasil, Toma que Esse Filho é Seu.

Construção coletiva

Acorde a Brasil que esse filho é teu
 Não nos deixe passar fome,
 somos filhos de Deus
 Estamos aqui pra falar um pouco

Do Brasil quinhentos anos, que só tem sufoco
 País tropical que tem prostituição
 Crianças exploradas por gringo, alemão
 Os donos do tráfico comandam tudo
 Incluindo as crianças que não tem estudo
 Tem famílias hoje que não tem o pão
 Tem político roubando o cidadão
 Vamos todos juntos mudar essa história
 Resgatando do Brasil a sua memória.
 Coro
 EURECA está aí vamos mudar o mundo
 Tirando as crianças do submundo (Bis).
 Negro na senzala apanhava do feito
 Senzala é FEBEM, e feitor é monitor
 Ô grande pátria amada que tão pouco a mão nos dá
 Obrigando o Erê se matar de trabalhar
 Ôoo Brasil nossa pátria mãe gentil/
 Eu não fugi da luta mais de mim você fugiu (3x)
 (Eureca, 2000).



EURECA 2000

É bem verdade que os instrumentos utilizados pelos governos fundamentados nos direitos humanos e as narrativas que dele emergem demonstram que a garantia de direitos perde nas atividades protetivas da infância ao não produzir os efeitos esperados, colocando a efetivação de direitos de um grupo para favorecer outrem sem justificativa legal. Nesse sentido, “o surgimento da criança conceitualizada como indivíduo que deveria crescer e desenvolver-se para alcançar a adultidade autônoma”, como aponta (Castro, 2021, p. 46), não se materializa para as crianças cultural, econômica e politicamente afastadas das concepções de infância produzidas a partir do Norte Global.

Numa das entrevistas, Flora, uma jovem participante da atividade/ação do Bloco EURECA desde tenra idade, salienta a forma como as temáticas relacionadas às pessoas que não estão dentro dessa conceitualização ainda são difíceis e, por vezes, inexistentes até nos movimentos sociais que lutam em defesa dos direitos humanos

Eu sou mulher trans. Eu nasci cresci como menino gay, mas enquanto criança, adolescente eu não entendia ainda o que era a questão do gênero e o que era ser gay, o que era ser hétero, o que era ser trans, eu não entendia. Não existia a discussão sobre isso naquela época. E o projeto inclusive, os Meninos e Meninas de Rua e o Bloco EURECA foi a primeira ferramenta que eu tive na minha vida para entender as pessoas e a diversidade que existe no mundo. Sabe? Que antes disso, eu nunca ia ter acesso a isso, nunca ia saber o que era ser preta, o que era ser gay, o que era trans, o que era ser qualquer coisa. Foi aqui que eu tive o meu primeiro contato com pessoas pretas em posições de poder. Vamos dizer assim, porque isso é representativo é importante, você ver uma pessoa preta que canta, uma pessoa preta que dança, uma pessoa preta que é aplaudida pela arte que ela imprime ali para as pessoas. Sabe? E isso a gente nunca viu na favela, porque a nossa base sempre, é o capitalismo que impõe. Né? Que era na televisão, modelos lindas, brancas, loiras e a gente acesso a [...] eu nunca imaginei por exemplo que uma mulher preta podia ser poderosa. Entendeu? E foi aqui nesse lugar que eu tive essa experiência de entender que tem pessoas como eu, que são pretas, que são gays, são lésbicas, trans e que podem mostrar quem são, e que tá tudo certo, que a gente é igual a todo mundo (Flora - Entrevista 01/07/2022).

Relacionar as formas de conhecimento a partir da interação com o outrem possibilita ao indivíduo se constituir no mundo e com o mundo, “mulheres e homens coexistem como parte da coletividade, mas as crianças são consideradas ‘não ainda cidadãs’, dependentes [...] a afiliação dentro da sociedade também é alcançada per meio da participação nas responsabilidades civis” (Aitken, 2019, p. 113). Partindo desse modo de interpretação sobre a importância da participação e do protagonismo social, Flora faz um chamamento à reflexão sobre as crianças e adolescentes que vivem à margem dessa universalidade com base no modelo de sociedade capitalista e chama a atenção para a importância do trabalho desempenhado no PMMR e na atividade ação do Bloco Eureka, que empodera a infância, promovendo o desenvolvimento de sua autonomia. Ela diz:

foi muito importante porque eu não tinha base, como eu digo, a base que eu tinha era a TV, era o único acesso à cultura que eu tinha naquele momento, enquanto criança, enquanto adolescente, enquanto um jovem gay, enquanto uma criança LGBTQIA+. Porque a gente nasce, assim, você não se transforma em nada você é o que você é desde o princípio, tá na sua essência. Eu era uma criança LGBTQIA+, e eu não sabia que eu era. Eu não tinha base nenhuma, não tinha referência. Em quem que eu ia me espelhar, nas mulheres brancas, loiras lindas e maravilhosas que apareciam na TV? Ou numa mulher preta, gorda, careca, ou de trança, que eu encontrei num espaço? Eu não tinha isso. E quando o Bloco EURECA, chegou na minha vida, e o Projeto Meninos e Meninas de Rua, chegou na minha vida, foi isso que eu tive. Eu tive acesso ao meu poder, eu tive acesso a mostrar quem eu sou, a poder falar, assim: não! eu sou preta, mas eu também sou capaz. Eu sou trans, mas eu também sou capaz. Lógico que quando eu cheguei, não era assim eu tinha [...] tanto que quando eu saí como mestre-sala, eu louca para ser porta-bandeira (risos). Até chorei, briguei com a minha parceira, que foi a porta-bandeira. Uma querida do meu coração. Que eu conheci aqui nesse espaço e tenho até hoje como irmã. E fiquei brigando com ela. Não. Eu que tenho que ser porta Bandeira. E ela: não dá, não dá. Você é menino, não tem como. E naquela época a gente discutia sobre gênero. Então, foi a coisa mais importante que aconteceu na minha vida. Porque, foi aqui, a partir daqui que eu consegui entender, que mesmo sendo preta, mesmo sendo LGBTQIA+, eu tinha futuro, eu tinha futuro, eu era alguém de verdade, que existe, que é real, que sente, que ama, que sofre, que tem família. Entendeu? Então, isso não foi só uma ferramenta, foi a base, assim, para minha vida, pra eu entender quem eu sou (Flora - Entrevista, 01/07/2022).

Para Castro (2021, p. 55), “em lugares e culturas nos quais a carência e a pobreza são induzidas, uma vez que formas locais de vida foram destruídas e as coletividades incorporadas na lógica do mercado, a identificação das crianças” perpassa por uma inexistência de um referencial para além do ter. Em relação a como Flora se compreende quanto à raça e cor, sua resposta seguiu a seguinte reflexão

quando criança, sempre foi muito difícil aceitar que eu era uma pessoa preta. Porque a minha melanina é um pouquinho mais clara. Eu não tenho tanta melanina, mas sai você fica te julgando. Ah não é negro é moreninho. Sabe? É pardo, nunca é negro, nunca é. Mas o Projeto e o Bloco EURECA me trouxe isso, me trouxe o reconhecimento do que é ser uma pessoa preta e você entender que é ótimo ser uma pessoa preta. Que não tem nada de errado nisso, né? A sociedade, o machismo,

**EURECA: “Crianças e Jovens
pela Construção da Cultura e
Direitos Sociais”.
Letra coletiva:**

EURECA, Companheiros de Luta
Ô ô ô o EURECA chegou!!
O EURECA chegou!!!
O EURECA chegou, ô ô ô!!!

Sou EURECA, exijo respeito
Bato no peito, sou cidadão
A minha história faço do meu jeito
Sou resistência, trabalho e união
(2x)

Seu moço, escute a minha voz
Clamando por sua atenção
Não quero ser um filho da
opressão
Quero brincar, ter cultura e
educação
Cada viagem, uma experiência
Sou criança
Meu futuro é agora, e é aqui

Luto pela liberdade
Trago a força dos ancestrais
Sou jovem, não aceito violência
Trago a minha irreverência
Eu não bato continência (bis)
Deixa ela caminhar
E seguir o seu destino
Com a luz do meu olhar
Cuidado, emancipação
Defender nossos direitos
Meu compromisso com a nova
geração
Vem, me dê a mão
Nós precisamos de você nesse
cordão (Eureca, 2019)

patriarcado, impôs, mostrou que de alguma forma, do jeito que eles construíram a sociedade, isso aí é errado, é errado ser preto. Você não tem. É como se a gente fosse menos capacitado, do que a pessoa branca. Sabe? E é tudo ao contrário, porque quem cozinha, quem constrói, quem limpa, quem mantém as coisas em ordem, um lugar, geralmente são essas pessoas, as pretas. Então eu comecei a entender que não tinha problema nenhum em ser uma mulher preta. E me reconhecer com uma pessoa preta que é o que eu sou. Meu cabelo não nega, o tom da minha pele, não nega quem eu sou. E não adianta tentar disfarçar isso para os outros, só para me encaixar nos padrões que a sociedade pede (Flora - Entrevista, 01/07/2022).

A leitura política dos direitos humanos universais, na ótica de Aitken (2019, p. 128), “é que sempre parece haver pessoas excluídas ou cujos direitos são sobrepostos pelos direitos de outros”. Por isso, a importância da formação na atividade ação do Bloco EURECA para a compreensão dos aspectos que fundam o conceito de cidadania também está presente na fala de Flora, que interpreta a cidadania a partir do processo de participação social, sem deixar de fazer a crítica política.

eu não sabia o que era ser cidadã, eu não sabia quais eram meus direitos, se você seguir pelo que a mídia, pelo que todos impõe, você vai sempre se sentir inferior por ser um corpo, que para sociedade é inferiorizado. Entendeu? Você ser um corpo gay, você ser um corpo preto, você ser um corpo trans, para sociedade é inferior, é menos. E aí, você se coloca nesse lugar, que eles estão te colocando, mas quando você tem formação, você tem conhecimento, quando você entende alguma coisa, você sai desse lugar, você deixa de ser, então é muito, muito [...] O que eu mais gosto, é a forma como eu me sinto toda vez que eu estou dentro desse espaço. Isso para mim não tem preço, é como eu me sinto cada vez que eu chego aqui: acolhida, amada, querida, parte de algo, ser humano, alguém importante na vida das pessoas; das pessoas que trabalham comigo, das pessoas que estão aqui todo dia fazendo as coisas acontecerem; das pessoas que eu conheço, isso é o que eu mais gosto, é me sentir alguém, eu me sinto viva quando eu tô aqui (Flora - Entrevista, 01/07/2022).

Quando falamos da relação com a comunidade em que a criança, adolescente e o jovem estão inseridos, seja a comunidade onde estão domiciliadas ou não, a infância formalmente está



EURECA 2019

dentro de “um projeto civilizatório articulado a visões de futuro e de sociedade no qual se estabelece um tipo de subjetividade humana a ser cultivada desde a mais tenra idade” (Castro, 2021, p. 42). Portanto, desconstruir e ressignificar essas questões têm relação com a forma como pensamos a ocupação dos espaços acadêmicos, da política, da economia, da cultura e da educação entre outros. Flora ressalta que isso é possível quando

você tem conhecimento e você aprende dialogar, você consegue conversar com qualquer pessoa em qualquer lugar, você não fica presa rótulos, eu não sou presa a rótulos, eu não tenho um [...] eu nunca tenho preconceito, é logico a gente tem como ser humano, sempre vai ter algum, de uma coisa ou de outra, mas quando se trata da dignidade humana, não existe preconceito aqui dentro porque eu sou um ser humano travestir. Eu não tenho como ter esse tipo de preconceito. Então, o EURECA serviu para isso. As rodas de conversas, toda essa formação serviu para isso, pra me formar essa pessoa que não tem rótulos. A gente ouve todo mundo, a gente conversa com todo mundo e tenta entender. Porque cada ser humano é particular, é único, entendeu? Eu nunca tive interesse pela arte como eu tenho hoje. Esse lugar me proporcionou isso, aqui eu consigo cantar, eu consigo dançar, eu consigo me expressar artisticamente, e aí é logico, cresceu o interesse por artistas diversos, de culturas diversas. Então me trouxe. Me enriqueceu de forma, artisticamente falando, culturalmente falando, isso aqui é tudo que eu tenho, foi aqui que eu aprendi ser artista, ser [...] cantar, dançar, fazer tudo que eu faço. Porque eu tive esse espaço para poder falar sobre arte. E quando você tá na favela, você não fala sobre arte, não tem momento pra isso (Flora - Entrevista, 01/07/2022).

2. Descrição do contexto da pesquisa

A atividade/ação do Bloco EURECA – Eu reconheço o Estatuto da Criança e do Adolescente – tem, em sua composição, crianças, adolescentes, jovens, familiares, educadores e educadoras sociais, representantes de organizações sociais e das comunidades atendidas nas atividades dos projetos parceiros e participantes do processo de organização, desenvolvimento e concretização da intervenção cultural carnavalesca do Bloco EURECA. O ato de ocupar ruas, logradouros e praças, bem como outros espaços públicos no período dos festejos carnavalescos no Brasil, privilegia o trabalho coletivo dessas entidades, projetos e organizações parceiras no desenvolvimento de sua atividade/ação, considerando a prática social e os processos educativos junto à população infanto-juvenil, sobretudo nos espaços periféricos.

Essa interação apresenta-se como uma das possibilidades de exercício da cidadania e a luta pela disseminação e garantia dos direitos infanto-juvenis que, em mais de três décadas de resistência na sua estratégia de possibilitar à criança e ao adolescente a garantia de expressão da “voz” e a “vez”, via a participação social e o protagonismo estimulados pelo Projeto Meninos e Meninas de Rua (PMMR), Instituto Camará Kalunga e Centro de Defesa da Criança e do Adolescente "Mônica Paião Trevisan" (CEDECA Sapopemba).

Considerando o que aponta Gonh (1997; 2003), o Bloco EURECA não se configura como projeto, organização não-governamental (ONG) e ou organização da sociedade civil (OSCIP), mas demanda trabalho desses diversos setores da sociedade para a construção da “gramática” dos direitos humanos, cidadania e na garantia de direitos, especialmente de crianças, adolescentes, jovens e seus familiares participantes do Bloco. Portanto, nesse sentido, apresenta características e demandas específicas e, desse modo, cada um dos projetos e das organizações sociais que atualmente desempenham o papel fundamental nas práticas sociais, processos educativos, organização e desenvolvimento da atividade/ação do EURECA, consolidando-se na cidade de São Bernardo do Campo e amplificando-se para outros bairros, cidades e estados da União Federativa do Brasil.

Os projetos parceiros do Bloco EURECA entendem que é necessário manter o olhar atento às necessidades do seu território e do entorno com adoção de um novo olhar e trato à criança e ao adolescente brasileiros em situação de vulnerabilidade, risco e sofrimento. Essa questão figura-se como um dos preceitos fundamentais nas orientações e no delinear das prioridades, bem como dos processos metodológicos, da dinâmica, das articulações, da elaboração e na definição da agenda de trabalho a partir de suas demandas, tanto no âmbito de

atenção local quanto no circuito da atividade/ação da Rede EURECA, que culminam no ato de desfilar e ocupar os logradouros, ruas, praças e outros espaços públicos em defesa dos direitos humanos infanto-juvenis.

Tomaremos, como base, algumas características para a descrição dos projetos idealizadores, mantenedores e parceiros do Bloco EURECA, sem hierarquizar o grau de importância e envolvimento de cada um deles, porém, considerando o projeto idealizador e a adesão dos demais a atividade/ação do EURECA. Aqui, reconhecemos que a ideia e a marca Bloco EURECA pertence ao Projeto Meninos e Meninas de Rua localizado na cidade de São Bernardo do Campo, Região Metropolitana da capital paulista, desde os anos de 1983, e tem, em sua essência, a atuação e cuidados com meninos e meninas em situação de rua; porém, atualmente abriga no espaço outras demandas que representam a luta pelo reconhecimento de direitos.

Para tanto, foi observado o contexto relacionado ao recorte temporal de atuação do projeto junto ao bloco, que, em suas dependências, também acolhe o Fórum de Mulheres, os movimentos pela moradia, representantes do Levante Popular da Juventude, bem como expressões culturais que usam a arte em todas suas variações em prol da defesa dos direitos humanos e fundamentais, a exemplo do Sarau do Fórum, sem, contudo, esquecer da formação acadêmica ao estabelecer parcerias com outras organizações que desenvolvem trabalhos voltados na preparação de jovens para o acesso à universidade, como é o caso do cursinho pré-vestibular direcionado a jovens negros e negras periféricos.

Para além dessa demanda, nos últimos anos, o olhar do Projeto Meninos e Meninas de Rua também está direcionado a crianças e adolescentes, filhos de pais e mães encarceradas.

O entendimento do Instituto Camará Calunga que atua na cidade de São Vicente, Região da Metropolitana da Baixada Santista, tem, em sua origem, a junção de trabalhadores com atuação em diferentes setores da sociedade local. Com intuito de contribuir para o fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes, profissionais que atuavam no campo da educação, da saúde e da assistência social se uniram e definiram, como prioridade de atuação do instituto, o serviço de convivência e o fortalecimento de vínculos das famílias atendidas pela política de assistência social dos territórios em que atua, bem como projetos voltados para formação, cultura, educação e arte.

No Centro de Defesa da Criança e do Adolescente "Mônica Paião Trevisan" (CEDECA Sapopemba), com atuação em Sapopemba, bairro localizado no extremo leste da capital paulista, os esforços estão voltados para o enfrentamento em quatro eixos, denominados defesa, promoção, articulação e formação. O projeto que atua desde a segunda metade da década de

1980 na região tem, como ponto de partida, os trabalhos voltados para o enfrentamento da questão de adolescentes vítimas da prostituição infantil. Nesse sentido, a atuação ainda permanece direcionada ao enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes, agora entendida em sua forma plural, violências, por compreender que a proteção, promoção e defesa da infância, ao prestar seus serviços direcionados, tanto a criança e adolescentes quantos aos seus familiares, considera o contexto das violências em suas múltiplas formas.

2.1 Descrição do locus da pesquisa e das condições de coleta de dados

A coleta de dados se deu em apenas dois, dos três espaços elencados inicialmente, tendo em vista que o Bloco EURECA resulta da demanda de várias organizações da sociedade civil, projetos e movimentos sociais, localizados em diferentes espaços geográficos do Estado de São Paulo. A realização dos seus cortejos e desfiles do Projeto Meninos e Meninas de Rua e Instituto Camará Calunga acontece em diferentes dias do mês de fevereiro por ocasião dos festejos do carnaval, com exceção do EURECA Sapopemba (CEDECA Sapopemba), que é realizado no mês de outubro por ocasião das comemorações do mês da criança. Cabe ressaltar que, mesmo com a aprovação do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) em março de 2020, só foi possível iniciar o trabalho de campo entre setembro e outubro de 2021, tendo em vista o contexto pandêmico causado pela Covid-19.

Os projetos, movimentos sociais e organizações da sociedade civil que apoiam a atividade/ação do Bloco EURECA estão localizadas em mais de dez espaços e territórios de cidades paulistas, especialmente, nas extremidades e limítrofes da capital paulista e da Região Metropolitana, onde se organizam a maioria dos bairros das periferias dessas cidades. Entretanto, pretendeu-se tomar como locus da pesquisa apenas três desses espaços que compreendem as cidades de São Bernardo do Campo, São Vicente e Sapopemba (São Paulo-Capital), pois, neles, se constituem as instituições organizadoras das ações do Bloco EURECA no período que precede os desfiles, bem como nas ocupações de logradouros, ruas, avenidas e praças das cidades nos dias dos desfiles.

2.2 Território EURECA em São Bernardo do Campo

No que concerne às características de um dos espaços em que foi realizada a coleta de dados, sua localização geográfica compreende a unidade regional pertencente à região Metropolitana da Cidade de São Paulo denominada de ABCDMRR. São Bernardo do Campo é o maior e mais populoso dos sete municípios que configuram a parte leste da região metropolitana da capital paulista. De acordo com os dados do IBGE, em 2020, o município tinha uma população estimada em 844.483 de habitantes com densidade demográfica de 1.869,36 hab./km² em uma área territorial de 409.532 km².

No que concerne aos dados do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e Mortalidade infantil, o processo de escolarização atinge cerca de 97,6% das crianças e adolescentes na faixa etária dos 6 aos 14 anos, com uma mortalidade infantil estimada em 9.61 óbitos por mil nascidos vivos. Se compararmos o IDHM de 1991, de 0,600, quando o Bloco EURECA é idealizado e organizado, com o de 2010, ano em que se comemoram os 20 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente, tem-se uma ligeira evolução. O ano de 2010 é o ano de ocupação das ruas e dos espaços públicos com o samba-enredo denominado “20 anos do ECA. Minha Vida é Verdadeira: Protagonismo Infantil” (FERNANDES, 2016). Enxergar e abordar questões tão complexas ajudam a avançar na conscientização e apreensão dos direitos individuais e coletivos.

Nesse sentido, considerando a zona de atuação do Projeto Meninos e Meninas de Rua (PMMR), conforme aponta relatório bianual de 2018-2020, a figura 03 tem como ilustração o território do bairro Montanhão, espaço da vivência cotidiana de crianças, adolescentes, jovens e famílias atendidas pelo PMMR e, conseqüentemente, participantes da atividade/ação do EURECA. O espaço onde o bloco foi idealizado, embora localizado na região central da cidade, tem como público participante das diferentes atividades educativas, culturais, artísticas e, a depender do contexto, da segurança alimentar, as comunidades em situação de vulnerabilidade dos territórios mais distanciados da zona central e dos equipamentos públicos.

O documento aponta para os dados sobre a atenção as mais de 1.465 pessoas em situação de vulnerabilidade nos territórios do entorno do bairro do Montanhão. Nesse sentido, a dificuldade de atenção às necessidades básicas e da garantia dos direitos fundamentais, bem como uma educação em direitos humanos, levou o projeto a atender no período de 2018-2020, 551 crianças (pessoas com até 12 anos de idade incompletos) e 210 adolescentes (pessoas de 12 a 18 anos incompletos) e 704 jovens (pessoas na faixa etária dos 18 anos de idade ou mais).

Importante ressaltar que, para os participantes do EURECA, “a solidariedade constitui-se, assim, em uma força de coesão que facilita o funcionamento comunitário e a vida social” (Freire, 2018a, p, 127). Por isso, apesar de não se constituir como atividade principal do PMMR e do Bloco EURECA, os atendimentos e a distribuição de alimentos integram-se a atividade/ação do bloco, tomando o marcador etário das crianças, adolescentes e jovens que dele participam e a realidade vivenciada em seus territórios, conjuntura presentes também na Rede EURECA.

Possibilitar que os debates, discursões e acesso aos direitos básicos tornem-se fluídos nesses espaços de forma brincante e alegre, funciona como um antídoto na luta contra a naturalização da opressão e das desigualdades sociais ao tomar, como premissa, o contexto socioeconômico e sociocultural desse território, que ocupa uma área de cerca de 16,53 km² com uma população de 27.859, distribuídos em 8.193 domicílios.

Com rendimentos mensais inferiores a dois salários-mínimos ou sem rendimentos, o número de responsáveis pelos domicílios com idade inferior a 18 anos é de 35 adolescentes do sexo masculino e 32 do sexo feminino. As preocupações com a precariedade das garantias de direitos efetivados pela Constituição Federal de 1988 e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 aparecem nos dados educacionais do território quando se analisa o número de crianças, adolescentes e jovens não alfabetizados na faixa etária de 05 a 29 anos. Entre os meninos, esse número chega a 305, enquanto, no caso das meninas, há uma ligeira queda em relação a crianças, adolescentes e jovens com o direito educacional violado num total de 287.

A infraestrutura é outro elemento que auxilia o entendimento e na importância da relação dos participantes da atividade/ação do EURECA com o lugar onde vivem, bem como na constituição da consciência cidadã e do protagonismo social em prol do interesse, cuidado e atenção com esse espaço. A crítica política presente nos sambas-enredo do Bloco EURECA retrata características da realidade ainda vivenciada por seus participantes de forma a compreender as inconsistências entre o contido na legislação e o vivido no cotidiano. É importante entender os aspectos e os significados presentes na formação de uma comunidade que ainda enfrenta problemas e até mesmo a suspensão de direitos básicos como o

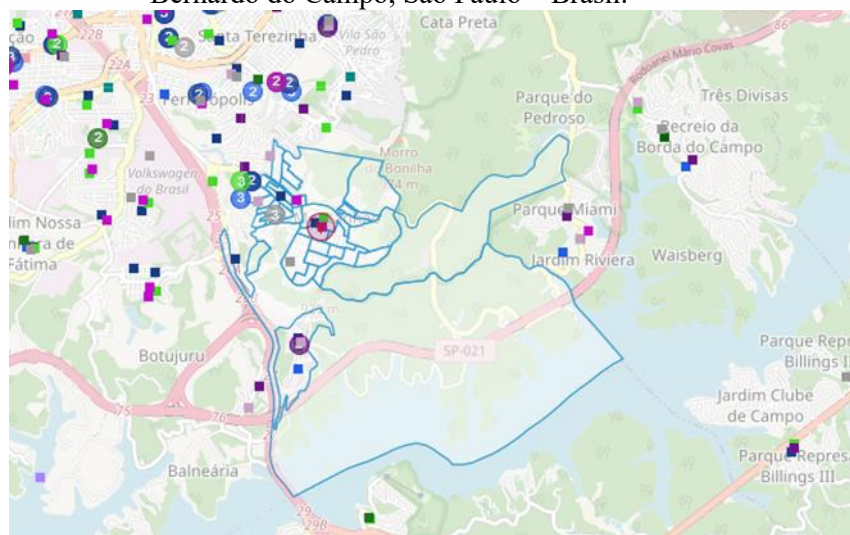
*No campo, na cidade
Nas rédeas do patrão
Meninos e meninas
abandonam a educação
Lazer e a cultura ficam na
recordação
Dia-a-dia é de luta para se
ganhar o pão
(se ganhar o pão).
(EURECA 1996),*



EURECA 1996

acesso a água, energia elétrica, banheiro ou sanitário e coleta de lixo. De acordo com os dados do censo demográfico do IBGE em 2010, 238 domicílios do Montanhão não tem acesso a um desses serviços básicos.

Figura 03: Mapeamento dos equipamentos públicos na Comunidade Montanhão, em São Bernardo do Campo, São Paulo – Brasil.



Fonte: Culturaeducaccc e Censo demográfico 2010 – IBGE.

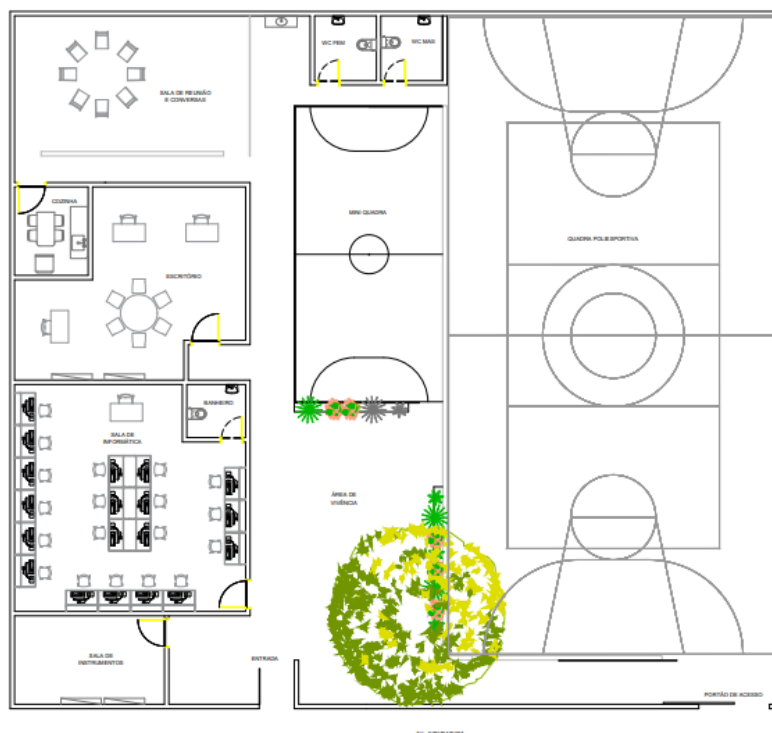
Com atuação por mais de três décadas, a sede do projeto está localizada em um terreno pertencente ao município nas proximidades da Igreja Matriz Nossa Senhora da Boa Viagem – local de dispersão do desfile do Bloco Eureka – na região central da cidade. Circundado por importantes avenidas, sobretudo, pela Avenida Brigadeiro Faria Lima, que interliga a cidade a outros municípios do ABCDMRR, bem como com a capital paulista por meio do transporte coletivo, tem como ponto final de integração o Terminal de Ônibus Metropolitano de Ferrazópolis (este distante cerca de dois quilômetros das instalações do projeto).

O terreno que abriga as instalações tem, aproximadamente, as seguintes medidas: cerca de 20 metros de largura (frente) por cerca de 15 metros de comprimento (fundos). O acesso ao espaço pode ser feito por duas entradas que estão nas extremidades da parte da frente do terreno voltadas para a Avenida Jurubatuba, paralela à Avenida Brigadeiro Faria Lima, uma entrada, do lado esquerdo do terreno e a outra do lado direito, tomando como referencial a avenida.

Ao acessar o local pelo pequeno portão do lado esquerdo, temos um pequeno hall e sequencialmente as salas reservadas para guardar os instrumentos de percussão, utilizados para as atividades musicais do projeto, especialmente as relacionadas ao Bloco EURECA, bem como as salas que abrigam um espaço multiuso, a parte administrativa e o espaço cultural, localizado ao lado da cozinha e dos banheiros externos. O lado direito do terreno é ocupado por uma quadra

poliesportiva, também destinada aos ensaios instrumentais do grupo que compõe a bateria do bloco, que tem ligação com a parte externa do terreno por meio de um portão com largura estimada em três metros. Tanto a lateral esquerda quanto a lateral direita são margeadas por outras edificações. Na parte dos fundos, o limite é com um terreno que ainda preserva vegetação em meio ao concreto.

Figura 04 – Planta baixa do espaço ocupado pelo Projeto Meninos e Meninas de Rua (PMMR) em São Bernardo do Campo – São Paulo



Fonte: Elaborado pelo autor

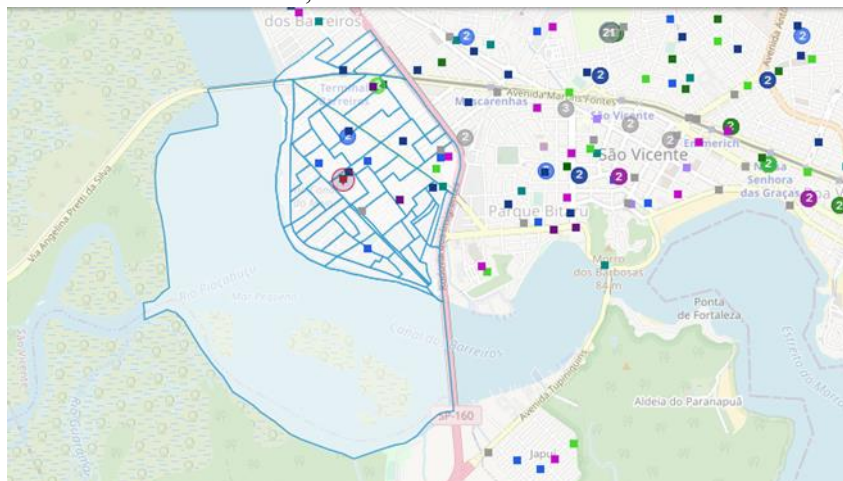
2.3 Território EURECA em São Vicente

A cidade de São Vicente está localizada na Região Metropolitana da Baixada Santista¹⁴ no litoral paulista. Com área territorial de 148,100Km², a população estimada é de 368.355 pessoas conforme dados de 2020 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No que diz respeito aos dados sobre a sua densidade demográfica e escolarização, os dados do IBGE de 2010 mostram, respectivamente, 2.247,88 hab./km², na faixa etária de 6 a 14 anos, 96,7%. Quando se observa a evolução do IDHM, com recorte temporal entre 1991 e 2010,

¹⁴ Unidade regional do Estado de São Paulo, criada pela Lei Complementar N° 815, de 30 de julho de 1996. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/1996/lei.complementar-815-30.07.1996.html>. Acesso em: 25 de ago. de 2020.

percebe-se uma ligeira modificação que vai de 0,550 para 0,768. Outro dado que chama a atenção é sobre a mortalidade infantil que, em 2019, era de 14,66 óbitos por mil nascidos vivos.

Figura 05. Mapeamento dos equipamentos públicos na Comunidade Vila Margarida, em São Vicente, São Paulo – Brasil.



Fonte: Culturaeduca.cc e Censo demográfico 2010 – IBGE.

O espaço onde se encontrava a sede do projeto que organiza o Bloco EURECA no município de São Vicente, na data de apresentação do projeto de pesquisa, é considerado região central (durante o desenvolvimento da pesquisa o projeto se transferiu para outro espaço). Porém, o trabalho desenvolvido, tanto no que concerne às ações voltadas para o desenvolvimento da atividade-ação do Bloco EURECA quanto as do próprio projeto, atende crianças, adolescentes, famílias e comunidades dos bairros mais afastados da região central, localizados na periferia da cidade.



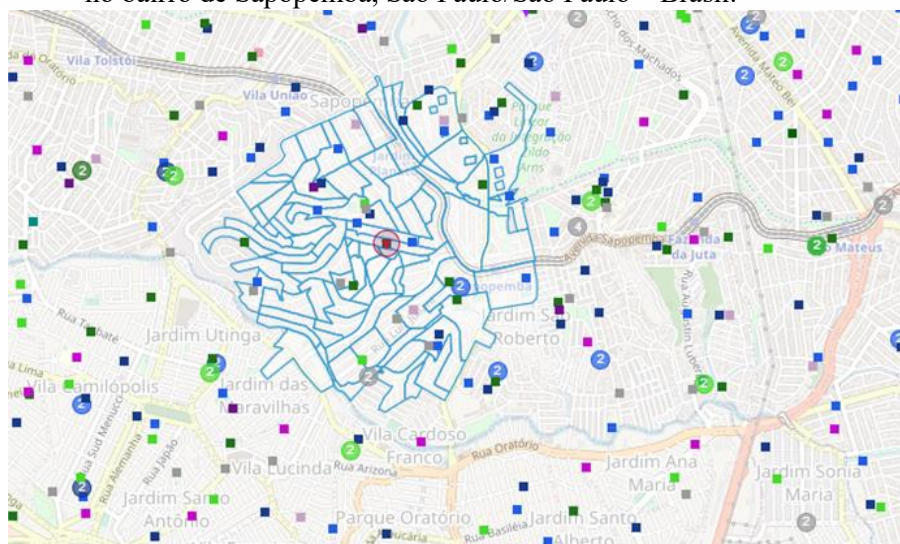
EURECA: Contra a Exploração do Trabalho Infantil. (Construção Coletiva)

Vira Brasil, Brasil tem que virar/
Eureca na avenida pra exploração se acabar (Bis)
Vai virando, mas você é ruim, você também/
E as crianças do Brasil esperando ser alguém/
Desde que as caravelas aportaram no Brasil/
Acontece a exploração do trabalho infantil/
Vendedor de picolé, pipoca ou limão/
Sou eu mesmo, sim senhor, o puxador de papelão/
Para-brisas no farol, guarda carros ou engraxate/
Somos todos cidadãos, cidadãos da arte (cidadão da arte)
(EURECA,1996)

2.4 Território EURECA em Sapopemba

O bairro de Sapopemba localiza-se no extremo leste da capital paulista, com área territorial de 1.521,110 km² e população estimada em 12.325.232 com uma densidade demográfica que corresponde a 7.398,26 hab./km². A escolarização da faixa etária de 6 a 14 anos de idade é da ordem de 96%, enquanto o Índice De Desenvolvimento Humano Municipal está entre 0,600 e 0,085 entre os anos de 1991 e 2010. No que diz respeito à mortalidade infantil, o número de óbitos por mil nascidos vivos é da ordem de 11,21, segundo os dados do IBGE (2010), conforme é possível verificar na figura 03.

Figura 06: Mapeamento dos equipamentos públicos na Comunidade Parque Santa Madalena, no bairro de Sapopemba, São Paulo/São Paulo – Brasil.



Fonte: Culturaeduca.cc e Censo demográfico 2010 – IBGE.

De acordo com os dados disponibilizados pela prefeitura da capital paulista, atualizados no mês de março do ano de 2019, Sapopemba tem origem na família linguística do Tupi, povos originários do território brasileiro, por meio da junção de dois termos sapo (“raiz”) e pem (“anguloso, com protuberâncias”). Sua criação data de 1910; porém, estava administrativamente ligado a Vila Prudente até meados da década de 1980. Os dados demográficos revelam que o espaço territorial de cerca de 13,5 Km² abriga pouco mais de 284.000 habitantes representando uma densidade demográfica de aproximadamente 21.076 hab./km² (São Paulo, 2019).

É nesse contexto territorial que está inserido o Centro Comunitário em defesa dos Direitos Humanos que desenvolve as atividades relacionadas ao Bloco EURECA numa comunidade em que os equipamentos públicos são incipientes ou inexistentes no seu espaço

territorial. O centro abriga atividades de outras organizações sociais que trabalham com crianças, adolescentes, jovens e adultos em vulnerabilidade social.

A figura 06 apresenta o mapeamento dos equipamentos instalados no entorno da comunidade Parque Santa Madalena, bairro de Sapopemba, onde estão a maior parte das crianças, adolescentes e jovens participantes do Bloco EURECA. Os dados analisados têm como referência o censo demográfico do IBGE de 2010. Com uma área de 3,82 km², abriga uma população de cerca de 65.780 pessoas distribuídas em 20.052 domicílios. Em relação às questões socioeconômicas, mais de 70% dos domicílios vivem com renda mensal de até dois salários-mínimos, em que cerca de 1.072 dos responsáveis por eles se declaram sem rendimento mensal. Os dados apresentam um recorte em relação à educação, observando o número de alfabetizados e não alfabetizados e considerando os grupos etários e de gênero (homens e mulheres). No que corresponde à faixa etária de 05 a 29 anos, cerca de 1.841 crianças, adolescentes e jovens não estão alfabetizados.

Do número total de domicílios, quase 40% são chefiados por mulheres. Outro fator de grande atenção são os domicílios chefiados por menores de 18 anos de idade. Conforme dados do censo demográfico dos 166 domicílios chefiados por adolescentes, 71 deles estão sob a chefia de homens e 95 tem, como responsáveis, as mulheres.

Na perspectiva da infraestrutura urbana, iluminação, acessibilidade e arborização são considerados como item de maior necessidade de atenção do poder público. Mais de 240 domicílios do território enfrentam problemas de acesso a serviços básicos. Em cerca de 135, o abastecimento de água não é realizado a partir da conexão com a rede geral de distribuição da companhia de águas e esgoto; não há banheiro ou sanitário em 20 deles; a coleta de lixo não chega em 81 dessas residências e 10 deles não estão conectadas à rede elétrica.

Considerando os aspectos da garantia de direitos para crianças, adolescentes e jovens como cidadãos em fase peculiar de desenvolvimento, considerando o bem-estar social desse grupo etário no âmbito das políticas públicas com foco no atendimento às famílias e à infância, percebe-se a ausência ou incipiência de equipamentos, tais como, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), centros de ciências, bibliotecas, museus, cinemas, teatros e pontos de cultura. Entretanto, o território conta com 21 unidades escolares que atende a Educação Básica desde a educação infantil até o Ensino Médio, bem como quatro equipamentos de saúde, sendo um Centro de Assistência Psicossocial (CAPS) e três Unidades Básicas de Saúde (UBS).

O desenho da ocupação do território na comunidade faz refletir sobre a incipiência de políticas públicas de urbanização e ocupação do solo na cidade de São Paulo. Mesmo rodeada de grandes avenidas da região, como a Avenida Sapopemba e a Avenida Prof. Luiz Ignácio de

Anhaia Mello, chegar ao centro comunitário, no interior da comunidade, requer atenção, tendo em vista a mudança na estrutura e organização das vias que dão acesso ao espaço.

Embora acolhido pelos coordenadores e coordenadoras, educadoras e educadores sociais, que desenvolvem suas atividades no local, bem como pelos moradores que participam das atividades, o direcionamento do olhar para alguns aspectos, tanto do centro comunitário quanto do seu entorno parece representar uma tentativa de entender toda a conjuntura e os atores sociais que dela participam.

O cenário das grandes avenidas lentamente ficou para trás, o que agora emerge, no horizonte do seu olhar, são ruas estreitas, cercadas por edificações, que parece terem sido projetadas para proteger as vias dos raios solares. Localizado no início de uma das vias que conduzem ao interior da comunidade, o espaço destinado a atividades socioeducativas e de formação profissional não se diferencia dos prédios residências, exceto pela placa de identificação, pela homenagem que presta a um ilustre morador do bairro.

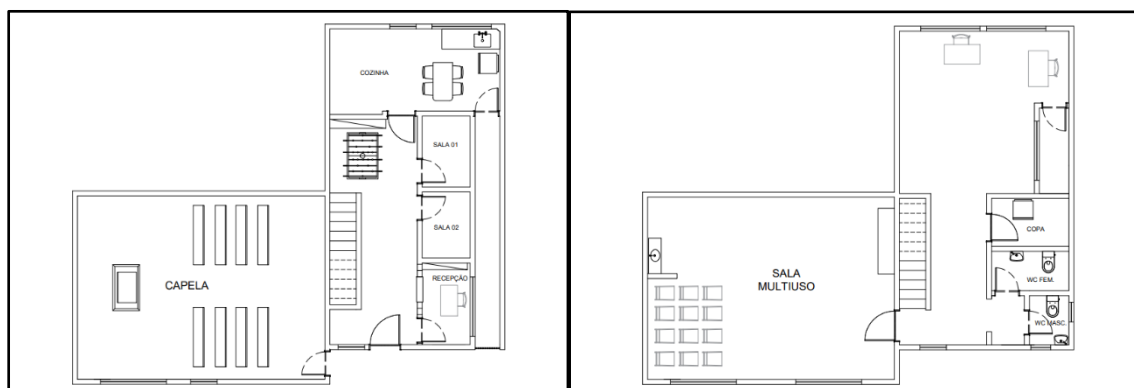
A porta que permite a entrada surge como se fosse a única passagem para exploração de um mundo desconhecido. Assim, como o olhar leva alguns minutos, ou talvez horas para se habituar com os contornos das vias que cortam a comunidade, entender a configuração do prédio que abriga o Centro Comunitário também requer essa observação mais atenta. Como se fossem peças de um quebra-cabeças as edificações parecem ter sido projetadas para se encaixar, formando um grande painel.

Por uma das portas, é possível acessar a maior parte das dependências do centro comunitário. Ao ultrapassá-la, é possível ver três pequenas salas que ocupam o lado direito e uma escada que ocupa o lado esquerdo, permitindo o acesso ao andar superior. O conjunto de três salas ocupam funções diferentes, com um corredor como ligação, onde funciona a recepção e escritório, o almoxarifado e uma brinquedoteca.

A escada esconde em sua parte interior uma pequena sala para estocar o material de destinado à limpeza do espaço. No piso superior, há uma bifurcação, ao seguir para lado direito a passagem por uma porta, permite explorar uma sala com multifuncionalidades. Quando se segue pelo lado esquerdo, teremos acesso aos banheiros feminino e masculino, bem como uma copa (talvez essa denominação faça referência à função da sala, que contém uma pia, armários e um bebedouro). Ao seguir pelo pequeno corredor, uma segunda sala multiuso, ou com multifuncionalidades, compõe a configuração do piso superior. Entre as atividades desenvolvidas na sala, uma refere-se ao ensaio com os percussionistas que integram a bateria do Bloco EURECA.

A porta que discretamente observa a entrada principal representa, para alguns membros da comunidade, uma ligação com o sagrado, já que abriga uma sala de orações para os fiéis da Igreja Católica Apostólica Romana. As plantas baixas dos pisos inferiores e superiores do espaço estão representadas nas imagens nas figuras 07 e 08.

Figuras 07 e 08: Planta baixa dos pavimentos térreo e superior do Centro Comunitário de Joilson de Jesus em Sapopemba.



Fonte: Elaborado pelo autor

Tomando como base a localização dos espaços em que o trabalho de campo foi realizado, elencamos alguns aspectos que representam as dificuldades e limitações que permeiam a parte empírica dos procedimentos metodológicos para a coleta de dados. Embora o desenvolvimento da atividade/ação relacionada ao Bloco EURECA, em cada projeto, aconteça em épocas distintas, a primeira dificuldade enfrentada é o deslocamento do pesquisador para os espaços, seja por transporte público ou particular. Outro fator que representa dificuldade ou limitação está relacionado ao tempo/espaço em que a atividade/ação foi realizada (a dinâmica das oficinas, aulas de percussão e formação voltadas para a atividade/ação Bloco EURECA, são intensificadas pelos projetos, quanto maior a proximidade com o desfile). O terceiro aspecto no campo das dificuldades e limitações é a organização das atividades com os grupos, tendo em vista que fatores endógenos às comunidades criam entraves no deslocamento, tanto dos participantes da pesquisa quanto do pesquisador.

3. Caminho metodológico: perspectiva teórica

O referencial teórico desta tese parte da reflexão, análise e discussão que possibilite uma melhor compreensão sobre as práticas sociais presentes na participação social infanto-juvenil na atividade/ação do Bloco EURECA. Sua fundamentação se dá nas Epistemologias do Sul, sobretudo, em conceitos que se articulam com a práxis educativa e propõe reflexões sobre os processos educativos e práticas sociais que perpassam a formação humana e são reescritos por meio da dialogicidade e conscientização do sujeito, permitindo a ampliação do debate sobre a sua contribuição na formação do indivíduo pelo viés da humanização e libertação, capazes de romper as linhas abissais presentes nas relações oprimidos/opressor, dominante/dominado e da regulação/emancipação, conforme aponta Santos (2010) e Freire (2019).

Para que a prática da liberdade possibilite ao oprimido encontrar sentido na sua própria história, é indispensável que o mesmo se compreenda como responsável dessa conquista pelo viés da reflexão sobre si, incorporando o sentimento de humanidade e deixando a concepção de que está na categoria de algo ou alguém que se possa efetuar a salvação e internalizar o entendimento da condição de sujeito com obrigações, especialmente, no que diz respeito a processo de autoconfiguração e da responsabilidade para consigo e com o outro.

O que molda as várias formas pelas quais os indivíduos se colocam frente à habilidade de se constituir com outrem e com o mundo está atravessado por “aprender a escrever a sua vida como autor e como testemunha de sua própria história, isto é, biografar-se, existenciar-se, historicizar-se” (Freire, 2019, p. 12), colocando de forma gradual a solidariedade como característica basilar na trajetória e no processo de emancipação humana na coletividade.

Portanto, para que aconteça a liberdade, a partir da prática educativa, não é aceitável que o sujeito exista em silêncio. Há sempre a necessidade de pronunciamento do mundo com o outro, para que juntos criem e recriem possibilidades de construção de uma palavra que expresse algo concreto e não negue a outrem o direito que ele tem de verbalizar essa palavra.

É preciso primeiro que os que assim se encontram negados no direito de dizer a palavra reconquistem esse direito, proibindo que este assalto desumanizante continue [...] por isso o diálogo é uma exigência existencial. E, se ele é um encontro em que se solidarizam o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro” (Freire, 2019, p.109).

A palavra no sentido de um direito e não de uma exclusividade do homem, pois, nessa perspectiva, significa para além da verbalização de um fonema, engloba, incorpora e estende-

se na significação da transformação do mundo por meio da práxis, ultrapassando a relação que se dá para além da dicotomia “eu-tu”, em que “a cidadania não está limitada a palavra ou ideia, nem fora da vida da pessoa. Ela começa na relação do homem consigo mesmo para, a partir daí, expandir-se até o outro, ampliando-se para o contexto social no qual esse homem está inserido” (Costa, 2000, p. 144).

A partir da obra denominada de **Pedagogia do Oprimido**, Freire (2019) elenca alguns conceitos e aspectos que pautam a discussão sobre o processo de libertação pelo viés da educação. Para o autor, compreender as relações existentes entre oprimido-opressor só é possível por meio da conscientização de que o processo que promove a “desumanização” do sujeito enquanto ser humano, “não se verifica apenas nos que têm sua humanidade roubada, mas também, ainda que de forma diferente, nos que a roubam, é distorção da vocação de *ser mais*” (Freire, 2019, p. 40). Nesse sentido, há uma problematização de que há uma dialogicidade na relação oprimido-opressor, perpassando a construção de uma relação violenta baseada em um ordenamento gerador de injustiça que coloca, de um lado, a figura do opressor ligado diretamente ao oprimido, permitindo, assim, uma interpretação equivocada dessa configuração social historicamente construída nas bases da violência exercida e naturalizada pelo opressor.

3.1 Revisão de literatura

Para entender e construir o conceito teórico sobre o processo de inserção nos ensaios do bloco carnavalesco infanto-juvenil, Bloco EURECA, esta seção está dividida por subtítulos com os conceitos já desenvolvidos e que levam à compreensão do tema de pesquisa, bem como a pergunta dos objetivos. Foi necessária uma revisão literária, para aprofundamento da compreensão do objeto de pesquisa e os conceitos que o circundam, fundamentada no referencial teórico que trazem a possibilidade de pensar, elaborar, reelaborar, significar e ressignificar o olhar e a reflexão para análise dos processos educativos em práticas sociais.

As técnicas que colhem informações, por meio de procedimentos em pesquisa, conduziu etapas do processamento dos estudos da infância, dos direitos humanos, cidadania, protagonismo, considerando as vivências dos diferentes autores como Dussel (2003), Fiori (2019), Freire (2011; 2014; 2016; 2018; 2019), Lévinas (2005), Maldonado-Torres (2010), Menezes (2010), Quijano (2010) e Santos (2010; 2013; 2014), entre outros, que contribuem para as produções acadêmicas da Linha de Pesquisa Práticas Sociais e Processos Educativos, no que concerne o experienciar por meio da práxis e da construção de novos saberes nos diversos espaços da formação humana, especialmente naqueles que apresentam um novo olhar

e trato para as questões teóricas e metodológicas que embasam as pesquisas no campo da educação nos espaços não institucionalizados.

Nesse sentido, compreende-se que, para o desenvolvimento desta pesquisa, é necessário relocalizar os sujeitos e seus espaços, o que requer um olhar crítico e a ressignificação das concepções sobre as identidades coletivas que estão em jogo no modelo de sociedade em que a efetividade das mudanças de regulamentação da prática social encontra impedimentos nas diversas formas de desigualdades e discriminação, tanto no campo do ensino, pesquisa e extensão de caráter popular, quanto nos preconceitos contra os diferentes grupos étnicos que compõem a formação social e cultural do Brasil. Portanto, permanece urgente a necessidade de construir e disseminar conhecimento com fundamentação teórica que possibilite a construção/desconstrução/reconstrução de uma epistemologia que resgate a produção do conhecimento, não dependente do que vem sendo produzido a partir da perspectiva eurocêntrica, mas que permita expandir as bases conceituais para além desse aprisionamento conceitual que o Norte legítima e justifica nos ideais de universalidade dos direitos humanos. Nessa ótica, as contribuições teóricas da América Latina assumem o papel de fio condutor dessa reflexão, como observa Oliveira *et al* (2014).

A construção epistemológica eurocêntrica, ainda presente nas pesquisas e na literatura produzidas no Hemisfério Sul, sobretudo, nos países latino-americanos, precedem da elaboração do ideal que se construiu a partir da relação com o pensamento colonizador, “ideologia colonizadora”. Portanto, ao classificar os termos dentro de um conjunto formado por partes do que está aparente, o que está segregado, o fazer cotidiano para superação da opressão por meio daquilo que se faz para libertar-se, bem como o estreitamento da relação com o outro e um pensar dialético entre outras, o pesquisador lança mão de terminologias e conceitos fundamentais para a ampliação do entendimento sobre o que pretende investigar nas práticas sociais e os processos educativos, considerando as concepções teórico-metodológicas das epistemológicas elaboradas no Hemisfério Sul, especificamente, da América Latina (Oliveira *et al*, 2014).

Para tanto, a produção de conhecimento deve estar pautada fundamentalmente no processo de ampliação e promoção da compreensão do ser humano em suas relações e integrações e, nesse contexto, “a própria história deve tender e ser uma perene práxis que se recria e transforma na medida em que participa da transformação de mentes, corações, culturas e comunidades humanas” (Brandão, 2014, p.13). Libertar a visão e circunscrever, a partir de um novo olhar e trato com base no seu referencial teórico, apontam para o significado e importância da pesquisa e da educação e sua relação com os espaços educativos não escolares.

Assim, a partir de suas pesquisas e interação com os espaços de manifestação culturais e religiosos, na educação popular oferecida nos espaços educativos externos ao ambiente escolar e nas questões que têm como conceito a etnia, é possível dialogar com o pensamento que emerge das análises de Brandão (2014) e Freire (2019).

As pesquisas no campo das práticas sociais e dos processos educativos nos espaços não escolares, por muito tempo, constituíram suas argumentações e suas categorizações fundamentadas no princípio da negação. Porém, para as pesquisadoras e os pesquisadores da linha de pesquisa à qual essa tese se filia, entende-se a necessidade de ressignificar a terminologia e a semântica da categoria educação “não formal” com o intuito de explicar e contribuir para ampliação e compreensão de que as “categorias teóricas que nos eram disponíveis não nos apresentavam satisfatoriamente a positividade e complexidade dos processos de ensino e de aprendizagem nas práticas sociais” (Oliveira, 2014, p. 30). Portanto, as construções do conhecimento advindo da relação entre o pesquisador e os participantes dessas práticas sociais corroboram que a experiência vivida permutada ressignifique os critérios na construção/reconstrução/desconstrução do diálogo com o mundo e a forma de interação com ele.

3.2 Revisão de literatura na perspectiva do Sul Global

Tomando como pressuposto que o objetivo central da pesquisa apresentado no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) é a compreensão do impacto da formação para cidadania e direitos humanos por meio da participação social infanto-juvenil nos processos educativos do carnaval do Bloco EURECA, os textos trabalhados na disciplina Práticas Sociais e Processos Educativos possibilitaram um novo olhar e trato ao assunto. Suas contribuições permitiram repensar a cartografia metafórica das linhas abissais que historicamente se mantém ancorada na narrativa que separa as cidades entre o civilizado e o não-civilizado, gerando tensão nos processos que se organizam nas regulações que coexistem no sentido emancipatório e as significações desse impacto no cotidiano das crianças e adolescentes, familiares e comunidades nos espaços educativos que resistem às formas violentas de apropriação dos locais que ocupam.

As organizações e movimentos da sociedade civil que apoiam as ações do Bloco EURECA representam os marginalizados resistentes à ação de um Estado opressor que age fortemente na retirada de direitos democráticos com base na justificativa de salvaguardar os sujeitos que ocupam o outro lado da linha. Entretanto, cabe ressaltar que essa resistência se fundamenta no contexto em que o conhecimento é constituído por muitos saberes, de forma

plural, sem competição entre a produção técnico científica e a diversidade de conhecimento presentes nas práticas tradicionais e locais, denominadas de ecologia de saberes por Santos (2010).

O pensamento abissal, contextualizando a partir do que se vive cotidianamente, a maneira como se organizam as questões éticas e políticas no território brasileiro, ainda hoje, conserva as concepções de dominação dos espaços sociais que mantém as estruturas políticas, sociais, culturais, econômicas e teóricas do período da colonização, como aponta Santos (2010). Os argumentos trazidos pelo autor corroboram a perspectiva de Maldonado-Torres (2010, p. 421), a mudança efetiva das práticas sociais e institucionais será possível a partir do entendimento de que “A colonialidade faz referência à raça e, conseqüentemente, ao espaço e à experiência” de cada sujeito e ou indivíduo.

Nesse sentido podemos nos apropriar do pensamento que se apresenta com potencializador de uma objetividade tradutora de tendências e que dialoga com diversas possibilidades de compreensão dos diversos saberes que, de forma mais aprofundada, nos direciona a entender, em contrapartida ao saber científico, a força que emerge do interior do sujeito. Para tanto, fará uso da “justiça cognitiva: explorar a pluralidade interna da ciência e promover a interação e a interdependência entre os saberes científicos e não-científicos (Santos, 2010, p. 57).

3.3 Metodologia

Este capítulo tem como objetivo descrever o percurso metodológico adotado para o desenvolvimento da pesquisa, compreendendo o contexto em que está inserido o Bloco EURECA, bem como as crianças, adolescentes, jovens, familiares, educadores e educadoras sociais, comunidade e os demais sujeitos que participam da atividade/ação desenvolvida nos espaços de atuação do bloco. No entendimento de pesquisa qualitativa, a coleta de dados envolve diferentes instrumentos como observação, anotações em diário de campo, entrevistas, conversas, interações com diferentes sujeitos da pesquisa e seus modos de vida, documentos e a próprias percepções e a análise dos dados organizados continuamente ao longo do processo (YIN, 2016).

3.4 Proposta metodológica e coleta de dados

A opção metodológica da pesquisa é o estudo de caso, combinado, por sua natureza, com entrevistas, observações diretas e observação participante do pesquisador *in loco* nos diferentes espaços e tempos em que se desenvolve a atividade/ação do Bloco EURECA. Adolescentes e jovens foram ouvidos pelo pesquisador, adotando-se, para isso, diferentes estratégias (diálogos, encontros, entrevistas e oficinas lúdicas). Esse método de pesquisa “permite que os pesquisadores retenham as características holísticas e significativas dos eventos da vida real – como ciclo de vida, o comportamento dos pequenos grupos, os processos organizacionais e administrativos [...]” (YIN, 2010, p. 24).

Na ótica de Barbosa (2006), a realização de pesquisas que adotam o método do estudo de caso deve ter em mente a necessidade de se debruçar no intuito de esmiuçar de forma detalhada e aprofundada, acumulando esforços para atingir o objetivo complexo, durante a interação, seja no contexto individual ou coletivo, institucionalizado ou não institucionalizado, em que o evento estudado se altera de forma diversificada, direcionando para confirmação ou não das indagações levantadas sobre o evento.

No entender de André (1984), “este tipo de estudo revela a multiplicidade de dimensões presentes numa dada situação, focalizando-a como um todo, mas sem deixar de enfatizar os detalhes, as circunstâncias específicas que favorecem uma maior apreensão desse todo” (p. 52). Portanto, tal estudo é caracterizado por particularidades e se constrói em uma “representação singular da realidade”, como parte do processo histórico e dimensões expandidas. Para Chizzotti (2000), tais características e especificidades, demonstram que:

O caso é tomado como unidade significativa do todo e, por isso, suficiente tanto para fundamentar um julgamento fidedigno quanto propor uma intervenção. É considerado também como um marco de referência de complexas condições socioculturais que envolvem uma situação e tanto retrata uma realidade quanto revela a multiplicidade de aspectos globais, presentes em uma dada situação (p. 102).

Tomando como base essa conjectura e complexidade na qual o Bloco EURECA está inserido, Onofre (2014) defende que as características do estudo de caso se apoiam no “pressuposto de que a realidade é complexa e os fenômenos são historicamente determinados [...] É por isso que o estudo de caso focaliza o particular tomando-o como um todo, atendo-se aos seus componentes principais, aos detalhes e à sua interação” (p. 104). Nesse sentido, é de interesse da pesquisa que crianças, adolescentes, jovens, familiares e representantes das comunidades em que os projetos sociais estão situados participem da pesquisa e, do mesmo modo, estratégias foram definidas para essa escuta.

Por tratar-se de pesquisa com pessoas, especialmente em fase peculiar de desenvolvimento, foram-lhes asseguradas as garantias previstas na Lei Federal nº 8.069 de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (BRASIL, 1990). O estatuto, em suas diretrizes e normativas de proteção integral à população infanto-juvenil, apresenta, na redação do seu art. 4º, a observância “à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”, como direitos fundamentais. Portanto, nesse sentido, entende-se que “é dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor”, conforme explicitado no 18º artigo dessa lei federal.

Todo o processo de inserção no campo seguiu o rito para produção de uma pesquisa acadêmica. A pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa-CEP, da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. A versão entregue compreendia um total de 18 participantes, sendo seis do Projeto Meninos e Meninas de Rua, seis do Instituto Camará Calunga e seis do CEDECA Sapopemba. Porém, o total foi reduzido para três por projeto, tendo em vista a questão sanitária e o distanciamento social a partir da infecção causada pelo vírus SARS-CoV-2 e manifesta na Covid-19, alterando o cronograma do trabalho de campo. Cabe ressaltar que não foi possível a realização das entrevistas no Projeto Meninos e Meninas de Rua, tendo em vista a ameaça de despejo impetrada pela administração municipal contra o projeto, interferindo na realização de atividades, oficinas, formação, cursos e, conseqüentemente, interferiram no desenvolvimento da atividade/ação do Bloco EURECA no espaço.

Todos os seis participantes das entrevistas receberam o Termo de Consentimento Livre Esclarecimento (TCLE) com descrição e título da pesquisa, bem como sobre sua participação voluntária e liberdade de desistência a qualquer momento, os objetivos do estudo, o anonimato do participante e da instituição e os riscos e/ou benefícios de sua participação. Para as crianças e adolescentes participantes, o Termo de Assentimento Livre Esclarecido (TALE) e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido do Responsável, foi encaminhado para anuência e assinatura dos seus representantes legais, ficando uma via com o pesquisador e outra com o participante ou a participante. Os TCLEs e TALEs foram entregues pelo próprio pesquisador, após submissão e aprovação pelo (CEP) da UFSCar, sob o Parecer número 4.119.524 e CAAE: 29740120.3.0000.5504.

O processo metodológico se configura no estudo de caso que possibilita a coleta de dados a partir do uso de diferentes fontes. “Naturalmente, cada uma dessas estratégias pode ser

modificada, criando estratégias híbridas nas quais múltiplas fontes de evidência têm mais probabilidade de ser mais relevante” (YIN, 2010, p. 142).

Mais do que alargar o âmbito das estratégias, a pesquisa-participante sobre o fenômeno estudado buscou como objetivo analisar e compreender como se dá o processo de formação para a cidadania e a luta pela disseminação dos direitos humanos infanto-juvenis que acontecem com e para o coletivo na prática social desse grupo e que estão presentes na atividade/ação (ato educativo contínuo de criar, recriar, significar e ressignificar), as experiências vivenciadas no cotidiano e que repercutem na vida das crianças e adolescentes do Bloco EURECA em diferentes fases da vida.

Nesse sentido, o processo metodológico foi organizado com base no levantamento bibliográfico, nas inserções no campo de pesquisa, na construção e assimilação dos conceitos teóricos e críticos que se configuram como primordiais na pesquisa (protagonismo, direitos humanos, cidadania, infância e adolescência, entre outros). O levantamento de dados do contexto sócio-histórico, na pesquisa de campo, tem como prerrogativa a coleta de dados sobre a correlação entre as práticas sociais presentes nas atividades/ações do Bloco EURECA e a relação simbólica da formação para cidadania e defesa direitos humanos infanto-juvenis.

Para tanto, a análise dos sambas-enredos, os registros do diário de campo e das entrevistas transcritas, especialmente os documentos que envolvem o processo educativo de formação de crianças, adolescentes e jovens, para elaboração e desenvolvimento das temáticas que subsidiam as letras dos sambas-enredo, podem ser entendidos como prática social que acontece nessas interações. Também analisaremos os documentos oficiais (legislação) defendidos pelos e pelas participantes do Bloco EURECA, tanto a nível nacional quanto a internacional, com foco nas legislações para infância, que contribuíram para que o Estado brasileiro reorganizasse seu ordenamento jurídico correspondente a essa faixa etária da população. Para além da coleta de dados por meio da documentação, a observação participante proporcionará ao pesquisador estar *in loco* nos diferentes espaços e tempos em que se desenvolve o EURECA com intuito de compreender as particularidades dos aspectos do espaço e dos seus participantes (BRANDÃO, 2014).

A proposta inicial da pesquisa sinalizava no sentido de promover a escuta de crianças, adolescentes e jovens participantes do Bloco EURECA pelo pesquisador. Tendo em vista a metodologia para o desenvolvimento da atividade/ação do bloco, que tem, como pressuposto, a participação comunitária de forma aberta, a inserção no campo de pesquisa por parte do pesquisador se daria pelo viés da adoção de diferentes estratégias, tais como, encontros, entrevistas, passeios, oficinas lúdicas. Por isso, ressaltou-se que é interesse do pesquisador a

participação de adolescentes e jovens na pesquisa que frequentam e atuam nos projetos sociais. Entende-se que as contribuições desses sujeitos possibilitarão ao pesquisador a coleta de dados sobre o processo de difusão e defesa da cidadania e dos direitos humanos infanto-juvenis na trajetória dos participantes do Bloco EURECA, seus familiares e comunidades adjacentes.

Cabe dizer que a proposta inicial de usar as estratégias de escuta associada a encontros, entrevistas, passeios e oficinas lúdicas foi mantida e realizada no primeiro semestre de 2022, apesar da questão sanitária provocada a partir da infecção causada pelo vírus SARS-CoV-2 e manifesta na Covid-19. As etapas que precederam as entrevistas, especialmente, são as de levantamento, estudo e análise dos documentos primários, que são os próprios sambas e os registros no diário de campo sobre os participantes dos Projetos Meninos e Meninas de Rua e CEDECA Sapopemba, especialmente, a atividade/ação desenvolvida por ocasião da formação para o desfile do Bloco EURECA.

Nesse caso, a pesquisa de campo foi redesenhada e reorganizada em duas fases/etapas. O trabalho de pesquisa de campo, que tinha como proposta inicial começar em agosto de 2021, a partir dos encaminhamentos do CEDECA Sapopemba, compreenderia a primeira fase, a ser apresentada na qualificação, tendo em vista que o Bloco Eureka ocuparia as ruas de Sapopemba no mês de outubro de 2021. Cabe ressaltar que a ocupação das ruas de forma presencial estava condicionada às orientações do Comitê Científico do Estado de São Paulo, instalado para combater a Covid-19, bem como orientar sobre as atividades presenciais, especialmente, com quantitativo que provocasse aglomerações, conforme Resolução SS Nº 151, de 06 de outubro de 2021¹⁵. Por isso, o bloco não ocupou as ruas do bairro de Sapopemba pelo segundo ano consecutivo.

Entretanto, a preparação do Bloco EURECA, no que diz respeito aos ensaios e aulas de percussão no Centro Comunitário, ligado ao CEDECA Sapopemba, retornou observando as orientações dos documentos oficiais sobre os cuidados sanitários. Essa conjuntura limitou o número de participantes nas atividades de percussão do bloco para adequação às normas estabelecidas. O início das visitas ao campo se deu no final do mês de setembro de 2021 após uma reunião com as coordenadoras da Rede EURECA e o coordenador do CEDECA Sapopemba. A conversa versou sobre a adaptação da metodologia de coleta de dados, o roteiro de entrevista e a possibilidade de o pesquisador iniciar o acompanhamento das atividades do projeto voltadas para a atividade-ação do bloco. Durante a conversa, realizada com mediação de uma plataforma digital, foi esclarecido que a formação e a ocupação das ruas pelo EURECA

¹⁵ Disponível em: http://www.cvs.saude.sp.gov.br/zip/E_R-SS-151_061021.pdf. Acesso em 10 de out. de 2021.

só seria possível com o avanço da imunização da população, mas que a Rede EURECA estava replanejando para que ocorresse no período de março a julho de 2022.

Outro entrave que prejudicou diretamente o cumprimento do cronograma foi o processo de ameaça de despejo sofrido pelo Projeto Meninos e Meninas de Rua de São Bernardo do Campo. Esse evento dificultou a realização das atividades que precedem os desfiles do EURECA. Dada as circunstâncias, houve uma ocupação cultural com saraus, palestras, aulas de dança, aulas de capoeira e um acampamento permanente, que contou com a presença de representantes de diversos movimentos sociais, comunidade, participantes e voluntários do projeto e do bloco. O pesquisador acompanhou parte dessa programação, inclusive dormindo no acampamento.

A inserção na atividade/ação do EURECA, metodologicamente, está circunscrita no campo qualitativo e de estrutura descritiva. As notas de campo deram-se por meio das anotações registradas no diário de campo nos ensaios e outras atividades realizados nas quartas-feiras e quintas-feiras no período vespertino, como também, em alguns momentos aos sábados, entre os meses de setembro de 2021 e julho de 2022. Entretanto, para a elaboração do diário de campo, dado que, nos espaços de observação, havia a possibilidade de interrupção parcial ou completa dos registros. Nesse caso, para não provocar interpretação incorreta da interação do pesquisador com o grupo, reservou-se essa tarefa para realização no espaço da residência do pesquisador.

No percurso metodológico de sustentação para a inserção nos ensaios de percussão da bateria do Bloco EURECA, as anotações no diário de campo partiram da mesma perspectiva que, “para empreendermos tal aventura, útil é nos munirmos como etnólogos de um diário de campo, onde registramos dúvidas e dificuldades. Nossas falhas, longe de serem um entrave, irão, se compreendidas, aplainar o caminho dos estudiosos”, conforme observa (BOSI, 2003, p.61). Ao adotar o diário de campo como ferramenta para notações dos acontecimentos observados, há um entendimento da importância do seu aspecto dialógico e do seu aproveitamento metodológico que permitem ao pesquisador captar nuances presentes no espaço pesquisado, possibilitando a percepção que, em outros métodos de registros e anotações, torna-se mais complexa (COSTA, 2014).

Para Bogdan e Biklen (1994, p.152), ao registrar nossas notas de campo, há uma produção de conteúdo divididos na forma descritiva e reflexiva. No caso inicial, “a preocupação é de captar uma imagem por palavras do local, pessoas, ações e conversas observadas”; enquanto para o segundo, em sua explicação, os autores salientam que é “a parte que apreende mais o ponto de vista do observador, as suas ideias e preocupações”. Tendo em vista as

observações citadas, a forma descritiva apresentou-se de fundamental importância na condução do olhar para uma observação mais atenta ao local pesquisado.

Nessa ótica, o local onde acontecem os ensaios da bateria do grupo de percussão, o centro comunitário, foi observado/percebido/compreendido pelo pesquisador, seguindo o pressuposto do conteúdo descritivo; portanto, é importante a atenção sobre alguns tópicos, como acrescentam os autores, no que concerne às notas de campo, ao evidenciar que, ao utilizar a forma descritiva para narrar os acontecimentos no campo de pesquisa, é necessário observar as categorias que perpassam pelas seguintes áreas: como se elabora o modelo de como serão retratados os sujeitos da pesquisa; como o diálogo será reconstruído a partir das observações e anotações; a importância de traduzir o ambiente observado, descrevendo da melhor forma possível como se compõe seu espaço físico; relatar as percepções sobre os acontecimentos que vão se desenrolando de particular; apresentar de forma descritiva como se organizam e se desenvolvem as atividades no espaço observado, sem, contudo, deixar de pontuar o comportamento do pesquisador/observador (BOGDAN & BIKLEN, 1994, p.163-164).

Nesse contexto, a inserção na atividade/ação do Bloco EURECA, especialmente nos ensaios da bateria, desenvolveu-se nos espaços e dependências dos Projetos I e III, que atende as comunidades inseridas no seu entorno. No caso do Projeto Meninos e Meninas de Rua, os participantes são procedentes dos bairros mais afastados da região central. Os espaços são organizados com o intuito de realizar atividades diferenciadas, como reforço escolar, panificação, oficinas de danças, oficinas de pintura, reuniões dos fiéis da paróquia local, saraus, cursos pré-vestibular, atividades do grupo de percussão, o ensaio, que acontece em diferentes espaços, internos e externos aos projetos. Para Oliveira *et al* (2014, p.34), “as práticas sociais se constituem em ações de grupos e comunidades que visam à transformação de realidades que identificam como injustas, discriminatórias e opressivas”.

Os encontros e desencontros no tempo/espaço das inserções em campo, contribuíram para o entendimento do pensamento de Oliveira *et al* (2014, p.35) que, ao refletir sobre a interação social, ressaltam a existência de “muitos tipos de relações sociais, múltiplas redes relacionais, redes de construção de conhecimento, redes afetivas” e observam que “nestas relações de convívio, tenso, acolhedor, excludente, as pessoas se educam na sua humanidade para cidadania negada, conquistada, assumida”. Partindo dessa perspectiva do relacionar-se com o outro, os dados colhidos nos registros do diário de campo foram analisados.

3.5 Levantamento bibliométrico e bibliográfico

As características múltiplas da atividade/ação do Bloco EURECA configuraram-se como condições que determinaram os caminhos e as escolhas dos descritores para o levantamento bibliométrico e bibliográfico. O conhecimento produzido nas mais de três décadas de atuação do bloco resulta do esforço de uma rede que o apoiam e dele participam. Partiu-se da premissa de que há, nesse sentido, uma difusão de descritores que orbitam no entorno das práticas sociais na atividade/ação do EURECA, traduzida em seus sambas-enredo. Consequentemente, essa postura metodológica na escolha dos descritores, orientou o levantamento bibliométrico e bibliográfico. Isso é possível observar na representação do Quadro de número 01.

A escolha do Banco Digital de Teses e Dissertações (BDTD) não representa uma escolha aleatória, mas por entender sua configuração transinstitucional, como organizador que detém uma quantidade significativa de teses e dissertações em seus registros, produzidas majoritariamente a partir das universidades públicas.

Nesse sentido, a proposta de levantamento bibliográfico parte da articulação do campo macro para o micro, com o intuito de perceber como o conhecimento científico envolve as temáticas presentes na atividade/ação que resulta nos sambas-enredo do Bloco EURECA e como tais temáticas estão distribuídas nas pesquisas desenvolvidas nos programas de Pós-Graduação das universidades que compõem esse banco de dados. Há um recorte para a produção da UFSCar para que pudéssemos entender a dinâmica da produção acadêmica do programa de Pós-Graduação em que a pesquisa foi acolhida, e, assim, aproximar-se do referencial teórico adotado nas teses e dissertações produzidas no programa.

A definição dos descritores adotados para subsidiar a pesquisa bibliográfica desta tese têm, como pressuposto, a equação elaborada por Severino (2016), ao problematizar que, para definir o processo de construção do objeto de pesquisa e sua relação intrínseca com a produção do conhecimento, especificamente, ao tratar da produção do conhecimento científico, é necessário apresentar a estrutura basilar dessa equação que perpassa o conceito do conhecer a relação do entrelaçamento e da dinâmica da ação contínua e não só o resultado final, obtido da formulação e da relação dialógica do ensinar e aprender, presente no processo equacional em que o conhecimento compõe o enredo da construção do objeto e, portanto, a pesquisa com abordagem nas fontes primárias.

Desse modo, ao adotar a estratégia e o recorte para definição dos descritores fundamentados nas temáticas presentes nos títulos e nas letras dos sambas-enredos do bloco,

estudados, debatidos e elaborados por meio do coletivismo¹⁶, há uma intencionalidade de se observar a amplitude das temáticas abordadas e problematizadas pelos participantes do Bloco EURECA nas três décadas de desenvolvimento de sua atividade/ação, bem como da atuação dos educadores e educadoras sociais juntamente com crianças, adolescentes, jovens, familiares e a comunidade que compõem essa coletividade. Entretanto, atenta-se para as especificações que delimitam o objeto de pesquisa.

Quadro 01: Letras dos sambas-enredo, elaboração e construção coletiva, com participação de educadores e educadoras sociais, bem como crianças, adolescentes e jovens, e outros participantes do Bloco EURECA (1992-2022).

Ano dos Sambas-Enredo	BLOCO EURECA: Sambas-Enredo (1992-2022)
1992	EURECA: Comemorando a Conquista do ECA (Eu Reconheço o Estatuto da Criança e do Adolescente) Letra da música coletiva: Elaboração e construção Coletiva
1993	EURECA: São Outros 500 (por ocasião dos 500 anos de "descoberta" das Américas") - Letra da música coletiva: Elaboração e construção Coletiva
1994	EURECA: Contra a Fome e a Violência (refletindo a questão e apoiando a campanha nacional contra a fome, deflagrada pelo sociólogo Betinho) – Letra da música coletiva: Elaboração e construção Coletiva
1995	EURECA: Contra a Discriminação Racial (por ocasião da comemoração dos 300 anos de imortalidade de Zumbi dos Palmares) – Letra da música coletiva: Elaboração e construção coletiva.
1996	EURECA: Contra a Exploração do Trabalho Infantil (Contribuindo para a campanha nacional contra a exploração do trabalho infantil) – Letra da música coletiva: Elaboração e construção coletiva.
1997	EURECA: Cinco Anos de Denúncia (retomando as temáticas trabalhadas nos Sambas-enredo dos anos anteriores) – Letra da música coletiva: Elaboração e construção coletiva.
1998	EURECA: Criança Prioridade Absoluta – Letra da música: Elaboração e construção coletiva.
1999	EURECA: Se Essa Rua Fosse Minha (Uma reflexão sobre a fantasia e a realidade vivida nas ruas) – Letra da música coletiva: Elaboração e construção coletiva.
2000	EURECA: Acorda Brasil, Toma que Esse Filho é Seu (resgatando a história da infância no Brasil, desde a chegada dos portugueses) – Letra da música coletiva: Elaboração e construção coletiva.
2001	EURECA: 10 Anos; contra a violência, pense com consciência (foram trabalhados dois temas: violência infantil e juvenil e idade de responsabilidade penal, ou rebaixamento da idade penal) – Letra da música coletiva: Elaboração e construção coletiva.
2002	EURECA: Educação Não Pode Ser Privada (em defesa de uma Educação Pública de Qualidade) – Letra da música coletiva: Elaboração e construção coletiva.
2003	EURECA: Lugar da criança é no Orçamento – Letra da música coletiva: Elaboração e construção coletiva.
2004	EURECA: O ECA na escola e a sociedade civil organizada . (Não foi possível acessar a letra do Samba-Enredo)

¹⁶ Para designar a construção dos sambas-enredos do Bloco EURECA, adotaremos o conceito filosófico de Coletivismo, ou seja, “a teoria política que vê a coletividade como unidade fundamental da autoridade social e que se opõe geralmente, tanto ao individualismo liberal como à autoridade mais ampla do Estado” (BLACKBURN, 1997, p. 63). Conceito que mais se aproxima da ideia presente na organização das atividades/ações do Bloco EURECA.

2005	EURECA: Compromisso com a infância e adolescência “Bem-me-quer mal-me-quer. (Não foi possível acessar a letra do Samba-Enredo)
2006	EURECA: Direitos Humanos : contra o abuso e a exploração sexual – Letra de música coletiva : Elaboração e construção coletiva.
2007	EURECA: Várias Infâncias - Letra de música coletiva : Elaboração e construção coletiva
2008	EURECA: Garantia de Direitos – Direito é Bom e eu gosto – Letra de música coletiva : Elaboração e construção coletiva, bem como a Melodia* .
2009	EURECA: “Mídia, mostra sua cara. A realidade não usa máscara”: O que a TV mostra não é o que vejo – Letra de música coletiva : Elaboração e construção coletiva.
2010	EURECA: 20 anos do ECA. Minha Vida é Verdadeira: Protagonismo Infantil – Letra de música coletiva : Elaboração e construção coletiva. Alusivo** : Realizado de forma individual.
2011	EURECA: Estado! Se não protege, mata! – Letra de música coletiva . Elaboração e construção coletiva, bem como a Melodia .
2012	EURECA: Contra a Internação Compulsória – “Pelo Direito Humano de Escolher” – Letra de música coletiva : Elaboração e construção coletiva. Alusivo** : Realização coletiva.
2013	EURECA: Pela Verdade Antes Que o Mundo Acabe – Letra de música coletiva : Elaboração e construção coletiva. Alusivo : Realização coletiva.
2014	EURECA: Copa do Mundo: Uma Goleada de Violações! – Letra de música coletiva : Elaboração e construção coletiva (Destaque para o protagonismo de adolescente participante do Projeto Meninos e Meninas de Rua).
2015	EURECA: 25 anos do ECA!!! A pergunta está no ar: PUNIR? CUIDAR? – Letra de música coletiva : Elaboração e construção coletiva.
2016	EURECA 25 ANOS: “Contra a invisibilidade que nos fere, pela visibilidade que nos fortalece” – Letra de música coletiva . Elaboração e construção coletiva. (Participação especial da comissão de Samba-enredo dos Projeto Meninos e Meninas de Rua, Instituto Camará Calunga e CEDECA Sapopemba).
2017	EURECA: “Ocupação – Ocupar para não retroceder” - Letra de música coletiva . Elaboração e construção coletiva. (Participação especial da comissão de Samba-enredo dos Projeto Meninos e Meninas de Rua, Instituto Camará Calunga e CEDECA Sapopemba).
2018	EURECA: “Lutando pela diversidade, respeito e igualdade” – Letra de música coletiva . Elaboração e construção coletiva. (Participação especial da comissão de Samba-enredo dos Projeto Meninos e Meninas de Rua, Instituto Camará Calunga e CEDECA Sapopemba).
2019	EURECA: “ Crianças e Jovens pela Construção da Cultura e Direitos Sociais ” – Letra de música coletiva . Elaboração e construção coletiva. (Participação especial da comissão de Samba-enredo dos Projeto Meninos e Meninas de Rua, Instituto Camará Calunga e Projeto CEDECA Sapopemba).
2020	EURECA: "Como vocês se atrevem? Apagar minha história, limitar minha memória, massacrar nossa nação". Letra de música coletiva . Elaboração e construção coletiva. (Participação especial da comissão de Samba-enredo dos Projeto Meninos e Meninas Rua, Instituto Camará Calunga e CEDECA Sapopemba).
2021/2022	EURECA: "Eu Preciso Respirar! Entre pandemia e desgoverno, a Luta é nosso Oxigênio". Letra de música coletiva . Elaboração e construção coletiva. (Participação especial da comissão de Samba-enredo dos Projeto Meninos e Meninas Rua, Instituto Camará Calunga e CEDECA Sapopemba).

Fonte: Adaptada de Fernandes (2016).

Considerando que, no contexto da educação e produção científica a nível universitário, o desenvolvimento da pesquisa, sobretudo, no âmbito da pós-graduação, se sustenta no tripé estruturado nas bases epistemológicas, representativas e construtivas, assim, como na prática e no significado dos objetos; no pedagógico, em que se estabelece a relação e a mediação

presentes na dimensão do processo de ensino/aprendizado; bem como no social, dimensão fundamentada no conceito da construção histórico-social da formação humana (SEVERINO, 2016). Ao analisar as temáticas trabalhadas pelo Bloco EURECA, que representam a prática do objeto de pesquisa, foram selecionados cerca de 18 descritores, na fase inicial e, posteriormente, agregaram-se os apêndices “crianças e adolescentes e/ou infanto-juvenil”, conforme destacados no Quadro de número 02.

Quadro 02: Descritores utilizados nas primeira e segunda fases das buscas no banco de dados BDTD, teve como parâmetro a “busca avançada” e “operadores de busca” (Booleanos)

I. Direitos humanos” (infanto-juvenil);	X. Práticas sociais;
II. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA);	XI. Processos educativos;
III. Multiculturalismo;	XII. Bloco EURECA;
IV. Educação em Direitos Humanos (para os Direitos Humanos);	XIII. Carnaval e Samba (infanto-juvenil/de crianças e adolescentes);
V. Educação Popular;	XIV. Bloco de Carnaval (infanto-juvenil/de crianças e adolescentes);
VI. Participação social (Infanto-juvenil);	XV. Carnaval – Bloco de Carnaval
VII. Movimento Social (Infanto-Juvenil/de crianças e adolescentes; e/ou Movimento de Crianças e adolescente);	XVI. Cultura Popular (Infanto-Juvenil/de Crianças e Adolescentes);
VIII. Protagonismo (Infanto-juvenil e/ou de crianças e adolescentes);	XVII. Educação Musical (de crianças e adolescentes);
IX. Cidadania (Infanto-juvenil/ de crianças e adolescentes);	XVIII. Percussão Popular (infanto juvenil/de crianças e adolescentes).

Fonte: Baseada nos títulos e nas letras dos sambas-enredo do Bloco EURECA. Elaborada pelo autor.

A ordem sequencial em que os descritores aparecem na estrutura da tabela 02 não têm, como intencionalidade, a hierarquização, ou seja, uma ordenação de importância das temáticas e dos conceitos que perpassam a elaboração e construção dos sambas-enredo, mas de suas simbologias e significações no contexto político, social, cultural e musical da Rede EURECA. A busca no banco de dados foi realizada entre os meses de março de 2020 e janeiro de 2021. O período alargado concernente ao recorte temporal que compreende o levantamento bibliográfico dialoga intrinsicamente com a própria dinâmica do Bloco EURECA e a organização de sua atividade/ação, tendo em vista, que vai se ampliando e “assume ainda uma dimensão pedagógica: a perspectiva decorrente de sua relação com aprendizagem”, constituído e embasado na metodologia do trabalho científico, conforme possível observar que “não se trata de se apropriar e de armazenar produtos, mas de apreender processos (SEVERINO, 2016, p. 27).

Com base na perspectiva da estruturação da atividade/ação do Bloco EURECA, a parte inicial da tabela 2, representada pela sequência numérica em algarismos romanos, do I (um) ao IX (nove), compreende o paradigma dos direitos humanos e garantia dos direitos fundamentais da pessoa humana, fio condutor que legitima a criação e atuação do EURECA desde o início da década de 1990. Na parte posterior da tabela 2, a sequência numérica em algarismos romanos, do X (dez) ao XVIII (dezoito), tem, como pressuposto, o contexto sociocultural presente nessa atividade/ação.

Entretanto, cabe ressaltar que essa conjuntura se constrói em diálogo com as manifestações culturais do carnaval e samba, bem como com a educação musical em articulação entre a representação teórica e a perspectiva de intervenção prática do cotidiano, tanto no âmbito da vida individual quanto no espaço da vida coletiva, assumindo, assim, o conceito de educação popular, utilizado, geralmente, para se referir à educação que acontece nos espaços externos a educação escolarizada e familiar.

3.6 Sistematização do levantamento bibliométrico e bibliográfico

Conforme descrito em seções anteriores, o que se pretende analisar nessa pesquisa é a atividade/ação do bloco carnavalesco denominado EURECA – Eu Reconheço o Estatuto da Criança e do Adolescente – a partir dos conceitos de cidadania e dos direitos humanos infanto-juvenis. Nesse sentido, o processo metodológico adotado para organizar as inserções no campo de pesquisa tem como base o levantamento bibliográfico, sobretudo, na construção e assimilação dos conceitos teóricos e críticos que se configuram como primordiais na pesquisa, tais como, cidadania infanto-juvenil; processos educativos infanto-juvenil; direitos humanos infanto-juvenil; educação popular infanto-juvenil; carnaval e samba infanto-juvenil; bloco de carnaval infanto-juvenil; percussão popular infanto-juvenil; o protagonismo infanto-juvenil; infâncias e adolescências, entre outros.

Para tanto, o levantamento dos descritores que perpassam o contexto sócio-histórico do estudo tem, como prerrogativa, a coleta de dados em documentos primários, letras dos sambas-enredo, observando a correlação simbólica entre a atividade/ação do Bloco EURECA e a formação para cidadania, bem como a defesa dos direitos humanos infanto-juvenis. Nesse sentido, buscou-se mensurar a produção de teses e dissertações no acervo da Biblioteca Digital

Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)¹⁷, utilizando-se de conceitos da pesquisa bibliométrica que

possibilita a observação do estado da ciência e tecnologia por meio de toda a produção científica registrada em um banco de dados [...] e permite situar um país em relação ao mundo, uma instituição em relação um país, e cientistas individuais em relação as próprias comunidades científicas [...] a bibliometria pode auxiliar na identificação de tendências de crescimento do conhecimento em determinada disciplina, dispersão e obsolescência de campos científicos, autores e instituições mais produtivas, e periódicos mais utilizados na divulgação de pesquisas em determinada área do conhecimento” (SOARES et al, 2016).

A Tabela 03 apresenta a produção de teses e dissertações das instituições de ensino superior cadastradas na BDTD, considerando os descritores selecionados na fase inicial. O levantamento não objetivou analisar aspectos quantitativos, localização geográfica dos trabalhos, financiamentos ou não das agências de fomento à pesquisa, entre outros, mas compreender como as temáticas trazidas nos temas dos sambas-enredo do EURECA foram trabalhadas nas teses e dissertações, considerando o recorte temporal da pesquisa, que compreende o ano de promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e os 30 anos da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança (2019).

Nesse caso, buscou-se observar os aspectos que tratam das mudanças do cenário no campo jurídico brasileiro em relação a concepção, proteção e garantia de direitos a essa faixa etária da população, denominada infanto-juvenil. Ao mesmo tempo, buscou-se contribuir para ampliar a compreensão do processo de elaboração, incorporação e absorção das principais diretrizes que organizam e orientam a atuação frente às garantias de direitos de crianças, adolescentes e jovens, a partir da mudança de paradigma na legislação.

Para fundamentar a escolha metodológica desse banco de dados em específico, tomou-se como pressuposto sua catalogação, demarcada por teses e dissertações, em sua maioria, oriundas das universidades públicas federais e estaduais e que, portanto, representam pesquisas que se constituem de um processo denso, considerando o tempo para elaboração, desenvolvimento e conclusão. Nesse sentido, também estão atravessadas por etapas e fases mais complexas, sobretudo, no caso das teses, que possibilitam um maior aprofundamento na temática, de forma a torná-la uma produção científica mais robusta no nível da pós-graduação, conforme observa Lopes, Monteiro e Mill (2014).

¹⁷ A Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) foi concebida e é mantida pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) no âmbito do Programa da Biblioteca Digital Brasileira (BDB), com apoio da Financiadora de Estudos e Pesquisas (FINEP), tendo o seu lançamento oficial no final do ano de 2002. Entretanto, abriga trabalhos com datas anteriores ao seu lançamento e funcionamento. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/Content/history>. Acesso em jan. de 2021.

Para elaboração e organização da tabela 01 considerou-se a ordem alfabética e a totalidade de trabalhos catalogados no banco de dados da BDTD, bem como sua distribuição nas categorias dissertações e teses. A escolha dos descritores estão fundamentadas nos títulos dos sambas-enredo produzidos entre 1992 e 2019. Aqui consideramos os sambas-enredo como documento primário, tendo em vista a metodologia adotada nas formações da atividade/ação do EURECA, cujo produto principal é a letra do samba-enredo. O recorte de data corresponde ao período de 1990 até 2019, tomando como base o primeiro samba do Bloco EURECA, no chamamento à população para o reconhecimento dos direitos infanto-juvenis e os trinta anos de comemoração da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança (CIDC), comemorado em 2019.

Os critérios de seleção dos trabalhos encontrados levaram em consideração o título do trabalho, o principal assunto e o programa no qual foi produzido, priorizando aqueles produzidos na área da educação.

Tabela 01 - Representa o número de descritores levantados, com base nos títulos e letras dos sambas-enredo do Bloco EURECA, considerando o aspecto da categoria universal, de cada um e com o recorte temporal entre 1990-2019.

Descritores	Nº de Dissertações	Nº de Teses	Nº Total de Trabalhos
Bloco de Carnaval	10	0	10
Carnaval e samba	2	2	4
Cidadania	5.998	1.683	7.681
Cultura Popular	1.052	401	1.453
Direitos Humanos	3.491	1.025	4.518
Educação em Direitos Humanos	176	22	198
Educação Musical	640	192	832
Educação Musical Popular	1	0	1
Educação para os Direitos Humanos	81	10	91
Educação Popular	633	249	882
Movimento Social	625	249	874
Multiculturalismo	704	311	1.015
Participação Social	1.323	422	1.745
Práticas Sociais	1.729	800	2.539
Percussão Popular	0	2	2
Processos Educativos	1.686	607	2.293
Protagonismo	4.270	1.749	6.042

Fonte: Elaborada pelo autor, a partir de informações do Banco de dados da BDTD.

Quando se trabalham os elementos que fundamentam o referencial teórico, a partir do levantamento bibliográfico e documental, “o trabalho de pesquisa deverá dar conta dos elementos necessários para o desenvolvimento do raciocínio demonstrativo, recorrendo assim a um volume de fontes suficiente para cumprir essa tarefa” (SEVERINO, 2013, p. 143). Nesse sentido, partimos da fonte primária do Bloco EURECA, que são as letras dos seus próprios sambas-enredo. Portanto o descritor cidadania tem sua sustentação e justificação na letra do

samba-enredo, tema do primeiro desfile do bloco, no Carnaval de 1992. Intitulado de “EURECA - Eu Reconheço o Estatuto da Criança e do Adolescente”, a temática que se projeta nas três estrofes livres, sem um rigor métrico, dialoga com o Artigo 227 da Constituição Federativa do Brasil - CF (1988), bem como o Artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (1990).

A temática parte do anseio de divulgar para a população geral a mudança de paradigma na legislação brasileira para a área da infância, adolescência e juventude, conforme explicitado no final da última estrofe do samba-enredo que embalou a ocupação dos espaços públicos no primeiro desfile do EURECA – nas ruas, avenidas e praças – de São Bernardo do Campo/SP. Os integrantes do bloco dialogam com a comunidade no seu entorno, ao fazer um chamamento ao compromisso de assumir coletivamente a concepção de emancipação, cidadania e direitos humanos infanto-juvenis contida no ECA, ao dizer: “Então nosso Bloco assim se move/8.069 é a lei pra se cumprir/Ôôhh, EURECA [...]” (FERNANDES, 2016, p. 99-100).

No âmbito da população infanto-juvenil, a letra do samba-enredo aponta que, no escopo da legislação, a partir desses dois eventos, a responsabilização com a proteção e provisão desse grupo etário se amplia e compreende desde o seio familiar ao espaço comunitário, todo conjunto da sociedade e, especialmente, o poder público a fim de assegurar uma proteção integral, observando o aspecto da urgência, amparado no conceito de prioridade absoluta.

Ao ocupar e cantar os seus direitos, pela primeira vez, nas vias centrais da cidade de São Bernardo do Campo, localizada na região do ABCDMRR, ao leste da capital paulista, o bloco carnavalesco infanto-juvenil que, nesse contexto tem, em sua composição, majoritariamente, a presença de meninos e meninas em situação de rua, apresenta para a sociedade, de forma mais alargada, a subjetividade dos direitos fundamentais contidos no novo ordenamento jurídico do Brasil após promulgação da nova Carta Magna e das leis infraconstitucionais, a exemplo do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990).

Portanto, se faz necessário que, para além do conceito de prioridade absoluta e do discurso jurídico, tanto o poder público quanto a sociedade, por meio das suas instituições, desenvolvam estratégias para efetivamente garantir “o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (BRASIL, 1988; 1990).

Cabe ressaltar que a crítica contida na letra do samba-enredo “EURECA: Comemorando a Conquista do ECA. Eu Reconheço o Estatuto da Criança e do Adolescente (1992)”, ao comparar o expresso na lei e o vivido no cotidiano, conclama a sociedade a atentar-se que, mesmo diante da mudança de paradigma na gramática dos direitos humanos e de cidadania infanto-juvenil, o que de fato persiste é a situação de ambiguidade entre o processo de exploração experienciado por crianças, adolescentes e jovens em situação de rua e o expresso na lei.

Eu quero ter, o direito a escola
E não ter que cheirar cola, por não
ter o que comer.
Ter saúde, um emprego e liberdade
Comer a dignidade, ter cultura e
lazer
Olha, que a tua situação, o direito no
papel e na rua exploração
Se eu estou com direito assegurado
Só preciso ser tratado como qualquer
cidadão (Bis)
(EURECA, 1992).

Partindo desse pressuposto, não é considerando o entendimento e o reconhecimento da cidadania desse grupo etário que, a partir da mudança, passa a ser legitimado como sujeito de direitos, deixando a condição de situação irregular frente à legislação em vigor, que esse grupo passará a usufruir da mesma garantia de direitos destinada a qualquer cidadão independente do contexto (FERNANDES, 2016). A discussão do conceito de cidadania não se limita ao primeiro samba-enredo do Bloco EURECA, mas perpassa todo percurso longitudinal da atividade/ação e seu desenvolvimento ao longo das três décadas de atuação.

O bloco de carnaval, na concepção de Lopes e Simas (2021), “é um grupo indistinto de pessoas; assim como o rancho é um grupo de pessoas em marcha [...] foram passando, ao longo da década de 1920, da condição de grupos anárquicos de foliões para grupamentos organizados e trajados de modo uniforme” (p. 41). Enquanto o carnaval é definido como “período de festivais ou festas profanas de origem religiosa, registrado em diversas culturas arcaicas, inclusive africanas. No Brasil, originário do calendário católico, manifesta-se em duplo aspecto: dionísíaco (folia) e apolíneo (espetáculo)” (LOPES; SIMAS, 2021, pp. 54-55).

Historicamente, desde o período colonial, a origem e a etimologia do conceito sobre o significado do samba perpassam por diversas interpretações desse ritmo, danças e cânticos como movimentos insurgentes e “estruturados pelas ruas, praças ou terreiros a espaços negro-africanos e peninsulares europeus (TINHORÃO, 1998, p. 89), e, nesse caso, especialmente interpretações com bases nas raízes nas tradições dos povos bantos, habitantes da região onde se localiza geograficamente a atual Angola no continente africano.

Na literatura brasileira sobre a temática, é possível perceber que o movimento de urbanização do país até primeira metade do século XX era majoritariamente rural. Para melhor analisar os contextos apontados nos estudos e definições relacionados ao processo de urbanização, ou seja, a transição do espaço rural para o espaço urbano do país, no decorrer do

século XX, bem como sua influência nas manifestações culturais, tanto no âmbito da dança quanto música é necessário compreender que:

Nas zonas urbanas, o contato com danças de salão e estilos musicais de origem europeia se encarregaria de promover fusões e assimilações posteriores, dando origem a um gênero afro-brasileiro de música e dança que herdou a característica umbigada dos batuques angolanos, combina com o estalar dos dedos, os braços elevados e as mãos na cintura típicos de bailados ibéricos, como o fandango espanhol. Era o Lundu, o avô do samba (NETO, 2017, p. 39).

Com base nesse fragmento, do texto de Neto (2017), e sem a intenção de cometer um anacronismo histórico, pode-se perceber que o espaço geográfico onde se localiza o Projeto Meninos e Meninas de Rua se configura como região marcada pela forte migração de trabalhadores, que, na perspectiva de preencher os postos de trabalho nas fábricas multinacionais e garantir os direitos fundamentais de seus descendentes, como o acesso a alimentação, educação e habitação, entre outros, deixaram o interior do país, no último quarto do século XX, para ocupar os espaços urbanos do consórcio de cidades que formam a região do ABCDMRR.

A cidade de São Bernardo do Campo se destaca como principal polo da região, tendo em vista a instalação de fábricas com foco na produção de veículos. As demais cidades que compõem esse consórcio se organizam como polos de mão-de-obra intrinsecamente ligada às atividades fabris, com a instalação de pequenas fábricas para o desenvolvimento de componentes e peças para os veículos produzidos nas grandes fábricas, serviços destinados a demanda gerada por esses trabalhadores que agora ocupam o chão das fábricas, bem como uma extensão territorial urbana periféricamente localizada no entorno desse polo industrial que acomoda esses trabalhadores.

Esse modelo de desenvolvimento que se estabelece na região do ABCDMRR tem, por um lado, a ampliação na oferta de emprego, sobretudo, para mão-de-obra especializada. Porém, se apresenta como um dos principais mecanismos no processo de marginalização e exclusão de grupos sociais que não conseguem se adequar aos padrões pré-determinados por essa nova configuração social, tendo em vista que, ao migrar dos seus territórios de origem, trazem consigo uma diversidade cultural. Nesse sentido, o tema que permeia o samba-enredo do Bloco EURECA, intitulado “Pela diversidade, respeito e igualdade”, que dita o ritmo na ocupação das ruas no desfile carnavalesco de 2018, retrata esse contexto vivido no cotidiano dessa população, carregada de representações trazidas de outros espaços e modos de vida (EURECA, 2018).

EURECA: “Lutando pela diversidade, respeito e igualdade”

Letra coletiva.

Diversidade, respeito e igualdade

É o tema que o EURECA na avenida vem cantar

Pela mobilização e unidade popular
 Quando meu bloco chegar
 vem meu povo cantar liberdade expressar
 Seu julgamento para mim não é sentença
 Eu exalto o valor do meu gênero e cor
 Me ensinaram que esse estado é de direito
 Sendo assim eu não lhe peço
 Eu exijo seu respeito!

Refrão

Brasil terra da diversidade, das cores do sincretismo
 E de quem mais quiser somar
 O próprio samba é o retrato da mistura
 Da perifa, da cultura, do terreiro e do altar
 A violência a quem ama diferente fere e mata muita gente
 Isso tem que acabar
 Não tem remédio para o que não é doença
 E viva a diversidade Bloco Eureca vem cantar (EURECA, 2018).

Tal entendimento é traduzido no refrão do samba-enredo que possibilita ampliar as próprias concepções e as categorias resultantes desses processos que se desenvolvem nas representações culturais brasileiras, considerando suas especificidades, quando, de forma simbólica, reflete sobre os elementos que compõem essa construção social, ao cantar o “Brasil terra da diversidade, das cores do sincretismo”, permeada de protagonismo em que “o próprio samba é o retrato da mistura”, com significações e ressignificações construídas a partir “da perifa, da cultura, do terreiro e do altar”. É com base nessa problematização, fundamentada na relação horizontal dos sujeitos característicos da organização urbana, que os tambores exaltam a diversidade cantada pelo Bloco EURECA na ocupação das vias e de outros espaços públicos da cidade de São Bernardo do Campo (EURECA, 2018).

A continuidade dessa propositura de subsidiar as buscas no banco de dados, a partir da interlocução entre as palavras bloco de carnaval, carnaval e samba, bem como cultura popular, surge com a análise das próprias letras dos sambas-enredo do EURECA e da decorrência delas. O material produzido nessa dinâmica é entendido como fonte primária na compreensão e contribuição no processo de desenvolvimento investigativo desta tese. É importante salientar que as concepções presentes na metodologia do trabalho científico e suas fases auxiliam e tencionam no sentido de maturação da pesquisa, considerando que “há o momento da invenção, da intuição, da descoberta, da formulação de hipóteses, fase de eminente lógica em que o pensamento é provocador, o espírito é atuante; logo após parta-se para pesquisa positiva” (Severino, 2013, p. 142). E pode desenvolver-se em diferentes âmbitos que perpassam a organização no contexto da experimentação no aspecto bibliográfico e/ou na própria ordenação do trabalho de campo.

Então, os diferentes textos produzidos em diversos contextos auxiliam na elaboração textual dos trabalhos, seja nas instituições acadêmicas ou em outros espaços de produção do conhecimento. Severino (2013) observa esse aspecto ao definir que é preciso perceber a articulação existente entre as temáticas que indicam as particularidades em que se constituem, bem como as áreas do conhecimento às quais estão relacionadas.

Nessa perspectiva, os descritores direitos humanos, educação em direitos humanos, educação para os direitos humanos, movimento social, educação popular, multiculturalismo e participação social, presentes nas letras dos sambas-enredo do Bloco EURECA, assumem de forma inevitável suas próprias características, particularidades e as referências da temática incumbida de delinear o estudo, por isso, é oportuno salientar que,

possuir um bom conjunto de questões de pesquisa vai ajudar a definir as futuras decisões na realização de seu estudo, tais como o desenvolvimento de instrumentos de campo e outros de coleta de dados, assim como definir o nicho de seu estudo prospectivo na literatura mais ampla [...] a de iniciação de seu estudo, portanto, marca seus esforços iniciais para identificar e registrar o que posteriormente será descrito como suas lentes de pesquisa (Yin, 2016, p. 61).

De forma incisiva, os elementos que permeiam as temáticas dos sambas-enredo do Bloco Eureka, a exemplo das letras que ganharam a avenida nos anos de 2006 e 2012, se organizam a partir do fio condutor dos direitos humanos e pela compreensão dos princípios basilares que compõem a gramática dos direitos humanos e da educação em direitos humanos. Ao ocupar as vias e outros espaços públicos em 2006, com o samba-enredo intitulado “Direitos Humanos: contra o abuso e a exploração sexual”, o bloco instiga a sociedade, tanto no âmbito local quanto global, a discorrer sobre uma das tipologias que classifica a violência contra crianças, adolescentes e jovens, ao perpassar pela questão do físico, do psicológico e da sexualidade.

Vamos lembrar e combater, porque esquecer é permitir
 E ter orgulho desse meu país
 Ó, seu doutor, não me leve a mal, Direito Humano dá Carnaval
 Diga não à exploração sexual.
 Aqui estamos nós de volta à Marechal
 Eureka 15 anos na luta social
 Para dizer além, além do Carnaval
 Que esquecer é permitir
 Lembrar é combater
 Isso é que é legal.
 Eu vou fazer um corre, mamãe
 Eu vou me levantar
 Vou junto com o Eureka protestar.
 Refrão
 Adolescentes e crianças nesta animação
 Contra o abuso e a exploração (Bis)
 Ter saúde, ter escola
 Um parquinho para brincar
 Ter respeito todo dia

Um cantinho para morar
O Eureka planta história
Para a criança cultivar
Flores no jardim desse Brasil (EURECA, 2006)

Em razão da comemoração dos 15 anos do EURECA, a primeira estrofe desse sambareredo, inicia-se com o chamamento para a necessidade de revisitar os documentos institucionais e os marcos conceituais que embasam a garantia de direitos no enfrentamento das violências contra crianças, adolescentes e jovens. As frases “Ó, seu doutor, não me leve a mal, Direito Humano dá Carnaval” seguida da invocação “Diga não à exploração sexual” (FERNANDES, 2016, p.105), partem dessa perspectiva que sai de uma categoria geral para delinear um caminho em direção a outras categorias e conceitos mais específicos que dialoguem com aspectos da participação social e o protagonismo dessa faixa etária da população.

Vale destacar que, ao fazer uma introdução aos conceitos que definem os descritores aqui trabalhados, tem-se, por finalidade, enfatizar a correlação entre as ideias principais que permeiam a atividade/ação do Bloco Eureka e a contribuição de cada descritor para o refinamento da pesquisa e do levantamento bibliográfico, reputando-se que “a bibliografia como técnica tem por objetivo a descrição e a classificação dos livros e documentos similares, segundo critérios, tais como autor, gênero literário, conteúdo temático, data etc.” (Severino, 2016, p.144). Nesse sentido, Santos (2013) salienta que é preciso compreender como se sustenta o conceito ideológico que fundamenta o multiculturalismo e contrapor-se a essa visão buscando o intercâmbio com diferentes culturas, por meio da reciprocidade e do respeito mútuo, características que definem a interculturalidade.

Para exemplificar o descritor movimento social, tomamos, como fundamentação, o pensamento de Boaventura de Sousa Santos (2013) sobre a gramática dos direitos humanos e sua perspectiva postulada da hegemonia do Norte global e o modo como reverbera no processo de luta contra hegemônica protagonizado pelos “movimentos de resistência contra a opressão, marginalização e exclusão que tem vindo a emergir nas últimas décadas e cujas bases ideológicas pouco ou nada tem a ver com as referências culturais e políticas ocidentais dominantes ao longo do século XX” (Santos, 2013, p. 55). Nesse caso, para ampliarmos o entendimento imbuído na crítica do autor a respeito do conceito de multiculturalismo, dialogaremos com as definições expressas no dicionário freiriano.

As definições sobre o papel da educação popular e sua contribuição para compreensão ampliada dos aspectos implícitos nos conceitos de multicultural e intercultural, na ótica freiriana, circunscreve a partir da compreensão e interlocução existente no mesmo elo que

perpetua a subjugação dos oprimidos frente à “invasão cultural”, ao “silenciamento” da sua palavra e a constante “desumanização”, o que os impede de concretizar a sua “vocação ontológica” na direção de “ser mais” e de sua “humanização” (Streck; Redin; Zitkoski, 2019, p. 171).

Portanto, ao analisar a letra do samba-enredo, cantada no desfile do Bloco EURECA, em 2012, com a temática sobre a questão manicomial, é possível perceber que o posicionamento “Contra a Internação Compulsória – Pelo Direito Humano de Escolher” apresenta-se como mediador do processo para construir o debate sobre essa subjugação e, portanto, traduz como necessário o processo decisório como uma prática dos direitos humanos, que se estruturam na interlocução do não silenciamento e da humanização (Fernandes, 2016, p. 108-109).

Apoiando-se em Yin (2016, p. 68), ao dizer que “uma vez que não há uma tipologia clara dos modelos, todo estudo qualitativo tende a variar em seu delineamento, e ter diversas opções disponíveis permite que você possa personalizar seu delineamento como considerar adequado”, o descritor protagonismo/protagonismo infanto-juvenil assume o papel de subsidiar o delineamento da revisão bibliográfica da literatura sobre a temática, especialmente e sobretudo, fundamentada nas contribuições de Antônio Carlos Gomes da Costa¹⁸, ao defender que a ação protagonica de crianças, adolescentes e jovens constitui-se como fator importante “para o desenvolvimento do senso de identidade, da autoestima, do autoconceito, da autoconfiança, da visão do futuro, do nível de operação vital, do projeto e do sentido da vida, da autodeterminação, da autorrealização e da busca de plenitude humana” (Costa, 2000, p. 21).

O refinamento da pesquisa bibliográfica se constitui a partir de inquietações sobre como esses processos se estruturam nos espaços educativos que se configuram para além da educação familiar e escolarizada. Isso posto, os descritores educação musical, práticas sociais e processos educativos, no contexto do Bloco EURECA e da pesquisa, contribuíram para ampliar o entendimento da aplicabilidade



EURECA 2016

¹⁸ É considerado o expoente do termo “protagonismo juvenil”. Para o autor o protagonismo é representado em diferentes formas de atuação do adolescente e jovem na construção de sua autonomia, a partir da corresponsabilidade e participação ativa nas decisões sociais. Natural do Estado de Minas Gerais, iniciou sua carreira na educação lecionando para estudantes do supletivo, trabalhou na Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor (FEBEM) do estado de Minas Gerais, e atuou em organismos internacionais como UNICEF, OIT e OEA (COSTA, 2000).

desses conceitos na atividade/ação do bloco e como essa aplicabilidade se realiza. Esses conceitos estão fundamentados em uma educação humanizadora que prioriza o diálogo, a autonomia e o protagonismo decorrente das interações dos seus participantes na criação e construção coletiva do seu repertório musical advindo dos processos e práticas de reflexão sobre as especificidades que circundam o seu cotidiano, suas relações, seu lugar na vida social e nos territórios que ocupam.

A letra do samba-enredo que cadenciou a marcha carnavalesca do Bloco EURECA no ano de 2010 não só se apresenta com disponibilidade para ampliar esse debate teórico e conceitual apresentados por Costa (2000), mas se coloca como facilitador desse processo na constituição da autonomia de crianças, adolescentes e jovens, participantes da atividade/ação que acontece na dinâmica do bloco carnavalesco infanto-juvenil.

A exposição desse samba-enredo na avenida teve, como intuito, se anunciar para a sociedade a partir do reconhecimento de sua identidade retratada no batuque e no gingado próprios do samba. Na sequência, os participantes do EURECA apresentavam mecanismos para “vencer a violência”, salientando que sua condição de “criança e adolescente” não interfere no exercício do protagonismo e na perspectiva de ser “comunidade organizada”. Sendo assim, a avenida é o espaço para que se cante a paz e o amor de forma alegre e lúdica, sem, contudo, esquecer a dor provocada a esse grupo etário, fruto do trânsito entre a visibilidade no desfile do bloco e a invisibilidade do cotidiano nesse mesmo espaço público (FERNANDES, 2016, p. 107-108). A participação na atividade/ação do bloco ratifica que esse protagonismo

EURECA 25 ANOS: “Contra a invisibilidade que nos fere, pela visibilidade que nos fortalece”. Letra coletiva.

Comissão de samba enredo

ALUSIO:

O EURECA, o EURECA vem aí

Para as estruturas do ESTADO sacudirem

Não ser visível, é o que nos enfraquece

Bloco EURECA o ESTATUTO fortalece

ENREDO:

Finge não ver

Mais tô aqui. 2X (Refrão)

Mais uma vez com o meu bloco a sacudir

EURECA 25 anos

Trazendo a pauta pro meu povo discutir

E nesse ponto

Foi num encontro em Brasília

De meninos e meninas

Que o estado esqueceu

Como resposta ocupamos o congresso

Pra ter voz, vez e acesso o estatuto então nasceu

Em São Bernardo um movimento se formava

De argumento se armava

Em busca do ideal

Nenhum direito a menos

Nosso estatuto agora entrou no carnaval. 2x

Nenhum direito a menos

Nosso estatuto agora entrou no carnaval

Finge não ver

Mais to aqui

Mais uma vez com o meu bloco a sacudir 2X (Refrão)

EURECA 25 anos

Trazendo a pauta pro meu povo discutir

Acorda que esse filho é teu

Contra a internação compulsória

Estado, se não protege mata.

Criança é prioridade nessa história

Diadema, Campinas, São Vicente, Guarulhos,

Sapopemba, São Bernardo

Sai na frente pelos direitos

Da criança e adolescente

Se você se identifica

Fortalece, vem com a gente.

(EURECA, 2016)

seja a expressão da verdade desses sujeitos de direitos invisibilizados.

Partindo do aspecto universal, a contextualização nas tabelas 02 e 03 tem, como representação, categorias que se estruturam nas concepções de crianças, adolescentes e jovens delineadas nas legislações de âmbito local e global. No que se refere à categoria criança e adolescente, o embasamento teórico adota a perspectiva da Convenção Internacional Sobre os Direitos da Criança - CIDC (1989) e do Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA (1990) que, em termos legais no campo jurídico, compreende como criança a pessoa com idade de zero a 12 incompletos e adolescente como a pessoa com idade que vai dos 12 aos 18 anos incompletos. A categoria infanto-juvenil parte da leitura e análise do Estatuto da Juventude (2013) ao considerar jovens pessoas com idade entre 15 e 29 anos de idade.

Ao acrescentar as categorias criança e adolescente e infanto-juvenil aos descritores iniciais, com âmbito universal, o recorte etário se justifica e sustenta-se com o estabelecimento dos marcos legais, e a partir deles, bem como da confluência existente no sistema de garantia de direitos para essa faixa etária da população.

Cabe ressaltar que, quando observamos o número total de teses e dissertações que compõem a tabela 4, e considerando o recorte temporal que se estende entre os anos de 1990 até os anos de 2019, compreende-se, no primeiro caso, a referência ao ano da promulgação do ECA e, no segundo caso, o ano 2019, a comemoração dos 30 anos da CIDC. Os 12 descritores, acrescidos do sufixo “de criança e adolescente”, contabilizam cerca de 725 trabalhos inseridos no banco de dados da BDTD a partir dos repositórios das próprias instituições de ensino superior (IES).

Tabela 02 - Representa o número de descritores levantados, com base nos títulos e letras dos sambas-enredos do Bloco EURECA, considerando o aspecto da categoria Criança e Adolescente, com o recorte temporal entre 1990-2019.

Descritores	Nº de Dissertações	Nº de Teses	Nº Total de Trabalhos
Direitos Humanos de Crianças e Adolescente	16	3	19
Bloco de Carnaval de Crianças e Adolescente	0	0	0
Carnaval e Samba de Crianças e Adolescente	0	0	0
Cidadania de Crianças e Adolescentes	9	2	11
Cultura Popular de Crianças e Adolescente	0	0	0
Educação Musical de Crianças e Adolescente	1	0	1
Educação Popular de Crianças e Adolescente	2	1	3
Estatuto da Crianças e Adolescente	565	122	687
Movimento de Crianças e Adolescente	2	0	2
Percussão Popular de Crianças e Adolescente	0	0	0
Processos Educativos de Crianças e Adolescente	2	0	2

Fonte: Com base nas informações do Banco de dados da BDTD. Elaborada pelo autor

Os descritores que compõem a tabela 03 receberam o sufixo de “infanto-juvenil” para continuidade ao levantamento bibliográfico. Ao comparar cada um dos descritores que receberam o sufixo relacionados à área da infância com o descritor universal, percebe-se que há um distanciamento entre o quantitativo produzido sem observar o recorte para o campo específico. Para o descritor cidadania infanto-juvenil, encontramos apenas uma tese e três dissertações produzidas dentro do recorte temporal, enquanto para o descritor processos educativos infanto-juvenil, o quantitativo é de uma dissertação. Para os demais descritores apresentados, não foi possível localizar trabalhos referentes à temática, no banco de dados pesquisado.

Tabela 03 - Representa o número de descritores levantados, com base nos títulos e letras dos sambas-enredos do Bloco EURECA, considerando o aspecto da categoria infanto-juvenil com o recorte temporal entre 1990-2019.

Descritores	Nº de Dissertações	Nº de Teses	Nº Total de Trabalhos
Cidadania Infanto-Juvenil	3	1	4
Bloco de Carnaval Infanto-Juvenil	0	0	0
Carnaval e Samba Infanto-Juvenil	0	0	0
Direitos Humanos Infanto-Juvenil	0	0	0
Educação popular Infanto-Juvenil	10	5	15
Percussão Popular Infanto-Juvenil	0	0	0
Processos Educativos Infanto-Juvenil	1	0	1

Fonte: Com base nas informações do Banco de dados da BDTD. Elaborada pelo autor.

3.7 Instrumento de coleta de dados

A definição e escolha do instrumento de coleta de dados, nesta pesquisa fundamenta-se em Yin (2016), especialmente, quando discorre sobre o debate que envolve os métodos de coleta de dados. O autor apresenta um preâmbulo de atividades que são desenvolvidas no campo de pesquisa, sobretudo, quando se trata de uma pesquisa qualitativa. Entretanto, ao falar de entrevistas, observação, coleta e exame, destacando também o sentimento, alerta quanto entendimento sobre esses instrumentos que, se analisados superficialmente, caracterizam-se com instrumentos não detentores do rigor que uma pesquisa requer.

Dialogando com os preâmbulos aqui expostos por Yin (2016) e com os objetivos deste projeto de pesquisa, adotaremos os quatro tipos de atividades que envolvem a coleta de dados, por entendermos que trarão uma relevante contribuição para a compreensão do global, sem



EURECA 1994

esquecer das particularidades. Os detalhes expostos na tabela que se segue ilustram esse contexto.

Quadro 03: Métodos de coleta de dados em pesquisa qualitativa

Métodos de coleta de dados e tipos de dados para pesquisa qualitativa		
Métodos de Coleta de dados	Tipos de dados ilustrativos	Exemplos de dados específicos
Entrevistas e conversas	Linguagem (verbal e corporal)	A explicação de outra pessoa para algum comportamento ou ação, uma recordação.
Observação	Gestos das pessoas; interações sociais; ações; cenas e ambientes físicos.	Quantidade e natureza da coordenação entre duas pessoas; organizações espaciais.
Coleta	Conteúdo: documentos pessoais, outros materiais impressos, elementos gráficos, registros, arquivos e artefatos físicos.	Títulos, textos, datas e cronologias; outras palavras escritas; entradas em um registro arquivado.
Sentimentos	Sensações	Frio ou calor de um lugar; tempo percebido; interpretação do conforto ou desconforto de outras pessoas.

Fonte: Yin (2016, p. 118).

As anotações de campo subsidiam a base do banco de dados de um estudo ou pesquisa e partem da perspectiva de que o método de coleta tem, como intuito, apoiar o pesquisador na construção desses dados coletados no campo de pesquisa. Assim pôr em prática o uso do diário de campo como ferramenta para anotações dos acontecimentos no campo observado possui sentido e importância para o entendimento do seu aspecto dialógico no aproveitamento metodológico ao possibilitar que o pesquisador capture nuances presentes no espaço pesquisado (Costa, 2014). A exemplo do recorte do diário de campo que se segue

Com a ocupação do espaço do Projeto Meninos e Meninas de Rua, desde o dia 15/10/2021, pelos coordenadores do projeto, militantes de movimentos sociais, representantes de organizações sociais, de partidos políticos, jovens e adultos que participam, desde crianças, das atividades e do projeto e, principalmente das atividades/ações do Bloco Eureka, uma série de atividades culturais e rodas de conversa estão em andamento. As rodas de conversa e a programação cultural, possibilitaram a participação de diversos grupos e entidades, no ato de resistência à ordem de despejo, emitida pela administração municipal. Nesse sentido, retornei à cidade de São Bernardo do Campo/SP, em solidariedade aos/as ocupantes da sede do projeto, que já estavam a quase oito dias acampados nas dependências do espaço (RDC X, 21 e 22/10/2021, p. 22).

Para empreender um trabalho excessivamente complexo, torna-se necessária a observação de algumas categorias para incluí-las nas anotações e registros, entre elas, “as

características de cada pessoa, incluindo sua vestimenta, gestos e comportamento não verbal; as interações entre as pessoas; as “ações” que estão ocorrendo, humanas ou mecânicas; e as circunstâncias físicas, incluindo sinais visuais e sonoros” (Yin, 2016, p. 129), conforme destaca o autor ao falar da decisão do pesquisador na tarefa de observar.

Portanto, ao evidenciar que “os aspectos descritivos das notas de campo englobam as seguintes áreas”, 1. retratos dos sujeitos, 2. reconstrução do diálogo, 3. descrição do espaço físico, 4. relatos de acontecimentos particulares, 5. descrição de atividades e o sexto ponto que se refere ao comportamento do observador (Bogdan; Biklen, 1994, pp.163-164), chama-se a atenção para a natureza da coleta de dados por meio das anotações em diário de campo, sobretudo, por se tratar de um instrumento de coleta com um processo de elaboração marcado por uma série de conflitos e disputas sobre o que documentar ou não entre o excesso de informações ou a insuficiência delas.

Partindo dessa premissa, Bosi (2003) nos alerta a respeito da percepção sobre aquilo que nos parece obstáculo ou impedimento no percurso de registros no diário de campo, que carrega, em sua essência, uma produção de conteúdo mais passível de ser entendido pelos estudiosos, seja de forma de descrição ou reflexão. É preciso ressaltar que, do ponto de vista das inserções na atividade/ação do Bloco EURECA, o sentimento de responsabilidade ao captar, da dinâmica do espaço observado, as nuances que se revelavam na forma de falar, dialogar, do modo de agir e como acontecem as interações no decorrer da atividade/ação seguiu as orientações trazidas por Bogdan e Biklen (1994) em relação aos registros e notas de campo, como é possível perceber na fala de um dos educadores sociais presentes nesta reunião

A educação continuada e o processo formativo no Bloco EURECA foram lembrados pelo educador social do CEDECA Sapopemba. Para ele as experiências possibilitam pensar no que deveria ser considerado normal e não exóticas. As oficinas, passeios e outras atividades são desenvolvidas com o sentido de pertencimento, nesse sentido é absorvido de forma natural pela garotada, fomenta o protagonismo, com questionamento para as nossas próprias práticas, geralmente adultocêntrica. O bloco tem que ter a cara que as crianças e adolescentes querem, não o que queremos. O EURECA do CEDECA Sapopemba é sempre muito colorido. As metodologias do Bloco EURECA estão sempre se renovando, são fluidas. As mudanças nos territórios não são só estéticas, mas também se dão no campo das relações (RDC V, 04/08/2021, p. 14)

Nessa ótica, a tomada de decisão que converge para um ponto comum aos pesquisadores diz respeito às reais contribuições dos registros no que concerne às notas de campo. Por isso, “o que registrar será sempre um desafio tanto para pesquisadores experientes quanto para os novatos, mas para os últimos em especial, alguma orientação pode vir de duas estratégias: destacar as ações em campo e capturar as palavras exatamente como foram ditas” (YIN, 2016, p.140). Depreende-se, assim, que a importância da condução de uma observação com o olhar

atento apresenta-se como fundamental, tendo em vista os tópicos apresentados pelos autores quando consideramos as notas de campo.

As anotações no diário de campo, como método de coleta de dados, foram complementadas pelas entrevistas realizadas com seis participantes da atividade/ação do Bloco EURECA. Do total de participantes, cinco se identificam como do gênero feminino e um como do gênero masculino. Quanto aos espaços onde participam da atividade/ação do EURECA, três estão ligados ao Projeto Meninos e Meninas de Rua (PMMR) na cidade de São Bernardo do Campo, região metropolitana da capital paulista e três do CEDECA Sapopemba, bairro localizado no extremo leste da cidade de São Paulo/SP.

A escolha não se deu de forma aleatória, mas observou a trajetória de cada um, tomando, como base, a participação e o protagonismo social resultante das experiências vividas junto ao coletivo do bloco e a tomada de consciência frente as violências e violações sofridas e as diferentes formas de luta em prol da garantia dos direitos humanos infanto-juvenis na sociedade brasileira num processo de ação-reflexão-ação.

A participante Luna, com 19 anos, mulher parda, tem sua participação na atividade/ação no Bloco EURECA marcada por um longo período que compreende cerca de nove anos quando tinha 10 anos. A participação na bateria, ou como ela descreve, na percussão do bloco, iniciou-se como *“uma brincadeira, mas depois eu fui entendendo melhor qual era o objetivo do Bloco EURECA. Hoje eu estou mais pela forma que a gente carrega o Estatuto e o jeito como a gente passa isso para outras pessoas”*. Moradora do bairro de Sapopemba, na região leste da capital paulista, desde a tenra idade, suas experiências na atividade/ação do EURECA perpassam pelo reconhecimento de sua identidade étnica e de gênero. Reconhecer-se como mulher parda (usando aqui o termo adotado pelo IBGE) e do gênero feminino representa, para Luna, um passo importante.

A compreensão dessa perspectiva identitária e da representatividade possibilitou que ela reorganizasse suas relações nos diferentes espaços de vivência. Atualmente estudante de Pedagogia em uma universidade privada, trabalhadora autônoma e participante do Bloco EURECA, ela relata que sua escolha, em relação à carreira na área da Pedagogia, tem influências das experiências junto ao Bloco EURECA *“que ensinou que esse era o meu caminho, minha vocação [...] acredito que eles sempre têm tentado que a gente vá por esse caminho da educação e da literatura também”*. Nesse sentido, Luna acredita que a educação, especialmente a educação que acontece nos espaços não institucionalizados para além dos muros da escola, tem um papel importante na construção da cidadania e na compreensão dos direitos fundamentais e dos direitos humanos.

Aurora participa das atividades do CEDECA Sapopemba há cerca de 11 anos e há uma década na atividade/ação do Bloco EURECA. Com seus quase 22 anos de idade, relata que ainda não conseguiu acessar a universidade, considerando que, ao terminar o Ensino Médio, a necessidade de entrar no mercado de trabalho para se manter economicamente adiou o sonho de ingresso no ensino superior. Porém, seu projeto de vida é cursar Pedagogia e exercer a profissão de educadora social no CEDECA no intuito de retribuir ou proporcionar, a outras crianças e adolescentes, as experiências que têm vivenciado na atividade/ação do EURECA.

Quanto sua identificação em relação ao gênero, diz ser *“uma coisa muito indiferente para falar. Eu não sou um homem, nasci como mulher, mas para mim isso tanto faz também”*. Como mulher preta, fala da importância do aprendizado e a construção do entendimento a respeito dos direitos fundamentais, direitos humanos e a cidadania de crianças e adolescentes, sobretudo, no aspecto da educação, da cultura e do lazer. Moradora do bairro de Sapopemba, ressalta que participar da atividade/ação do Bloco EURECA possibilitou acessar diferentes espaços culturais da cidade, ampliando sua perspectiva sobre a diversidade cultural e sua compreensão de mundo. Ela compreende que a experiência da atividade/ação do EURECA deveria estar presente em diferentes projetos espalhados pelo país, sobretudo, nos que estão localizados nas periferias das grandes cidades brasileiras, onde as violações dos direitos persistem de forma cotidiana.

Moradora do bairro Jardim Calux, na região periférica da cidade de São Bernardo do Campo, a estudante do primeiro ano (termo) da Educação de Jovens e Adultos-EJA, o antigo supletivo. Diane se apresenta como mulher preta e bissexual. Hoje com 21 anos, relata que seu encontro com a atividade/ação do Bloco EURECA remota aos tempos de sua infância, quando morava na Vila Esperança, no bairro da Esperança, região do Montanhão, na periferia da cidade de São Bernardo do Campo. Em sua percepção, um dos bairros mais carentes de São Bernardo do Campo. *“Minha paixão. Há mais de dez anos, também. Pois assim que entrei no Projeto [...] foi o meu convite, foi a porta que abriu pra mim [...] inclusive, eu conheci o EURECA, antes de conhecer o Projeto. Foi através da percussão do EURECA, que eu vim pro Projeto”*.

Atualmente participa de projetos sociais com remuneração, recebendo bolsa para se manter, não está no mercado de trabalho formal com registro e as demais garantias sociais e, também, não atua profissionalmente como trabalhadora autônoma. Relata que foi criada em um lar, que denomina como “berço evangélico”, sua mãe era missionária de uma igreja evangélica. Sua orientação sexual gerou conflitos em seu lar, levando-a a sair da tutela de sua responsável quando tinha entre 15 e 16 anos de idade, indo morar na região central da cidade. *“Então para mim, nunca foi fácil lhe-dar com isso, antes de conhecer o EURECA [...] a minha mãe, era uma*

missionária da igreja. Então, imagina, para ela ter uma filha bissexual? Não era nada fácil. Foi tanto, que eu saí da casa da minha mãe”.

Ressalta sua admiração pela mãe, que, como mãe solo, criou três filhas. A convivência ficou ainda mais complicada após sua responsável casar-se novamente. Os conflitos com o novo esposo da mãe tornaram a convivência extremamente difícil, sobretudo, em relação à orientação sexual da Diane. Sua permanência no espaço escolar não tinha como fio condutor o aprendizado e a perspectiva da construção do conhecimento, mas para manutenção do Bolsa Família (programa de transferência de renda do Governo Federal, que tem como uma de suas contrapartidas a frequência escolar).

Hoje, se reconhecer como mulher preta e bissexual é fruto de sua convivência e interação no espaço do Projeto Meninos e Meninas de Rua em São Bernardo do Campo, São Paulo. *“Depois de um bom tempo, ela foi entendendo, e tudo mais. A gente se aprofunda nesse tema e, a gente acaba descobrindo coisas, violências ou direitos, que você nem imagina que acontece”.* Trabalhar as temáticas dos sambas-enredos do Bloco EURECA, oportunizou desconstruir, não só para si. *“Eu cresci aprendendo de que as religiões [...] as matrizes africanas, eram erradas. É nossa, eu falava para minha que eu fui [...] que eu conheci um terreiro, ela surtava. Usar esses colares, usar um turbante, meu deus, era um crime”.* Foi a partir da convivência no Projeto Meninos e Meninas de Rua e na atividade/ação do bloco EURECA, que mudou a compreensão sobre a cultura afro-brasileira e africana, bem como a relação no núcleo familiar. O EURECA significa muito na construção da identidade da Diane.

Aos 19 anos, moradora do Jardim Calux, na cidade de São Bernardo do Campo, região metropolitana da capital paulista, Irene relata sobre sua participação na atividade/ação do Bloco EURECA. Atualmente cursando Pedagogia, em uma universidade privada na região central da capital paulista, a estudante ressalta: *“acho que, se eu não participasse do Bloco EURECA, do Meninos e Meninas de Rua, eu não estaria aqui hoje, não estaria fazendo faculdade [...] eu sou menina, negra, periférica, e eu faço faculdade na Paulista, uma faculdade particular, e sou bolsista cem por cento”.* Sua participação na atividade/ação do EURECA compreende mais da metade de sua existência, iniciando-se quando ainda tinha cerca de oito ou nove anos de idade, por intermédio de sua irmã mais velha, que já frequentava o Projeto Meninos e Meninas de Rua e a atividade/ação do bloco.

Para Irene, ter crescido em um lar que tem como base na fé cristã, de vertente protestante, ou conforme ela define crescer em *“berço evangélico”*, emergia como dificultador em relação ao contexto de fortalecimento da identidade étnico-racial presente nas atividades do Projeto Meninos e Meninas de Rua, bem como na atividade/ação do EURECA. *“Então, tipo,*

os evangélicos, eu digo por experiência própria, são muito críticos, muito preconceituosos, muito mesmo. Que nem, minha família, hoje em dia, graças a deus, eles são um pouquinho mais flexíveis”, reflete Irene ao descrever a experiência de como iniciou sua participação no projeto e no bloco.

A educadora social Flora responde prontamente, *“desde criança”*, ao ser questionada sobre quanto tempo participa da atividade/ação do Bloco EURECA. Hoje, aos 32 anos, faz uma pausa para dizer que fará 33 anos no dia 13 de julho de 2022, dia em que o bloco ocupará as ruas de São Bernardo do Campo. *“Eu nasci e cresci em São Bernardo no Bairro Montanhão que é conhecido como bairro cafezal. Que Montanhão da entender várias regiões, mas lá é o Cafezal, nasci e cresci naquele lugar”*, aponta Flora ao se referir a região periférica da cidade, onde nasceu e cresceu. Na sua perspectiva, reconhecer-se como mulher trans é parte de um processo que o Projeto Meninos e Meninas de Rua, bem como a atividade/ação do Bloco EURECA, emerge como primeira ferramenta na construção do entendimento sobre a diversidade da vida, sobretudo em relação a sexualidade ao dizer: *“que antes disso eu nunca ia ter acesso a isso, nunca ia saber o que era ser preta, o que era ser gay, o que era trans, o que era ser qualquer coisa”*.

Em suas lembranças, a participação que tem um significado especial em sua vida, foi *“há muitos anos, atras eu tinha uns 10 ou 11 anos de idade, fui mestre sala do bloco. Naquela época e sempre participei do EURECA no conjunto do bloco [...] hoje na formação do Bloco EURECA, construir o desfile de 2022, isso é uma coisa muito importante”*. A construção identitária e de gênero de Flora está intrinsecamente ligada com sua participação na atividade/ação do EURECA. Para ela, nesse sentido, cabe que *“não tinha base nenhuma, não tinha referência. Em quem que eu ia me espelhar? Nas mulheres brancas, loiras lindas e maravilhosas que apareciam na TV? Ou numa mulher preta, gorda, careca ou de trança, que eu encontrei num espaço? Eu não tinha isso”*. Portanto descreve a experiência no Projeto Meninos e Meninas de Rua e a atividade/ação do Bloco EURECA, como um divisor de águas na sua construção como sujeito de direitos, como ser humano e como profissional.

Para Flora, as interações no Projeto e no Bloco EURECA, trouxeram a possibilidade de entender e reconhecer *“o que é ser uma pessoa preta e você entender que é ótimo ser uma pessoa preta que não tem nada de errado nisso [...] Então eu comecei a entender que não tinha problema nenhum em ser uma mulher preta. E me reconhecer com uma pessoa preta que é o que eu sou”*.

Esse acompanhamento *in loco*, nos diferentes tempos e espaços da atividade/ação do EURECA, sinaliza para a compreensão de Brandão (2014) ao sugerir que a coleta de dados

comprometidas com a especificidades e as particularidades dos aspectos do evento e de seus participantes perpassa pelos registros no diário de campo. Conforme é possível perceber no recorte que se segue no comentário do observador (CO), ao refletir sobre a participação da Flora, participante do Projeto Meninos e Meninas de Rua e da atividade/ação do EURECA naquele espaço

CO:52. O significado do depoimento, pareceu-me ir além do tempo/espaço do seu acontecimento. Traduzia todo trabalho em defesa dos direitos humanos, sobretudo, quando ela relata que o seu retorno a cidade e ao espaço, simboliza a gratidão por tudo que viveu ali, especialmente, no que diz respeito a sua identidade de gênero, pois quando chegou ao projeto era identificado como do gênero masculino e, que ao exercer seu protagonismo, foi possível resolver seus conflitos internos e entender quem é, ou seja, sua condição como ser humano, embora fora dos padrões pré-estabelecidos pela sociedade patriarcal (RDC, XII, 30/10/2021, p.30).

A adoção de diferentes estratégias para o acompanhamento da atividade/ação do Bloco EURECA, tanto das aulas de percussão, nas formações, nas oficinas lúdicas, nas entrevistas e nas vivências com crianças adolescentes, jovens, familiares, comunidade e outros participantes de diferentes segmentos da sociedade civil possibilitou entender sobre o processo de construção para cidadania e defesa dos direitos humanos infanto-juvenis, bem como a crítica política e social contida nas letras dos sambas-enredo, como é possível perceber, a título de exemplificação, na letra de uma das produções coletivas do EURECA, o samba-enredo de 2009.

**EURECA: “Mídia, mostra sua cara.
A realidade não usa máscara”:
O que a TV mostra, não é o que vejo.**
Letra construída coletivamente
Caminhos Alternativos da Mídia
O Bloco EURECA veio
Dar um “zoom na visão”
E abrir a mente da população
Através da informação inteligente
Poesia e imagem ...
Em formato de batuque
Num manifesto no centro da Cidade
Venha ouvir e ver com nitidez,
O samba-enredo na sua essência
O EURECA aqui mais uma vez
Cantando verso e consciência ... (2X)
Refrão
E, e, ô, ô, ô, questione o que a mídia divulgou
E, e, ô, ô, ô ... Conhecimento atitude nessa eu vou
O nosso bloco é carnaval inteligente
Em defesa das crianças e adolescentes (bis)
(EURECA, 2009).

Os desafios, para atingir o objetivo na coleta de dados, são muitos. Os dados coletados acerca da temática que permeia essa tese derivam de diferentes fontes. Para Yin (2010, p. 145),

“não importa como a experiência é obtida, todo pesquisador de estudo de caso deve ser bem-versedado em uma variedade de técnicas de coleta de dados para que possa usar múltiplas fontes de evidências”. Considerando esses requisitos apontados pelo autor, o corpo deste texto utiliza-se de diferentes instrumentos de coleta de dados, especialmente de registros e trabalhos desenvolvidos pelos sujeitos da pesquisa, tais como letras de sambas-enredo e QR codes.



EURECA 2015

4. Direitos humanos: aspectos conceituais e construção histórica

**EURECA: Contra a Internação Compulsória.
“Pelo Direito Humano de Escolher”.**

Letra construída coletivamente

Liberdade Abre as Asas Sobre Nós:

Herança da Nossa História

Teus filhos clamam/Ó pátria mãe gentil

Por sua complacência/É humanização

Internar a força/Nunca foi a solução

Para os acometidos/E brutalizados

Pela drogadição [...] Òòò

Òòòò [...] dignidade e respeito/É o caminho

Òòòò [...] com opressão e confinamento

Isso não é tratamento

Eureca vem trazer como opção (2x)

O direito humano à decisão

Vê bem, Copa do Mundo vem aí (2X)

E a Lei da Vadiagem ressurgir

Sendo um retrocesso na história,

Contra os avanços na saúde,

Essa internação que é compulsória,

Causa mal pra nossa infância e juventude, (olha aí),

Droga não é causa, é efeito,

De tanta omissão [...]

E O CAPITAL! É O CAPITÃO! (2X)

De tanta exclusão

Estamos com a razão e com a ciência,



EURECA 2012

Juntos pra montar outra estrutura,
 Contra a opressão e a violência
 Moradia, Educação e a Cultura, vêm aí,
 Droga não é causa, é efeito,
 De tanta omissão [...]
 E O CAPITAL! É O CAPITÃO! (2X)
 De tanta exclusão
 Vê bem, Copa do Mundo vem aí [...] (2X)
 (EURECA, 2012)

A construção dos direitos humanos de criança e adolescentes ou infanto-juvenil¹⁹ perpassa pelo processo de construção da própria infância, da infantilização e proteção dessa faixa etária da população mundial e brasileira. Temos, como marco referencial, a promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos – DUDH (1948), com ratificação em 1993, quando passa a observar aspectos da Declaração dos Direitos Humanos de Viena (DDDv). São esses aspectos conceituais que perpassam a gramática dos direitos humanos em contexto internacional e na mudança de paradigmas que estabelecem a proteção humana como universal e indivisível.

Tanto no âmbito internacional quanto no aspecto dos países membros, no caso do Brasil, a compreensão dos conceitos e das teorias sobre a gramática dos direitos humanos são mais bem significadas a partir do entendimento a respeito da postura e atuação dos Estados Nações nas denominadas garantias individuais e igualdade. Nesse sentido, é preciso considerar alguns marcos históricos no contexto global e local.

A concepção dos direitos humanos no Ocidente se organiza a partir de um contexto histórico, estabelecendo-se ao longo dos últimos cinco séculos. Nesse sentido, consideramos a Lei dos Pobres, do início do século XVII, que tem, como intenção, mobilizar e responsabilizar o Estado inglês em relação à população considerada mais vulnerável. Porém, cabe ressaltar que o intuito principal era o controle dos indivíduos que ocupavam esse espaço de vulnerabilidade na sociedade inglesa.

Muito embora a literatura considere a Lei dos Pobres, na Inglaterra do século XVII, como o documento originário da lei de assistência social, o que interessa para a discussão nesta tese é o debate sobre os direitos humanos e, sobretudo, a partir do recorte etário de crianças, adolescentes e jovens. Partindo da premissa de que uma das características apresentadas no

¹⁹ Para composição desta tese, usaremos o conceito de Direitos Humanos infanto-juvenil, por entendermos que, nesse aspecto há uma abrangência maior no sentido de garantia de direitos, tendo em vista a confluência do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e o Estatuto da Juventude (2013). Compreendendo que quanto mais ampla a desigualdade em uma sociedade, maior o fatiamento das políticas públicas e ou setoriais que visem atender as prioridades de cada grupo etário.

documento é mecanismo criado para responsabilizar o Estado inglês no auxílio aos pais, ou seja, nos cuidados com a prole, não obstante, o interesse era beneficiar a Igreja e os proprietários de terras.

Nesse processo histórico, que perpassa a introdução dos cuidados com o bem-estar moral e espiritual para essa faixa etária da população, destacamos a incorporação, construção e operacionalização desses conceitos a partir do mundo ocidental. Os principais aspectos conceituais têm base nas ideias humanitárias de proteção e provisão que se constituem como parte central nos debates, bem como no referencial teórico que permeia a ampla gramática dos direitos humanos. O contexto em que se construíram alguns desses aspectos conceituais, tais como, marco legal, recorte temporal, categorização e as características, sinaliza que, para a construção da dimensão da parte-todo e das complexidades epistemológicas que envolve o processo de conhecimento, significa criar possibilidades para que esse conhecimento seja ampliado de forma coerente.

Portanto, para tal compreensão sobre a normatização e formatação dos direitos humanos no Ocidente, enquanto normativa internacional, é necessário que esteja dotada de natureza histórica. É nesse sentido que se organiza o fragmento e construção da linha do tempo dos direitos humanos, considerando marcos históricos nos âmbitos, global e local, conforme discorre no Quadro 04.

Quadro 04: Construção da linha do tempo dos direitos humanos (Global e Local)

Linha do Tempo e aspectos conceituais do cânone originário dos Direitos Humanos (infanto-juvenil): Proteção e Provisão				
Marco Legal	Ano	País/Organização	Categoria	Característica
Lei dos Pobres	1601	Grã-Bretanha	Família	Assistência do Estado e controle social.
Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão	1789	França	Homem	Tomando como base a liberdade, igualdade e fraternidade, procura apresentar a melhor definição, acerca dos direitos individuais e coletivos dos homens, como perspectiva universal.
Lei das Fábricas	1833	Grã-Bretanha	Crianças e Adolescentes	Determinou idade mínima de nove anos para o trabalho, sendo que crianças de nove a 12 anos podiam trabalhar apenas oito horas por dia, e adolescentes de 13 a 17 anos, apenas 12 horas por dia (Aitken, 2019, p. 55).
Lei das Minas	1842	Grã-Bretanha	Crianças/Adolescentes/Mulheres	Restringia o trabalho de mulheres e crianças a acima do subsolo (Aitken, 2019, p. 55).

Lei das 10 Horas	1847	Grã-Bretanha	Crianças/Adolescentes/Mulheres	Proibia mulheres e crianças abaixo de 17 anos de trabalhar, e limitava a jornada de trabalho a dez horas (Aitken, 2019, p. 55).
Constituição do Brasil	1891	Brasil	Crianças/Adolescentes	Perdurou a “doutrina penal do menor”.
Carta do Trabalho	1919	Organização Internacional do Trabalho	Universal/infância	Primeiro Documento que apresenta, efetivamente um mecanismo direcionado a infância, ao tratar da “abolição do trabalho infantil”, conforme descrito na alínea “f”.
Declaração sobre os Direitos da Criança	1924	Liga ou Sociedade das Nações*	Crianças	Composta por um preâmbulo e cinco princípios que visam garantir o desenvolvimento, alimentação, prioridade nos tempos de aflição, proteção e educação.
Código de Menores	1927	Brasil	Crianças e Adolescentes	Tem como pressupostos a assistência e a proteção a qual estão submetidos os menores de 18 anos.
Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH)	1948	Organização das Nações Unidas (ONU)	Universal	A partir dos dispositivos contidos nos artigos 25 e 26, aponta para algumas especificidades da infância e o tratamento ela dispensado. Emerge embrião como do direito internacional dos Direitos Humanos infanto-juvenil.
Declaração dos Direitos da Criança	1959	Fundo de Emergência das Nações Unidas para a infância (UNICEF)	Crianças	Marca o surgimento de Declarações, Resoluções e tratados internacionais sobre a proteção de crianças no âmbito global, com documentos que traçam diretrizes e orientações aos países membros.
Código de Menores	1979	Brasil	Crianças e Adolescentes	Fundamentada nos aspectos assistencialista, protecionista e de vigilância, tem como pressupostos a Doutrina da situação irregular.
Ano Internacional da Criança	1979	Organização das Nações Unidas (ONU)	Crianças	Tem como prerrogativa o estabelecimento da celebração do Ano Internacional da Criança.
Projeto Alternativas de atendimento de Meninos e Meninas de Rua	1981	Brasil	Crianças e Adolescentes	Considerado o marco inicial da criação do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR)
Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR)	1985	Brasil	Crianças e Adolescentes	Em termos de articulação em defesa dos direitos da criança e do adolescente, configura entre as primeiras redes em nível nacional, juntamente com a Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Primeiro Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua	1986	Brasil	Crianças e Adolescentes	Ministério da Educação (MEC) e UNICEF, juntamente com outros ministérios, entidades da sociedade civil e movimentos sociais ligados à área infância, denominadas de “Criança e Constituinte” e “Criança, Prioridade Nacional” (consolidada em 1987). Campanhas realizadas em consonância com o primeiro Encontro Nacional de Menino e Meninas de Rua.
Assembleia Constituinte Nacional	1987	Brasil	Crianças e Adolescentes	Apresentada na Constituinte (250 mil assinaturas de eleitores e mais de 1 milhão de assinaturas, por meio de abaixo-assinado, em sua maioria de crianças e adolescentes, com a emenda popular denominada “Criança, Prioridade Nacional”.
Constituição da República Federativa do Brasil	1988	Brasil	Geral	Promulgação da Constituição de 1988, também denominada de “Constituição Cidadã” e, com a inclusão, quase em sua totalidade, da emenda “Criança, Prioridade Nacional”, nos artigos 227 e 228. A CF de (1988), também assume a categoria de “Constituição das Crianças e dos Adolescentes do Brasil”. Institucionalização do Fórum DCA, que desempenhará um importante papel na discussão e elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).
Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança (CIRC)	1989	Organização das Nações Unidas (ONU)	Crianças e Adolescentes	Com aprovação unânime na Assembleia Geral da ONU, tem como intuito a garantia, a proteção e os cuidados especiais à criança e ao adolescente, sobretudo no aspecto jurídico. No Brasil, sua implementação se deu pelo Decreto nº 99.710, de novembro de 1990.
Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)	1990	Brasil	Crianças e Adolescentes	Em contestação aos Códigos de 1927 e 1979, adota o paradigma da proteção integral de crianças e adolescentes. Com base nas convenções internacionais, busca efetivar mudanças na “gramática” dos Direitos Humanos Infância-Juvenil, no ordenamento jurídico brasileiro.
Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA)	1991	Brasil	Crianças e Adolescentes	Conforme explicitado em seu Artigo 2º e inciso II, uma das suas competências é “zelar pela aplicação da política nacional de atendimento dos direitos da criança e do adolescente”.

				Criação do Pacto pela Infância (com participação de mais de cem personalidades e diversos setores da sociedade civil).
Eu Reconheço o Estatuto da Criança e do Adolescente (EURECA)	1991	São Bernardo do Campo – São Paulo/Brasil	Crianças, Adolescentes e Jovens	Nasce o Bloco Carnavalesco composto por crianças, adolescentes, jovens, educadores e educadoras sociais com atuação na área da infância, com intuito de divulgar a mudança de paradigma na legislação e a “gramática” dos Direitos Humanos Infanto-Juvenil, fruto da luta de crianças e adolescentes.
I Reunião de Cúpula de Governadores pela Criança	1992	Brasil	Crianças e Adolescentes	Apresentar metas para o atendimento a crianças e adolescentes (sob a batuta dos integrantes do Pacto pela Infância, criado no ano anterior).
II Reunião de Cúpula de Governadores pela Criança	1993	Brasil	Crianças e Adolescentes	Apresentação de metas pelos Estados brasileiros, para cumprimento nos últimos 500 dias de mandato.
Declaração dos Direitos Humanos de Viena (DDHV)	1993	Áustria/Mundo	Universal	A ratificar pontos da DUDH de 1948 e, reforça a responsabilidade da comunidade internacional na proteção dos Direitos Humanos com questão prioritária. Nesse sentido, reafirma os compromissos e propósitos contidos nos artigos (55 e 56) da Carta das Nações Unidas, bem como, o acolhimento do ano Internacional dos Povos Indígenas de 1993).
I Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente	1995	Brasil	Crianças e Adolescentes	Debater a prioridade absoluta de crianças e adolescentes, a definição de diretrizes da política nacional e o fortalecimento da articulação dos conselhos nos diferentes entes federados (Federal, Estadual e Municipal) dos direitos da criança e do adolescente, bem como uma pauta nacional de prioridades e eventos.
Protocolos facultativos em Complementação à CIDC.	2000	Organização das Nações Unidas (ONU)	Crianças e Adolescentes	O primeiro protocolo que trata sobre vendas de crianças, exploração sexual e pornografia infantil e o segundo aborda a questão do envolvimento de crianças em conflitos armados.

Ratificação dos Protocolos Facultativo em Complementação à CIDC.	2004	Brasil	Crianças e Adolescentes	O Estado Brasileiro torna-se signatário dos protocolos facultativos adotados pela Assembleia Geral das Nações Unidas (2000).
Ampliação do Direito Educacional	2009	Brasil	Crianças e Adolescentes	O Estado Brasileiro adota em seu sistema educacional a obrigatoriedade da escolaridade, compreendendo dos quatro aos 17 anos de idade.
Adoção do Terceiro Protocolo Facultativo da ONU.	2014	Organização das Nações Unidas (ONU)	Crianças e Adolescentes	Assembleia Geral das Nações Unidas (2014), adota o terceiro protocolo de complementar a CIDC, possibilitando que as reclamações, apelações e petições sejam feitas pelas próprias crianças, adolescentes e seus representantes que resida em um dos Estados que aderiu a ratificação do protocolo.
Marco Legal da Primeira Infância	2016	Brasil	Crianças e Adolescentes	Promulgação da Lei nº 13.257/2016, considerado o Marco Legal da Primeira Infância. Que tem como prerrogativa o monitoramento e avaliação das Políticas Públicas direcionadas à Primeira Infância e da Política Nacional Integrada pela Primeira Infância
Ratificação do Terceiro Protocolo Facultativo em Complementação à CIDC	2017	Brasil	Crianças e Adolescentes	O Estado Brasileiro torna-se signatário dos protocolos facultativos adotados pela Assembleia Geral das Nações Unidas (2014).

Fonte: Fundamentado em: Aitken (2019); Santos (2007); UNICEF (1993;1998). Elaborado pelo autor.

Nesse sentido, a compreensão sobre a formatação e as características que estão imbuídas no contexto histórico dos direitos humanos, especialmente dos direitos humanos infanto-juvenis, perpassa pelo aprofundamento do debate sobre as premissas que têm, como fundamento, o respeito e a dignidade da pessoa humana. Para Santos (2013), cabe ressaltar que, em se tratando das questões de justiça social, a atuação no âmbito dos direitos humanos ainda se manifesta no campo hegemônico, entretanto, no campo oposto, há um movimento em construção, um pensamento que ocupa um lugar importante nas contemporaneidades, ainda que no aspecto utópico, mas que tem, em sua forma de planejamento, um sentido e posicionamento anti-hegemônico que se faz presente nos discursos intersubjetivos do Fórum Mundial Social e na ação política que confronta a estrutura presente na atual “gramática” dos direitos humanos e, nesse sentido, propõe sua recomposição.

Para tanto, essas concepções transitam por alguns pontos específicos, tais como, historicidade, inalienabilidade, imprescritibilidade, inviolabilidade, irrenunciabilidade, universalidade, limitabilidade e complementariedade. Considerando essa construção histórica, decorrente das estruturas que implica a concepção da “gramática” dos direitos humanos, suas significações e configurações, Aitken (2019) parte do sentido de “que a noção universalizadora de direitos é problemática, visto que [...] direitos universais são abstraídos dos contextos locais, com uma perspectiva de condição humana generalizada” (p. 19).

Enquanto normativa internacional adotada pelos Estados membros, na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), é importante destacar que a inalienabilidade é considerada premissa fundamental na composição das legislações dos Estados signatários, considerando sua condição de direitos não passíveis de transferência e negociação. Considerando esse contexto, percebe-se o surgimento de “uma das ironias do desenvolvimento dos direitos humanos desde a Segunda Guerra Mundial, é que sempre parece haver pessoas excluídas ou cujos direitos são sobrepostos pelos direitos dos outros” (Aitken, 2019, p. 128). Reforçando essa concepção crítica, coincidentemente e, sobretudo, considerando o sentido real, a datar-se de “pelo menos a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, o direito foi perpassando por uma contradição insuperável entre ser caráter emancipatório (vencer a tirania) e sua função regulatória (a juridificação do social e do político pelo poder estatal)” (Santos, 2013, p.27).

Quando tratamos da imprescritibilidade presente na “gramática” dos direitos humanos, na estruturação da língua portuguesa, representa um substantivo feminino e a temporalidade para além da própria condição humana. No aspecto jurídico, imprescritibilidade está ligada à garantia dos direitos, ou seja, às prerrogativas presentes na Declaração Universal dos Direitos Humanos que não se tornam nulas, tendo em vista configurar-se como garantia individual do cidadão e da cidadã frente ao Estado. No âmbito da Constituição Federativa da República do Brasil, de 1988, está regulamentada como garantia da proteção do cidadão e da cidadã brasileiros(as), salvaguardando da ação arbitrária, da punição da perda dos direitos diante da indolência do poder estatal. Essa especificidade do direito impõe, aos estados, a limitação no uso do seu poder contra o cidadão e a cidadã.

A inviolabilidade, em termos jurídicos, assume as características ou privilégios em que algumas pessoas são colocadas. Nesse sentido, a Doutrina da Proteção Integral, como parte do arcabouço jurídico-político-institucional contido na mudança de paradigma da legislação a partir da Constituição Federal de 1988 e da promulgação do Estatuto da Criança e do adolescente em 1990, vem ressignificando o sentido do conceito. Fundamenta-se na

integralidade da criança e do adolescente e evidencia a importância ao destacar, no aspecto do direito à liberdade, que respeito e dignidade perpassam pela observação expressa no Artigo 17 do Estatuto, ao dizer que “o direito ao respeito consiste na inviolabilidade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideais e crenças, dos espaços e objetos pessoais” (Brasil, 1990).

Os objetivos da letra do samba-enredo, construído coletivamente no ano de 2014, encontram guarida no conceito da palavra e no artigo supracitado ao apresentar a seguinte crítica social, política e econômica, em razão da realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil, e as violações dos direitos infanto-juvenis que acontecem nesses grandes eventos.

EURECA: Copa do Mundo: Uma Goleada de Violações!
Letra construída coletivamente

Ô ô Brasil (Ó meu Brasil...)
 Pentacampeão
 De chuteiras importadas às crianças pés no chão (2X)
 Ano de copa do mundo veja só que absurdo
 Criançada do su - búr - bio (Que Não Tem)
 Padrão Fifa pra estudar
 A União da Entidades
 Boco EURECA vem mostrar
 Que DIREITOS CONQUISTADOS
 Não se pode VIOLAR.
 Em São Paulo, no ABC
 Interior e Litoral
 O EURECA tá em peso pra ocupar a Marechal! (2X)

Enredo

Eu Tô aqui com o Bloco EURECA na Rua
 2014 a LUTA continua
 Investigando de onde vem tantos bolhões
 Copa do Mundo no Brasil:
 Uma Goleada de Violações (2X)
 23 anos de luta e tradição,
 EURECA na avenida arrastando multidões
 As empreiteiras, quero ver quem te lícita
 Não seja um torcedor passivo que não critica.
 Brasil[...] Tu és a Pátria de chuteiras
 No futebol é pentacampeão
 Mas seus filhos clamam educação, saúde e habitação
 Mas seus filhos clamam educação, saúde e habitação
 No tabuleiro da baiana pode vir comprar quem quer
 É padrão Fifa pra vender acarajé (2X)
 Os gringos vêm [...] Copa pra quem?
 Exploração sexual pra quem pagou
 E na hora do sofrimento eu quero ver quem grita gol
 Eu tô aqui com o Bloco EURECA na Rua
 2014 a LUTA continua
 Investigando de onde vem tantos bolhões
 Copa do Mundo no Brasil:
 Uma Goleada de Violações (2X)
 (EURECA, 2014)



EURECA 2014

5. Apresentação dos Resultados e Discussão

Tomando como pressupostos aspectos teóricos e metodológicos, entendemos que a fase da análise de dados já se configura nas etapas anteriores da pesquisa, desde a elaboração da hipótese, a delimitação da temática e o desenvolvimento do projeto e, por parte do pesquisador, há uma concepção epistemológica que fundamenta essas escolhas. Portanto, ao considerar essa prerrogativa, a escolha dos instrumentos de coleta de dados, especialmente nas Ciências Sociais, assume características organizacionais tanto do ponto de vista do inquérito sociológico quanto do método e da técnica que perpassam o processo de experimentação e atravessam todas as fases da investigação. Nesse sentido, o capítulo que se segue tem a intencionalidade de apresentar, a análise dos resultados e discussões desta pesquisa.

Bardin (2016) será o fio condutor na organização das bases materiais e da abordagem teórica que embasará a etapa de análise de conteúdo desta tese. Compreendendo que, ao definir esse processo de organização do material submetido aos procedimentos metodológicos que subsidiaram os indicadores, a partir das hipóteses e objetivos, o repertório está estruturado nas seguintes fases: o exame detalhado na parte que antecede o processo analítico, que tem, como perspectiva, a relação dialógica que tece as hipóteses e suas formulações; a análise científica do material coletado com preleção para codificação, classificação e categorização, ao mesmo tempo em que se configura como uma etapa da análise e efetua o inventário como continuidade dos processos desenvolvidos nos passos anteriores, bem como a utilização de meios práticos para conseguir atribuir sentido aos resultados, fase em que o pesquisador tem, como objetivo, a validação dos dados coletados, significando-os a partir do seu referencial teórico.

Entretanto, os registros sistematizados, a partir da percepção dos discursos presentes nas falas dos e das participantes, as anotações no diário de campo, bem como as letras dos sambas-enredo procedentes do trabalho coletivo do Bloco EURECA, a definição e construção das categorias de análise não podem descaracterizar ou mesmo desconsiderar a fala dos e das participantes na sua integralidade.

Preponderantemente, o processo de categorização é operacionalizado em dois momentos, embasado nos conceitos e concepções, diretamente vinculados ao referencial teórico e, sobretudo, do resultado do material produzido da interação e articulação no campo de pesquisa, por intermédio dos instrumentos de coleta de dados. Isso considera o entendimento de que “a categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, em seguida, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos (Bardin, 2016, p. 147).

As categorias de análise do Bloco EURECA serão organizadas em agrupamentos que implicam três elementos básicos fundamentados nos pressupostos que residem na representatividade de três características do processo classificatório, normalmente invocada e assumida por Bardin (2016), considerando que cada categoria se estrutura a partir dos segmentos de natureza matricial e de definição, bem como a divisão por áreas temáticas constituídas e configuradas particularmente nas experiências traduzidas e verbalizadas nas entrevistas concedidas pelos e pelas participantes da pesquisa.

Assim postulamos que o agrupamento das categorias de análise seja direcionado a fim de sistematicamente abordar questões que se sustentem à luz das influências teóricas, proposições e reflexões decorrentes das experiências cognitivas e da construção ontológica do grupo, objeto de pesquisa desta tese. Nesse sentido, convergiremos para a composição de elementos compreendidos nos critérios de observância dos quadros matriciais conforme a formulação que se segue:

Entrevistas com os/as participantes do Bloco EURECA: sistematização e condições de organização dos dados coletados têm como proposta a análise temática, ao considerar que é

transversal, isto é, recorta um conjunto de entrevistas por meio de uma grade de categorias projetadas sobre os conteúdos. Não se têm em conta a dinâmica e a organização, mas a frequência dos temas extraídos do conjunto dos discursos, considerados dados segmentáveis e comparáveis (Bardin, 2016, p. 222).

5.1 Matricial da categoria “Reivindicação do ser inacabado”.

Categoria: A participação no Bloco EURECA como bússola para reivindicação do ser inacabado.

Definição: A intersubjetividade perpassa pelo entendimento de si mesmo como parte do processo de construção e reconhecimento do outrem e da luta que fundamenta os princípios da gramática dos direitos humanos infanto-juvenis, bem como da perspectiva comunitária definida pelos critérios de representação do movimento da infância, observados pelos e nos projetos e organizações participantes do Bloco EURECA. Quando e após o início do processo de participação na atividade/ação do bloco, a intersubjetividade configura-se e estipula-se como parte das condições e tensões entre os direitos individuais e coletivos presentes na interação do eu-cidadão e centrada na relação com os outros e outras crianças, adolescentes, jovens e adultos.

A responsabilidade ética capaz de construir formas de interação com o outrem, fundamentadas na respeitabilidade, sem qualquer traço discricionário e independente: das diferenças físicas; de gênero; de cor; de origem social; dos valores (fisiológicos, sociais,

relativos ao ego, a segurança emocional, práticos e cognitivos); opiniões (ideológicas) e ou crença religiosa. O estreitamento do relacionamento com amigos, colegas, familiares, educadores, educadoras, entres outros sujeitos, perpassa pela intervenção no mundo e via comprometimento com o diálogo, a escuta e o respeito com outros saberes e pontos de vista discordantes do seu. Conflitos associados a compreensão e efetivação da cidadania tem vistas as características manifestas no exercício do seu papel de cidadão e ou cidadã.

**Temáticas trabalhadas no contexto do
EURECA**

Verbalização do/as participantes da pesquisa

AURORA: Eu era muito tímida. Eu não falava para câmera, não fala em público. Sempre muito tímida, muito na minha, sempre muito de usar blusão, de ficava quietinha, num canto. Com o EURECA, de tocar, de tocar com um monte de gente. Aí comecei a conversar, comecei a trocar ideias, teve apresentações e, eu toco ripa. Que a gente puxa os breck nele. Aí, eu tinha que tocar na frente e, ou [...] eu tive que dar aula no lugar do educador, ficar com apito na frente de todo mundo. Então isso foi abrindo, eu fui ficando mais espontânea, fui conseguindo conversar melhor (tosse). Hoje em dia, não sou mais tão tímida. Se me colocar num palco com um microfone, vou que vou. Isso tudo vem de EURECA também

DIANE - Super, super, super. Como eu disse: eu sou uma pessoa muito comunicativa. Então, eu faço amizade muito fácil, muito fácil, muito fácil. Então, eu estou sempre procurando fazer amizade com pessoas novas. Toda vez que você conhece pessoas novas, automaticamente você vai aprender alguma coisa. Seja uma frase, seja uma música, seja um toque novo, seja qualquer coisa, qualquer coisa mesmo. Seja comer uma comida diferente, uma gíria nova, uma cor, um estilo de cabelo diferente [...] Sempre vou procurar ter proveito daquele momento, tirar alguma coisa para mim. E isso me torna [...] acredito que me torna uma pessoa melhor a cada dia, assim. Sabe? Você absorver coisas boas, é [...] energias boas.

Relação interpessoal

IRENE - Na verdade eu sempre fui um pouco comunicativa com os jovens, nunca fui uma pessoa antissocial, posso dizer assim. Mas, me ajudou bastante a ter o que conversar com as pessoas [...] com os jovens, com adolescentes, tipo, ter alguma coisa para falar. Acho que é isso [...] Tipo, as amizades que ele me deu.

LUNA: Sim. Aqui estamos o tempo todo rodeados de outras pessoas. Se não souber escutar o que a outra pessoa quer também, o que você pensa. Acho que essa convivência com muitas pessoas, ajudou a resolver muitos conflitos, não só aqui, mas também na escola, em casa. Ajudou para que eu pudesse ouvir mais as pessoas e colocar meu posicionamento de forma mais correta.

AURORA: [...] Então, eu acho que, essa sacada de tipo, de me formar e conseguir lidar com o outro, eu tenho certeza de que se eu não tivesse começado a frequentar o CEDECA, ou a frequentar O Bloco EURECA, eu não teria hoje [...]

DIANE - Eu acho que, o EURECA traz muito disso. Ele traz, que você tem que ir para a avenida, que você tem que lutar pelo que é seu. E antes disso, ele te explica o porquê, daquilo. O porquê você está saindo para a rua. Então, eu acho que deveria ter isso para tudo. Para a questão social, questão de gênero, deveria ter essa discussão. As pessoas lhe dariam melhor [...] seríamos uma sociedade melhor. Se a gente, tivesse esses pontos de vista [...] eu acho que respeito, vem acima de tudo. Independente de raça, gênero, qualquer coisa, o respeito vem acima de tudo. É uma coisa, que eu priorizo muito na minha vida.

IRENE - E com o EURECA, tipo, fui aprendendo que não era bem assim, que tipo, capoeira não é macumba, não é do demônio, a pessoa escolher ser gay, não é errado [...] é escolha dela ninguém tem nada a ver com isso [...] no EURECA eu fui aprendendo isso [...] eu aprendi bastante a escutar, a respeitar a opinião dos outros [...] eu não parava

escutar a opinião dos outros, nunca na vida. Eu falava: o certo, é o que eu aprendi desde criança e ponto. Você com sua opinião, que vá para lá, e eu fico aqui, na minha, acabou. Era uma bolha [...] porque, uma das principais lutas do Bloco EURECA, é a diversidade. Tanto a diversidade de gênero, como diversidades de raça, todas, todas, todas, todas. É uma das principais pautas que o Bloco EURECA trabalha [...] me ensinou a respeitar mais [...] então tipo, isso é uma coisa que o Bloco EURECA, trabalha bastante diversidade, de gênero, de tudo.

Luna: No bloco, eles sempre ensinam a gente a tratar as pessoas da mesma forma, somos todos iguais. Então, acredito que essa atenção deles para esse tipo de coisa, ajudou a crescer nessa parte.

AURORA: O EURECA para mim, é uma família muito grande, assim. Tanto o pessoal de São Bernardo, como o pessoal de São Vicente, eu tenho contato com o pessoal, desde sempre. A gente se conheceu tocando, a gente, as vezes tem um breck, uma chamada diferente e, manda uma mensagem para o outro. Tem alguma coisa nova aí? Vamos conversa, vamos trocar uma ideia. É tudo muito coletivo. É tudo uma familiazona, o EURECA. Né?

DIANE [...] você ter alguém, para poder contar sobre as suas feridas, que você sabe que não vai te apontar, que não vai te julgar. Simplesmente vai te ouvir, e vai te abraçar, falar que está tudo bem. Eu acho que é uma coisa única. Sabe? Se eu não puder ajudar, com ajuda financeira, ou algo do tipo. Só de eu saber que, eu posso dar um abraço naquela pessoa e, ela dar aquele suspiro de alívio, saber, que ela vai sair daqui melhor. Eu acho que, não tem preço

IRENE - A luta do povo Indígena, também é minha luta, a luta do povo quilombola, também é minha luta. Tipo, querendo ou não, de certa forma, a gente está ligado um com o outro [...] tipo, eu

super pretendo, visitar um quilombo, visitar o povo indígena. Tipo, eles despertaram esse desejo dentro de mim. De ir lá, de conhecer, de ter o contato. E me ensinaram que, tipo, a luta deles, também é a minha luta, né.

LUNA: Acredito que, no que a gente luta hoje, pelos adolescentes que estão na rua. Nessa parte ainda falta algumas questões lá fora que precisamos correr atrás, não só a gente, mas o governo em si. Correr atrás dessas crianças que estão nas ruas[...] acredito que uma coisa sempre tem a ver com outra. Sempre tem uma relação com a outra. Quando falta um direito sempre acaba afetando o outro. E essas crianças que estão na rua hoje [...] é quase impossível não notar a diferença. Diante de uma criança que pensava só em si mesmo, agora eu consigo ter uma noção de como é o outro, pensar no outro. Acho que isso aqui me ajudou bastante.

AURORA: Então, como eu disse: quando eu entrei, eu não conhecia, e não queria conhecer nada sobre direitos, também. E, aí eu ouvi o primeiro Samba, que eu acho, foi o de 2012. Primeiro Samba que tinha muita, muita coisa. Eu comecei a ouvir, comecei a ouvir, e comecei [...] sabe quando você vai abrindo a mente, assim? [...]Aí já abriu minha cabeça, comecei a conhecer direitos. Já quis um estatuto para mim, um ECA para mim (eu tenho o ECA até hoje, o mesmo ECA que já tenho até hoje). Aí fui pesquisando, fui estudando, fui criando gosto. Sabe, quando você diz: porra (riso de constrangimento) eu tenho esse direito, e tenho que garantir isso para os meus irmãos, pra crianças da comunidade, do EURECA, sabe? E no EURECA eu posso gritar isso, posso expressar isso de uma forma [...] e é isso que vai me trazendo mais vontade, mais vontade de querer saber sobre direitos [...].

DIANE - Aí eu falo: o dever todo mundo já sabe qual é. E o direito? Será que todo mundo sabe qual

é? Do que eu tenho direito? Eu sei dos meus deveres, eu [...] eu sei o que é desacato. Mas, eu sei o que é abuso de poder? Nem todo mundo sabe o que é. Eu acho, que é a mesma situação, só que de pontos de vista diferentes. Então, se eu sei o que é corrupção. Eu vou saber como lidar com ela. Mas, se eu não sei. Como eu vou lhe-dar com ela? Como eu vou resolver uma coisa, que eu nem sei o que é, como que é? Então, eu acho que é muito disso. Eu acho que, o EURECA traz muito disso [...]

IRENE - O que eu tinha na cabeça. Tipo. Cidadã, é aquele negócio, tipo, dicionário. Cidadão, é aquele que tem direito e deveres, Só que, tipo, para mim antes, para você ser cidadão, era ir lá, tirar o seu CPF e acabou-se. Tirar seu título de eleitor e, a cada quatro anos você vai lá e votar [...] Cidadão era você votar a cada quatro anos, pagar seus [...] pagar suas contas e trabalhar, e acabou [...] O EURECA me ensinou a lutar pelos meus direitos.

LUNA: Eu era uma criança, então não tinha nem noção do meu papel, nada disso. Mas até uma relação política a percussão, a percussão não, o **bloco** inteiro, me ajudou a ter uma percepção totalmente diferente. Foi crescendo e foi mostrando também os problemas da sociedade. Isso ajudou bastante no quesito de entender a sociedade e me tornar uma cidadã melhor [...] desde pequena o processo foi crescendo. Eu fui crescendo também, junto com esses ensinamentos [...] como a gente conversou aqui, meu crescimento pessoal e, acho que na minha vida inteira o Bloco EURECA é um dos principais fundamentos de cidadania que eu conheço.

5.2 Matricial da categoria “Pedagogia coletiva, na ocupação dos espaços”.

Categoria: Pedagogia coletiva na ocupação dos espaços da comunidade, do bairro e da cidade.

Conceito: As condições que se impõem a determinados grupos sociais, especialmente a crianças e adolescentes, privados do acesso aos direitos básicos. Considerando que a Lei infraconstitucional 8.069 de 13 de julho de 1990 ultrapassa as três décadas de sua promulgação, a negação dos direitos e da cidadania, que possibilitam a exploração dos espaços comunitários, ainda perpassa pela luta contra a discriminação e integração desses grupos com os seus territórios.

A mudança de paradigma na legislação em relação aos segregados, indesejáveis, invisíveis, favelados e matáveis com os espaços da cidade, bem como a ampliação dos conhecimentos sobre as escritas explícitas e implícitas na “gramática” dos direitos humanos, têm, como prerrogativa, desafiar as regras simbolicamente instituídas, com prevalência para o discurso de emancipação e do direito à cidadania direcionados para os habitantes urbanos que vivem em contextos externos a becos e vielas.

A importância da participação de todos e todas no cuidado ao meio ambiente e o lugar onde vivem, mesmo considerando o sentido contraditório das políticas de urbanização e ocupação do solo que delimitam a circulação de crianças, adolescentes e jovens pobres, pretos e periféricos aos espaços de ocupação informal da cidade. A tensão entre aquilo que está definido como cultura e subcultura num contexto histórico-social constituído a partir do conceito da cultura elitista.

Independente da consciência e vontade pessoal, a pedagogia coletiva possibilita a emersão do interesse e desejo de crianças, adolescentes e jovens periféricos em frequentar os espaços e consumir criticamente essa cultura, sem, contudo, esquecer seu viés racista e segregador. Os espaços culturais e esportivos que se organizam no aspecto externo ao seu bairro e/ou comunidade, conseqüentemente, encontram-se distribuídos e restritos a museus, teatros, cinemas e casas de espetáculos espalhados na região central das grandes cidades brasileiras e, portanto, distantes dos becos e vielas.

**Temáticas trabalhadas no contexto do
EURECA**

Verbalização do/as participantes da pesquisa

AURORA: Ah, Assim, não, com certeza. O EURECA foi o pontapé inicial para todos esses

Ocupação como ato de resistência

espaços, para todas essas coisas [...] com o EURECA, também, eu pude conhecer muito melhor a cidade, pois a gente tinha muitas ações em outros lugares, para divulgar o EURECA, ou um projeto, ou para a garantia de algum direito, aí eu fui conhecendo o Centro Cultural São Paulo, conhecendo outros centros culturais, e aí a gente foi conhecendo o SESC, foi conhecendo casas de cultura, fui conhecendo outras instituições que tem aqui próximo. Com o EURECA, eu conheci Belo Horizonte (Minas Gerais), com o EURECA, eu conheci Brasília (Capital do Brasil), quando a gente foi tocar, foi participar de algumas formações que estava tendo, para mim foi incrível, inesquecível, em ambas as formas, assim.

DIANE - É um ponto muito forte que o EURECA traz. Porque é ocupação. Então, se eu vou no MASP. É uma ocupação, é um direito meu. Se eu brigo. Se eu vou lá na prefeitura brigar, porque eu quero jogar vôlei em uma quadra fechada, que tem lá no meu bairro. É ocupação, é um direito meu [...] a minha primeira mesa, através do projeto [...] inclusive, foi no Ministério Público do Trabalho [...] a coordenadora e uma educadora aqui do Projeto, falavam: Não. Você vai conseguir, é seu lugar. Você tem que estar lá. É o seu espaço, você tem que falar pelos jovens [...]

IRENE - Ele ensinou, tipo. Levando a gente, mostrando (ó), você pode ocupar isso sim. Tipo. Com passeios, com rodas de conversa, foi bem [...] que nem, é [...] muitas vezes, hoje em dia, o Bloco EURECA, toca no MASP, na Paulista super ocupando. Super tomando para si o que é nosso, né. Porque, tipo, é nosso também, não é só deles, é nosso.

LUNA: Nós fazemos os desfiles pela cidade, então esses desfiles me fizeram conhecer mais o lugar onde eu moro e mais pessoas ao redor [...] sim, com certeza. Até o espaço que estamos [...] O Bloco Eureka leva a gente para bastante lugares, fazer

apresentações e mostrar nossos direitos [...].

AURORA: [...] Eu comecei a ter esse olhar (tosse). Aqui tem uma criança que não está sendo muito bem cuidada, que a gente pode fazer? Troca uma ideia com a mãe? Se a mãe precisa de alguma ajuda? Aí, sabe quando você vai andando pela comunidade e, abrindo os olhos para outras coisas? Aí, eu fui começando entender, como eu consigo interferir e ajudar e, com o CEDECA e o EURECA, fui juntando uma coisa com a outra, aí a gente foi conversando, foi abrindo para eu como cuidar da comunidade, se está faltando alguma coisa na comunidade [...]

DIANE - A gente ouve muito de que a gente é o futuro do Brasil, a gente é futuro do mundo. E no EURECA eu aprendi que a gente não é o futuro, a gente é o presente, a gente está aqui, agora. A gente vai lutar agora. Está certo, a gente pode lutar por uma faculdade, por um filho, que a gente possa ter no futuro. Mas, a partir do momento que você fala, que ele é o futuro. Então ele fala: no futuro eu luto, no futuro eu faço. Porque eu vivi muito disso. Até um tempo atrás eu vivia muito disso. Eu sou uma pessoa, que procrastina muito as coisas

IRENE - Igual, tem uma colega minha que participa daqui do Bloco EURECA, ela toca também. E ela tem problema do coração. Então, tipo, é muito caro os remédios dela e tudo mais. E a UBS, super, apoio zero. E a gente, tipo, vendo a situação dela, vendo a situação das pessoas aos nosso redor, e com apoio do pessoal do EURECA, tipo. A gente foi, começou ir lá, começou insistir, a gente foi na UBS, conversou, pediu auxílio [...].

LUNA: [...] Temos as aulas aqui, nos outros pontos também, então acaba que a gente fica conhecendo mais pessoas e os problemas do nosso bairro também. Vamos andando com o bloco e acabamos por perceber as ruas esburacadas, os problemas que vamos percebendo e, que talvez antes eu não tinha prestado a atenção. Não tinha

essa compreensão [...] é uma percepção totalmente diferente, talvez alguém que esteja no bloco, não conhecesse tanto o lugar assim, seus problemas.

AURORA: [...] Nunca tive essa visão de olhar para minha comunidade e dizer: aqui tem uma carência que precisa, está faltando um direito aqui, nunca tive esse olhar antes do EURECA, também era muito nova, mas [...] com o EURECA que eu desenvolvi esses direitos, que desenvolvi esse amor de aprender sobre direitos e, também, defendê-los [...] vamos escrever para prefeitura, para algum outro lugar, pois eles têm que garantir esse direito. Tem uma quadra zuada, eles têm que arrumar, tem que garantir esse direito, é direito da comunidade. Aí fui abrindo esse olhar de como podia ajudar, ou não [...]

DIANE - Mas, eu me vejo na obrigação de fazer. Sabe? De retribuir todo bem que eu recebi aqui. Eu me sinto na obrigação [...] eu fui vítima de trabalho infantil, já sofri várias violências nessa minha vida [...] o Projeto me abraçou, ele curou as minhas feridas, que eu tinha. Sabe? Então. Quando eu vejo uma pessoa chegando aqui, eu imagino que ela, também, tenha as feridas dela.

IRENE - E, eu acho importante é [...] esse negócio de eu querer estudar, acho importante para a sociedade [...] porque, eu aprendi uma coisa, se eu não lutar pelos meus direitos, se eu não lutar pela criança periférica, se eu não lutar pela juventude da periferia [...] por isso eu escolhi ser professora, por representatividade e pra que as crianças, pros alunos que eu tiver, tenha uma boa experiência com uma professora [...] a vida dela, tá se construindo, tá construindo seus pensamentos [...] Então, tipo, eu acho que é por isso que eu escolhi, ser professora, ser pedagoga [...] pretendo trabalhar na área da educação por muito tempo, no ensino infantil. E [...] é, acho que é isso. Ficar na área da educação, por muito, muito tempo.

LUNA: [...] Espero contribuir não só com o meu

Responsabilidade, coletividade e solidariedade
social

bairro, mas com outros bairros, o projeto, alguma coisa que possa deixar mais fácil o acesso aos direitos [...] meu projeto de vida é conseguir terminar minha faculdade de Pedagogia e poder ajudar ainda mais crianças na forma como eu fui ajudada pelo Bloco Eureka.

AURORA: Eu entrei no projeto antes, alguns meses antes, entrei fazendo capoeira e, aí eu já me apaixonei bastante. Não tinha contato, nenhum [...] com nenhuma aula de luta, dança, música. Nunca tive contato nenhum. Já tinha feito informática, mas também não era muito minha praia. Sou muito da música. Quando entrei na capoeira me apaixonei muito pelo gingar da capoeira, aqueles instrumentos, a música e logo já conheci a bateria. Foi uma paixão que ligou uma na outra. Os instrumentos me instigam muito. Eu entrei na capoeira em 2000 e [...] de 2010 para 2011 e, logo em seguida já entrei no Bloco Eureka.

DIANE: Sim. É, a periferia. É, tipo. Ter aqui em São Bernardo, ter em São Caetano, ter em Diadema, ter em Santo André. Sabe? Por mim teria [...] porque é muito bom, todo mundo deveria ter [...] essa experiência [...] eu acho que crescer e multiplicar. Eu acho que não tem um remédio melhor. Crescer e multiplicar. Porque, quando cresce, atingi mais pessoas e, conforme as pessoas vão conhecendo [...] se você sabe que é bom, você vai indicar para um amigo, que vai indicar para o amigo, que vai indicar para outro amigo e, quando você vê, já virou uma massa enorme, uma massa gigante.

IRENE - No bairro onde eu cresci, tipo, cultura zero [...] cultural lá é o futebol, e ponto [...] no bairro onde eu cresci, cultura era zero, não tinha é [...] não tinha nada, não tinha estrutura nenhuma para a cultura [...] é a capoeira mesmo, começaram [...] eles começaram a incentivar mais a gente a conhecer a cultura. Eu ousou a dizer, que eu conheci a cultura mesmo, quando eu comecei a participar

do EURECA.

LUNA: Ahh. Fez toda a diferença. Nesse espaço e no outro que a gente fazia percussão, também tem uma biblioteca [...] antes de entrar para o Bloco Eureka, fazia capoeira. Juntou numa coisa na outra, fui aprendendo algumas coisas na capoeira

5.3 Matricial da Categoria “Atividades formativas para o empoderamento”.

Categoria: Atividades formativas para o empoderamento, pela via da conscientização coletiva.

Conceito: A percepção e a tomada de consciência frente às interações sociais e às tensões entre os sujeitos de direito que perpassam pelo conceito de proteção dos indivíduos e as responsabilidades das instituições públicas e democráticas enquanto representação do Estado. No bojo dos ideários e pactos políticos presentes nas lutas dos movimentos sociais e no paradigma do ensinar e aprender, fundamentados no dispositivo da luta cotidiana pela redução das desigualdades no campo econômico e social. E, conseqüentemente, a reivindicação por direitos sociais de acesso e permanência nos espaços de aprendizagem, como o direito de estudar e participar da vida escolar.

Essa mobilização que tem como possibilidade o alargamento da relação de crianças, adolescentes e jovens com a literatura, arte, filosofia e ciências que se organiza e se estabelece a partir dos seus territórios e da representatividade do seu povo. O conhecimento sobre os direitos e deveres desse grupo etário, referência a construção no extramuro escolar e acadêmico, configurando-se como resgate das próprias histórias e das histórias dos antepassados, marcadamente a partir do interesse reflexivo sobre a diversidade humana e os diversos saberes que contestam a narrativa da construção identitária do povo brasileiro, ao reafirmar a participação e articulação dos povos originários do território brasileiro, bem como a superação histórico-social na luta civilizatória de reconhecimento da contribuição dos africanos e do povo negro no processo de criação e recriação dos diálogos interculturais indispensáveis na regulação e organização das estruturas e das relações historicamente constituídas na contradição em que o direito se desenvolve a partir da concepção do processo de emancipação enquanto potencialmente e pedagogicamente implica a criação de mecanismos que têm como prevalência a preservação do caráter regulatório que incide sobre a ação do poder estatal sobre os indivíduos.

**Temáticas trabalhadas no contexto do
EURECA**

Verbalização do/as participantes da pesquisa

AURORA: [...] não só do EURECA, mas depois fui fazer todas as oficinas que tinha no CEDECA, todas as oficinas que o CEDECA já tinha, eu já fiz [...] depois dessa oficina, eu tenho meu direito de expressar o que eu quiser [...]

DIANE - Então imagina, um monte de jovens, chegando na Secretaria de Esportes. Falando: não, a gente quer uma abaixo-assinado. Nem que a gente precise fazer uma abaixo-assinado. Inclusive, a gente fez. E a gente conseguiu a quadra. Agora. Imagina se eu não soubesse não soubesse onde é a Secretaria de Esportes; o que é a Secretaria de Esportes; o porquê, que eu tinha que ir lá; se a educadora, não tivesse me apoiado. A gente estava jogando na rua até agora [...]

IRENE - eu aprendi, nessas formações da vida, do Bloco EURECA que, eu estudar, não é um dever meu, é um direito meu, tenho direito de estudar. Né? Obrigação, meu direito, que o Estado tem que garantir, e tipo, acabou. E isso, era uma coisa que eu não sabia, e aprendi, nessas formações da vida. Nessas formações do EURECA.

LUNA: [...] Eu recentemente estava conversando com minha mãe sobre algumas coisas que aconteceram aqui no bairro, alguns assaltos essas coisas. Aí ela falou uma frase que todo mundo fala: mas a gente vai fazer o que com isso? Eu falei: é importante lembrar que a segurança é um direito nosso [...]

AURORA: [...] Tinha uma Marcha da Consciência Negra, a gente foi para lá. Com um monte de crianças, para a gente fazer um barulho, as crianças sabendo o que estavam fazendo. Isso, eu acho muito importante, as crianças saberem o que elas estão indo fazer. Então a gente ir fortalecer com esse som, mesmo que seja um movimento pequeno [...]

DIANE - Então a gente, tinha roda de conversa

Reconhecimento dos direitos fundamentais e a
responsabilidade do Estado

Educação em e na gramática dos Direitos
Humanos Infanto-Juvenil

para discutir o que estava acontecendo no nosso bairro, o que deixava de acontecer; como era a escola, como deixava de ser [...] vai falar de criança, vai falar de violência, vai falar da sua origem, da sua ancestralidade, vai falar do seu futuro, do seu passado, do seu presente [...] e eu, sempre fui uma menina, muito curiosa. Eu queria saber, o porquê de tudo. Porque eu alisava o cabelo, porque eu gostava de menina, porque eu não podia usar azul [...] e o EURECA [...] ele trouxe todas as respostas que eu procurava e as respostas que, eu nem sabia que ia procurar um dia. Então. Foi esclarecedor para minha vida [...] o EURECA [...] sabe?

IRENE - Não vou dizer que participei de todas, porque eu estaria mentido, mas de bastante formações de Direitos Humanos. E, até a do EURECA, também, falava bastante sobre os Direitos Humanos [...] eu acho importante por causa disso, é uma forma da gente, ainda mais jovens, crianças, lutar pelos nossos direitos. Não ficar esperando por segundos, por terceiros, lutar pelos direitos da gente [...] E, também, é importante porque dá um [...] dar para a gente, um senso crítico, faz a gente pensar mais, tipo, pensar mais, abrir nossos pensamentos [...] eu acho importante, porque, é uma forma de luta. Tipo, é uma forma da gente lutar com nossas próprias forças, uma forma da gente ir lá e não ficar só sentada, esperando que alguém lute pelos meus direitos [...]. De uma forma lúdica, de uma forma tranquila, de uma forma pacífica, mas que de uma forma resistente forma, que a gente sabe que causa impacto [...]

LUNA: A nossa percepção de direito é muito grande. Até quando minha mãe está vendo uma polêmica na televisão e vai falar alguma coisa, dar a opinião dela, escuto a opinião dela, discordo da opinião dela, mas, mesmo assim, eu consigo conversar com ela, sobre como aquela posição dela

	pode ou não estar errada, de acordo com os direitos das outras pessoas. AURORA: Nossa, demais. Demais, acho [...] acho que com o EURECA eu tive contato com muitas pessoas que pareciam comigo, sabe! Pessoas diferentes. Eu fui [...] eu lembro até hoje, que a primeira formação do EURECA que eu fui, estava todo mundo com Balcão. Falei: gente quantas pessoas de cabelo lindo [...] e eu acho que vem muito do EURECA, de como eu me vejo, de poder falar sem medo nenhum de quem eu sou. Eu sou preta, eu tenho meu Black, e [...] problema é seu, se você não gostou. Sabe? Então vem muito de EURECA, também. DIANE - uma mulher periférica, negra periférica, pobre. Imagina, está no meio de um monte de gente de classe média, classe alta, e as pessoas estão ali me ouvindo. Imagina, você ser aplaudida, depois de uma fala. Fala meu [...] eu saí de lá da Vila Esperança, de uma casinha de três cômodos, pequena. Está aqui, agora. Imagina a sensação! IRENE - Mas teve um desfile que a gente fez, que cada ala era representando um povo. Aí, teve a ala do povo rural, teve a ala do povo indígena, teve a ala do povo quilombola. Tipo, a gente, tipo, aqui do Projeto Meninos e Meninas de Rua, a gente se fantasiou como o povo do rural. A gente saiu com a foice, o chapéuzinho e tudo mais. E o Projeto Meninos e Meninas de Rua, foi se vestiu de outro, vamos supor, que eles se vestiram de Indígena, do Projeto Meninos e Meninas de Rua se vestiu do povo Quilombola. AURORA: [...] Quando tem o desfile mesmo do bloco, a gente tem que fazer alguma alegoria ou cartaz, a gente faz também. Os instrumentos quando precisa arrumar, afinar, trocar a... o adesivo que tem, eu troco também. Eu acho que, o que envolve o Bloco EURECA, o que tem que fazer, a gente faz. Se tiver que dar aula no lugar do educador ou da educadora, a gente faz. Quando ele
Representatividade e referências de valores socioculturais	
Especificidades da metodologia da atividade/ação do Bloco EURECA	

não está bem. Os dois tiram um som, quando tem um novo Breck, tira um novo Breck. Então todas as coisas que envolve o Bloco EURECA, tamos juntos.

DIANE - Por você escolher temas, você entender [...] porque os nossos temas, eles não são aleatórios, são muito [...] são temas específicos [...] E por ser temas assim. Eu acho que [...] é necessário, é importante, você saber de onde, você veio. Porque, que está acontecendo isso hoje em dia. O que acontece, o que deixa de acontecer. Então, eu acho que são formações que você não encontra em qualquer lugar.

IRENE - O que vocês acham importante da gente falar? Aí, em cima disso. Nós mesmos, crianças e adolescentes que decidiram. Aí, em cima disso, a gente decidia o tema, aí a gente também, já decidia o slogan da camisa, que sempre foram as crianças que fizeram também. Sempre com aquela lâmpada, que é o símbolo do EURECA. Era importante. A gente poderia desenhar o que a gente quisesse, mas tinha que ter a lâmpada, que era o símbolo. E, aí, a gente, passava o dia todo nessa formação [...] na verdade, era meio período de formação e, de tarde a gente ia para as piscinas, brincava, o que nossa, acho que toda criança amava. Eu [...] se falava, formação do EURECA, nossa, meus olhos brilhavam [...] Tipo eles chegam para uma criança, de sete anos e fala: o que você quer falar? Tipo. Não é muito comum, hoje em dia, alguém chegar numa criança e falar: o que você quer falar? O que você acha disso? Que tipo, vai falar: a criança não sabe de nada, a criança não tem noção de nada, mas, o que é uma grande mentira. Tipo. A criança ela sabe, ela tem noção, ela também vive isso [...] nas formações, eles chegavam e falavam: e aí? O que vocês querem falar? Quer que vocês queiram dizer? Que que vocês querem levar para a rua, para as pessoas escutarem? E, aí, eu achava muito importante. Pros adolescentes era a mesma coisa.

E tipo, não tinha aquela desigualdade, naquele momento ali, era todo mundo no mesmo patamar [...]

LUNA: Eles sempre pedem para estudar os temas. São os temas que estão acontecendo no momento, no ano e alguns acontecimentos e, aí vamos construindo uma base com o que já aconteceu no passado e o que está acontecendo agora. Vemos as violações dos direitos que estão ficando mais fortes e aquelas que melhoram também

AURORA: Então, quando eu entrei as aulas de percussão, os ensaios com a bateria era uma vez por semana. Que era toda quarta. Toda quarta-feira a gente estava lá [...] aí eu fiquei mais ligada, entendi que era um bagulho mais de direito, de direito da criança. Eu fui ouvindo e me ligando mais, aí foi tendo formação, formação

DIANE - Também tinha as formações antes do EURECA. Formações maravilhosas. Inclusive, saudades [...]o importante era as formações, para eu saber o porquê deu está ali. O porquê deu está tocando. O porquê deu está reivindicando [...] quando a gente se reunia nas formações do EURECA, geralmente era para tirar tema, se aprofundar no tema, saber por que a gente escolheu aquele tema, porque a gente está [...] o que a gente estar reivindicando, por quê. O que é direito, o que é o Estatuto, de onde saiu o Estatuto. Por que do Estatuto.

Formação política

IRENE – A gente sabe que causa impacto [...] Muitas vezes o prefeito já tentou impedir, da gente sair na rua, ou da gente desfilar, porque ele sabe o impacto que têm, o impacto que o EURECA causa. Então, várias vezes ele tentou impedir da gente sair na rua. E a gente falou: não, a gente vai. Virou uma tradição, o EURECA [...] é importante porque dar um, dar para a gente, um senso crítico, faz a gente pensar mais, tipo, pensar mais, abrir nossos pensamentos. É com o EURECA eu aprendi gostar de política [...] hoje em dia, você [...] difícil você

achar um jovem que gosta de política. Muito difícil, mas da forma que o EURECA trabalha política, você acaba gostando. Não é aquele negócio quadrado, aquela política quadrada. Não, eles [...] não sei o que eles fazem, mas eles nos ajudam a entender a política, a gostar de uma coisa que, a gente olha e tipo, não [...] eles fazem de uma forma diferente, a gente aprender. Com os “pirlimpimpim” deles lá, eles fazem a gente entender, começar a gostar. Porque, tipo, não tem [...] o jovem, ele não gosta de política, porque ele não entende.

5.4 Matricial da categoria “Consciência de si como fundamento da dignidade humana”.

Categoria: Consciência de si como fundamento da dignidade humana e a relação com o desenvolvimento pessoal.

Conceito: O processo de aquisição da cidadania a partir do desenvolvimento pessoal como preocupação e compromisso assumidos pelas crianças, jovens e adolescentes no desenvolvimento de talentos e habilidades que vão se construindo a partir de si e da relação com o outro. A conscientização de si mesmo fundamentada em uma luta solidária e coletiva, em que a comunicação carrega consigo a intencionalidade da dialética, utilizando-se de múltiplos canais para que de forma concreta e prática a coparticipação dos sujeitos envolvidos no processo e contextualizados a partir do seu território de forma progressiva, superando os aspectos sociais que inibem o ato de comunicar, com base na horizontalidade, criticidade e confiança, que implica o falar, o pensar sem receio ou vergonha do outro.

A socialização como processo argumentativo na sua construção como sujeito histórico em que a perspectiva trazida com e via uma educação que transita entre a ação libertadora e a criticidade e que requer ajuste do comportamento na adoção de normas e condutas pautadas na resolução de conflitos sem brigas, assumindo o diálogo e a negociação como direção da ação frente às divergências que surgem nas relações humanas. O entendimento da sua relação consigo e com o mundo, manifestando a compreensão sobre os direitos como pessoa humana, bem como a consciência do papel de cidadão e cidadã no espaço da coletividade.

A constância que se estabelece na relação e tensão entre os interesses individuais e coletivos ocorre de maneira consciente em que a compreensão e apropriação de sua realidade possibilita a recriação dos significados e a forma de interagir e lidar melhor com os desafios e

situações novas, dos problemas que surgem na dinâmica das diferentes experiências vivenciadas no cotidiano.

**Temáticas trabalhadas no contexto do
EURECA**

A participação colaborativa plena do
desenvolvimento cognitivo e as condições de
aprendizado

Verbalização do/as participantes da pesquisa

AURORA: Chamar mais gente. Mais gente, mais instrumentos, mais barulho, quanto mais, melhor, e, todo mundo junto[...]talvez fazer um filme, fazer uma animação, um desenho. Para que uma criança possa entender melhor. Sabe? O direito dela, esclarecer mais e, cada vez mais, levar para mais crianças [...]

DIANE - Eu acho que, todo mundo deveria ter essa experiência, de participar do Bloco EURECA. Porque, é uma coisa que você se reinventa [...] vai falar de criança, vai falar de violência, vai falar da sua origem, da sua ancestralidade, vai falar do seu futuro, do seu passado, do seu presente [...]

IRENE - Eu desenvolvi mais, é [...] esse negócio de trabalho em grupo, desenvolvi bastante de mediação de conflitos, aprendi bastante isso de tipo, está acontecendo um problema aqui. Tipo, eu não vou me desesperar [...] porque, no decorrer dessa trajetória, observando e as pessoas me ensinando. Foram aí me ensinando [...] aprendi bastante a falar em público, que eu morria de vergonha de falar em público [...]se for para falar em público, eu falo, se for para vir falar em uma câmara, e porque, tipo, eu fui desenvolvendo isso [...] com o Bloco EURECA, eu fui aprendendo coisinhas, tipo. Um pouquinho aqui, um pouquinho ali, fui é como [...] quando você acorda de manhã meio sonolento. Você está de olho fechado, e vai abrindo aos pouquinhos, aos pouquinhos, quando você vê, já está com os olhos estalados e começando o seu dia. Acho que, foi bem assim, para mim.

LUNA: Acho que precisa de mais divulgação. As pessoas precisam conhecer o Bloco Eureka cada

vez mais. Para poder entender mais os direitos [...]

AURORA: Então hoje em dia, eu faço parte de outro projeto dentro do CEDECA Sapopemba, que é o Ecos e Reflexos da América Latina (revista produzida pelo e com adolescentes e jovens). Que é uma ligação com jovens também, e com a comunidade e do Projeto. Então estou quase todo dia tendo contato com o Ecos. Com o Eureka que é uma ligação do CEDECA Sapopemba, são dois dias por semana.

DIANE - Então, como que eu posso dizer? [...] Está no Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), está no conselho municipal de criança e adolescente, está no EURECA, está no levante popular da juventude, na rede paulista de futebol de rua, que são várias outras organizações, que eu tive a oportunidade de passar, de participar. Está na rede de jovens, que é uma organização nacional. Sabe? São oportunidades, que se não fosse através do EURECA, eu jamais teria [...] então, você [...] você acreditar em você, você ter uma força dentro de você, que fala você consegue, você pode. Torna as coisas mais fáceis. Sabe? Você acreditar em você mesmo, eu acho que, é fundamental. Você ter alguém te apoiando, é maravilhoso, é muito bom, mas existem momentos, que você só vai ter você. E você tem que entender, que isso basta. Sabe?

IRENE - A gente tem o costume, quando termina o Bloco EURECA lá, fica o carro de som e, as pessoas que quiserem ir lá e falar, vai lá e fala [...] num evento do CONANDA, em Brasília. Aí falaram: vai lá e fala. Nossa, tremi na base, paralisei [...] Aí, eu fui lá, subi e falei, falei, a meu ver, ao que as pessoas disseram, falei bem. E, desde então, perdi o medo de falar em público, não vou negar, que as vezes dá um friozinho na barriga, se eu falar que não dar, é hipocrisia, pura hipocrisia minha. Mas, tipo, depois eu subo lá e começo a falar, e as vezes até me empolgo, e tudo certo.

Participação, protagonismo e engajamento

Proteção integral

LUNA: Participar bastante vezes já, não só da percussão, mas aí durante a semana tem outras criações também. Participamos um pouco mais e as vezes um pouco menos. As vezes só nas aulas de percussão. É isso

AURORA: Aqui (a resposta foi rápida e com ênfase). Aqui é o meu lugar de segurança, aqui é meu lugar de aprendizado, aqui é meu lugar de aconchego. Sabe? Eu acho que aqui, é tudo. Tudo essas coisas assim, para mim.

DIANE - Eu passei poucas e boas, na minha vida. Eu fui vítima de trabalho infantil, já sofri várias violências nessa minha vida. E, tipo. O Projeto me abraçou, ele curou as minhas feridas, que eu tinha. Sabe?

IRENE – [...] eu acho muito importante, que é um lugar de fala pra crianças, pra crianças e adolescentes [...]

LUNA: Hoje eu me sinto mais segura em casa em casa. O lugar que me sinto mais segura.

AURORA: Vamos [...] com o Ecos, a gente fez um projeto, que desenvolveu um jogo. Eu estou super ansiosa para trazer esse jogo para cá. E jogar com as crianças, ver como que elas lidam com o jogo. Nossa, minha relação com crianças, hoje em dia, é cem por cento melhor [...]Hoje em dia se eu tenho um desafio. Eu paro, respiro, presto à atenção no desafio, e todo problema, a origem do problema, tem consequentemente uma solução. Você só tem que explorar essa solução e ver se é a certa. Então eu tenho muito, hoje em dia, essa forma de parar, olhar o problema de longe e, assim, resolver [...]

Infância organizada

DIANE - O EURECA, ele trouxe para mim, um nível de organização [...] eu não sou organizada, eu super desorganizada. Mas, imagina você organizar uma bateria, com cem, duzentas pessoas, não é fácil [...] inclusive, quando [...] a primeira vez que eu viajei pra Brasília, é [...] os jovens fizeram a organização de todo o evento. Então, imagina você

organizar um evento nacional. Vindo pessoas de São Paulo, do Acre, do Amazonas. E organizado por jovens. Então, ele mostra para mim, se eu quiser, eu consigo. Eu só tenho que persistir e acreditar em mim mesmo. Entende?

IRENE – [...] é uma forma da gente, ainda mais jovens e crianças, lutar pelos nossos direitos. Não ficar esperando por segundos, por terceiros, lutar pelos direitos da gente.

5.5 Matricial da categoria “Democratização da voz e emancipação”.

Categoria: Democratização da voz e emancipação a partir da perspectiva solidária

Conceito: A democracia como possibilidade de desenvolvimento e capacitação dos sujeitos em se assumirem como seres históricos, tanto no âmbito pessoal quanto coletivo. A participação no Bloco EURECA, como ato de resiliência frente às narrativas opressoras forjadas nas visões equivocadas das instituições e ideologias produzidas e reproduzidas nas bases fundantes da opressão, resultam na capacidade de comprometimento consigo mesmo ao sentir-se mais confiante em relação as crianças, adolescentes e jovens participantes dos projetos e do bloco.

Particularmente, criar e recriar instrumentos necessários no processo de emancipação de si e do outro, transformando o conhecimento adquirido em ferramentas e mecanismos que potencializem a disseminação do conhecimento sobre a gramática dos direitos humanos, no exercício de intervenção no mundo por meio da luta ininterrupta, no trabalho político de formação e orientação de pessoas pertencentes ao seu núcleo familiar, de amigos, do ambiente escolar, do bairro e da comunidade em que reside, problematizando de forma extensiva a reflexão sobre a luta por um projeto político que valorize a construção e transformação social articulada com o paradigma da emancipação gerada na matriz da justiça e da dignidade humana.

O esforço da coletividade como implicação na articulação, coordenação e potencialização dos conhecimentos em e sobre os Direitos Humanos, com o objetivo de ampliação e consolidação da autoafirmação como pessoa humana no contexto de construção, reconstrução e organização teóricas e práticas do seu papel de cidadania. Representação que amplia a leitura do mundo enriquecendo a identificação consigo e com o outro, no delineamento da capacidade de exercer a liderança nos espaços de convívio, bem como se posicionar a

respeito da trajetória dos direitos humanos e sua formulação original e centralizadora, limitando o seu reconhecimento no âmbito da unicidade e não a pluralidade, que, na prática, dificulta a condição do compromisso ético-político na garantia e do respeito à igualdade fundamentada na concepção e condição que perpassa o indivíduo na sua construção como sujeito histórico.

Temáticas trabalhadas no contexto do EURECA	Verbalização do/as participantes da pesquisa
Formação e conscientização	DIANE - Vai além disso. Vai muito além disso. Eu saber que reivindicaram, lutaram sim, cada segundo da sua vida, cada suspiro, até o último suspiro. Cada negro que lutou, que passou pela aquela senzala. Sabe? É [...] é angustiante, mas ao mesmo tempo, é tão confortante. Saber de que foi uma luta, que começou lá, e até hoje, existe pessoas lutando por nosso progresso e, pelos nossos direitos. E que tivemos avanços. Com toda essa história que, eles construíram lá atrás, e até hoje [...] continua. Sabe? É confortante, saber que eles não lutaram atoa [...] A gente sempre procura trazer a nossas origens. Saber de onde vem essa força que a gente tem hoje em dia. Sabe? Então, é uma [...] eu falo que: é uma força que vem deles, porque, é uma força que a gente tira de dentro [...] eu tenho muito orgulho, da mulher que eu me tornei, hoje em dia [...] acho que, se não fosse o Projeto, o EURECA, eu não seria um terço da mulher que eu sou hoje. Sabe? Eu acho, que eu não procuraria tanto, saber, do meu passado, da minha ancestralidade, dos meus direitos, do que eu quero para o meu futuro.
Ressignificação e multiplicação do conhecimento	IRENE - A gente aprendeu bastante, também, é [...] tipo, a olhar com olhar mais crítico pra coisas [...] com eles ajudando a gente assim, com eles ensinando que a gente tem que correr atrás, acho que a gente começou ter esse olhar mais crítico, começou a se interessar mais, a correr atrás dos problemas [...] DIANE - Saber tudo que eu sei, querer é [...] multiplicar todos esses conhecimentos que eu sei,

para outras pessoas, pra outras jovens que chegam aqui [...] então, é [...] é falta de conhecimento. Então, a partir do momento que você tem o conhecimento, de que você entende as coisas, você tem uma visão totalmente diferente [...] Saber o que aconteceu, porque que aconteceu, é saber que a nossa [...] uma das maiores origens, eu acredito que a maior, mas ainda tem gente que fala que não. Então, eu tenho uma dúvida (risos). Que a nossa maior origem veio da África [...] E o único lugar que você vai conhecer, que você vai ter esse entendimento, são nos espaços sociais, nos espaços culturais. Porque, se você for em qualquer outro lugar, eles vão criminalizar ela. Sabe? Não vão entender. Então, eu acho que é de suma, super, superimportante.

IRENE - Quando eu comecei a [...] saber mesmo dos meus Direitos Humanos, e tudo mais. Eu comecei levar, também, para a escola onde eu estudava. Tipo, comecei a discutir mais sobre Direitos Humanos na escola. Foi de certa forma uma multiplicação, vamos se dizer assim. Tipo, eu aprendia aqui e ia levando lá pra [...] lá para a escola, lá para onde eu morava [...] acho que combina bastante com o que a gente está falando, foi sobre o racismo na escola

DIANE - Mano eu vejo uma menina de cabelo alisado, que queria ser branca na escola. E você olha aquele mar de Black de Dred. Você fala: gente, que coisa linda [...] essa sou eu. Depois de tanto tempo, eu poder me aceitar. Me reconhecer como uma mulher negra. Foi justamente por isso [...] a minha ancestralidade hoje, para mim, é [...] é fundamental. Saber quem foi Dandara. Inclusive, eu queria ter, não agora, mas eu queria ter uma filha, só para chamar ela de Dandara. Eu acho uma mulher perfeita, com nome perfeito. Sabe? Então. Saber, que a minha ancestralidade não foi [...] são aquelas pessoas, que foram roubadas, sua identidade, de que foram tragas para cá de livre e

espontânea força.

IRENE - Se eu ficar um ano sem aparecer aqui, se eu for para o bloco [...] se eu voltar, e quiser participar do Bloco EURECA, eu também, vou poder participar do mesmo jeito [...] Acho que, se eu não participasse do Bloco EURECA, do Meninos e Meninas de Rua, eu não estaria aqui hoje, não estaria fazendo faculdade. Eu sou menina, negra, periférica, e eu faço faculdade na Paulista (referência a uma avenida da capital paulista), uma faculdade particular, e sou bolsista cem por cento. Tipo, se eu não tivesse as formações que eu tive, nunca na vida [...] acho que você conta nos dedos, os negros que têm lá e os periféricos. Então, acho que é isso.

DIANE - Inclusive o EURECA, me deu esse [...] ano passado, me deu uma oportunidade maravilhosa. Que foi participar do Mude com Elas. São dez jovens negras, que além de discutir justamente isso, discute o mercado de trabalho, a inserção no mercado de trabalho, como que é o mercado de trabalho [...]

IRENE - Acho muito importante isso, de extrema importância, isso que eles ensinaram para a gente. Que é preciso a gente juntar as nossas forças, lutar pelos nossos direitos, porque se a gente não lutar pelos nossos direitos [...] lutar para que quando nossos filhos, nossos netos, forem pra escola eles tenham uma educação boa, lutar pra que quando nossos filhos ficarem doentes e, eles forem no hospital, ter um médico bom ali, pra atender eles. Então eu acho muito importante. Tem um grito que a gente costuma fazer na [...] em manifestações, não vou falar no EURECA, que é, ele fala: pisa ligeiro, pisa ligeiro, quem não pode com a formiga, não atíça o formigueiro. E, tipo, é bem isso.

DIANE - Por que, a gente já pensava no tema, pensando no enredo. Então você escolhia o tema e, já estava aqui batendo a mão, batendo o pé, pensando o que ia rimar com aquele tema [...] a

Processo de fazer a música/ montagem do Samba.

gente tirava os temas [...] inclusive das formações.
IRENE - Para compor o enredo era, assim [...] a gente, escolhia um lugar [...] juntava todo mundo, e passava um dia inteiro. É, tipo, decidindo um tema [...] a gente decidia [...] nós crianças e adolescentes falavam, o que a gente queria falar mesmo, o que a gente queria levar para a rua e, eles incentivavam a gente olhar de modo geral. Tipo, o que estava acontecendo no nosso país e, falava: oh está acontecendo isso, está acontecendo aquilo [...], mas na hora da música era mais [...] alguns adolescentes e alguns educadores, que faziam a música. Até porque uma criança, fazer a música, acho um pouquinho difícil. Não que seja impossível [...] na formação do enredo, enredo mesmo, eu não participava, eu estava mais na base, falando o que eu quero.

6. Diário de Campo: o outro como reflexão

Os registros do diário de campo respeitaram a ordem cronológica que foram elaborados e serão representados por abreviações, a exemplo de RDC-I, RDC-II, RDC-III e RDC-IV, entre outras; da sigla CO seguido por uma sequência numérica, quando se referir a comentário do observador/pesquisador, acompanhados pelas datas do registro e a página de localização. O trabalho que se desenvolve por meio da atividade/ação do Bloco EURECA, nos Projetos Projeto Meninos e Meninas de Rua, CEDECA Sapopemba e Instituto Camará Calunga está direcionado aos que estão na exterioridade, quando tomamos “outro como critério”, e partimos de processos analíticos representados pelas “categorias como totalidade, exterioridade e exclusão, práxis de libertação, proximidade, diálogo, entre outras” Oliveira *et al* (2014, p. 47).

Em discussão sobre os 30 anos do EURECA e os 31 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), um dos educadores sociais parceiro, que atua na região da Zona Sul da capital paulista faz a seguinte análise a respeito da atual conjuntura dos direitos humanos infanto-juvenis e a luta por garantia de direitos.



EURECA 1996

Não se pode ser ingênuo nessa relação e na luta do cotidiano pela garantia de direitos, pois há um processo de destruição, é necessário preparar essa juventude para enfrentar aqueles que colocaram o dedo na sua cara com a desconstrução dos adjetivos e da narrativa a que eles não pertencem a determinados espaços. A luta também é dos pequeninos, não só dos adultos. Só assim, será possível viver o sonho freiriano. Nossa luta ficou presa aos que estão institucionalizados, precisamos buscar aqueles que não ocupam esses espaços, ou nem têm espaço. (RDC-V, 04/08/2021, p. 14).

O modelo de educação adotado na atividade/ação do EURECA, nos espaços de organização e atendimento comunitário dos Projetos, está pautado em uma visão progressista que proporciona a crianças, adolescentes, jovens e suas comunidades a possibilidade de sonhar e a

EURECA: Contra a Exploração do Trabalho Infantil.
Letra coletiva

Vira Brasil, Brasil tem que virar
Eureca na avenida pra exploração
se acabar (Bis)
Vai virando, mas você é ruim, você
também

E as crianças do Brasil esperando
ser alguém

Desde que as caravelas aportaram
no Brasil

Acontece a exploração do trabalho
infantil

Vendedor de picolé, pipoca ou
limão

Sou eu mesmo, sim senhor, o
puxador de papelão

Para-brisas no farol, guarda carros
ou engraxate

Somos todos cidadãos, cidadãos da
arte (cidadão da arte).

No campo, na cidade

Nas rédeas do patrão

Meninos e meninas abandonam a
educação

Lazer e a cultura ficam na
recordação

Dia-a-dia é de luta para se ganhar
o pão (se ganhar o pão).

(EURECA, 1996)

esperançar, considerados princípios fundamentais para um futuro libertador. Para tanto, afastando-se do puro treinamento técnico fomentado pelo opressor, essa forma de construção de conhecimento conversa com o pensamento freiriano, pois configura a busca da construção **desse** conhecimento a partir do outro e com o outro, por meio da “integração com seu contexto, resultante de estar não apenas nele, mas com ele, e não a simples adaptação, acomodação ou ajustamento” (Freire, 2019c, p. 58).

***CO67:** A educadora social e intérprete dos sambas-enredos do Bloco Eureka (na ocasião) explicou que a composição de cada samba-enredo tem, como fio condutor, algum evento ou momento histórico, sobretudo o contexto do ano em que ele é composto. No caso do samba-enredo de 2013, foi pensado como forma de lembrar os anos da Ditadura Civil/Militar no Brasil, que se deu entre 1964 e 1985. Tendo em vista que no ano anterior, 2012, foram nomeados/as pelo governo federal, na época chefiado pela presidente Dilma, profissionais da área do direito e professores com a missão de compor a Comissão Nacional da Verdade, no intuito de investigar os crimes cometidos durante o regime (RDC-XIV, 20/11/2021, p. 39).*

Com base nessas perspectivas “cabe um parêntese para salientar que, no ir e vir do viver, de pesquisar e conviver, de sonhar e procurar a superação de barreiras busca-se ampliar a compreensão crítica da realidade” (Oliveira *et al*, 2014, p.69). Fundamentados na observação de Brandão (2014, p.16), ao dizer que a “criação de outras mentes, de outras sensibilidades, de outras maneiras pessoais e coletivas de ser e viver, de pensar, de sentir e de, afinal, partilhar a vida”, compreendemos que as atividades desenvolvidas em espaços educativos no interior da escola ou para além dos muros escolares, nos denominados projetos sociais, tem, como característica, as experiências vivenciadas.

Uma educadora do Projeto Meninos e Meninas de Rua, falou sobre a importância dessa troca intergeracional entre os militantes, os educadores, crianças e adolescentes que estão no “front” da luta pelos direitos humanos. Nesse momento, o espaço de fala passa a ser utilizado pela adolescente convidada. A pergunta inicial da educadora do CEDECA Sapopemba, foi: Como você conheceu o ECA? O ECA deve fazer parte de tudo, ocupar todos os lugares. Não podemos perder nossos direitos, a lei traz um impacto sim em nossas vidas. O direito de acesso e permanência na escola deve ser garantido. O poder público deveria auxiliar as famílias nos cuidados com as crianças e adolescentes, para não ser preciso trabalhar (RDC- V, 04/08/2021, p. 13).

Para as participantes e os participantes do EURECA, a interação contida na prática social que acontece no desenvolvimento da atividade/ação do bloco carnavalesco infanto-juvenil apresenta-se como uma possível leitura e diálogo com a visão freiriana, no entendimento de que “uma das tarefas da educação democrática e popular, da Pedagogia da esperança – a de possibilitar nas classes populares o desenvolvimento de sua linguagem”, considerando que esse processo não se constrói, de forma alguma “pelo blábláblá autoritário dos educadores”(Freire, 2011, p. 56). Nesse sentido, a educação pode ser entendida como conhecimento que se alarga

para além do sistema fonético ou iconográfico e proporciona ao indivíduo entender-se no mundo e com o mundo, conforme salienta uma das coordenadoras da Rede EURECA, ao dizer:

E o EURECA nasce com a ideia de divulgar, discutir e debater com a população, de forma lúdica, para falar sobre a nova legislação. Foi um momento de ousadia trazer, para o debate público, o sentido de uma lei que protege meninos e meninas, com participantes de um bloco de carnaval, com adolescentes e crianças das camadas empobrecidas da população (RDC- Ia, 07/02/2021, p. 02).

7. Considerações Finais



EURECA 2002

EURECA: Educação Não Pode Ser Privada. Letra Coletiva

Eu vou seguir, vou conquistar,
Vem minha gente é hora de transformar
Simbora povo, lutar
Na Marechal é hora de cantar
Eu sou criança, sou como uma floresta
Para me ensinar tem que ter amor
Tem que me ouvir, sou um cidadão
Cultura e arte: Grandeza da nação
Venha...
Você verá que vale a pena
Lutar em prol da consciência, contra a discriminação
Um dia, quando tudo for perfeito
Respeitar nossos direitos e ter melhor educação
Refrão:
A bateria sacudiu, sacudiu
Vem levantar nossa bandeira
O EURECA na avenida, mostrar a luta brasileira (bis)
Hoje a União Independente das Entidades vem mostrar
Vem mostrar pra essa gente, essa história popular
Vai entrando, temos que nos aliar
É melhor tomar cuidado:
QUEREM PRIVATIZAR!!!
Paulo Freire sonhou com o alfabeto da vida
EURECA é luz com as crianças na avenida
O oprimido se levanta na magia do sonhar, sonhar
Educação em primeiro lugar (EURECA, 2002).

Os registros sistematizados, a partir dos discursos presentes na pesquisa, consistem na compreensão da trajetória do Bloco EURECA, considerando a sua fundamentação nos princípios da participação social e cidadã de crianças, adolescentes e jovens, bem como a dialética que perpassa o vivido no cotidiano e o mundo das ideias, especialmente no arcabouço jurídico que reconhece esse grupo etário como prioridade absoluta. A trajetória do Bloco resulta na criação e recriação coletiva dos sambas-enredo que traduzem o processo de ação/reflexão/ação sobre as garantias dos direitos humanos infanto-juvenis frente as diferentes formas de violação e violências sofridas por esse grupo etário na sociedade brasileira.

As pesquisas bibliométrica e bibliográfica tomam, como recorte temporal, a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (1990) e os 30 anos da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança – CDIC (2019), vinculadas diretamente aos conceitos e concepções das temáticas que atravessam a “gramática” dos direitos humanos. Essas pesquisas resultaram no material coletado a partir do banco de dados da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), que aponta para uma incipiente produção e sistematização de teses e dissertações nas universidades federais e estaduais que tratam do campo dos direitos humanos com recorte para a área do grupo etário infanto-juvenil.

Configurada a partir da análise das letras dos próprios sambas-enredo, a escolha dos descritores, que orientaram as pesquisas bibliométrica e bibliográfica, se justifica ao representar o próprio contexto do cotidiano do Bloco EURECA, bem como ao considerar que a base de busca trata de um banco de dados que agrega cerca de 133 instituições de ensino superior (IES) do Brasil, majoritariamente composta por universidades federais e estaduais, compreendendo um montante de aproximadamente 777.334 documentos, distribuídos entre 563.529 dissertações e 213.806 Teses.

O material produzido, com base na interação e articulação entre a produção do Bloco e a base de dados, está diretamente vinculado ao referencial teórico elencado pelo pesquisador e é considerado um avanço para o desenvolvimento desta pesquisa. Isso porque o mapeamento da produção acadêmica sobre a “gramática” dos direitos humanos infanto-juvenis figura como parte da definição e construção do inventário que se organizou nos processos desenvolvidos nas etapas anteriores, revelando-se como parte fundamental desta Tese ao auxiliar como instrumento que atribuiu sentido na construção do referencial teórico, na sistematização, nos resultados e validação dos dados.

Ao direcionarmos a pesquisa no banco de dados, considerando as categorias dos descritores que se constituíram a partir das letras dos sambas-enredo do Bloco EURECA, postulamos abordar questões que se sustentem nas reflexões decorrentes das experiências cognitivas e da construção ontológica da atividade/ação do grupo.

Ao convergir para elementos que atendessem aos critérios de construção e composição do referencial teórico desta Tese, o resultado da pesquisa, baseada nos descritores, observou aspectos, tais como, a quantidade de trabalhos encontrados no banco de dados; o diálogo entre os descritores e o problema de pesquisa; a totalidade das instituições em que ocorreu a produção das temáticas presentes na produção dos sambas-enredo; as dez instituições de ensino superior com maior produção de teses e dissertações sobre a temática dos direitos humanos infanto-juvenis, com atenção para a contribuição da UFSCar no coeficiente geral; a representatividade e o desdobramento da produção acadêmica, considerando a articulação com os Programas de Pós-Graduação da UFSCar, bem como suas linhas de pesquisa; a consistência epistemológica com os saberes elaborados a partir do Sul global; as áreas de conhecimento na qual estão locados; as metodologias e o referencial teórico adotados para dar sustentação às pesquisas sobre direitos humanos desenvolvidas nesses programas.

O agrupamento e direcionamento para a sistematização da luz do arcabouço teórico na construção e desenvolvimento dessa Tese pautou-se em três aspectos: título do trabalho, resumo

e palavras-chaves, considerações das orientações sobre o objeto de pesquisa, o referencial teórico-metodológico, as análises e resultados contidos no recorte observado.

Quando se considera a revisão bibliográfica estruturada a partir dos descritores, que perpassa a própria atividade/ação do Bloco EURECA, percebe-se que ela proporcionou um melhor direcionamento no entendimento da representação do grupo pesquisado. Cabe dizer que, partindo do pressuposto da relação entre a intenção (ideia de direitos humanos infante-juvenis) e o gesto (materialização do direito), é possível definir o Bloco EURECA como movimento insurgente das ruas, organizado em torno da adoção de um novo olhar e trato à infância brasileira em situação de vulnerabilidade, risco e sofrimento. Essa percepção amplia-se, sobretudo, quando se observam as mais de três décadas de atuação do Bloco no chamamento da sociedade brasileira ao compromisso de assumir a luta em defesa dos direitos humanos infante-juvenis em uma sociedade estruturalmente desigual.

Especialmente, no campo dos direitos humanos infante-juvenis, a produção acadêmica e o debate em diferentes campos da produção do conhecimento ainda perpassam pelo campo hegemônico com aspectos utópicos que se constituem a partir do Norte Global. Nesse sentido, a produção e o debate estão intrinsecamente ligados às características que compreendem a própria concepção e os discursos presentes no contexto histórico dos direitos humanos, na compreensão, normatização e formatação internacional, a partir de uma visão fragmentada, sem considerar as questões de âmbito local.

Os dados coletados para construção e desenvolvimento desta Tese possibilitaram entender que a compreensão sobre as temáticas trabalhadas na atividade/ação do Bloco EURECA requer a ampliação do olhar e trato a respeito das dimensões e complexidades epistemológicas que envolvem a construção e a operacionalização dos conceitos sobre os direitos humanos, sobretudo no âmbito da infância e juventude. Isso porque tem-se em vista que tais direitos se constituem como parte fundamental na construção desse novo olhar e trato no entorno desse grupo etário, reforçando a necessidade de criação de um conhecimento pautado na constituição de um referencial teórico amplo e coerente com a defesa dos direitos humanos infante-juvenis.

Tomando como pressupostos aspectos teóricos e metodológicos presentes na atividade/ação do Bloco EURECA, é urgente suscitar o debate sobre os direitos humanos infante-juvenis e estabelecer diretrizes para uma política nacional que reafirme o compromisso, o fortalecimento e a responsabilidade da sociedade brasileira na garantia de direitos de crianças e adolescentes como prioridade absoluta, emergindo como aspecto fundamental na articulação em defesa dos direitos humanos desse grupo etário. A perspectiva da “gramática” dos direitos

humanos infanto-juvenis ganha forma na verbalização dos sujeitos participantes desse processo de formação, na atividade/ação do EURECA, como exercício dos direitos fundamentais à vida, presentes nas narrativas e entrevistas dos participantes do bloco.

O processo de reconhecimento e representação do outrem perpassa pela hipótese de que o projeto político pedagógico do Bloco EURECA constrói-se a partir da compreensão e efetivação da cidadania e na percepção de que uma democracia se constitui onde a existência dos direitos humanos são princípios fundadores na construção e desenvolvimento desse processo educativo, ao dialogar com outras gramáticas e linguagens alternativas à narrativa da tipificação de dignidade humana elaborada no Norte Global. Considerando a conjuntura apresentada, a pesquisa ganhou outros contornos na construção da tese dos direitos humanos infanto-juvenis, percebidos na insurgência das ruas, como alternativa aos processos hegemônicos e, assim, ressignificando a luta em defesa da “gramática” dos direitos humanos com definições e concepções sobre a infância que respeitem outros saberes constituídos para além da educação que acontece nos espaços dos educacionais institucionalizados.

Ao considerar as contribuições das trajetórias das e dos participantes da atividade/ação do Bloco EURECA como fonte que conecta aspectos da vida cotidiana com o simbolismo presente na multiplicidade de relações implícitas na prática social do Bloco, a tese defendida apresenta ganho quando possibilita que a voz desses sujeitos venha a abranger outros espaços ao problematizar, posicionar-se e disseminar conceitos que consideram a resistência contra a realidade social opressora e o entendimento da dinâmica como um dever ético. Por isso, a partir dos resultados e análises dos dados coletados, compreende-se que o EURECA assume, no discurso e na intencionalidade, o compromisso de lutar por uma sociedade mais justa e humanizada.

É preciso mencionar os desafios que se constituíram no processo de construção do conhecimento sobre a “gramática” dos direitos humanos infanto-juvenis a partir do problema de pesquisa e dos objetivos desta tese. A categorização e definição dos eixos temáticos configuraram-se como primeiro ponto de tensão entre a dimensão global que a temática assume e os processos locais que se fundam com base em outras formas de emancipação social ao considerar e assumir outras gramáticas e linguagens provenientes dos movimentos sociais, da educação social e da educação popular.

Ampliar o debate sobre a legitimação das práticas sociais presentes na atividade/ação do Bloco EURECA apresenta-se como parte desse desafio que tem, como pressuposto, a luta por uma sociedade mais justa, tendo em vista a contestação e denúncia que emergem das letras dos seus sambas-enredo frente às particularidades da interpretação das práticas políticas e jurídicas

voltadas para a infância, sobretudo nos Estados localizados ao Sul global. Para além, é necessário compreender como esses movimentos de resistência dialogam para organizar e elaborar suas propostas e demandas, a partir de uma identidade construída e legitimada na memória e história local, contrários ao monopólio do cânone da ‘gramática’ dos direitos humanos elaborados no Norte Global.

A delimitação da temática e o desenvolvimento da tese possibilitaram ampliar o olhar sobre a concepção epistemológica que fundamenta e aprofunda os debates e discussões sobre os conceitos e categorias temáticas a partir da “gramática” dos direitos humanos; do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); dos direitos humanos infanto-juvenis; da educação em e para os direitos humanos; educação popular; da participação social infanto-juvenil; do movimento social infanto-juvenil; do protagonismo infanto-juvenil; da cidadania infanto-juvenil; do carnaval e samba; do bloco de carnaval infanto-juvenil e da cultura popular.

Nesse sentido, as considerações aqui apresentadas têm, como eixo, a introdução à “gramática” dos direitos humanos a partir de uma linguagem que possibilita imprimir esse conceito para além de uma tese acadêmica ou de uma categoria de análise. Com dimensões históricas, a proposta político pedagógica presente na atividade/ação do Bloco EURECA se revela na abordagem teórica e nos procedimentos metodológicos próprios, ancorados na compreensão da relação do ser humano com os semelhantes. De forma humilde, não a humildade compreendida pelo senso comum, mas a que emerge dos pensamentos freirianos, as sugestões apresentadas pela banca possibilitaram ampliar o diálogo em que a abordagem epistemológica é compreendida como um processo para concepção do conhecimento.

Portanto, cabe ressaltar que o estudo sobre a temática não se encerra com defesa desta Tese. Isso porque se considera que a relação do pesquisador com o Bloco EURECA se organiza em outros espaços e momentos que antecedem a elaboração, desenvolvimento e sistematização do texto apresentado como requisito obrigatório para obtenção do título de doutor em educação, ultrapassando os muros da academia, dado que o pesquisador milita em defesa dos direitos infanto-juvenis também em outros espaços da área da infância e educacionais, tanto no âmbito dos projetos que acolhem o Bloco EURECA quanto em territórios e espaços de luta pela garantia de direitos humanos infanto-juvenis.

O Bloco EURECA se constitui na responsabilidade ética capaz de construir formas de interação com o outrem, fundamentadas na respeitabilidade, sem qualquer traço discricionário. Fundamentado no arcabouço jurídico e na mudança de paradigma na legislação, de forma independente, o Bloco se consolida na defesa dos direitos humanos infanto-juvenis, sobretudo ao considerar que o exercício da cidadania perpassa pelo reconhecimento das diferenças físicas,

de gênero, de cor, de origem social, dos valores (fisiológicos, sociais, relativos ao ego e à segurança emocional, práticos e cognitivos), opiniões filosóficas, ideológicas e ou crença religiosa.

Nesse sentido, o EURECA tem, como pressuposto, que a efetivação da cidadania passa pela convivência comunitária com estreitamento do relacionamento com amigos, colegas, familiares, educadores, educadoras, entres outros sujeitos, bem como a intervenção no mundo via comprometimento com o diálogo, a escuta e o respeito com o outrem, assim como outros saberes e vivências discordantes do seu modo de ser no mundo.

EURECA: "Como vocês se atrevem?"

Apagar minha história, limitar minha memória, massacrar nossa nação".

Letra coletiva.

(Alusivo)

Alô, somos os desagradáveis

Favelados invisíveis

Alvo a ser exterminado

Para o Estado descartáveis

Pretos, pobres, os matáveis

Enredo

(Refrão) 2 x

Como vocês se atrevem?

Apagar a minha história

Limitar minha memória

Massacrar nossa nação

Escuta, a pirralhada aqui resiste

É brincante, não só triste

Aqui tem luta e imaginação

Pra todo lado que se olha

Só se vê destruição

É fogo, é óleo, é lama

Cada vida nessa trama

Acaba sem explicação

O Bloco EURECA vem pra rua

E chega pra denunciar

A bala que encontra a criança

Tem endereço e tem cor para acertar

Refrão 2x

A quebrada tá presente

E tem muito a ensinar

Curte nas adversidades

Tira onda de verdade

A força vem desse lugar

Por quê! (EURECA, 2020)



EURECA 2020

8. Referências

- AITKEN, Stuart C. **Jovens, direitos e território**: apagamento, política neoliberal e ética pós-infância. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2019.
- ANDRÉ, Marli E. D.A. **Estudo de Caso**: Seu Potencial na Educação. Caderno de Pesquisa. Nº 49. São Paulo, 1984. p. 51-54.
- ARELARO, L. Prefácio. In: FREIRE, P. **Pedagogia da tolerância**. 6. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2016. p. 11-12.
- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Trad. Dora Flaksman. 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- BARBOSA, Derly. **Metodologia de Estudos e Elaboração de Monografia**: Manual de Pesquisa. São Paulo. Expressão e Arte, 2006.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BRANDÃO, Carlos R. Prefácio. In: OLIVEIRA, Maria W.; SOUSA, Fabiana R. **Processos Educativos em Práticas Sociais**: Pesquisas em educação. São Carlos: EdUFSCar, 2014, p.11-18.
- BRANDÃO, Carlos R. Cultura Popular. In: STRECK, D. R.; REDIN, E.; ZITKOSKI, J. (Org.). **Dicionário Paulo Freire**. 4. ed. rev. e amp. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. p. 123-127.
- BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. Notas de campo. In: _____. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1994, p. 150-175.
- BOSI, Ecléa. Sugestões para um jovem pesquisador. In: _____. **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê, 2003, p. 59-67.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988.
- _____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**, Lei nº 8.069, de 13 julho de 1990.
- _____. **Estatuto da Cidade**. 3ª ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria Edições Técnicas, 2008. 102 p.
- _____. **Estatuto da juventude**: Lei nº 12.852, de 05 de agosto de 2013, e legislação correlata. 4ª ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2017.
- CASTRO, Lucia Rabello de. Os universalismos no estudo da infância: a criança em desenvolvimento e a criança global. In CASTRO, Lucia Rabello de. (Org.) **Infâncias do sul global**: experiências, pesquisa e teoria desde a Argentina e o Brasil. Salvador: EDUFBA, 2021. 547 p.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo. Cortez, 2000.

COSTA, Antônio Carlos Gomes. **Brasil criança urgente: a Lei**. Columbus. São Paulo: Cultural Editora, 1990.

_____. **Por uma pedagogia da presença**. Brasília: Ministério da Ação Social, Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência, 1991.

_____. **Protagonismo juvenil: adolescência, educação e participação democrática**. Salvador: Fundação Odebrecht, 2000.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. **Ecos da Folia: uma história social do Carnaval carioca entre 1880 e 1920**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

DUSSEL, Enrique D. Alguns princípios para uma ética ecológica material de libertação (relações entre a vida na terra e a humanidade). In: PIXLEY, Jorge (Coord.). **Por um mundo diferente: alternativas para o mercado global**. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 23-35.

FERNANDES, Claudio Oliveira. **Bloco EURECA: uma marca para Educação Social**. Dissertação (Mestrado Profissional Adolescente em Conflito com a Lei). Coordenadoria de Pós-Graduação. Universidade Anhanguera de São Paulo, 2016. 113 p.

FIORI, Ernani M. Aprender a dizer a sua palavra. In FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 69ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019. p. 11- 30

FREIRE. **Pedagogia da Esperança: um encontro com a pedagogia do oprimido**. Prefácio de Leonardo Boff; notas de Ana Maria Araújo Freire. 17ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FREIRE. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 48ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FREIRE. **Pedagogia da tolerância**. In Ana Maria Araújo Freire. 5ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

FREIRE. **Pedagogia do compromisso: América Latina e Educação Popular**. In FREIRE, Ana Maria Araújo. 1ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

FREIRE. **Pedagogia da Solidariedade**. In FREIRE, Ana Maria Araújo; OLIVEIRA, Walter Ferreira de. 3ª Ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018a.

FREIRE. Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 69ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FREIRE. **À sombra dessa mangueira**. 12ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019a.

FREIRE. **Direitos Humanos e educação libertadora: gestão democrática da educação pública na cidade de São Paulo**. In FREIRE, Ana Maria Araújo. Erasto Fontes Mendonça. 1ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019b.

FREIRE. **Educação como prática da liberdade**. 45ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2019c.

FREIRE. **Partir da Infância: diálogo sobre educação**. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

GACHOT, G. **O samba: documentário musical**. 1h22min. Direção: Georges Gachot. 2014. Disponível em: <www.adorocinema.com/filmes/filme-228143/>. Acesso em: 23 de jul. 2020.

GOHN, Maria da Glória. **Os sem-terra, ONGs e cidadania: sociedade brasileira na era da globalização**. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2003.

HOFFMAN-CÂMARA, Rosana. Análise de Conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. **Revista Interinstitucional de Psicologia**. 6 (2). jul./dez, 2013. p. 179-191.

LAJOLO, Marisa. Infância de papel e tinta. In FREITAS, Marcos Cezar de. (Org.) **História social da infância no Brasil**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2011).

LÉVINAS, Emmanuel. A consciência não-intencional. In: _____. **Entre nós: ensaios sobre a alteridade**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 165-177.

LIBERATI, Wilson Donizeti. **Processo Penal Juvenil**. São Paulo: Malheiros, 2006.

LOPES, Helena R. G. de Paiva. MONTEIRO, Maria Iolanda. MILL, Daniel Ribeiro Silva. Tecnologias Digitais no contexto escolar: Um estudo bibliométrico sobre seus usos, suas potencialidades e fragilidades. In **Revista Eletrônica de Educação**, v. 8, n. 2, ago. 2014 p. 30-43. Disponível em: <https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/658>. Acesso em 20 de jun. 2020.

LOPES, Neto. SIMAS, Luiz Antônio. (Org.) LOPES, Nei. SIMAS, Luiz Antônio. **Dicionário da história social do samba**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

LARROSA, Jorge Bondía. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. In **Revista Brasileira de Educação**. nº 19. jan/fev/mar/abr, 2002. p. 20-28

MALDONADO-TORRES, Nelson. Modernidade, colonialidade e a colonialidade do ser. In: SANTOS, Boaventura S.; MENESES, Maria P. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 396-443.

MARCILIO, Maria Luiza. A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil 1726-1950. In: FREITAS, Marcos Cezar de. (Org.) **História social da infância no Brasil**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2011). (Não consta no texto?)

MENESES, Maria P. **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 15-27

MIRANDA, Maria Geralda de. BIANCHIN, Sady. Quilombo do Campinho da Independência: patrimônio cultural do Brasil. In **Comum** 38. Rio de Janeiro - v. 17 nº 38. jul./dez. 2015. p. 125-136

OLIVEIRA, Maria W.; SILVA, Petronilha B. G.; GONÇALVES JUNIOR, Luiz; MONTRONE, Aida V. G. JOLY, Ilza Z. L. Processos educativos em práticas sociais: reflexões teóricas e metodológicas sobre pesquisa educacional em espaços sociais. *In* OLIVEIRA, Maria W.; SOUZA, Fabiana R. **Processos educativos em práticas sociais: pesquisas em educação**. São Carlos: EdUFSCar, 2014, p.29-46.

ONOFRE, Elenice M. C. **Educação Escolar na Prisão: o olhar de alunos e professores**. Jundiaí/SP: Paco, 2014.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. *In*: SANTOS, Boaventura S.; MENESES, Maria P. **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 84-130

SANTOS, Benedito Rodrigues dos. 18 anos do ECA: a inclusão de crianças e adolescentes no estado de direito brasileiro. **In Inclusão Social. Brasília**, v. 2. N.2, abr./set. 2007, p. 152-154.

SANTOS, Boaventura de Sousa.; MENESES, Maria P. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa.; CHAUI, Marilena. **Direitos humanos, democracia e desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O direito dos oprimidos: sociologia crítica do direito**. Parte 1. São Paulo: Cortez, 2014.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho científico**. 24ª ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2016.

SOARES, P. B.; CARNEIRO, T. C. J.; Calmon, J. L.; CASTRO, L. O. da C. de O. Análise bibliométrica da produção científica brasileira sobre Tecnologia de Construção e Edificações na base de dados Web of Science. **In Ambiente Construído: Porto Alegre**. v. 16, nº 1, jan./mar. 2016. p. 175-185.

STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José. (Orgs.) **Dicionário Paulo Freire**. 4ª ed. rev. Amp.; 1ª reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

TINHORÃO, José Ramos. **História social da música popular brasileira**. São Pulo: Editora 34, 1998. 368 p.

UNICEF. **II Reunião de Cúpula de Governadores pela criança – Pacto pela infância**. Brasília: UNICEF, 1993.

_____. **A infância nos anos 90**. Brasília: UNICEF, 1998.

_____. **30 anos da convenção sobre os Direitos da Criança: avanços e desafios para meninos e meninas no Brasil**. *In* Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF): Coord. Editorial Elisa Meirelles Reis *et al.* São Paulo: UNICEF, 2019.

VIOLA, Solon Eduardo Annes. Direitos Humanos. *In*: STRECK, D. R.; REDIN, E.; ZITKOSKI, J. (Org.). **Dicionário Paulo Freire**. 4. ed. rev. e amp. 1. Reimp. - Belo Horizonte: Autêntica, 2019. p. 145-146.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Tradução Ana Thorell; revisão técnica; Cláudio Damacena. 4ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

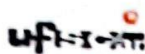
_____. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Tradução Daniel Bueno; revisão técnica: Dirceu da Silva. Porto Alegre: Penso, 2016.

Apêndice A: Termos de Consentimento Livre e Esclarecido



Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

1. Você está sendo convidado para participar da pesquisa **"BLOCO EURECA - EU RECONHEÇO O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: referência de educação e participação social infanto-juvenil"**.
2. Descrição da justificativa, objetivos e procedimentos que serão utilizados na pesquisa.
 - a. Você foi selecionado por ser participante ativo ou egresso das ações do Bloco Eureka. A justificativa desta pesquisa se dá na importância de estudar, compreender e registrar momentos de promoção de vivências experienciadas pelos participantes das ações desenvolvidas pelo Bloco Eureka (crianças, adolescentes, jovens, educadores e educadoras sociais, familiares, comunidade e os voluntários, etc.), bem como o impacto das atividades no percurso longitudinal dos participantes, tendo em vista que as ações do Bloco Eureka tem como enfoque a tese do protagonismo infanto-juvenil.
 - b. O objetivo central desta tese reside em analisar e compreender o impacto da formação para cidadania e direitos humanos infanto-juvenis, desenvolvidas a partir dos pressupostos da educação social presentes nas ações do Bloco Eureka e seu impacto no cotidiano das crianças e adolescentes, familiares e comunidades nos espaços educativos que compartilham as ações educativas e apoiam as ações do Bloco Eureka.
 - c. Sua participação nesta pesquisa consistirá em permitir que o pesquisador vivencie com você e, juntamente com os demais participantes, da organização e mobilização das ações do Bloco Eureka de maneira a permitir a realização de registros (anotações em diário de campo, filmagens e fotografias) a respeito do vivenciado e experienciado nas atividades. A responsabilidade ficará a cargo do próprio pesquisador, em sua maioria, porém como participante da pesquisa, terá liberdade para contribuir ou não, por meio de suas observações, fotografias, filmagens e/ou outras formas de registros sobre o Bloco Eureka. Para além deste processo, crianças e adolescentes, jovens e egressos do Eureka serão ouvidos pelo pesquisador adotando-se para isso, diferentes estratégias (escutas, encontros, entrevistas, passeios, oficinas lúdicas). É de interesse do pesquisador que familiares e representantes das comunidades em que os projetos sociais estão situados participem da pesquisa e, do mesmo modo, as estratégias acima mencionadas serão definidas para essa escuta. O período de participação se dará ao longo do ano compreendendo as reuniões iniciais para definição das atividades e responsabilidades das organizações participantes e dos adolescentes por elas atendidos, no processo de elaboração e no desfile (quando o Bloco ganha as ruas para apresentar o trabalho desenvolvido ao longo do ano) e o tempo programado para as entrevistas individuais coletivas é estimado em uma hora.
3. Descrição dos desconfortos e riscos possíveis e os benefícios esperados.
 - a. Cabe ressaltar que toda pesquisa que envolve pessoas apresenta riscos, entretanto, é necessário afirmar que eles podem ser minimizados adotando-se procedimentos éticos e tomando todos os cuidados necessários para a manutenção de sigilo total sobre o participante e sua identidade e outras precauções serão tomadas para outras eventualidades que possam surgir no decorrer da pesquisa, salientando que toda atenção será dada ao ocorrido, além de outros cuidados que possam vir a surgir durante a pesquisa, destacando que toda a atenção será dada a isso. Não obstante, haja a concretização dos riscos, haverá indenização com "cobertura material para reparação a dano, causado pela pesquisa ao participante da pesquisa", conforme estabelece a Resolução 466/12 Art. II.7. Danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual do ser humano, em qualquer fase de uma pesquisa e dela decorrente, de modo a propiciar aos participantes, de alguma maneira, algum desconforto ou constrangimento, advindos do próprio ato de conviver são possibilidades de riscos aos quais estão expostos os participantes da pesquisa. É necessário salientar que os participantes podem ser expostos à outras formas reais de riscos, tais



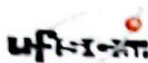
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Via Washington Luiz, Km. 235 - Caixa Postal 676
 Tel.: (16) 3351-8356
 CEP 13 565-905 - São Carlos - SP - Brasil
 e-mail: seccpoe@ufscar.br



como: algum acidente físico decorrente das atividades desenvolvidas como, tombos, trombadas, escorregões, agressão verbal ou física etc. (riscos estes que engloba as atividades do Bloco Eureka e independem da realização da pesquisa, tendo em vista o contexto dos participantes e a crítica política presentes nas suas ações). Para além, outros riscos reais estão relacionados aos possíveis constrangimentos decorrentes de perguntas feitas durante as entrevistas coletivas e/ou frente às colocações dos demais participantes. Destaca-se também a existência de um risco mínimo de quebra da confidencialidade, em casos como perda, furto ou roubo dos materiais e dados oriundos da coleta de dados e demais fases da pesquisa, entre outras situações possíveis. Frente a esse risco, o pesquisador se compromete a preservar por dez anos, com segurança e sigilo, todo o material oriundo da pesquisa.

4. Descrição da forma de acompanhamento da pesquisa, incluindo dos responsáveis por executá-la.
 - a. Serão coletados os dados para pesquisa no primeiro e segundo semestres do ano de 2020 e no primeiro semestre de 2021 pelo pesquisador principal Claudio Oliveira Fernandes (abaixo assinado). Nesse período, o pesquisador vivenciará e participará juntamente com os demais participantes das reuniões iniciais para definição das atividades e responsabilidades das organizações participantes e dos adolescentes por elas atendidos, no processo de elaboração e no desfile (quando o Bloco ganha as ruas para apresentar o trabalho desenvolvido ao longo do ano). O pesquisador já mencionado participará de escutas, encontros, passeios, oficinas lúdicas para coleta dos dados e realização das entrevistas individuais e coletivas (durante os três semestres começando pelo desfile de 2020 e finalizando com o desfile de 2021) proporcionando aos participantes externar sua percepção sobre o impacto que as ações/atividades do Bloco Eureka exercem ou exerceram em suas vidas. Como já especificado anteriormente o tempo estimado para cada momento de entrevista é de uma hora, cabe dizer que os dias e horários serão marcados de acordo com a disponibilidade dos participantes. As gravações em vídeo, iniciada e interrompida pelo próprio pesquisador (nos momentos que antecedem e procedem as sessões, respectivamente), e poderá ocorrer com câmera fixa, em um tripé ou com câmera móvel. As fotos serão realizadas por um observador treinado ou um dos participantes, de forma que possam ser captadas imagens das interações e das expressões dos envolvidos nas atividades. Os vídeos e as fotos serão utilizados como recurso de memória na elaboração do diário de campo e ficará sob a responsabilidade do pesquisador sua organização ao fim das experiências vivenciadas ao longo da pesquisa.
 - b. A análise dos dados a ser realizada se configura seguindo as características de uma pesquisa qualitativa, que fará uso da bibliografia em conjunto com os registros feitos pelo pesquisador e pelos demais participantes.
5. Há garantia de esclarecimentos, antes e durante a execução da pesquisa, a respeito dos procedimentos utilizados, os quais serão dados pelo pesquisador responsável, a qualquer momento.
6. Explicitação da liberdade do sujeito em recusar a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma e sem prejuízo ao seu cuidado.
 - a. Salientamos que a sua participação na pesquisa é voluntária, pode desistir de participar a qualquer momento e retirar seu consentimento.
 - b. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição.
7. Explicitação da garantia do sigilo que assegure a privacidade dos sujeitos quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa.
 - a. "As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação".



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

Via Washington Luiz, Km. 235 - Caixa Postal 676

Tel.: (16) 3351-8356

CEP 13 565-905 – São Carlos - SP – Brasil

e-mail: secppge@ufscar.br



8. Os dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação. (Os dados obtidos por meio desta pesquisa serão divulgados somente para fins acadêmicos. De forma alguma sua identidade será revelada).
9. Não haverá, de forma alguma, despesas decorrentes da sua participação na pesquisa. Mas, caso haja, o pesquisador irá ressarcir todos os gastos.
10. Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço do pesquisador principal, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.
11. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, localizada Rod. Washington Luís, km 235 - SP-310 - São Carlos, SP, CEP 13565-905, telefone: (16) 3351-8111, fax: (16) 3361-2081. Se necessário, pode-se entrar em contato com esse Comitê o qual tem como objetivo assegurar a ética na realização das pesquisas com seres humanos

Claudio Oliveira Fernandes

Nome do Pesquisador: Claudio Oliveira Fernandes

Residente na Rua Rio Quebra Anzóis, 236

Bairro Itaim Paulista, São Paulo/SP

(RG: 54.684.754-7 / CPF: 033.178.524-29)

Tel.: (11) 976481254/966704642

Doutorando em Educação pelo PPGE/UFSCar

Orientando da Profa. Ilza Zenker Leme Joly.

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar. O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, localizada Rod. Washington Luís, km 235 - SP-310 - São Carlos, SP, CEP 13565-905, telefone: (16) 3351-8111, fax: (16) 3361-2081.

_____, ____ de _____ de 20__.

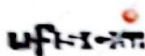
Nome do participante da Pesquisa: _____

RG: _____ / CPF: _____ / Tel.: _____

Relação do participante com o Bloco Eureka e/ou as organizações apoiadoras (caso necessário, marque mais de uma alternativa):

- | | |
|--|--|
| ☐ Educador (a) Social | ☐ Pai, mãe ou responsável pela criança ou adolescente |
| ☐ Militante | ☐ Familiar de participante, de educador (a) do bloco Eureka |
| ☐ Coordenador(a) | ☐ Membro da comunidade mantenedora |
| ☐ Voluntário | ☐ Funcinário de alguma das organizações apoiadoras |

Assinatura do participante da pesquisa



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Via Washington Luiz, Km. 235 - Caixa Postal 676

Tel : (16) 3351-8356

CEP 13 565-905 – São Carlos - SP – Brasil

e-mail: seccppe@ufscar.br

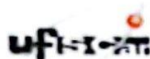


Termo de Consentimento Livre e Esclarecido aos Responsáveis

1. A Criança e/ou adolescente pelo qual o(a) senhor(a) é responsável está sendo convidado(a) a participar da pesquisa **"BLOCO EURECA - EU RECONHEÇO O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: referência de educação e participação social infanto-juvenil"**.
2. Descrição da justificativa, objetivos e procedimentos que serão utilizados na pesquisa.
 - a. A criança e/ou adolescente pelo qual o(a) senhor(a) é responsável foi selecionado por ser participante ativo ou egresso das ações do Bloco Eureka. A justificativa desta pesquisa se dá na importância de estudar, compreender e registrar momentos de promoção de vivências experienciadas pelos participantes das ações desenvolvidas pelo Bloco Eureka (crianças, adolescentes, jovens, educadores e educadoras sociais, familiares, comunidade e os voluntários, etc.), bem como o impacto das atividades no percurso longitudinal dos participantes, tendo em vista que as ações do Bloco Eureka tem como enfoque a tese do protagonismo infanto-juvenil.
 - b. O objetivo central desta tese reside em analisar e compreender o impacto da formação para cidadania e direitos humanos infanto-juvenis, desenvolvidas a partir dos pressupostos da educação social presentes nas ações do Bloco Eureka, e seu impacto no cotidiano das crianças e adolescentes, familiares e comunidades nos espaços educativos que compartilham as ações educativas e apoiam as ações do Bloco Eureka.
 - c. A participação da criança ou adolescente sob sua responsabilidade nesta pesquisa consistirá em permitir que o pesquisador vivencie com você e, juntamente com os demais participantes, da organização e mobilização das ações do Bloco Eureka de maneira a permitir a realização de registros (anotações em diário de campo, filmagens e fotografias) a respeito do vivenciado e experienciado nas atividades. A responsabilidade ficará a cargo do próprio pesquisador, em sua maioria, porém como participante da pesquisa, terá liberdade para contribuir ou não, por meio de suas observações, fotografias, filmagens e/ou outras formas de registros sobre o Bloco Eureka. Para além deste processo, crianças e adolescentes, jovens e egressos do Eureka serão ouvidos pelo pesquisador, adotando-se para isso, diferentes estratégias (escutas, encontros, entrevistas, passeios, oficinas lúdicas). É de interesse do pesquisador que familiares e representantes das comunidades em que os projetos sociais estão situados participem da pesquisa e, do mesmo modo, as estratégias acima mencionadas serão definidas para essa escuta. O período de participação se dará ao longo do ano compreendendo as reuniões iniciais para definição das atividades e responsabilidades das organizações participantes e dos adolescentes por elas atendidos, no processo de elaboração e no desfile (quando o Bloco ganha as ruas para apresentar o trabalho desenvolvido ao longo do ano) e o tempo programado para as entrevistas individuais coletivas é estimado em uma hora e meia.
 - d. A participação dele/a não é obrigatória e, a qualquer momento, poderá desistir da participação. Tal recusa não trará prejuízos em sua relação com o pesquisador ou com a instituição em que ele estuda.
3. Descrição dos desconfortos e riscos possíveis e os benefícios esperados.
 - a. Cabe ressaltar que toda pesquisa que envolve pessoas apresenta riscos, entretanto, é necessário afirmar que eles podem ser minimizados adotando-se procedimentos éticos e tomando todos os cuidados necessários para a manutenção de sigilo total sobre o participante e sua identidade e outras precauções serão tomadas para outras eventualidades que possam surgir no decorrer da pesquisa, salientando que toda atenção será dada ao ocorrido, além de outros cuidados que possam vir a surgir durante a pesquisa, destacando que toda a atenção será dada a isso. Não obstante, haja a concretização dos riscos, haverá indenização com "cobertura material para reparação a dano, causado pela pesquisa ao participante da pesquisa", conforme estabelece a Resolução 466/12 Art. II.7. Danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual do ser

humano, em qualquer fase de uma pesquisa e dela decorrente, de modo a propiciar aos participantes, de alguma maneira, algum desconforto ou constrangimento, advindos do próprio ato de conviver são possibilidades de riscos aos quais estão expostos os participantes da pesquisa. É necessário salientar que os participantes podem ser expostos a outras formas reais de riscos, tais como: algum acidente físico decorrente das atividades desenvolvidas como, tombos, trombadas, escorregões, agressão verbal ou física etc. (riscos estes que engloba as atividades do Bloco Eureka e independem da realização da pesquisa, tendo em vista o contexto dos participantes e a crítica política presentes nas suas ações). Para além, outros riscos reais estão relacionados aos possíveis constrangimentos decorrentes de perguntas feitas durante as entrevistas coletivas e/ou frente às colocações dos demais participantes. Destaca-se também a existência de um risco mínimo de quebra da confidencialidade, em casos como perda, furto ou roubo dos materiais e dados oriundos da coleta de dados e demais fases da pesquisa, entre outras situações possíveis. Frente a esse risco, o pesquisador se compromete a preservar por dez anos, com segurança e sigilo, todo o material oriundo da pesquisa.

- b. Tudo foi planejado para minimizar tais riscos da participação, sendo ainda que, caso ele desejar, poderá interromper sua participação e, se houver interesse, conversar com o pesquisador sobre o assunto.
4. Descrição da forma de acompanhamento da pesquisa, incluindo dos responsáveis por executá-la.
 - a. Serão coletados os dados para pesquisa no primeiro e segundo semestres do ano de 2020 e no primeiro semestre de 2021 pelo pesquisador principal Claudio Oliveira Fernandes (abaixo assinado). Nesse período, o pesquisador vivenciará e participará juntamente com os demais participantes das reuniões iniciais para definição das atividades e responsabilidades das organizações participantes e dos adolescentes por elas atendidos, no processo de elaboração e no desfile (quando o Bloco ganha as ruas para apresentar o trabalho desenvolvido ao longo do ano). O pesquisador já mencionado participará de escutas, encontros, passeios, oficinas lúdicas para coleta dos dados e realização das entrevistas individuais e coletivas (durante os três semestres começando pelo desfile de 2020 e finalizando com o desfile de 2021) proporcionando aos participantes externar sua percepção sobre o impacto que as ações do Bloco Eureka exercem ou exerceram em suas vidas. Como já especificado anteriormente o tempo estimado para cada momento de entrevista é de uma hora, cabe dizer que os dias e horários serão marcados de acordo com a disponibilidade dos participantes. As gravações em vídeo, iniciada e interrompida pelo próprio pesquisador (nos momentos que antecedem e procedem as sessões, respectivamente), e poderá ocorrer com câmera fixa, em um tripé ou com câmera móvel. As fotos serão realizadas por um observador treinado ou um dos participantes, de forma que possam ser captadas imagens das interações e das expressões dos envolvidos nas atividades. Os vídeos e as fotos serão utilizados como recurso de memória na elaboração do diário de campo e ficará sob a responsabilidade do pesquisador sua organização ao fim das experiências vivenciadas ao longo da pesquisa.
 - b. A análise dos dados a ser realizada se configura seguindo as características de uma pesquisa qualitativa, que fará uso da bibliografia em conjunto com os registros feitos pelo pesquisador e pelos demais participantes.
 5. Há garantia de esclarecimentos, antes e durante a execução da pesquisa, a respeito dos procedimentos utilizados, os quais serão dados pelo pesquisador responsável, a qualquer momento.
 6. Explicação da liberdade do sujeito em recusar a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma e sem prejuízo ao seu cuidado.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Via Washington Luiz, Km. 235 - Caixa Postal 676

Tel.: (16) 3351-8356

CEP 13 565-905 - São Carlos - SP - Brasil

e-mail: seccppe@ufscar.br



- a. A qualquer momento o senhor(a) e/ou a criança e/ou adolescente pode desistir de participar e retirar seu consentimento.
- b. Se houver, tal recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação ao pesquisador ou à instituição.
7. Explicitação da garantia do sigilo que assegure a privacidade dos sujeitos quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa.
 - a. As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre a participação da criança e/ou adolescente.
8. Os dados não serão divulgados de forma a possibilitar a identificação da criança e/ou adolescente. (Os dados obtidos por meio desta pesquisa serão divulgados somente para fins acadêmicos. De forma alguma a identidade da criança e/ou adolescente será revelada).
9. Não haverá, de forma alguma, despesas decorrentes da participação do menor na pesquisa. Mas, caso haja, o pesquisador irá ressarcir todos os gastos.
10. Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço do pesquisador principal, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sobre a participação da criança e/ou adolescente sob sua responsabilidade, agora ou a qualquer momento.
11. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, localizada Rod. Washington Luís, km 235 - SP-310 - São Carlos, SP, CEP 13565-905, telefone: (16) 3351-8111, fax: (16) 3361-2081. Se necessário, pode-se entrar em contato com esse Comitê o qual tem como objetivo assegurar a ética na realização das pesquisas com seres humanos.

Claudio Oliveira Fernandes

Nome do Pesquisador: Claudio Oliveira Fernandes

Residente na Rua Rio Quebra Anzóis, 236

Bairro Itaim Paulista, São Paulo/SP

(RG: 54.684.754-7 / CPF: 033.178.524-29)

Tel.: (11) 976481254/966704642

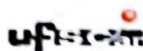
Doutorando em Educação pelo PPGE/UFSCar

Orientando da Profa. Ilza Zenker Leme Joly.

Eu, _____ (colocar o nome legível do pai/mãe/responsável/cuidador) declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios da participação da criança e/ou adolescente pelo qual sou responsável, _____ (colocar o nome da criança e/ou adolescente), sendo que aceito que ele participe da pesquisa.

_____, _____ de _____ de 20____.

Assinatura do(a) responsável



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

Via Washington Luiz, Km. 235 - Caixa Postal 676

Tel. (16) 3351-8356

CEP 13.565-905 - São Carlos - SP - Brasil

e-mail: seccpge@ufscar.br



TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TALE)

Para crianças e adolescentes (maiores que 6 anos e menores de 18 anos) que ainda não responde legalmente pelas suas ações.

Gostaríamos de dizer que você está sendo convidado para participar da pesquisa sobre **"BLOCO EURECA - EU RECONHEÇO O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: referência de educação e participação social infanto-juvenil"**? A pesquisa será coordenada por mim Claudio Oliveira Fernandes. Seus pais já permitiram sua participação, esperamos que aceite, pois será muito importante suas contribuições. O objetivo dessa pesquisa é saber qual sua opinião a respeito da sua participação nas atividades que o Bloco Eureka realiza nas oficinas e nos desfiles do Carnaval. A escolha de participar da pesquisa será sua, como uma pessoa que tem direitos, você só participa se quiser e não terá nenhum problema se desistir. Irão participar desta pesquisa seus pares, crianças que têm entre 6 e 17 anos e onze meses de idade.

A pesquisa será realizada nos projetos apoiadores do *Bloco Eureka* (Projeto Meninos e Meninas de Rua, CEDECA Sapopemba e Camará), onde eu (pesquisador) irei participar com as crianças, adolescentes, educadores/as sociais, familiares, comunidade e demais participantes das ações do Bloco Eureka, realizando registros (fotos, filmagens e anotações) sobre as vivências experienciadas. Para além, você será convidado a participar de momentos de escutas, encontros, entrevistas, passeios, oficinas lúdicas, e dizer sua opinião a respeito de tudo que viveu no período de realização das atividades de preparação para o desfile do *Bloco Eureka* e, principalmente, para dizer se foi importante para você e porquê.

Por isso, você participará de diferentes atividades com diferentes materiais, como câmeras, gravadores, cadernos de anotações, canetas e lápis, instrumentos musicais e outros materiais. A gravação em vídeo será feita por uma câmera fixada ou não em um tripé. Eu mesmo darei início à gravação antes do começo das atividades que faremos juntos e irei pará-la logo após o encerramento de cada uma. As anotações também serão realizadas por mim, mas só depois do encerramento das atividades que faremos juntos. As fotos serão realizadas por uma pessoa (que poderá ser um/uma adolescente ou educador(a) social) que irei preparar para isso e assim registre imagens que ajudem a observar nossa interação e nossas expressões corporais durante as atividades. As gravações em vídeo e as fotos serão uma ajuda para que eu faça as anotações com mais detalhes. Tudo o que for anotado será mostrado para você e para seus pais (ou responsáveis) e só será utilizado se vocês aprovarem.

Os materiais são seguros, mas é possível que em algum momento você se sinta envergonhado ou constrangido por estar participando. Caso isso aconteça, você pode me dizer pessoalmente ou me procurar pelo telefone (11) 97648-1254/96670-4642. Também há coisas boas que podem acontecer, como mostrar para as outras pessoas como são as atividades, oficinas, passeios e os desfiles do *Bloco Eureka* e os instrumentos que gosta de tocar na bateria e como se sente em participar de um bloco de carnaval que participam muitas crianças e adolescentes. Isso ajudará que mais pessoas conheçam as ações do desfile do *Eureka* e ajuda para que ele fique cada vez melhor e inspire outras pessoas a realizar e participar de atividades semelhantes ao *Bloco Eureka* que você participa. Caso a pesquisa aconteça em algum momento fora dos lugares ou horários que você participa das atividades do Eureka, eu (pesquisador) providenciarei autorizações, transporte e a alimentação necessários.

Ninguém saberá que você está participando da pesquisa. Não falaremos a outras pessoas, nem daremos a estranhos as informações que você nos der. A pesquisa será divulgada em publicações



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Via Washington Luiz, Km. 235 - Caixa Postal 676

Tel.: (16) 3351-8356

CEP 13.565-905 - São Carlos - SP - Brasil

e-mail: seccppe@ufscar.br



e congressos universitários, mas sem identificar as crianças que participaram. Os riscos com sua participação são constrangimentos ao ser observado, mas todos os cuidados estão sendo tomados para evitar, respeitando tempo-espaco deixando os participantes a vontade e, poderá haver benefícios com a sua participação no sentido de auxiliar o grupo no planejamento de suas ações. Salientamos que a participação é da criança e/ou adolescente voluntária e seu nome e da instituição a que está vinculado serão alterados garantindo sigilo. Você receberá uma cópia deste termo onde constam os dados documentais e o telefone do(a) estudante, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto, agora ou a qualquer momento. Informamos a você que esta pesquisa atende e respeita os seus direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei Federal nº 8069 de 13 de julho de 1990, sendo eles: à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Garantimos também que será atendido o Artigo 18 do ECA: "É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor."

CONSENTIMENTO PÓS INFORMADO

Eu _____ aceito participar da pesquisa
"BLOCO EURECA - EU RECONHEÇO O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: referência de educação e participação social infanto-juvenil"

Entendi as coisas ruins e as coisas boas que podem acontecer ao participar da pesquisa.

Entendi que posso dizer "sim" e participar, mas que, a qualquer momento, posso dizer "não" e desistir e que ninguém vai ficar com brava comigo.

O pesquisador tirou minhas dúvidas e conversou com os meus responsáveis.

Recebi uma cópia deste termo de assentimento e li e/ou meu responsável leu para mim, por isso, concordo em participar da pesquisa.

_____ de _____ de 20____.

Nome da criança ou adolescente participante da pesquisa:

RG: _____ CPF: _____ Tel.: _____

Claudio Oliveira Fernandes

Nome do Pesquisador: Claudio Oliveira Fernandes

Residente na Rua Rio Quebra Anzóis, 236

Bairro Itaim Paulista, São Paulo/SP

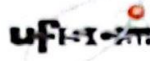
(RG: 54.684.754-7 / CPF: 033.178.524-29)

Tel.: (11) 976481254/966704642

Doutorando em Educação pelo PPGE/UFSCar

Orientando da Prof.ª Ilza Zenker Leme Joly.

Apêndice B: Termos de Autorização de Uso Imagem e Voz

 **UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS**
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
 Via Washington Luiz, Km. 235 - Caixa Postal 676
 Tel.: (16) 3351-8356
 CEP 13.565-905 – São Carlos - SP – Brasil
 e-mail: secppge@ufscar.br



TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E VOZ

Participante maior de 18 anos

Neste ato, e para todos os fins em direito admitidos, autorizo expressamente a utilização da minha imagem e voz, em caráter definitivo e gratuito, constante em fotos e filmagens decorrentes da minha participação na pesquisa **“BLOCO EURECA - EU RECONHEÇO O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: referência de educação e participação social infanto-juvenil”**, realizada pelo pesquisador Claudio Oliveira Fernandes, vinculada ao Programa de Pós Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e que tem como objetivo geral compreender o impacto da formação para cidadania e direitos humanos infanto-juvenis, desenvolvidas a partir dos pressupostos da educação social presentes nas ações do Bloco Eureka, e seu impacto no cotidiano das crianças e adolescentes, familiares e comunidades que compartilham as ações educativas do Projeto Meninos e Meninas de Rua e das demais organizações e movimentos da sociedade civil que apoiam as ações do Bloco Eureka.

As imagens e a voz poderão ser exibidas: nos relatórios parcial e final da referida pesquisa, na apresentação audiovisual dela, em publicações e divulgações acadêmicas, assim como disponibilizadas no corpo do texto que ficará disponível no banco de teses e dissertações da UFSCar.

Por ser esta a expressão de minha vontade, nada terei a reclamar a título de direitos conexos a minha imagem e voz ou qualquer outro.

_____, ____ de _____, de 2020.

Claudio Oliveira Fernandes

Nome do Pesquisador: Claudio Oliveira Fernandes

Residente na Rua Rio Quebra Anzóis, 236

Bairro Itaim Paulista, São Paulo/SP

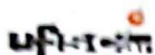
(RG: 54.684.754-7 / CPF: 033.178.524-29)

Tel.: (11) 976481254/966704642

Doutorando em Educação pelo PPGE/UFSCar

Orientando da Profa. Ilza Zenker Leme Joly.

 Assinatura do participante da pesquisa



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Via Washington Luiz, Km 235 - Caixa Postal 676

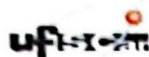
Tel. (16) 3351-8356

CEP 13 565-905 - São Carlos - SP - Brasil

e-mail secppge@ufscar.br



Nome do participante: _____	
RG: _____	CPF: _____
Telefone1: () _____	Telefone2: () _____
Endereço: _____	



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

Via Washington Luiz, Km. 235 - Caixa Postal 676

Tel.: (16) 3351-8356

CEP 13 565-905 - São Carlos - SP - Brasil

e-mail: secppge@ufscar.br



TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E VOZ

Responsável pelo participante que ainda não atingiu a maioridade

Neste ato, e para todos os fins em direito admitidos, autorizo expressamente a utilização da imagem e voz da Criança e/ou adolescente

_____, o qual sou responsável legal, em caráter definitivo e gratuito, constante em fotos e filmagens decorrentes de sua participação na pesquisa **"BLOCO EURECA - EU RECONHEÇO O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: referência de educação e participação social infanto-juvenil"**, realizada pelo pesquisador Claudio Oliveira Fernandes, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e que tem como objetivo geral compreender o impacto da formação para cidadania e direitos humanos infanto-juvenis, desenvolvidas a partir dos pressupostos da educação social presentes nas ações do Bloco Eureka, e seu impacto no cotidiano das crianças e adolescentes, familiares e comunidades que compartilham as ações educativas do Projeto Meninos e Meninas de Rua e das demais organizações e movimentos da sociedade civil que apoiam as ações do Bloco Eureka.

As imagens e a voz poderão ser exibidas: nos relatórios parcial e final da referida pesquisa, na apresentação audiovisual dela, em publicações e divulgações acadêmicas, assim como disponibilizadas no corpo do texto que ficará disponível no banco de teses e dissertações da UFSCar.

Fui informado pelo pesquisador, que a pesquisa atende e respeita os direitos da criança e/ou adolescente sob minha responsabilidade e, que estão previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, Lei Federal nº 8069 de 13 de julho de 1990, sendo eles: à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Também nos foi garantido, que será atendido o Artigo 18 do (ECA), ao dizer que: "É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor."

Por ser esta a expressão de minha vontade, nada terei a reclamar a título de direitos conexos a imagem e voz do menor o qual sou responsável:

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios da participação da criança e/ou adolescente sob minha responsabilidade na pesquisa e concordo em autorizar sua participação. O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, localizada Rod. Washington Luís, km 235 - SP-310 - São Carlos, SP, CEP 13565-905, telefone: (16) 3351-8111, fax: (16) 3361-2081.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
 Via Washington Luiz, Km. 235 - Caixa Postal 676
 Tel.: (16) 3351-8356
 CEP 13.565-905 - São Carlos - SP - Brasil
 e-mail: secppge@ufscar.br



_____, de ____ de 2020.

Claudio Oliveira Fernandes

Nome do Pesquisador: Claudio Oliveira Fernandes

Residente na Rua Rio Quebra Anzóis, 236

Bairro Itaim Paulista, São Paulo/SP

(RG: 54.684.754-7 / CPF: 033.178.524-29)

Tel.: (11) 976481254/966704642

Doutorando em Educação pelo PPGE/UFSCar

Orientando da Profa. Ilza Zenker Leme Joly.

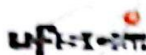
Assinatura do participante da pesquisa

Nome do Responsável: _____

RG: _____ CPF: _____

Telefone1: () _____ Telefone2: () _____

Endereço: _____



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Via Washington Luiz, Km. 235 - Caixa Postal 676

Tel.: (16) 3351-8356

CEP 13.565-905 - São Carlos - SP - Brasil

e-mail: seccppe@ufscar.br



TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E VOZ

Participante que ainda não atingiu a maioridade

Eu, _____, autorizo que minha imagem e minha voz sejam utilizadas, de maneira definitiva e gratuita, em fotos e filmagens na pesquisa **"BLOCO EURECA - EU RECONHEÇO O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: referência de educação e participação social infanto-juvenil"**, realizada pelo pesquisador Claudio Oliveira Fernandes, da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e que tem como objetivo geral compreender o impacto da formação para cidadania e direitos humanos infanto-juvenis (crianças e adolescentes), desenvolvidas a partir dos pressupostos da educação social presentes nas ações/atividades do Bloco Eureka. Eu autorizo que essas fotos e filmagens façam parte da pesquisa e que estejam presentes em todas as publicações realizadas neste sentido.

Fui informado pelo pesquisador que a pesquisa atende e respeita os meus direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, Lei Federal nº 8069 de 13 de julho de 1990, sendo eles: à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Nos foi garantido também, que será atendido o Artigo 18 do (ECA): "É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor."

Tenho conhecimento de que meu responsável legal também autorizou o uso de minha imagem e de minha voz nas fotos e filmagens dessa pesquisa e concordo com isso.

_____, _____ de _____, de 2020.

Claudio Oliveira Fernandes

Nome do Pesquisador: Claudio Oliveira Fernandes

Residente na Rua Rio Quebra Anzóis, 236

Bairro Itaim Paulista, São Paulo/SP

(RG: 54.684.754-7 / CPF: 033.178.524-29)

Tel.: (11) 976481254/966704642

Doutorando em Educação pelo PPGE/UFSCar

Orientando da Profa. Ilza Zenker Leme Joly.

 Assinatura da Criança e/ou Adolescente participante da pesquisa

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
 Via Washington Luiz, Km. 235 - Caixa Postal 676
 Tel.: (16) 3351-8356
 CEP 13.565-905 - São Carlos - SP - Brasil
 e-mail: seccppe@ufscar.br



Nome do responsável pela criança e/ou adolescente participante da pesquisa:

RG.: _____ **CPF:** _____

Telefone1: () _____ **Telefone2: ()** _____

Endereço: _____

Apêndice C: Roteiro de entrevista do Bloco Eureka – Pesquisa de Percepção

Estudo da percepção com os participantes do Eureka, sobre sua participação na atividade/ação do Bloco.

Caros, caras e cares participantes do Bloco EUERECÁ.

Esse questionário faz parte de um estudo que pretende escutar como tem sido a experiência dos adolescentes e jovens que participam das ações/atividades desenvolvidas pelo Bloco EURECA com apoio do projeto.

Gostaríamos que, respeitando seus limites, você respondesse todas as perguntas, isso é importante e nos ajudará a entender e conhecer melhor como vocês adolescentes e jovens pensam sobre o Bloco EURECA.

Este projeto de pesquisa está sendo desenvolvido pelo pesquisador Claudio Oliveira Fernandes sob a orientação da Profa. Dra. Ilza Zenker Joly, para sua compor a Tese de Doutorado pela Universidade Federal de São Carlo – UFSCar, São Paulo.

Sua participação nesse estudo é completamente voluntária. Não precisa ficar preocupado quanto as respostas, não há resposta correta ou errada. Não há necessidade de identificação e suas respostas serão mantidas em segredo e, ninguém ficará sabendo o que você respondeu. Todos receberão de Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) e Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Quando aparecer esse sinal (*) na frente da questão, simboliza que a resposta é obrigatória e, você não consegue seguir para a próxima sem respondê-la.

Muito obrigado por fazer parte deste estudo.

Claudio Oliveira Fernandes e Ilza Zenker Joly.

Questões

1) Você é participante do Bloco EURECA? (*)

☐ Sim

☐ Não

Caso sua resposta para essa questão sua resposta foi não, não é necessário que continue a responder o questionário.

2) Qual o Projeto que você frequenta? (*)

☐ Instituto Camará Kalunga

☐ Projeto Meninos e Meninas de Rua

☐ CEDECA Sapopemba

3) Em qual cidade e bairro você mora?

4) Quantos anos você tem? (*)

☐ Menos de 12 anos

☐ 12 anos

☐ 13 anos

☐ 14 anos

- ☐ 15 anos
- ☐ 16 anos
- ☐ 17 anos
- ☐ 18 anos
- ☐ 19 anos
- ☐ 20 anos
- ☐ 21 anos
- ☐ 22 anos
- ☐ 23 anos
- ☐ 24 anos
- ☐ Mais de 24 anos

5) Como você se identifica em relação ao gênero? (*)

- ☐ Masculino
- ☐ Feminino
- ☐ Prefiro não informar
- ☐ Não sei responder
- ☐ Nenhum dos citados

| 6) Como você se identifica sua raça ou cor? (*)

- ☐ Branca
- ☐ Preta
- ☐ Amarela
- ☐ Parda
- ☐ Indígena
- ☐ Não sei responder
- ☐ Não quero informar

7) Você frequenta escola? (*)

- ☐ Sim, pública municipal
- ☐ Sim, pública estadual
- ☐ Sim, pública federal
- ☐ Sim, particular
- ☐ Não frequento

8) Qual o ano/série você frequenta atualmente? (*)

- ☐ 1º ano do Ensino Fundamental
- ☐ 2º ano do Ensino Fundamental
- ☐ 3º ano do Ensino Fundamental
- ☐ 4º ano do Ensino Fundamental
- ☐ 5º ano do Ensino Fundamental
- ☐ 6º ano do Ensino Fundamental
- ☐ 7º ano do Ensino Fundamental
- ☐ 8º ano do Ensino Fundamental
- ☐ 9º ano do Ensino Fundamental
- ☐ 1º ano do Ensino Médio

- ☐ 2º ano do Ensino Médio
- ☐ 3º ano do Ensino Médio
- ☐ Ensino Técnico
- ☐ Ensino Superior
- ☐ Não frequento

9) Qual foi o último ano/série que você concluiu com aprovação (*)

- ☐ 1º ano do Ensino Fundamental
- ☐ 2º ano do Ensino Fundamental
- ☐ 3º ano do Ensino Fundamental
- ☐ 4º ano do Ensino Fundamental
- ☐ 5º ano do Ensino Fundamental
- ☐ 6º ano do Ensino Fundamental
- ☐ 7º ano do Ensino Fundamental
- ☐ 8º ano do Ensino Fundamental
- ☐ 9º ano do Ensino Fundamental
- ☐ 1º ano do Ensino Médio
- ☐ 2º ano do Ensino Médio
- ☐ 3º ano do Ensino Médio
- ☐ Ensino Técnico
- ☐ Ensino Superior

10) Qual a sua situação atual no mercado de trabalho? (Marcar somente uma resposta) (*)

- ☐ Jovem aprendiz
- ☐ Trabalha por conta própria
- ☐ Assalariado com registro em carteira de trabalho
- ☐ Assalariado sem registro na carteira de trabalho
- ☐ Autônomo (exerce sua atividade profissional sem vínculo empregatício, de forma eventual)
- ☐ Estagiário
- ☐ Não trabalho

11) Você tem filhos? (Marcar somente uma resposta) (*)

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não quero informar

12) Há quanto tempo você está no Projeto? (Marcar somente uma resposta) (*)

- ☐ Menos de um mês
- ☐ De um mês a seis meses
- ☐ De seis meses a um ano
- ☐ De um ano a dois anos
- ☐ De dois anos a cinco anos
- ☐ Mais de cinco anos

13) Há quanto tempo você frequenta o Bloco Eureka? *(Marcar somente uma resposta)*
(*)

- ☐ Menos de um mês
- ☐ De um mês a seis meses
- ☐ De seis meses a um ano
- ☐ De um ano a dois anos
- ☐ De dois anos a cinco anos
- ☐ Mais de cinco anos

14) Quantas vezes por semana você vai ao projeto para participar de atividades do Bloco Eureka? *(Marcar somente uma das respostas) (*)*

- ☐ 1 vez
- ☐ 2 vezes
- ☐ 3 vezes
- ☐ 4 vezes
- ☐ 5 vezes
- ☐ Todos os dias, inclusive aos sábados e domingos

15) Quais as atividades você realiza como participante do Bloco Eureka? *(Esta pergunta pode ter mais de uma resposta) (*)*

- ☐ Desenvolvimento de oficinas
 - ☐ Confecciona fantasias
 - ☐ Apoio aos educadores/educadoras sociais no desenvolvimento das atividades do Eureka
 - ☐ Participação e organização de grupos de discussão e elaboração dos sambas-enredos
 - ☐ Participação e auxílio na organização dos desfiles
 - ☐ Participação como componente da bateria
 - ☐ Apoio no desenvolvimento das atividades gerais no Projeto
 - ☐ Articulação com a comunidade
 - ☐ Apoio no dia do desfile
 - ☐ Outras.
- Quais? _____

16) Você participa das formações sobre Direitos Humanos, nas atividades do Bloco Eureka? *(Marcar somente uma resposta) (*)*

- ☐ Sim, participo sempre
- ☐ Participo as vezes
- ☐ Não, nunca participei
- ☐ Não tenho interesse em participar

17) Depois que começou a participar do Bloco Eureka, com que frequência você participa das formações e/ou oficinas do EURECA? *(Marcar somente uma resposta) (*)*

- ☐ Sim, quinzenalmente
- ☐ Sim, mensalmente
- ☐ Sim, a cada dois meses
- ☐ Sim, semestralmente
- ☐ Sim, a cada ano
- ☐ Sim, sem período definido
- ☐ Não participo

Apêndice D: Roteiro de entrevista – Parte II

A partir da questão de número 18 (dezoito) caracteriza-se a segunda fase do roteiro de entrevista destinada aos e às participantes respondentes na fase anterior considerando os processos de inclusão e exclusão. Tendo em vista a questão sanitária provocada pelo vírus SARS-CoV-2, que provocou o afastamento social, a fase 02 (dois) do roteiro de entrevista foi adaptado para o modelo on-line. Entretanto, a volta às atividades presenciais, mesmo que de forma tímida e com algumas restrições, foi possível a realização da entrevista com os e as participantes da atividade/ação do Bloco EURECA, que atenderam aos critérios de inclusão e exclusão, da primeira fase.

Estudo da percepção com os participantes do Eureka, sobre sua participação na atividade/ação do Bloco que corresponde à primeira fase em que foi aplicado no modelo virtual por meio de uma plataforma de formulários digitais. O link do formulário foi enviado nos grupos utilizando uma rede social de troca de mensagens instantâneas. O pesquisador enviou o link para os educadores e educadoras sociais dos Projetos Meninos e Meninas de Rua, Instituto Camará Calunga e CEDECA Sapopemba, e posteriormente enviado para os adolescentes e jovens participantes das aulas de percussão da bateria do EURECA. A dificuldade de acesso à internet e o manuseio do formulário, bem como a quantidade de participantes que retornaram as atividades presenciais nos Projeto, configurou-se como um dos fatores limitadores na quantidade de crianças, adolescentes e jovens no preenchimento do questionário de percepção.

Cabe ressaltar, que frente as dificuldades de realizar o pré-teste com crianças, adolescentes e jovens participantes do Bloco Eureka, foi realizada uma reunião com os coordenadores e coordenadoras dos Projetos Meninos e Meninas de Rua e CEDECA Sapopemba, bem como uma das coordenadoras da Rede EURECA, a fim de corrigir falhas na elaboração e no formato das questões, facilitando o entendimento. Durante a reunião os coordenadores e coordenadoras apontaram a necessidades de alguns ajustes nas questões, tanto no conteúdo quanto na estrutura, adotadas pelo pesquisador, que reorganizou o questionário da primeira e segunda fase com base nas sugestões.

18) O que você mais gosta no Bloco Eureka? *(Esta pergunta pode ter mais de uma resposta) (*)*

- ☐ As reuniões para discutir os sambas-enredo
- ☐ O convívio com outros adolescentes e jovens
- ☐ Oficinas sobre Direitos Humanos
- ☐ Atividades musicais
- ☐ Atividades de arte e cultura

- ☐ Tocar na bateria
- ☐ Desfile no carnaval
- ☐ Atividades de elaboração dos sambas-enredo
- ☐ Participar dos desfiles do Bloco Eureka em outras cidades
- ☐ Vou só pela diversão
- ☐ Não gosto de nada
- ☐ Outras coisas.

Quais? _____

19) Por que é importante participar do Bloco Eureka? É importante pois....

(Completa a frase marcando somente uma das respostas)

- ☐ Possibilita meu desenvolvimento pessoal
- ☐ Posso participar de forma ativa da vida política do país, da cidade, do bairro e da comunidade
- ☐ É uma oportunidade conhecer crianças, adolescentes e jovens diferentes
- ☐ Posso aprender sobre Direitos que serão importantes para a minha vida como cidadão/ã
- ☐ Tenho a possibilidade de conhecer outros lugares
- ☐ Exerço meu protagonismo
- ☐ Posso desenvolver várias habilidades
- ☐ É apenas mais uma atividade que exerço
- ☐ Outra.

Qual? _____

20) /Para cada frase abaixo marque as opções “Concordo”, “Não concordo”, “Não sei”. (Para cada pergunta marque apenas uma resposta)

Depois que comecei a frequentar o Bloco Eureka eu.....	Concordo	Não concordo	Não sei
Melhorei minha relação com outros (as) adolescentes e jovens e adultos.	☐	☐	☐
Passei a respeitar mais as pessoas independentemente das diferenças físicas, de sexo, cor, cultura, origem social, valores, opiniões ou religiões.	☐	☐	☐
Escuto e respeito mais o ponto de vista dos/as amigos, colegas, familiares etc.	☐	☐	☐
Hoje compreendo melhor meu papel de cidadão e cidadã.	☐	☐	☐

21) Para cada frase abaixo marque as opções “Concordo”, “Não concordo”, “Não sei”. (Para cada pergunta marque apenas uma resposta)

Minha relação com a comunidade agora é diferente porque eu ...	Concordo	Não concordo	Não sei
Aprendi a conhecer melhor a cidade e ocupar outros espaços da cidade, bairro e comunidade.	☐	☐	☐
Interesso-me mais pelos problemas e necessidades do meu país, minha cidade e do meu bairro e/ou comunidade.	☐	☐	☐

Ampliei meu conhecimento sobre o meio ambiente e a importância da participação de todos no cuidado com o lugar onde vivemos.	☐	☐	☐
Aumentou o meu interesse em frequentar museus, teatros, cinemas, espaços culturais e esportivos da cidade e do bairro e/ou da comunidade.	☐	☐	☐

22) Para cada frase abaixo marque as opções “Concordo”, “Não concordo”, “Não sei”. (Para cada pergunta marque apenas uma resposta)

As atividades no Bloco Eureka contribuíram para que eu...	Concordo	Não concordo	Não sei
Perceba a importância do direito de estudar, aprender e participar da escola.	☐	☐	☐
Tenha mais interesse pela literatura do meu país.	☐	☐	☐
Conheça mais sobre direitos e deveres das crianças, adolescentes e jovens.	☐	☐	☐
Interesse-me mais em aprender a diversidade humana e os diversos saberes (por exemplo: dos Povos Originários do Brasil, Africanos e do povo Negro).	☐	☐	☐
Tenha vontade de conhecer mais sobre as profissões e o mundo do trabalho.	☐	☐	☐
Me concentre, priorize e organize nas atividades propostas na escola, no projeto e no meu cotidiano.	☐	☐	☐

23) Para cada frase abaixo marque as opções “Concordo”, “Não concordo”, “Não sei”. (Para cada pergunta marque apenas uma resposta)

Em relação ao meu desenvolvimento pessoal depois que comecei a frequentar o Bloco Eureka eu	Concordo	Não concordo	Não sei
Consegui desenvolver meus talentos e habilidades.	☐	☐	☐
Consigo me comunicar melhor e falar o que penso sem vergonha dos outros.	☐	☐	☐
Aprendi a resolver os conflitos sem brigas, com diálogo e negociação.	☐	☐	☐
Entendi meus direitos como pessoa humana e meu papel de cidadão e/ou cidadã	☐	☐	☐
Consigo lidar melhor com os desafios e situações novas, dos problemas que surgem na vida.	☐	☐	☐

24) Para cada item abaixo marque as opções “Concordo”, “Não concordo”, “Não sei”. (Para cada pergunta marque apenas uma resposta)

Depois que me tornei participante do Bloco Eureka eu.....	Concordo	Não concordo	Não sei
Sinto-me mais confiante em relação as crianças, adolescentes e jovens participantes do projeto e do Bloco.	☐	☐	☐

Pude usar o conhecimento sobre direitos humanos para ajudar e/ou orientar as pessoas da minha família, escola, bairro e comunidade.	☐	☐	☐
Usei o conhecimento sobre direitos humanos para minha autoafirmação como pessoa e cidadão/cidadã.	☐	☐	☐
Consigo exercer a minha capacidade de liderança nos espaços em que convivo.	☐	☐	☐

25) Na sua avaliação, quais os principais problemas da sua cidade, do seu bairro e/ou comunidade? (Esta pergunta aceita mais de uma resposta) (*)

- ☐ Falta de iluminação nas ruas e parques
☐ Faltam espaços de cultura e lazer
☐ Há muitos episódios de violência
☐ As pessoas têm medo de sair de casa por falta de segurança
☐ As moradias são muito precárias
☐ Falta calçamento nas ruas
☐ Faltam postos de saúde, hospitais e prontos-socorros
☐ Faltam escolas de qualidade, com bons professores
☐ Outros.
 Quais? _____

26) Onde você se sente mais seguro? (Para cada item marcar uma das opções "Sempre", "Às vezes" ou "Nunca")

	Sempre	Às vezes	Nunca
Na sua casa	☐	☐	☐
No seu bairro	☐	☐	☐
No Projeto	☐	☐	☐
No Bloco Eureka	☐	☐	☐

27) De acordo com o que aprendeu nas ações/atividades do Bloco Eureka, marque as três piores formas de violação dos direitos de crianças, adolescentes e jovens, para você. (Esta questão permite marcar apenas 3 respostas)

- ☐ Falta de atenção e cuidado
☐ Não cuidar da família de crianças, adolescentes e do jovens
☐ Não respeitar a privacidade (ex. ler o diário, ler as mensagens e/ou entrar em no e-mail ou em suas redes sociais sem autorização)
☐ Ameaças e xingamentos
☐ Não frequentar a escola
☐ Manter alguém preso em casa ou no quarto
☐ Abusar sexualmente de uma criança, adolescente ou jovem
☐ Tapas, murros, beliscões
☐ Obrigar a criança, o adolescente ou o jovem a fazer algo à força
☐ Tirar a vida de alguém
☐ Outro
 Qual? _____

28) Em sua opinião o que é mais importante para garantir os Direitos Humanos das crianças, dos adolescentes e jovens? (Marcar somente uma resposta)

- ☐ Contar com apoio e orientação da família
- ☐ Ter uma religião
- ☐ Conviver com bons amigos
- ☐ Ter mais opções de lazer e cultura
- ☐ Estar trabalhando
- ☐ Ter mais consciência e responsabilidade
- ☐ Ter boas políticas públicas
- ☐ Conhecer a legislação
- ☐ Frequentar a escola
- ☐ Ter uma melhor situação financeira
- ☐ Praticar esportes
- ☐ Outro.

Qual? _____

29) Qual é o seu Projeto de Vida? (Marcar somente uma resposta)

- ☐ Ter um futuro profissional
- ☐ Comprar roupas, tênis, celular etc.
- ☐ Conseguir um bom emprego
- ☐ Participar da construção de um país mais justo e equitativo
- ☐ Ter um negócio próprio
- ☐ Diminuir a violência
- ☐ Constituir família
- ☐ Completar os estudos/estudar
- ☐ Comprar uma casa
- ☐ Comprar um carro ou uma moto
- ☐ Outro.

Qual? _____

30) O que você acha que pode ser feito para que o Bloco Eureka seja melhor?

31) O que você acha que pode ser feito para que as ações/atividades do Bloco Eureka ajude a fortalecer a luta pelos Direitos Humanos de criança, adolescente e jovens?

32) O que significa EURECA?

Apêndice E: Autorizações para pesquisa nos Projetos/Instituições



Projeto Meninas : Meninas de Rua
Endereço: Rua Jurubatuba, 1610, São Bernardo do
Campo/SP. CEP 09725-220. Fone: (11) 4339-1476
CNPJ: 69.116.994/0001-02

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA

Eu, Marcos Antônio da Silva Souza, Coordenador Geral do Projeto Meninos e Meninas de Rua, RG N° 17.674.486-1, CPF N° 107.550.898-39, AUTORIZO Claudio Oliveira Fernandes, RG N° 54.684.754-1 – SP/SSP, CPF N° 033.178.524-29, aluno do curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), RA 23115190, e Iliu Zenker Leme Joly, RG N° 5.100.334-9 – SP/SSP, CPF N° 910.814.248-34, professora doutora do programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de São Paulo (UFSP), n° 705218 e SLAPE n° 0425113, a realizarem vivências, filmagens, fotografias, seminários, oficinas, entrevistas e registros escritos em diário de campo com crianças e adolescentes (ativos ou egressos), educadores e educadoras sociais, familiares, funcionários, coordenadores, voluntários e demais participantes das ações do Bloco Eureka, para a realização de Projeto de Pesquisa **"BLOCO EURECA - EU RECONHEÇO O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: referência de educação e participação social infanto-juvenil"**, que tem por objetivo central analisar e compreender o impacto da formação para cidadania e direitos humanos infanto-juvenis, desenvolvidas a partir dos pressupostos da educação social presentes nas ações do Bloco Eureka, e seu impacto no cotidiano das crianças e adolescentes, familiares e comunidades nos espaços educativos que compartilham as ações educativas e apoiam as ações do Bloco Eureka.

Os pesquisadores acima qualificados se comprometem a:

- 1- Iniciarem a coleta de dados somente após o Projeto de Pesquisa ser aprovado pelo comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos.
- 2- Obedecerem às disposições éticas de proteger os participantes da Pesquisa, garantindo-lhes o máximo de benefícios e o mínimo de riscos.
- 3- Assegurarem a privacidade das pessoas citadas nos documentos institucionais e/ou contatadas diretamente, de modo a proteger suas imagens, bem como garantir que não utilizem as informações coletadas em prejuízo dessas pessoas e/ou da instituição, respeitando deste modo as Diretrizes Éticas da Pesquisa Envolvendo Seres humanos, nos termos estabelecidos na Resolução CNS N° 466/2012, e obedecendo as disposições legais estabelecidas na Constituição Federal Brasileira, artigo 5º, incisos X e XIV, bem como o Novo Código Civil e seu artigo 20.

SB Campo, 22 de ABRIL de 2020.

Carimbo e assinatura do responsável legal.



Endereço: Rua Osvaldo Eduardo 138, São Vicente/SP
Fone: +55 13 3467 4723. CNPJ 02.360.954/0001-30

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA

Eu, João Carlos Guilhermino da Franca, Coordenador Geral do Instituto Camará Calunga, RG Nº 20.875.277-8, CPF Nº 384.787.307-53, AUTORIZO Claudio Oliveira Fernandes, RG Nº 54.684.754-7 – SP/SSP, CPF Nº 033.178.524-29, aluno do curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), RA 23115190, e Ilza Zenker Leme Joly, RG Nº 5.100.034-9 – SP/SSP, CPF Nº 910.814.248-34, professora doutora do programa de Pós-Graduação em educação (PPGE) da Universidade Federal de São Paulo (UFSCar), nº 706218 e SIAPE nº 0425113, a realizarem vivências, filmagens, fotografias, seminários, oficinas, entrevistas e registros escritos em diário de campo com crianças e adolescentes (ativos ou egressos), educadores e educadoras sociais, familiares, funcionários, coordenadores, voluntários e demais participantes das ações do Bloco Eureka, para a realização do Projeto de Pesquisa “BLOCO EURECA - EU RECONHEÇO O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: referência de educação e participação social infanto-juvenil”, que tem por objetivo central analisar e compreender o impacto da formação para cidadania e direitos humanos infanto-juvenis, desenvolvidas a partir dos pressupostos da educação social presentes nas ações do Bloco Eureka, e seu impacto no cotidiano das crianças e adolescentes, familiares e comunidades nos espaços educativos que compartilham as ações educativas e apoiam as ações do Bloco Eureka.

Os pesquisadores acima qualificados se comprometem a:

- 1- Iniciarem a coleta de dados somente após o Projeto de Pesquisa ser aprovado pelo comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos.
- 2- Obedecerem às disposições éticas de proteger os participantes da Pesquisa, garantindo-lhes o máximo de benefícios e o mínimo de riscos.
- 3- Assegurarem a privacidade das pessoas citadas nos documentos institucionais e/ou contatadas diretamente, de modo a proteger suas imagens, bem como garantem que não utilizarão as informações coletadas em prejuízo dessas pessoas e/ou da instituição, respeitando deste modo as Diretrizes Éticas da Pesquisa Envolvendo Seres humanos, nos termos estabelecidos na Resolução CNS Nº 466/2012, e obedecendo as disposições legais estabelecidas na Constituição Federal Brasileira, artigo 5º, incisos X e XIV, bem como o Novo Código Civil em seu artigo 20.

SÃO VICENTE, 22 de ABRIL de 2020

Carimbo e assinatura do responsável legal

CEDECA

Sapopemba



Centro de Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente "Mônica Paão Trevisan". Rua Vicente Franco Tolentino, 45, Parque Santa Madalena - São Paulo, SP. CEP: 03982-180 CNPJ: 67.143.818/0001-34
E-mail: cedecasapopemba@cedecasapopemba.org.br
Phone: (11) 2702-2729

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA

Eu, Sídney Ferreira da Silva, Coordenador do Núcleo de Formação e Cultura do Centro de Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente "Mônica Paão Trevisan" - CEDECA Sapopemba -, RG Nº 25.848.193-6, CPF Nº 254.251.288-43, AUTORIZO Claudio Oliveira Fernandes, RG Nº 34.684.754-7 - SP/SSP, CPF Nº 033.178.524-29, aluno do curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), RA 23115190, e Ilza Zenker Leme Joly, RG Nº 5.100.034-9 - SP/SSP, CPF Nº 910.814.248-34, professora doutora do programa de Pós-Graduação em educação (PPGE) da Universidade Federal de São Paulo (UFSCar), nº 706218 e SIAPE nº 0425113, a realizarem vivências, filmagens, fotografias, seminários, oficinas, entrevistas e registros escritos em diário de campo com crianças e adolescentes (ativos ou egressos), educadores e educadoras sociais, familiares, funcionários, coordenadores, voluntários e demais participantes das ações do Bloco Eureka, para a realização do Projeto de Pesquisa "BLOCO EUREKA - EU RECONHEÇO O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: referência de educação e participação social infanto-juvenil", que tem por objetivo central analisar e compreender o impacto da formação para cidadania e direitos humanos infanto-juvenis, desenvolvidas a partir dos pressupostos da educação social presentes nas ações do Bloco Eureka, e seu impacto no cotidiano das crianças e adolescentes, familiares e comunidades nos espaços educativos que compartilham as ações educativas e apoiam as ações do Bloco Eureka.

Os pesquisadores acima qualificados se comprometem a:

- 1- Iniciarem a coleta de dados somente após o Projeto de Pesquisa ser aprovado pelo comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos.
- 2- Obedecerem às disposições éticas de proteger os participantes da Pesquisa, garantindo-lhes o máximo de benefícios e o mínimo de riscos.
- 3- Assegurarem a privacidade das pessoas citadas nos documentos institucionais e/ou contatadas diretamente, de modo a proteger suas imagens, bem como garantem que não utilizarão as informações coletadas em prejuízo dessas pessoas e/ou da instituição, respeitando deste modo as Diretrizes Éticas da Pesquisa Envolvendo Seres humanos, nos termos estabelecidos na Resolução CNS Nº 466/2012, e obedecendo as disposições legais estabelecidas na Constituição Federal Brasileira (1988), artigo 5º, incisos X e XIV, bem como o Novo Código Civil em seu artigo 20.

São Paulo *29* de *Abril* de 20 *20*

67 143 818 / 0001 - 34

Fone/Fax: 2702-2729 / 2719-8977

CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
"MÔNICA PAÃO TREVISAN"

Rua Vicente Franco Tolentino, 45
Pq. Sta. Madalena - CEP 03982-180
SÃO PAULO - SP

Carimbo e assinatura do responsável

Sídney F. da Silva
RG Nº 25.848.193-6
Núcleo de Formação e Cultura
CEDECA Sapopemba

Anexo A: Documento de aprovação no Comitê de Ética em Pesquisa.



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: BLOCO EURECA - EU RECONHEÇO O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: referência de educação e participação social infanto-juvenil

Pesquisador: CLAUDIO OLIVEIRA FERNANDES

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 29740120.3.0000.5504

Instituição Proponente: CECH - Centro de Educação e Ciências Humanas

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.119.524

Apresentação do Projeto:

O objeto de estudo abordará a trajetória do Bloco Eureka – Eu Reconheço o Estatuto da Criança e do Adolescente que privilegia o desenvolvimento de ações sócio pedagógicas junto à população infanto-juvenil das camadas populares como uma possibilidade de exercício da cidadania. O Bloco Eureka é parte integrante do conjunto de ações e atividades definidas no Projeto Político Pedagógico (PPP) das organizações da sociedade civil, responsáveis pela atenção à infância, adolescência e juventude, em horários e espaços não escolares. Nasceu em 1991, um ano após a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990) no espaço institucional do Projeto Meninos e Meninas de Rua de São Bernardo Campo, município que compõe a mesorregião metropolitana de São Paulo, no ABCD Paulista. O objetivo central desta tese reside em analisar e compreender o impacto da formação para cidadania e direitos humanos infanto-juvenis, desenvolvidas a partir dos pressupostos da educação social presentes nas ações do Bloco Eureka, e seu impacto no cotidiano das crianças e adolescentes, familiares e comunidades nos espaços educativos (formais e não formais) e que compartilham as ações educativas do Projeto Meninos e Meninas de Rua e a demais organizações e movimentos da sociedade civil que apoiam as ações do Bloco Eureka. A opção metodológica da pesquisa é o estudo de caso, combinado, por sua natureza, com a observação participação do pesquisador in loco nos diferentes espaços e tempos em que se desenvolve o Bloco Eureka. As referências de apoio à pesquisa terão natureza interdisciplinar tendo em vista ser o direito da criança e do adolescente reger-se pelo princípio da incompletude institucional, incluindo-se, a especificidade do festejo carnaval

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

UF: SP

Município: SAO CARLOS

Telefone: (16)3351-9685

CEP: 13.565-905

E-mail: cephumanos@ufscar.br

Anexo B: Carta Aberta à Comunidade



BLOCO EURECA 2022

CARTA ABERTA À POPULAÇÃO DO LITORAL SUL

Alô comunidade!

O BLOCO EURECA: **EU RECONHEÇO O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE** mais uma vez está nas ruas de São Vicente!

Em 2022, nossa irreverência traz o samba-enredo, **Eu preciso respirar! Entre pandemias e desgoverno, a luta é nosso oxigênio**. A pandemia COVID-19 ampliou o impacto de forma negativa na garantia dos direitos à saúde, à educação, à alimentação e à assistência. A nossa crítica social e as nossas reivindicações são apresentadas, de forma lúdica, afetuosa, dançante e alegre, no dia de hoje. Nesses 31 anos de BLOCO EURECA e diante de um contexto desfavorável à população em situação de vulnerabilidade, risco e sofrimento, chamamos a comunidade do Litoral Sul para o compromisso de assumir conosco a luta em defesa dos direitos humanos infanto-juvenis.

A trajetória do BLOCO EURECA é construída com a participação social e cidadã de crianças, adolescentes, jovens e suas famílias. Com a participação de educadores e educadoras sociais, comunidades, movimentos sociais e organizações da sociedade civil parceiras, mobilizamos a sociedade e exigimos das autoridades, um novo olhar e um novo trato a nossa infância, adolescência e juventude. Todo nosso trabalho é desenvolvido a partir e com as experiências vividas no cotidiano de cada um de nós. Isso tem resultado na criação e recriação coletiva da REDE EURECA no enfrentamento de todas as formas de violação e violências sofridas pelas nossas crianças, adolescentes e jovens. Por isso, mais uma vez estamos aqui para a garantia dos direitos infanto-juvenis, sem qualquer tipo de discriminação.

Hoje o Litoral Sul vai parar / vem para rua com o EURECA saudar, cantar e lutar.

INSTITUTO CAMARÁ CALUNGA

BLOCO EURECA – Samba-enredo 2022

Eu preciso respirar! Entre pandemias e desgoverno, a luta é nosso oxigênio!

Alusivo

Eu vou pra rua pra cantar
 Bloco Eureka é meu ar
 É mobilização
 31 anos de existência
 Nosso Bloco é resistência
 Denunciando pandemias de mon-
 tão.

Enredo

Eu respiro criatividade
 No Bloco Eureka vou brincar o
 Carnaval.
 Sem fone, com saúde, eu quero
 estudar
 Ser vacinado e ter um teto pra
 morar.

Não fale que é frescura
 Se a dor não é a tua.
 Me escuta...
 Que agora eu vou falar.

O governo descumpriu o seu pa-
 pel
 Mesmo assim, não paramos de
 lutar.

E os movimentos sociais
 E redes solidárias
 Foram fundamentais.

Entre becos e vielas, resistência
 predomina.
 Atrasaram vacina
 Nos deram cloroquina.

O gás de cozinha faltou
 À lenha, o povo cozinhou
 E a escola, sua distância se fez
 confirma.

Auxílio emergencial
 Um caos na saúde mental
 Desemprego, nos deixou à deriva no
 mar

O ar faltou
 A luta se expandiu
 Mas não traz de volta quem partiu.

Máscaras caíram, o cenário tem que
 mudar.

CHEGA, CHEGA, eu preciso respirar!
 CHEGA, CHEGA, eu preciso respirar.

